



Instituto Politécnico de Castelo Branco
Escola Superior de Artes Aplicadas



Faculdade de Belas-Artes
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mestrado em Design de Interiores

Habitação Quinhentista -
Design de Interiores no âmbito da
recuperação de espaços antigos

Iolanda Ferreira da Conceição

Março 2013

“A minha mãe, eterna guerreira que me tornou igual lutadora ensinando-me a encarar a vida com aquilo que temos, conquistando ao pouco aquilo que não temos, dando-me a oportunidade de crescer e atingir objetivos. Hoje é com orgulho que ambas sabemos que todos os esforços valeram a pena.

Aos meus orientadores, pela paciência e profissionalismo com que me acompanharam nesta etapa final, dando-me força e ajudando-me a evoluir. E também a todos os outros docentes, que me formaram e ensinaram parte daquilo que sei hoje.

A minha irmã Fabiana, que apesar da distância esteve sempre presente das mais diversas formas, ajudando-me a não desistir e a encarar cada derrota como um desafio a ultrapassar.

Aos meus verdadeiros amigos, que me acompanharam em todas as fases que esta passagem me trouxe tornando cada momento especial, relembrando-me que o tempo não passa pela amizade, mas a amizade passa pelo tempo e é preciso segura-la enquanto ela há.”

Resumo

Este relatório é resultado da frequência do estágio no **Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco**, no âmbito do Mestrado em Design de Interiores, lecionado na Escola Superior de Artes Aplicadas. Face ao crescimento de admissão do Design em diversas áreas e ao aumento da reabilitação em Portugal, o objetivo deste estágio foi a incorporação das componentes técnicas e estéticas do Design de Interiores com o campo da recuperação de espaços com história.

As primeiras etapas foram o reconhecimento técnico desta nova área de trabalho em Portugal: consulta de legislação, cartas, regulamentos, intervenções em edifícios com história, tipologias aplicadas, técnicas, materiais, etc. Em seguida, deu-se o conhecimento da área de intervenção, a zona histórica de Castelo Branco, que permitiu a visualização de diversas tipologias, características arquitetónicas, espaço envolvente, história, etc.

Após e durante a constante fase de pesquisa, foram desenvolvidos vários tipos de trabalho no tempo de estágio: elaboração de ficheiros tridimensionais de edifícios históricos - **Passadiço do Jardim do Paço**, levantamentos técnicos - **Habitacões e Igreja da Graça** e também a criação de um desdobrável turístico - **Cidade Quinhentista**.

Para além dos trabalhos atrás mencionados, o projeto principal desenvolvido foi a reabilitação de uma habitação situada na zona histórica de Castelo Branco destinada a albergar convidados do Município. O trabalho desenvolveu-se em várias etapas: reconhecimento de áreas e instalações, pesquisa de campo, avaliação da arquitetura e elementos característicos, análise e resposta de necessidades do espaço, desenvolvimento de propostas, realização de ficheiro tridimensional, desenhos técnicos e desenvolvimento de mobiliário a aplicar.

O projeto final apresenta uma habitação de dois pisos e um pequeno logradouro. O piso 0 inclui a sala de reuniões com um pequeno bar auxiliar, casa de banho de serviço e uma pequena adega. No piso 1 encontram-se dois quartos com casa de banho privativa, a cozinha e a sala de estar/jantar com acesso para o logradouro. Foi ainda desenvolvido a nível de design de equipamento, a mesa da sala de reuniões, uma tipologia de banquetas e uma mesa de apoio utilizando linhas minimalistas e reinterpretação de mobiliário antigo.

Palavras-chave: Design; Interiores; Recuperação; Reabilitação; História; Equipamento; Património; Intervenção; Inovação; Zona-Histórica; Legislação; Judaísmo; Castelo Branco;

Abstract

This report is the result from the frequency of the stage in the **Office of Rehabilitation of the historic center of Castelo Branco**, under the Master in Interior Design, taught the School of Applied Arts. Given the growing acceptance of design in various areas and increased rehabilitation in Portugal, the objective of this stage was the incorporation of technical and aesthetic components of Interior Design to the field of recovery spaces with history.

The first steps were the recognition of this new technical working area in Portugal: query legislation, letters, regulations, interventions in buildings with history, applied typologies, techniques, materials, etc. Then was the knowledge of the intervention area, the historic district of Castelo Branco, which enabled visualization of various types, architectural features, surroundings, history, etc.

After and during the steady phase of research, were developed various types of work in time stage: File three-dimensional drawing of historic buildings - Footbridge **Palace Garden**, technical surveys - **Homes and Grace Church** and also the creation of a tourist leaflet - **Cinquecentist city**.

In addition to the work mentioned above, the main project was developed rehabilitation of a dwelling located in the historic White Castle for accommodating guests of the city. The work was carried out in several stages: recognition of areas and facilities, field research, evaluation and characteristic elements of the architecture, analysis and response to space needs, developing proposals, performing file-dimensional drawings and technical development of the furniture apply.

The final project features a two-storey dwelling and a small patio. The level 0 includes a meeting room with a small bar , bathroom service and a small cellar. In the first floor are two bedrooms with suite bathroom, kitchen and living / dining room with access to the patio. Was also developed in design of equipment one meeting room table, a bench and a coffee table using minimalist lines and reinterpretation of antique furniture.

Keywords: Design, Interior, Recovery, Rehabilitation, History, Equipment; Heritage; Intervention; Innovation; Historical Zone; Legislation; Judaism; Castelo Branco;

«*Por toda a Europa, os velhos bairros históricos são hoje o thesouro das cidades que os possuem.*»

Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, 1896, p.79

Índice geral

Resumo

Abstract

1. Introdução	1
2. Objetivos do estágio	2
2.1 Metodologia projectual	3
3. Estado da reabilitação	5
4. Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco	8
4.1 Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco	10
5. Contribuição do Design de Interiores na reabilitação de espaços antigos	11
6. O património	12
6.1 O património em Portugal.....	16
6.2 Materiais e técnicas de construção existentes	17
6.3 Intervenção em espaços antigos	21
6.3.1 Habitação séc. XX	22
6.3.2 Casas do Côro	24
6.3.3 Hotel M ^o AR de AR Aqueduto	26
7. A cidade e a zona histórica de Castelo Branco	27
7.1 Castelo Branco templário	28
7.1.1 Modelo Dionísio	29
7.1.2 Traçado Viário	29
7.2 Análise da evolução urbana	30
7.3 Análise comparativa da planta antiga/atual	32
8. Habitações do centro histórico	34
8.1 Estudo das habitações	35
8.2 Aspetos de ordem construtiva	38
9. Projetos desenvolvidos no âmbito de estágio	40
9.1 Passadiço do Jardim do Paço	40
9.2 Igreja da Graça.....	44
9.3 Cidade quinhentista	45
9.3.1 Judaísmo em Castelo Branco	45
9.3.2 Mapa Quinhentista	47
10. Design de Equipamento	49
10.1 Evolução do mobiliário	50
10.1.1 Mobiliário Português	51
10.2 Banqueta/Banco	52

10.3 Móvel de apoio.....	53
10.4 Mesa de reuniões	54
11. Caso de estudo-Habitação na Rua do Arressário nº 34 e na Travessa da Rua Nova nº 7/9	57
.....	57
11.1 Enquadramento na zona histórica.....	57
11.2 Levantamento do espaço	58
11.2.1 Fases de levantamento	61
11.3 Pesquisa para definição de tipologia do espaço	64
11.3.1 Definição de conceito.....	65
11.3.2 Painel de conceito.....	68
11.4 Legislação aplicável - Turismo.....	68
11.5 Relação do espaço com o conceito de Design de Interiores	70
11.6 Esboços e conceções de percurso	71
12. Projeto final	74
12.1 Importância da tipologia na zona histórica.....	74
12.2 Pontos de interesse	74
12.3 Objetivos do espaço	76
12.4 Programa habitacional	76
12.5 Exterior da habitação	77
12.6 Interior	78
12.6.1 Piso 0.....	78
12.6.2 Piso 1.....	81
12.7 Equipamento	85
13. Conclusão	87
14. Bibliografia.....	89
15. Webgrafia	90
16. Definições	91
17. Anexos	92
17.1 Glossário de termos de Património	93
17.2 Pesquisa de pormenores técnicos da antiga construção Portuguesa	113
17.3 Trabalhos/esboços desenvolvidos no gabinete.....	126
17.4 Esboços de levantamento do espaço.....	141
17.5 Esboços/técnicos de percurso da habitação.....	163
17.6 Esboços/técnicos de percurso dos equipamentos	170
17.7 Declaração do Gabinete de Reabilitação da Zona Histórica e da Devesa de	
Castelo Branco	180

Índice de figuras

Figura 1 - Fachada do antigo Edifício dos CTT onde funciona o Gabinete de Reabilitação Socio Habitacional do Centro Histórico e da devesa de Castelo Branco. Fonte de imagem: www.albicastelhano.blogspot.pt	7
Figura 2 - Zona de intervenção (ZI) conduzida pelo gabinete na cidade de Castelo Branco (imagem fornecida pelo próprio gabinete). Fonte de imagem: Arquivos do Gabinete	8
Figura 3 - Estrutura alvenaria de pedra no Norte de Portugal numa casa deixada ao abandono. Fonte da imagem: www.theroofabovemyhead.blogspot.pt/2009_08_01_archive.html	18
Figura 4 - Fachadas de habitações no centro histórico de Guimarães. Fonte da imagem: www.diversidadesquecidas.blogspot.pt/2012_07_01_archive.html	19
Figura 5 - Pormenor de cobertura com estrutura em madeira e telha canudo. Fonte da imagem: www.guiamais.com.pt	19
Figura 6 - Pormenor construtivo de uma parede de tabique, muito utilizado nas construções antigas. Fonte da imagem: www.arquiteturadouro.blogspot.pt/2009/02/tabique-em-alvaco-es-do-corgo.html	20
Figura 7 - Pormenor de janela em madeira pintada já deteriorada. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	21
Figura 8 e 9 - Fachada frontal e posterior da habitação centenária. Fonte da imagem: www.archdaily.com.br/48187/casa-marta-massada-spaceworkers/	22
Figura 10 - Hall de entrada principal, escadaria para o piso superior e sala da habitação. Fonte da imagem: www.archdaily.com.br/48187/casa-marta-massada-spaceworkers/	23
Figura 11 - Quarto, casa de banho, escritório e local de refeições. Fonte da imagem: www.archdaily.com.br/48187/casa-marta-massada-spaceworkers/	23
Figura 12 - Exterior e envolvente das casas do Côro em Marialva. Fonte da imagem: www.casasdocoro.com.pt	24
Figura 13 - Zona de refeições geral e suite Eco sustentável. Fonte da imagem: www.casasdocoro.com.pt	24
Figura 14 - Zona de refeições geral e exemplos de quartos existentes. Fonte da imagem: www.casasdocoro.com.pt	25
Figura 15 - Fachada do Hotel onde são visíveis os elementos mantidos do antigo palácio. Fonte da imagem: www.mardearhotels.com	26
Figura 16 - Exterior do hotel com vista para o aqueduto e hall de entrada. Fonte da imagem: www.mardearhotels.com	27
Figura 17 - Receção e sala de refeições com as abobadas estruturais mantidas. Fonte da imagem: www.mardearhotels.com	28
Figura 18 - Quarto tipo suite e zona de refeições onde existe a adega. Fonte da imagem: www.mardearhotels.com	28

Figura 19 - Localização da zona histórica de Castelo Branco na carta Militar de Portugal. Fonte da imagem: Arquivo do Gabinete.	28
Figura 20 - Planta de curvas de nível da zona histórica. Fonte da imagem: <i>Casa Quinhentista de Castelo Branco</i> . Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ªEdição. Março 2009. Castelo Branco	29
Figura 21 - Planta com modelo Dionísio das ruas. Fonte da imagem: <i>Casa Quinhentista de Castelo Branco</i> . Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ªEdição. Março 2009. Castelo Branco	29
Figura 22 - Traçado Viário definido nas ruas. Fonte da imagem: <i>Casa Quinhentista de Castelo Branco</i> . Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ªEdição. Março 2009. Castelo Branco	29
Figura 23 - Planta de desenvolvimento da malha do centro histórico, apresentando a forma de uma mão aberta. Fonte da imagem: <i>Casa Quinhentista de Castelo Branco</i> . Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ªEdição. Março 2009. Castelo Branco	30
Figura 24 - Planta de ruas com maior importância e menor importância. Fonte da imagem: <i>Casa Quinhentista de Castelo Branco</i> . Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ªEdição. Março 2009. Castelo Branco	31
Figura 25 - Comparação da planta antiga e atual da zona histórica de Castelo Branco. Fonte da imagem: <i>Casa Quinhentista de Castelo Branco</i> . Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ªEdição. Março 2009. Castelo Branco	32
Figura 26 - Imagem da atual Praça de Camões, antiga Praça Velha. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	33
Figura 27 - Alguns exemplos de portados Quinhentistas existentes na zona histórica. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	34
Figura 28 - Imagem de fachadas de habitações situadas na zona histórica. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	35
Figura 29 - Entrada das habitações que apresentam diferentes tipos de portas. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	36
Figura 30 - Exemplo de interiores de casas. Sala e cozinha. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	37
Figura 31 - Exemplo de interiores de casas. Quarto e sala com elemento namoradeira. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	38
Figura 32 - Pormenores de parede de pedra e estrutura de teto em madeira. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	39
Figura 33 - Fotografia antiga e atual do Passadiço do Jardim do Paço. Fonte da imagem: www.albicastelhano.blogspot.pt/2010/08/postais.html e fotografia pessoal.	40
Figura 34 - Fotografia do aspeto geral Jardim do Paço. Fonte da imagem: www.albicastelhano.blogspot.pt/2010/08/postais.html e fotografia pessoal.	41
Figura 35 - Renders finais da nova proposta de intervenção no Passadiço.	42
Figura 36 - Renders finais da nova proposta de intervenção no Passadiço.	42

Figura 37 - Página do jornal “Reconquista” de 9 de Fevereiro de 2012, onde são apresentadas as intervenções.	43
Figura 38 - Vista geral da Igreja e pormenor do arco estilo manuelino da fachada principal. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	44
Figura 39 - Marcas cruciformes existentes na zona histórica de Castelo Branco. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	46
Figura 40 - Mezuzah na Rua D´Ega em Portado do Séc. XV. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	46
Figura 41 - Menorá danifica situada na Rua D´Éga nº10. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	47
Figura 42 - Exemplos de Lintéis em habitações na zona histórica. Fonte da imagem: Fotografia pessoal	47
Figura 43 - Maquete da zona histórica onde estão representadas todas as habitações quinhentistas existente e feito no Gabinete de Reabilitação Socio Habitacional do Centro Histórico e da devesa de Castelo Branco.	48
Figura 44 - Desdobrável desenvolvido para a cidade quinhentista de Castelo Branco.....	48
Figura 45 - <i>Cômoda criada por Ferruccio Laviani para a Montenapoleone que mostra, no sentido horizontal a evolução do mobiliário.</i> Fonte da imagem: www.mujdum.cz/rubriky/interier/designer-ferruccio-laviani-vzdy-nadprumerny_1291.html	49
Figura 46 - Exemplo de contadores portugueses em madeira escura. Fonte da imagem: www.velhariasdoluis.blogspot.pt/2011_11_01_archive.html	51
Figura 47 - Peças de mobiliário português com alguma influência de outros países Fonte da imagem: www.naveliteratura.blogspot.pt/2010/09/o-barroco.html e fotografia pessoal.....	52
Figura 48 - Algumas tipologias de banquetas desenvolvidas. Fonte das imagens: www.classicwoodcarverscurioshop.com/african-stools.html e www.zoom.com.br/bancos-banquetas/preto	52
Figura 49 - Algumas tipologias de banquetas resultado de reinterpretações das antigas. Fontes das imagens: www.lifespacejourney.com/seating.htm , www.designboom.com/design/drill-design-paper-wood-stool , e www.dezeen.com/2010/03/30/offset-by-giorgio-biscaro-design-studio/	53
Figura 50 - Algumas tipologias de móveis de apoio com diferentes funções, tamanho e acabamentos. Fontes das imagens: www.decoracaoeartes.blogs.sapo.pt/ e www.lucattiartes.com/classicos	54
Figura 51 - Tipos de mesas com funções diferentes e de épocas distintas. Fontes de imagens: www.vanguardgaragedoor.com/cream-kitchen/ , www.lucattiartes.com/classicose , www.betterlivingthroughdesign.com/tag/trestle	54
Figura 52 - Fachada da habitação na Travessa da Rua Nova nº7/9 e Rua do Arressário nº34 Fonte das imagens: Fotografia pessoal.	57
Figura 53 - Excerto de planta da zona histórica com localização da habitação. Fonte da imagem: Arquivo do Gabinete.....	57

Figura 54 - Levantamento fotográfico e de áreas do espaço - Piso 0. Fonte das imagens: Fotografia pessoal	59
Figura 55 - Levantamento fotográfico e de áreas do espaço - Piso 1 Fonte das imagens: Fotografia pessoal	60
Figura 56 - Levantamento de Fachada Travessa da Rua Nova nº 7 e 9	62
Figura 57 - Levantamento de Fachada Rua do Arressário nº34.	62
Figura 58 - Levantamento rigoroso piso 0	63
Figura 59 - Levantamento rigoroso piso 1	64
Figura 60 - Painel de conceito da Habitação.....	67
Figura 61 - Esboço planta inicial do piso 1.	70
Figura 62 - Esboço planta inicial do piso 0.	71
Figura 63 - Corte esboço com ideia inicial de compartimentos suspensos.....	72
Figura 64 - Proposta de exterior da habitação.....	77
Figura 65 - Sala de reuniões situada no piso 0.	78
Figura 66 - Kitchenette e casa de banho situadas no piso 0.....	78
Figura 67 - Vista para a adega e para a casa de banho situadas no piso 0.....	79
Figura 68 - Planta de intervenção proposta, piso 0.....	80
Figura 69 - Vista de um dos quartos e casa de banho, piso 1.	81
Figura 70 - Vista de um dos quartos e casa de banho, piso 1.	82
Figura 71 - Vista para a sala de estar/jantar com ligação para a cozinha, piso 1.....	82
Figura 72 - Vista para do interior da cozinha e do hall de entrada, piso 1.	83
Figura 73 - Planta de intervenção proposta, piso 1.....	84
Figura 74 - Móvel de apoio desenvolvido para a habitação.....	85
Figura 75 - Banqueta desenvolvida para a habitação.....	85
Figura 76 - Mesa de reuniões desenvolvida para a habitação.	86

1. Introdução

No decorrer dos tempos, a reabilitação de edifícios, tem vindo a assumir um papel com uma enorme relevância no panorama da atividade de construção em Portugal. Apesar de, ainda, não ser uma opção primordial, este tipo de (re)construção tem substituído parte do investimento feito nos últimos anos na construção de raiz.

De acordo com alguns dados resultantes de recentes estimativas publicadas, a atividade de reabilitação representa 23% do volume total de investimentos na construção, tratando-se de um crescimento importante, já que as estimativas anteriores apontavam para valores de 6 a 10%¹.

“Para apreciar, valorizar, respeitar e preservar o património, qualquer que seja a sua natureza, é preciso conhecê-lo”²

Castelo Branco é uma das muitas cidades portuguesas ricas em património, como tal, torna-se um ponto de referência na área de intervenção e reabilitação. Existem inúmeros elementos característicos ao longo da zona interior às muralhas (área que se encontra protegida e em vias de classificação como património) que poucos têm conhecimento da sua história, mas que representam tesouros históricos. É o caso de portais manuelinos, namoradeiras, tipologias de casa, etc.

É no âmbito da reabilitação, que o Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco atua, tendo em conta a história e legislação existentes em cada espaço. Desta maneira, este estágio pretende evidenciar a importância da presença do Design de Interiores nesta área de construção que se tem demonstrado cada vez mais solicitada no campo habitacional.

O trabalho desenvolvido estende-se por várias fases, iniciando-se com uma apresentação sobre o Gabinete e a cidade, partindo para numa primeira etapa de pesquisa sobre o Património existente em Portugal, apresentado algumas das vantagens de conservar espaços com história e características insubstituíveis no tempo, bem como a manutenção dos mesmos. As formas arquitetónicas e as tipologias desenvolvidas pelo País, bem como os materiais existentes permitem assim também uma análise aprofundada sobre a zona histórica da cidade de Castelo Branco. Numa fase seguinte, a investigação de espaços existentes com intervenção de designers é fundamental para o ponto de partida de um novo projeto de reabilitação, incluindo nessa pesquisa a componente de equipamento e mobiliário. Numa fase final, é apresentado o projeto final da habitação situada na Rua do Arressário nº34/ Travessa da Rua Nova nº7,9 destinado a

¹ Dados retirados de “Tendências na reabilitação de fachadas - a contribuição da indústria de materiais de construção” de Vasco Santos Pereira, segundo o Instituto Nacional de Estatística - “Censos 2001”, Portugal, Lisboa, 2002.

² Joaquim Morão, Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco - “Casas Quinhentistas de Castelo Branco”

albergar convidados do Município. Inserido no trabalho está também a apresentação dos trabalhos desenvolvidos para a cidade no âmbito de estágio para o Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco.

2. Objetivos do estágio

Quando se inicia um estágio curricular de Mestrado no mercado do trabalho, seja numa empresa ou gabinete, o objetivo principal é arrecadar o máximo de aprendizagem e prática. É nestas duas vertentes que se inserem diferentes tipos de conhecimentos teórico/práticos que permitem um enriquecer do percurso profissional e humano. É necessário estar preparado para facultar e receber informações, pôr em prática aquilo que é ensinado e definir objetivos para uma melhor organização projectual. Os objetivos estabelecidos foram:

- Reconhecimento das Normas Legislativas existentes na área, bem como a sua aplicação conforme os projetos;
- Reconhecimento e realização técnica/prática das várias fases de um projeto: Levantamento do espaço, medições, desenho técnico, elaboração de projeto, 3D, orçamento, etc.;
- Pesquisas teóricas e práticas de campo, de modo a poder fundamentar o tipo de intervenções no espaço, na criação de um conceito final;
- Reconhecimento de novos materiais e técnicas de construção na área de reabilitação;
- Conhecimento de novas culturas e contextualizações históricas;
- Aprendizagem técnica na área de arquitetura e design de interiores;
- Acompanhamento e levantamento de obras/intervenções;
- Trabalho em equipa e com profissionais de outras áreas;
- Contacto com criação de projetos reais e de raiz;
- Fomentar a criatividade de maneira a conjugar corretamente o design de interiores e os espaços históricos;
- Trabalhar com novas metodologias e programas;

Concluído o estágio, os objetivos estabelecidos foram de forma geral executados e aplicados nos diferentes projetos e atividades desenvolvidas no gabinete. Novos conhecimentos técnicos e culturais foram adquiridos e prontos a serem utilizados no futuro profissional.

2.1 Metodologia projectual

*Projectar é fácil quando se sabe o que fazer. Tudo se torna fácil quando se conhece o modo de proceder para alcançar a solução de algum problema.*³

Quando iniciamos um novo projeto, é importante na fase inicial definir uma metodologia a aplicar ao longo do mesmo, estabelecendo assim um seguimento de operações necessárias para que o objectivo final seja devidamente exercido. Respeitar as várias etapas tendo em conta a sua ordem é fundamental para uma correta solução técnica e criativa do produto final. Segundo Bruno Munari (1981), estabelece-se o seguinte método projectual:

- **Caso de estudo**

- **Habitação Rua do Arressário nº34/Travessa da Rua Nova nº 7/9**

Definição de um espaço e avaliação das componentes do mesmo, segundo etapas determinantes:

- **Definição do problema**

Deliberar objectivos tendo em conta o espaço que é dado. Tipologia a aplicar, tipo de espaço e construção, época em que foi construído, definição de necessidades, tipo de intervenção, áreas necessárias, estado do espaço, esquemas de uso, operações técnicas, levantamento do espaço fotograficamente e tecnicamente, tipo de soluções possíveis, fiabilidade, tipo de orçamento, legislação existente e aplicável, etc.;

- **Componentes do problema**

Para uma melhor resolução do espaço/problema, é importante conhecer todos os seus componentes e interpreta-los. Os materiais utilizados, a tipologia de construção, estado do espaço, equipamento existente, história, relação forma/função/proporção, caracter dos sítios, localização, factibilidade técnica, custos, etc.;

- **Recolha de dados**

Antes de partir para uma solução do problema, é fundamental pesquisar o que já foi feito para uma melhor orientação no projeto. Exemplos de intervenções na área da reabilitação de espaços, tipo de intervenções e soluções, materiais utilizados, tipo de elementos conservados, complementos utilizados, tipologias existentes, elementos técnicos utilizados (iluminação e acabamentos), análise de dados, necessidades existentes na cidade/zona histórica relativamente a espaços daquela tipologia, etc.;

- **Criatividade e soluções**

É nesta fase que surgem as primeiras soluções e concepções do espaço dando resposta ao problema já estabelecido. Por vezes chega-se a soluções irrealizáveis por razões técnicas, materiais ou económicas, sendo a criatividade submetida a alterações.

³ Bruno Munari, - "Das coisas nascem coisas" 1981

Elaboração de soluções espaciais, disposição das áreas necessárias, desenvolvimento de ideias tendo em conta o conceito, brainstorming para evolução de ideias, proposta de alternativas, desenvolvimento de equipamentos, esboços, desenhos técnicos, conceito e fundamentação, etc.;

• **Materiais e tecnologia**

Após a concepção da ideia para a realização do projeto e tendo em conta a recolha de dados já efetuada, a etapa seguinte noutra pesquisa relativos aos materiais e tecnologias que existem a disposição no mercado para a realização do projeto. Sendo uma intervenção inserida na zona histórica, as opções são mais restritas quanto a materiais e outras opções devido a legislação existente. Recolha de informação quanto a materiais possíveis a aplicar interior/exterior, isolamentos acústicos e térmicos, recuperação e conservação do existente (por exemplo pedra e madeira), equipamento de substituição de caixilharia, tipo de intervenção técnica, pinturas e acabamentos técnicos, telhados e lajes, intervenções solo, etc.;

• **Experimentação**

Na fase de experimentação, e tendo em conta o tipo de projeto desenvolvido, as operações inseridas nesta etapa apenas se aplicam aos equipamentos desenvolvidos para o interior visto que se trata de um projeto de interiores ainda por iniciar. É importante a experimentação dos materiais e equipamentos para ter ainda mais dados para estabelecer relações uteis ao projeto. Desta etapa, podem surgir modelos realizados para comprovar as técnicas e materiais a utilizar no equipamento. Elaboração de modelos a escala reduzidas ou reais do equipamento, prova de materiais e acabamentos, desenvolvimento de técnicas de encaixes/funcionalidade, maquetas de cor e modelo, verificação do modelo real, etc.

• **Desenho construtivo**

É na etapa final que todas as fases já estabelecidas se associam e demonstram todo o trabalho desenvolvido para dar resposta ao problema definido ao princípio. Todo o projeto criativo e soluções apresentam-se sobre a forma de desenho real do que é a proposta final. A apresentação da proposta deve ser feita de forma clara e concisa comunicando ao cliente, ou a outras pessoas que não estejam corrente do projeto, todas as informações para uma correta perceção do mesmo.

Apresentação de imagens reais do espaço em 3D, demonstração das soluções desenvolvidas para as diferentes áreas, conceito aplicado e perceptível, amostra das alternativas - conceitos e esquemas projectuais, elaboração de pormenores, maquete, desenhos técnicos, folder de materiais e equipamento, orçamento, etc.

Todas as etapas da metodologia projectual são importantes e complementares entre si, podendo surgir outras para além das já estabelecidas. Para o sucesso do projeto, deve-se

equilibrar métodos e objetivos, salvaguardando a produtividade, mas também os valores estéticos e éticos.

3. Estado da reabilitação

A reabilitação de edifícios tem vindo a aumentar progressivamente no território português⁴, e cada vez mais surgem novos espaços dedicados a este tipo de trabalho. Trata-se de uma área que engloba diferentes profissionais com conhecimentos técnicos distintos que funcionam em conjunto e com objetivos comuns. Vários municípios ricos em património, tem vindo a investir na criação deste tipo de Gabinetes que se dedicam a proteção e manutenção de centro históricos e outras áreas que possuem características a preservar.

A salvaguarda e recuperação do património edificado - de que os centros históricos são parte integrante na maior parte das cidades/aldeias portuguesas - constituem um dever das entidades competentes e da população que nele habita e visita. Trata-se da preservação de um vasto número de elementos, lugares e características fundadores da nossa identidade e da nossa memória coletiva. Os centros históricos, como é no caso de Castelo Branco, constitui um desses lugares, onde a memória coexiste com as constantes mudanças que vão sendo efetuadas ao longo do tempo, sendo por isso importante a existência de regulamentação sobre o modo de intervir no seu tecido e nos imóveis, para que não se ponha em causa as necessidades atuais com os elementos antigos. É por isso que sendo o património um dos alicerces fundamentais na afirmação de uma identidade própria, é necessário divulgá-lo à fruição pública. Sensibilizar os seus habitantes para a importância do centro histórico na afirmação de cada uma das identidades, para que, a médio prazo, possamos dizer que valeu a pena. Atualmente existem vários gabinetes espalhados por todo o País, atuando cada um na sua área, e sendo para cada zona histórica estipulado um regulamento de intervenção.

Um dos gabinetes que tem efetuado um trabalho notável na área desde 1985, é o Gabinete Técnico Local da cidade de Guimarães, cuja história está ligada à formação da identidade nacional de Portugal, e conserva um conjunto de construções históricas que ilustram a evolução dos diferentes tipos edificados desde a Idade Média até ao século XIX. Desde a sua criação, as suas intervenções centram-se a manutenção de edifícios, a reabilitação de diversas habitações por parte do Município e também por particulares, intervenções em espaços públicos, equipamento e mobiliário urbano, entre outros. Atualmente apresentam-se reabilitados 90% dos espaços públicos da área de intervenção.

Outro gabinete importante de analisar é o Gabinete do centro Histórico de Coimbra, que atua em vários pontos da cidade com distintos graus de proteção sendo a seu trabalho aplicado a diferentes tipologias. Trata-se de uma cidade rica em arquitetura, sendo o objetivo deste gabinete centra-se em promover uma intervenção integrada ao nível da recuperação do património edificado, garantindo o bem-estar e o aumento da qualidade de vida da população

⁴ Segundo dados das “Estatísticas da construção e habitação”, 2010, do Instituto Nacional de Estatísticas, I.P, Lisboa, 2011.

residente e visitante nas áreas de mediação. As intervenções já efetuadas centram-se em monumentos históricos (igrejas, colégios, pelourinhos, mosteiros, etc.), habitações, espaços públicos, equipamentos, entre outros.

É de salientar a existência de outros Gabinetes distribuídos por Portugal, desde Lisboa, Paços de Arcos, Bragança, Braga, Sines, entre outros. Cada cidade define a sua área de intervenção protegida, tendo em conta o valor patrimonial existente a nível de imóveis ou monumentos, sendo estabelecida assim uma área protegida regida por legislação existente. É cada vez mais uma área de crescimento que substitui as novas construções e reformula corretamente o existente, não deixando que a história se perca no tempo nem as suas marcas arquitetónicas se degradem. Como tal, é importante por parte dos Municípios das cidades, a constante abertura de espaços pelos especializados na área da reabilitação com os devidos profissionais onde constem Designers de interiores.

«Os centros Históricos das cidades, das vilas e das aldeias têm de ser respeitados, salvaguardados e reanimados, pelo que a sua imagem urbana, que antanho os caracterizava, não pode, nem deve, ser desfigurada. Nem muito menos deve ser aviltada ou destruída. Reanimar esses tecidos urbanos e reabitar os imóveis degradados - quer habitacionais quer não - significa respeitar os valores histórico-culturais de uma urbe e significa promover o bem-estar dos habitantes que aí exercem atividade vária.»

José Luis Pinho Machado, *Habitação Rural*

Lisboa, 1987. p.7

4. Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco

O crescente interesse pela identificação, preservação e divulgação do património iniciou-se principalmente na preservação de monumentos de significado histórico. No entanto, com o passar do tempo expandiram-se as áreas de intervenção, acabando por se inserir nos centros históricos, como é o caso de Castelo Branco.

É neste contexto que surgiu o **Gabinete de Reabilitação Socio Habitacional do Centro Histórico e da devesa de Castelo Branco**, situado no antigo Edifício dos CTT, Largo da Sé, Castelo Branco. É constituído por uma equipa multidisciplinar nas vertentes de Arquitetura, Arqueologia, História, Paisagismo, Urbanismo e de Serviço Social. O método de trabalho existente no espaço é desenvolvido em equipa, utilizando os conhecimentos e capacidades de cada um. Conforme o projecto são distribuídas tarefas por cada elemento, tendo em conta a tipologia do mesmo e a competência da pessoa, de maneira a que haja um processo de criação conjunto e mais produtivo. O próprio espaço de trabalho do gabinete, openspace, ajuda a esta interacção, permitindo que troca de ideias/ajuda seja mais fácil. Em cada projeto, há uma fase inicial de pesquisa e levantamento do espaço, de forma a compreender o mesmo historicamente e tecnicamente. Numa fase seguinte as ideias são desenvolvidas e discutidas entre os elementos de forma a se chegar um consenso. Parte-se para o desenvolvimento técnico/estético do mesmo, chegando a parte final de apresentação. Em todos os passos é importante a cooperação de todos para o sucesso final.

O antigo Edifício dos CTT trata-se de um espaço multifuncional, como tal, funcionam ainda dois espaços diferentes: Oficina-Escola do Bordado de Castelo Branco e diversas salas de exposições temporárias, tornando assim um espaço com atuação de diferentes áreas, permitindo troca de conhecimentos objetivos, visuais e técnicos.



Figura 1 - Fachada do antigo Edifício dos CTT onde funciona o Gabinete de Reabilitação Socio Habitacional do Centro Histórico e da devesa de Castelo Branco. - Fonte de imagem: www.albicastelhano.blogspot.pt

O gabinete de reabilitação atua sobre uma Zona de Intervenção (ZI) que incide sobre a área central da cidade, na qual se localizam os espaços e elementos de maior valor patrimonial e funcional: o Castelo, o Centro Histórico, o Centro Cívico e o Centro Multimodal para o qual se propõe inúmeras renovações. Estes espaços têm vindo a ser intervencionados nos últimos anos, de forma a fortalecer o papel estruturador de Castelo Branco no contexto da Beira Interior e da Região centro, procurando melhorar a qualidade do ambiente urbano no centro da cidade com a requalificação do centro cívico e a sua interligação com a zona histórica.

Nos trabalhos elaborados pelo gabinete constam trabalhos como: reabilitação de habitações no centro histórico da cidade; intervenção e recuperação da muralha; reabilitação e manutenção de monumentos históricos; organização de exposições no âmbito histórico e cultural; acompanhamento de obras; desenvolvimento de folhetos e mapas informativos do centro histórico; etc. É um trabalho que tem vindo a evoluir, contando com a colaboração de profissionais e estagiários das diferentes áreas que se inserem no objetivo do gabinete.

A formação em design de interiores nesta área atua, em parceria com a arquitetura, na intervenção e recuperação de espaços (habitações, comércio, monumentos, etc), bem como, o desenvolvimento de equipamentos e outros componentes para o mesmo tendo em conta as novas necessidades da sociedade e do espaço onde se insere o projeto. Trata-se de uma junção profissional de duas áreas que se complementam interior/exteriormente, enriquecendo mais a nível de conhecimentos quando se trata de espaços históricos.

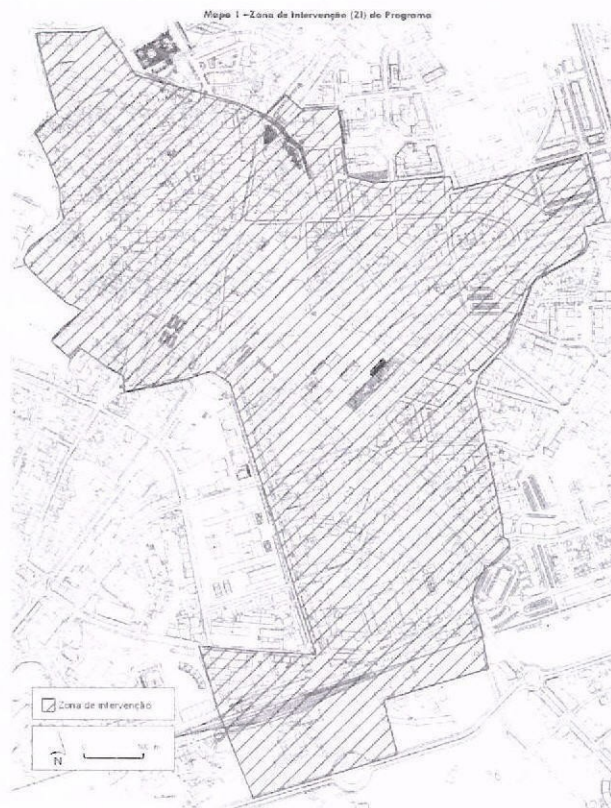


Figura 2 - Zona de intervenção (ZI) conduzida pelo gabinete na cidade de Castelo Branco (imagem fornecida pelo próprio gabinete). Fonte de imagem: Arquivos do Gabinete

4.1 Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco

Para o desenvolvimento de um projeto que se insira na zona de intervenção, é necessário conhecer e respeitar a legislação existente nacional e europeia. No entanto, cada cidade estipula as suas leis de intervenção. As que se seguem foram estabelecidas para os exteriores das habitações situadas na zona histórica de Castelo Branco:

Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco

Artigo 25º

Disposições gerais sobre acabamentos exteriores

A reabilitação, conservação e reconstrução dos edifícios existentes, bem como a construção de novos edifícios, deverá sujeitar-se às seguintes regras:

a) Coberturas em imóveis existentes - deverão ser em telha de canal, de cor vermelha, aplicadas diretamente sobre estrutura de madeira, *onduline*, laje de esteira, poliestireno extrudido ou outro isolante. Os beirados deverão ser os tradicionais, simples, duplos ou triplos. No caso de uso de laje de esteira na cobertura, esta não poderá avançar para fora do alinhamento das fachadas anterior e posterior;

b) Coberturas em obras novas - poderão ser também em telha ou noutro material ajustado a um centro histórico (chapa de zinco mate, cobre, tijoleira ou terra vegetal);

c) Rebocos exteriores em imóveis existentes - deverão ser realizados com argamassas bastardas, com ajustado traço de cal, devendo ser pintados com leite de cal ou tintas de água. Não se autorizam rebocos areados a cimento, tirolés ou tintas areadas.

d) Rebocos exteriores em obras novas - poderão ser realizados com argamassas sintéticas, afagadas, devendo ser pintadas com tintas plásticas ou acrílicas, não sendo de autorizar monomassas areadas ou tintas areadas;

e) Cantarias, soleiras e peitoris - em construções existentes, as cantarias não poderão ser pintadas e, no caso de se proceder a alguma substituição, esta deverá ser realizada segundo os pormenores actuais, não sendo de autorizar a placagem como substituição. As soleiras ds portas serão sempre em pedra maciça da região. Os peitoris deverão ser em madeira pintada;

f) As cores a aplicar nos rebocos deverão ser em tons de pastel, de preferência usando-se o branco e os ocres;

g) As caixilharias exteriores em imóveis, existentes deverão ser em madeira pintada, sendo possível o uso de duplas janelas interiores, por detrás das colocadas no vão (em alumínio lacado ou PVC), para melhor isolamento, mas só nas faces interiores das paredes interiores e

contendo apenas um vidro por folha e com caixilho à cor natural da madeira. Estas madeiras deverão manter o desenho original e deverão ser construídas em madeira, pintadas ou envernizadas;

h) São proibidos estores exteriores, sendo de aplicar portadas interiores imediatamente atrás dos caixilhos exteriores;

i) **Varandas** - deverão ser recuperadas as existentes em madeira ou lajes de granito de frisos diversos, o gradeamento em ferro forjado deverá ser pintado em tinta esmalte mate; se este for em madeira, esta deverá ser envernizada ou pintada a tinta de esmalte. Não serão permitidas as varandas em betão armado, de grande balanço ou gradeamento em alumínio;

j) Os equipamentos técnicos como, por exemplo, os dispositivos de ar condicionado, não poderão ser colocados nas fachadas, salvo se propuserem soluções francamente ajustadas técnicas e arquitetonicamente;

l) A colocação de painéis de aquecimento solar nas coberturas dos edifícios será apreciada caso a caso, dependendo a sua aprovação da apreciação realizada pelos serviços competentes;

m) As obras novas podem introduzir novos materiais e novas técnicas desde que devidamente acauteladas as regras de integração e valorização cultural;

n) **Publicidade** - esta deverá obedecer as regras definidas por projeto específico;

o) As obras de reabilitação, conservação, restauro ou reconstrução ou obras novas deverão cumprir o expresso no Decreto - Lei n.º 426/89, 6 de Dezembro (diploma que aprova as medidas cautelares de segurança contra riscos de incêndio em centros urbanos antigos).

5. Contribuição do Design de Interiores na reabilitação de espaços antigos

O Design de interiores, apesar de estar constantemente a ser confundido com a decoração de interiores, abrange as mais diversas áreas e detalhes do espaço interior, seja ele habitacional, comercial ou público. Apesar de não existir uma definição concisa desta área, pode ser determinada como a arte de planear e organizar adequadamente os espaços propostos, estabelecendo ligações entre a vertente estética e funcional do resultado final pretendido.

Nesta área, pode-se abranger diversos tipos de espaços, interiores ou exteriores, atuando na maioria das vezes em conjunto com uma equipa constituída por diferentes profissionais nas distintas áreas (arquitetos, arqueólogos, engenheiros, etc.), tentando chegar a todo o tipo de público/projeto e respondendo a todos os objetivos técnicos, estéticos e legais.

E é dentro deste contexto que esta tipologia do design se insere em mais uma área de trabalho: a reabilitação. Atualmente assiste-se cada vez mais a esta ação por parte dos profissionais em Portugal e nos outros países, deixando a construção de raiz ter tanto impacto no quotidiano e dando lugar a reabilitação de espaços já existentes. Em Portugal, existe uma riqueza de património arquitetónico de carácter próprio tradicional, no entanto, quando comparado com outros países, ainda existe uma falta de entusiasmo nos nossos projetistas.

A contribuição dada a este novo tipo de intervenção passa pela manutenção e reinterpretação, dando-lhe funcionalidade e adaptando às novas necessidades da sociedade. A preservação de elementos é essencial para o marco histórico do espaço, sendo o verdadeiro desafio agregar todos as precisões, espaço e condições e responder com uma proposta exequível.

6. O Património

Património pode ser definido como um bem material, natural ou imóvel que possua um significado e importância artística, cultural, religiosa, documental ou estética para a sociedade em que se insere. Possuem história e características de tempos antigos que remetem a importância da sua conservação. É mundial a preocupação existente em preservar patrimónios históricos, através de leis de proteção e restauração que possibilitam a manutenção das características originais.

A UNESCO, o Conselho da Europa e o ICOMOS, são três importantes organizações que têm desenvolvido um extenso trabalho ao longo do tempo, de elaboração e organização de normas destinadas aos diferentes Estados, de modo a existir uma correta responsabilidade de intervenção e conservação de testemunhos físicos do passado. Estes princípios estipulados, são métodos que intervêm na legislação, bem como, na prática dos profissionais que possuem projetos nesta área.

A elaboração destes princípios sobre o Património arquitetónico e arqueológico, não foi imediato, tendo sido efetuadas várias tentativas de implementação no final do séc. XIX e inícios do séc. XX, foi apenas depois da Primeira Guerra Mundial (1914) que surgiram as primeiras normas internacionais destinadas a salvaguarda do património (Correia,2009). Estas podem agrupar-se da seguinte forma:

- Convenções, tratados ou pactos;
- Recomendações;
- Resoluções do Conselho da Europa;
- Outros: Cartas, orientações, princípios, conclusões de encontros, declarações e normas;

As primeiras convenções e tratados surgiram para regular a paz, na sequência da guerra, sendo referido explicitamente em convenções primordiais a salvaguarda de monumentos. Em

Julho de 1899, foram assinadas as primeiras Convenções de Haia (Correia,2009), referindo em época de guerra que em caso de «cercos ou bombardeamentos, devem ser tomadas todas as medidas necessárias para poupar os edifícios dedicados à religião, à arte, à ciência, à assistência, hospitais» (art.º 27), tendo entrado em vigor no ano seguinte. No ano de 1904, no 6º Congresso Internacional dos Arquitetos, em Madrid, estabeleceu-se mais uma série de princípios entre os quais é de salientar:

«(...) 2º Os monumentos mortos, devem somente ser conservados consolidando as partes indispensáveis para evitar que caíam em ruínas; porque a importância dum monumento reside no seu valor histórico e técnico, valor que desaparece com o monumento.

3º Os monumentos vivos, devem restaurar-se para que possam continuar a servir, porque em Architectura, a utilidade é uma das bases da beleza.

4º Esta restauração deve fazer-se no estylo primitivo do monumento, afim de que conserve a sua unidade, que é também uma das bases da beleza architectonica, e as formas geométricas perfeitamente reproduzíveis. Devem respeitar-se as partes executadas em outros estylos, sempre que tenham mérito e não destruam o equilibrio esthetico do monumento. (...)»

Apesar da forte importância destes princípios, estes não foram constituídos como documento normativo, servindo assim como impulso para a reconhecida *Carta de Atenas sobre restauro de monumentos*, 1931, estabelecida na conferência de Atenas, com a participação de 120 peritos de 24 Países. Na mesma conferência, foi ainda originado a *Resolução sobre a conservação de monumentos históricos e de obras de arte*, aprovado em Outubro de 1932, concluindo assim uma década marcada pela proteção de monumentos e espaços com história contra os perigos da guerra.

Já em 1964, no 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Veneza, criou-se oficialmente o ICOMOS. Neste mesmo congresso, foi ainda aprovada a *Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios - Carta de Veneza - 1964*, sendo considerado até aos dias de hoje o documento mais importante na área de intervenção no património. Esta carta foi numa fase posterior complementado com outras cartas aplicadas as mais diversas áreas: *Carta sobre turismo cultural* (1976), *Carta de florença* (1981), *Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas* (1987), *Carta internacional sobre a protecção e a gestão do património arqueológico* (1990), *Carta internacional sobre a protecção e a gestão do património cultural subaquático* (1996), *Carta sobre o património construído vernáculo e a Carta internacional sobre o turismo cultural* (1999).

Para além das cartas referidas, o ICOMOS tem estabelecido diversos documentos legislativos, desempenhando também a importante função na avaliação das candidaturas a património mundial. É neste contexto que foi determinada uma lista, que aumenta gradualmente com o tempo, onde estão inscritos os monumento e sítios considerados mais importantes, segundo determinados critérios estipulados.

Foram promovidas ao longo do tempo outras convenções pela UNESCO, sendo sempre analisados e estipulados os melhores métodos e técnicas, sendo o objetivo criar uma nova atitude face à conservação do património. Segue-se uma pequena análise a alguns documentos de alguma importância já aqui referidos:

Carta de Atenas (1931)

- Os restauros, quando inevitáveis, deverão respeitar a obra histórica e artística do passado, sem excluir estilos de qualquer época;
- A utilização dos monumentos deve respeitar o seu carácter histórico ou artístico;
- O interesse da coletividade sobrepõe-se ao interesse privado. Deve ter-se em conta o sacrifício acrescido, exigido aos proprietários, na óptica da preservação do bem comum;
- O carácter e a fisionomia das cidades devem ser respeitados, sobretudo na proximidade de edifícios antigos;
- Nas condições de vida moderna os monumentos estão cada vez mais ameaçados pelos agentes atmosféricos, pelo que é necessária a colaboração dos especialistas: físicos, químicos e biólogos;
- O emprego de materiais modernos na conservação de uma ruína deve ser sempre passível de reconhecimento;
- Quando se mostrar impossível a conservação de ruínas postas a descoberta por escavações, é aconselhável enterra-las de novo, para evitar degradação;
- A conservação dos monumentos exige uma cooperação intelectual universal e deverá constituir um objetivo educacional para a juventude;
- A proteção e conservação dos monumentos exigem normas jurídicas adaptadas a cada país;

Carta de Veneza (1964)

- O restauro [...] destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos;
- Nos casos em que as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas admite-se o recurso a outras técnicas modernas de conservação e de construção, desde que a sua eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida por experiência;
- A unidade de estilo não deve constituir um objetivo a alcançar no decurso de um restauro. Pelo contrário, devem ser respeitados os contributos válidos das diferentes épocas de construção;

- Os elementos destinados a substituir as partes inexistentes de uma edificação devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se, sempre, das partes originais;

Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea (1976)

- Considera-se conjunto histórico todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou socio-cultural. Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais, homogêneos, os quais deverão, regra geral, ser cuidadosamente conservados sem alterações. Entende-se por salvaguarda a identificação, a proteção, a conservação o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos, e do seu enquadramento.

Carta de Cracóvia (2000)

- A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro a renovação e a reabilitação;

- A conservação do património construído é executada de acordo o projeto de restauro, que deve incluir uma estratégia para a preservação a longo prazo;

- Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o verdadeiro estilo;

- Qualquer intervenção que afete o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem;

- O objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade;

- A decoração arquitetónica, as esculturas e os elementos artísticos, que fazem parte integrante do património construído, devem ser preservados mediante um projeto específico vinculado ao projeto geral de restauro;

- As cidades e as aldeias históricas, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal;

- As técnicas de conservação devem estar intimamente ligadas à investigação pluridisciplinar sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado;

6.1 O património em Portugal

O património existente em Portugal atende a um conjunto de normas precisas de classificação e proteção estabelecida pelo IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, na dependência do Ministério da Cultura. Existindo diversos tipos de imóveis, bem como valores distintos, estes podem ser classificados⁵ como: Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público e Imóvel de Interesse Municipal.

O organismo competente pela classificação, propõe ao Ministério da Cultura, que procede ou não à respetiva aprovação⁶, qual a classificação que pondera adaptada ao património em questão, de forma a proteger e a conservar o seu valor histórico e arquitetónico, bem como o da sua envolvente.

A noção tardia da importância da herança patrimonial existente no nosso País levou a que os números ao longo do tempo fossem modificados. Apesar de atualmente existir uma grande preocupação na preservação do mesmo, e de um grande investimento na reabilitação, a construção de raiz continua a ser uma opção primordial, fazendo com que Portugal se mantenha como um caso único na Europa, onde a reabilitação do património edificado possui uma expressão marginal no total do mercado da construção.

Os seguintes dados resultam da pesquisa de património classificado proveniente do IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico⁷:

- 3 359 Bens imóveis (monumentos, conjuntos ou sítios) classificados em todo o território português;
- 791 Edifícios classificados como Monumentos Nacionais;
- 2 096 Edifícios classificados como imóveis de interesse público;
- 448 Edifícios classificados como imóveis de interesse municipal;
- 12 Classificações de Património Mundial inscritas na lista da UNESCO:
 - Centro histórico de Angra do Heroísmo (1983)
 - Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Lisboa (1983)
 - Mosteiro da Batalha (1983)
 - Convento de Cristo, em Tomar (1983)
 - Centro histórico de Évora (1986)
 - Mosteiro de Alcobaça (1989)
 - Paisagem Cultural de Sintra (1995)

⁵ Lei de Base do Património Cultural Português, 1985;

⁶ O processo de classificação é regido pela "Lei de bases do Património" aprovada em 2001 pela Assembleia da República Portuguesa;

⁷ Dados resultantes da data de 25 de Outubro de 2010, do site www.igespar.pt;

- Centro Histórico do Porto (1996)
- Gravuras rupestres do Parque Arqueológico do Vale do Côa (1998)
- Floresta de Laurissilva, na Madeira (1999)
- Paisagem vinhateira do Alto Douro (2001)
- Centro histórico de Guimarães (2001)

6.2 Materiais e técnicas de construção existentes

Toda a construção detém uma história de costumes específicos duma determinada época, preservar e incuti-los na nossa geração não deveria ser uma opção, mas sim um dever. Com o passar do tempo, o estado climático e as pressões a que as construções se sujeitam são inconstantes, e como tal é preciso considerar as alterações que estas podem exercitar sobre os materiais. Garantir a permanência das estruturas do passado sem, impedir o surgimento de novas estruturas e materiais, é o desafio, cada vez mais presente dos profissionais nesta área.

Existem várias formas de intervenção³:

- **Restauração:** Termo mais antigo e conhecido nesta área, consiste na intervenção que devolve ao espaço/objeto a unidade potencial da obra, recompondo a imagem e preenchendo as lacunas;

- **Conservação:** Esta forma de intervenção carece de uma intervenção na matéria que constituem os edifícios, para lhes garantir integridade física. As matérias vão se alterando ao longo dos tempos, acabando por envelhecer e perder as suas características, como tal, existe a necessidade de actualiza-los sucessivamente conferindo o seu estado. Por vezes, existe também a hipótese de ser necessário (na maioria dos casos) a introdução de novos elementos, sejam estes estruturais ou complementares ao espaço (acréscimos de área);

- **Reconstituição:** caracteriza-se pela reunião de fragmentos dispersos. Mais aplicado a equipamentos, ou formas ornamentais decorativas dos espaços;

- **Retrofit:** Ou também conhecida como adaptação ao novo uso, é uma das formas de intervenção com mais recorrência. Define-se como uma intervenção que tem como objetivo adaptar o espaço existente (e que em tempos teve outra utilidade) e adapta-lo a um novo tipo de atividade. Por exemplo, um espaço que em tempos foi um estábulo, e após o retrofit tornou-se um bar. Este tipo de mudança, deve ser feita com cautela tendo em conta diversos fatores como: nova atividade degrade rapidamente o espaço; não haja interligação com funcionalidade; limitações do espaço, etc.;

³ Segundo o “Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios - Guia de intervenção”, 2011, INOVADOMUS, Departamento de engenharia civil da Universidade de Aveiro.

▪ **Reconstrução:** Trata-se da recriação de um edifício desaparecido no local de origem. Este tipo de intervenção, normalmente só é utilizado em edifícios com história ou que desempenharam um papel arquitetónico importante. Requer que existam registos fiéis que possibilitem a reconstrução do mesmo;

▪ **Réplica:** Como o nome indica, trata-se duma cópia de um original ainda existente. Geralmente utilizado em peças para Museus (esculturas), ou para edifícios que tenham caído em degradação os elementos decorativos. Este tipo de intervenção, requer alguns custos e tempo, como tal, torna-se uma opção rara;

Em todos estes tipos de intervenção, o processo de execução altera conforme a situação ou elemento, sendo ponto de partida geral o bom conhecimento e estudo dos materiais utilizados e a utilizar. Este tipo de trabalho multidisciplinar, como previamente referido, ganha a cada etapa mais intervenientes com funções distintas e conhecimentos ricos para o desenvolver do trabalho, e à medida que o projeto avança cresce a necessidade de agregar profissionais especializados.

Os materiais utilizados são um dos elementos mais importante no processo de reabilitação e conservação de edifícios antigos. De uma forma geral, utiliza-se uma gama pré-estipulada na área da restauração, no entanto existe a possibilidade de recorrer a recentes compósitos dando impulso a criatividade dentro da legislação. Os materiais geralmente utilizados são:

▪ **Estruturas:** Regra geral não existe a utilização de betão armado (salvo raras exceções de recentes intervenções), mas sim a permanência antiga de alvenaria de pedra, com os pisos de travejamento em madeira, e em alguns casos em pedra. É comum estas estruturas estenderem-se por diversos pisos, edificando assim uma estrutura única que requer alguns cuidados caso seja interrompida;



Figura 3 - Estrutura alvenaria de pedra no Norte de Portugal numa casa deixada ao abandono. Fonte da imagem: www.theroofabovemyhead.blogspot.pt/2009_08_01_archive.html

▪ **Fachadas:** São constituídas na maioria dos casos por uma parede mestra, sendo usual (conforme a zona em que se situa o edifício) a utilização d

alvenaria de pedra, seixo rolado ou então pedra partida, com ligação através de granitos, feldspatos, argilas, etc. Constituídos por múltiplas camadas base de cal, é também comum encontrar-se edifícios com fachada forrada a azulejos típicos. Ao trabalhar com fachadas, tem-se que ter em conta que estas são o rosto e a base de estruturação do edifício, como tal, requer especial atenção;



Figura 4 - Fachadas de habitações no centro histórico de Guimarães. Fonte da imagem: www.diversidadesquecidas.blogspot.pt/2012_07_01_archive.html

- **Pavimentos:** É usual encontrar-se vigamentos em madeira, recoberto com soalho. Existem alguns casos em que surge piso forrado com mosaico cerâmico ou marmorite, no entanto, por baixo irá sempre existir uma estrutura de madeira;

- **Coberturas:** Apresentam-se com vigamentos da característica madeira e telha de meia cana ou de aba e canudo, tipo “lusa”. É também elemento estrutural as caleiras e algerozes em zinco ou chapa zincada;

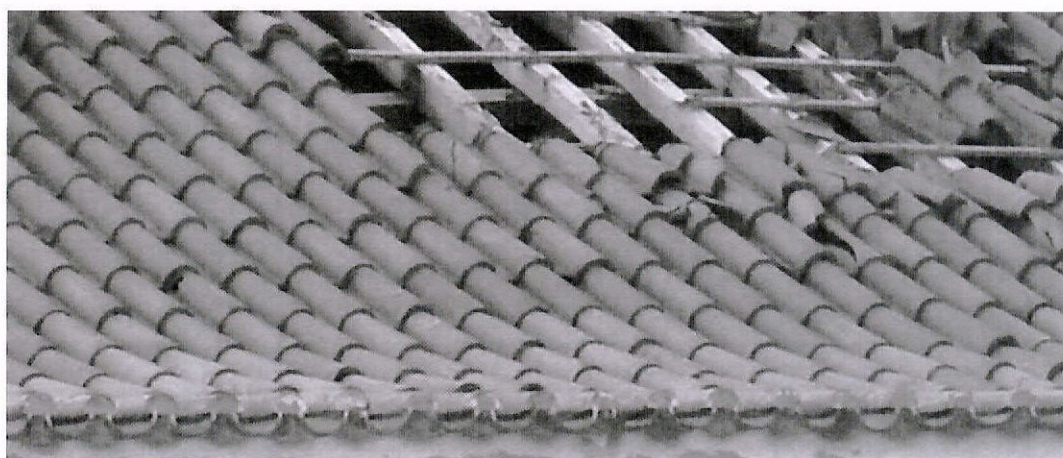


Figura 5 - Pormenor de cobertura com estrutura em madeira e telha canudo. Fonte da imagem: www.guiamais.com.pt

▪ **Escadas:** Este elemento de acesso, interior ou exterior, apresenta-se conforme a situação, em pedra (exteriores) ou madeira (interiores) podendo em casos excepcionais existir em ferro;

▪ **Paredes Interiores:** O mais usual neste tipo de estrutura é encontrar-se paredes divisórias feitas em “enchamel” (ripas de madeira, estopa e cal) ou então de tabique. Trata-se de separações muito leves, altamente impermeáveis e elásticas, no entanto apresentam um nível de isolamento muito baixo em termos acústicos e bastante trabalhosas em termo de execução;

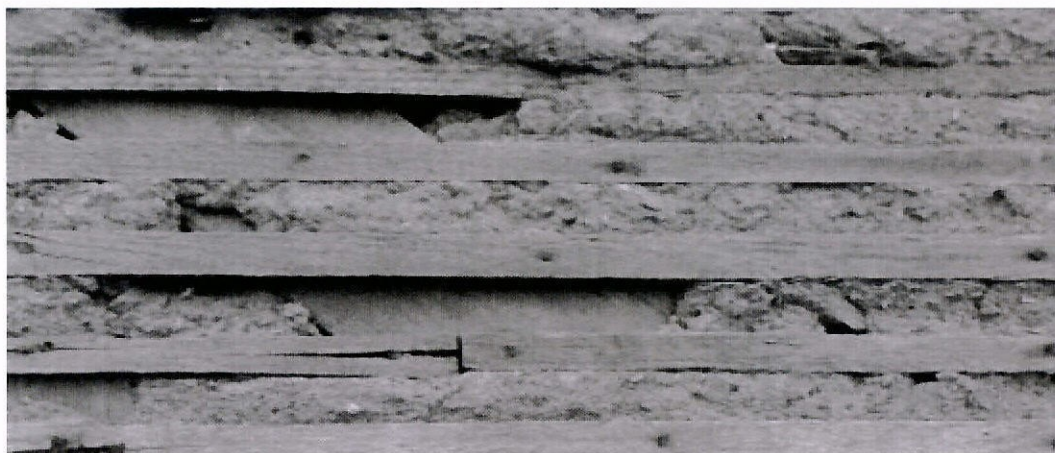


Figura 6 - Pormenor construtivo de uma parede de tabique, muito utilizado nas construções antigas.
Fonte da imagem: www.arquiteturadouro.blogspot.pt/2009/02/tabique-em-alvacoas-do-corgo.html

▪ **Revestimentos interiores:** É característico a utilização de rebocos feitos a gesso (estruque). Surge normalmente os lambris em corredores, escadas e acessos cujo acabamento pode ser azulejo, madeira ou gesso pintado com pigmentação de várias cores, chamado marmorite ou marmoreado. Devido ao grande número de oferta de materiais existente no mercado, a escolha dos mesmos requer especial atenção, não só devido a estética, mas também pela capacidade de adaptação aos materiais existentes;

▪ **Tetos:** Regra geral, são em estuque ou em madeira. No caso de serem em estuque, surgem com formas elaboradas (com rosetas, sancas, etc.)

Relativamente aos materiais utilizados nos complementos existentes na construção, os materiais utilizados são os seguintes:

▪ **Caixilharias:** Estes elementos não variam muito, sendo apresentados em madeira ou ferro, tendo como acabamento pintura em tinta de óleo em tons naturais. No caso de substituição dos mesmos, estes devem manter a madeira, ou então PVC ou alumínio anodizado;

- **Portas interiores / Portadas:** Tal como as caixilharias, estes elementos apresentam-se também em madeira ou ferro com cores naturais. Sendo mais a madeira utilizada nos interiores e portadas;

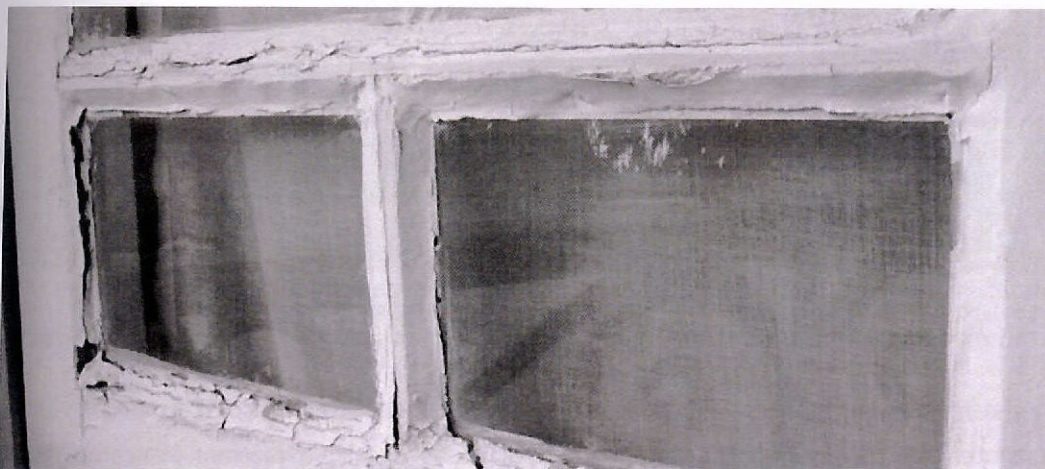


Figura 7 - Pormenor de janela em madeira pintada já deteriorada. Fonte da imagem: Fotografia pessoal

- **Cantarias:** Surgem geralmente como peça de estrutura ou simplesmente como ornamentação, dependendo do espaço inserido, sobre pedra de calcário ou de granito. Surgem como moldura de vãos de porta e janelas, cunhais, escadas, varandas, peças decorativas, beirados, etc. São elementos de extrema importância estética e histórica, que devem ser ao máximo preservado;

Apesar de existir uma série de legislação que tem que ser respeitada, o resultado das mais recentes intervenções em espaços com história tem vindo a evoluir técnica e esteticamente. Novos materiais são introduzidos, substituindo corretamente os antigos, reformulando o aspeto e a função, como é o caso do vidro por exemplo. No entanto, é necessária precaução para não cair no erro e no exagero, desfigurando a história da arquitetura.

6.3 Intervenção em espaços antigos

A reabilitação de edifícios antigos tem vindo a adquirir importância crescente numa ótica que é simultaneamente relacionável com a necessidade de promover a preservação do património arquitetónico e com a crescente consciência de que se trata de uma atividade potencialmente muito interessante para projetistas e construtores. Sendo uma área em constante crescimento em Portugal e no mundo, trata-se de uma ótima aposta para o Design de Interiores, visto que coabitamos num País rico em património tradicional e é nosso dever preservá-lo e demonstrar as nossas qualidades enquanto profissionais. Como tal, existem muitas intervenções de sucesso que merecem ser reconhecidas e analisadas. As tipologias escolhidas são no âmbito de espaços hoteleiros abrangendo os vários tipos de espaços tendo em conta a área e a sua localização.

6.3.1 Habitação séc. XX

A habitação na Lapa do Porto é um exemplar típico do princípio do século XX, que em tempos foi habitada pela família da proprietária, e que com o passar do tempo decidiu não se desfazer da casa e tomou a opção de a reabilitar, por se tratar de um espaço com história e pormenores dignos de recuperação.

Desenvolvida pela dupla de Arquitetos Henrique Marques e Rui Dinis, os objetivos foram logo delineados em conjunto numa primeira fase para que o sucesso do projeto fosse contemplado. A proprietária da habitação tinha uma ideia já estabelecida acerca do que queria da casa: manter os tetos trabalhados e as madeiras características, proporcionar mais luz natural, modernizar, criar funcionalidades e acima de tudo, manter a história centenária.

A fachada e o exterior de uma habitação considerada histórica são um dos pontos mais importantes a ter em consideração, por se tratar da “cara” da mesma. Manter os elementos característicos é uma prioridade, substituir com precaução é uma regra, e neste caso ambos foram respeitados.



Figura 8 e 9 - Fachada frontal e posterior da habitação centenária. Fonte da imagem: www.archdaily.com.br/48187/casa-marta-massada-spaceworkers/

Os azulejos característicos originais mantiveram-se, sendo substituídos os mais degradados⁹, e as pedras ornamentais foram sujeitas a tratamento e restauro. As caixilharias e portadas foram mantidas e substituídas, respeitando o material original: madeira, alterando apenas o tom original para branco de maneira a tornar mais leve o tom de bordo já estabelecido. Aqui temos o exemplo de uma boa intervenção exterior que não causa impacto tendo em conta a vizinhança habitacional, mantendo os elementos característicos desta tipologia histórica.

⁹ Segundo dados fornecidos por os arquitetos sobre o projeto que foi publicado na edição do Yearbook 09'10 - arquitetura em Portugal.



Figura 10 - Hall de entrada principal, escadaria para o piso superior e sala da habitação. Fonte da imagem: www.archdaily.com.br/48187/casa-marta-massada-spaceworkers/

Tendo em conta este tipo de projetos, e quando se trata de reabilitação de espaços com história, um dos erros mais comuns é o medo de arriscar e puxar pela criatividade enquanto Designers. Mas não foi o caso destes profissionais, que optaram por utilizar a cor para distribuir as divisões. A ideia partiu da utilização das tradicionais cores fortes do Porto, e aproveitando já o tom da fachada, esta dupla de arquitetos optou por utilizar tons diferentes em cada compartimento da casa, de maneira a que este conceito fosse perceptível através do exterior para o interior.

A junção dos tons fortes ao branco das madeiras (recuperadas de modo a ficarem mais leves e reterem a luz, sem ser o tom original de mogno) e aos tetos originais trabalhados, resultou num conjunto harmonioso sem retirar elementos característicos à casa centenária, este fator é merecedor de sucesso numa tipologia de trabalho como esta, respondendo assim aos objetivos da proprietária e ao mesmo tempo às normas de reabilitação.



Figura 11 - Quarto, casa de banho, escritório e local de refeições. Fonte da imagem: www.archdaily.com.br/48187/casa-marta-massada-spaceworkers/

Neste projeto foram preservados todos os elementos detentores de história e património e, como todas as intervenções de reabilitação, os detalhes foram analisados concretamente para que nada falhasse e os objetivos fossem cumpridos. Para se desenvolver um trabalho como este, é necessário possuir alguns conhecimentos, e acima de tudo vontade de aprender e participar na conservação do nosso património através do design e criatividade, sendo o objetivo geral dar uma nova vida aos espaços, sem lhes roubar o carácter.

6.3.2 Casas do Côro

Situada numa região em que os traços deixados pelo homem remontam ao paleolítico¹⁰, a vila de Marialva assumiu no início da nossa nacionalidade uma grande importância estratégica, sendo atualmente classificada como uma das dez aldeias históricas de Portugal. Com carta de foral desde 1179, Marialva está repleta de construções que evocam um passado distante e glorioso, de onde se destacam o pelourinho de gaiola, os portais da Igreja de Santiago, a Casa da Câmara, a cadeia e por fim toda a muralha bem como a torre de menagem.



Figura 12 - Exterior e envolvente das casas do Côro em Marialva. Fonte da imagem: www.casasdocoro.com.pt

As Casas do Côro inserem-se num empreendimento de turismo de habitação, situadas no coração da aldeia, foram edificadas partindo de velhas casas completamente arrumadas. Os proprietários Carmen e Paulo Romão decidiram investir e souberam devolver a vida a uma vila esquecida no tempo, através da recuperação de alguns edifícios. Exteriormente, as Casas respeitam a arquitetura local. Mas nos interiores, a pedra dá lugar à madeira salvaguardando o conforto do ambiente. A decoração harmoniza o clássico e o contemporâneo, numa atmosfera intimista, bem reveladora do gosto e personalidade dos seus proprietários. É um exemplo a seguir no combate sério à desertificação do interior e preservação do património.



Figura 13 - Zona de refeições geral e suite Eco sustentável. Fonte da imagem: www.casasdocoro.com.pt

¹⁰ Segundo informações descritas no website do espaço sobre a região. - www.casasdocoro.com.pt

Apresentando uma mistura de mobiliário moderno com uma decoração antiga, cada unidade dispõe de uma kitchenette bem equipada e de uma sala de estar com lareira. Sendo o total de nove espaços distintos no seu formato e decoração: casa do Côro, casa da Vila, casa de São Tiago, casa de N.ª. S.ª. de Lurdes, casa da Pipa, casa de São Pedro, palhal da Torre do Monte, casa da Torre do Relógio e ainda a nova instalação Suite Eco Sustentável dos Bogalhais. A Casa do Côro funciona como edifício principal e é a única que não se aluga na totalidade, somente quarto a quarto como um Hotel pequeno. Dispõe ainda de uma sala de jantar junto com uma sala de estar com honestybar e lareira, zona de televisão e leitura.

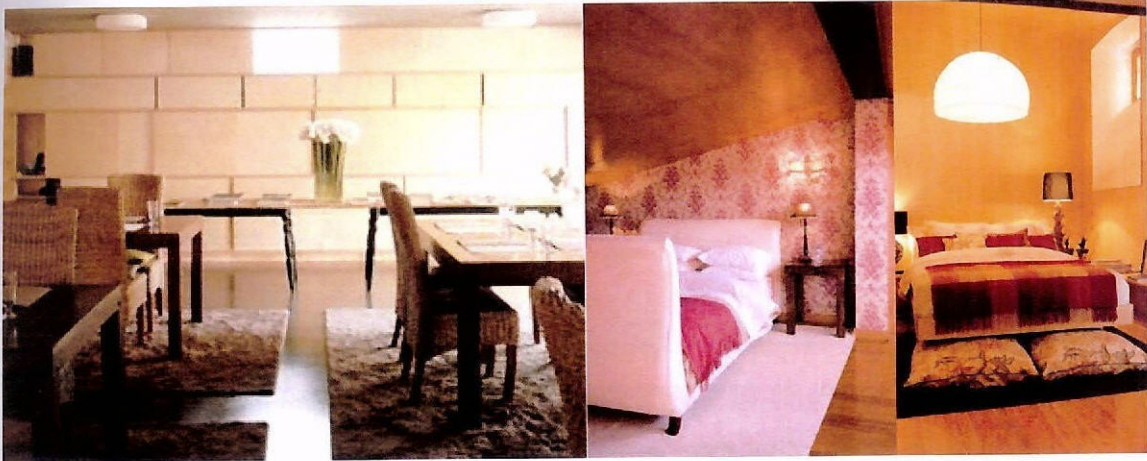


Figura 14 - Zona de refeições geral e exemplos de quartos existentes. Fonte da imagem: www.casasdocoro.com.pt

Todos os compartimentos foram decorados e executados ao pormenor deixando a arquitetura transparecer os materiais originais das habitações, bem como a época em que foram construídas, e depois completando com mobiliário e elementos característicos aos tempos remotos numa era moderna. Nenhum quarto, no entanto, é igual ao outro, nenhuma tela ou cama se repete. Tudo nesta unidade foi concebido para evitar a frieza de um hotel ou a melancolia documental de um museu.

Os materiais que se destacam, para além da característica pedra de construção, são as diferentes madeiras, granito, xisto, papel de parede, entre outros. A iluminação natural e artificial são também elementos importantes neste projeto, pois permitem uma correta definição dos materiais e compartimentos, e ao mesmo tempo harmonizam o espaço.

É um exemplo a seguir e apreciar de uma correta intervenção e iniciativa de preservar a arquitetura tradicional do nosso País, principalmente quando se trata de zonas históricas como é o caso. É mais um projeto que conjuga a arquitetura moderna e o design de interiores com o já existente, criando de forma harmoniosa elementos que se integram no espaço e ao mesmo tempo marcam a história.

6.3.3 Hotel M`AR de AR Aqueduto

Localizado no centro histórico de Évora e em pleno coração da zona classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, este hotel surge de uma adaptação do antigo Palácio dos Sepúlveda. Trata-se de um edifício quinhentista do qual se conservou uma capela, tetos em abóbada e três janelas manuelinas de modo a não alterar a fachada principal.



Figura 15 - Fachada do Hotel onde são visíveis os elementos mantidos do antigo palácio.

Construído em 1997¹¹, dispõe de um edifício principal de dois andares com um total de 91 quartos. Oferece uma diversidade de serviços adaptando-se a região e ao turismo exigente, demonstrando e mantendo o estilo arquitetónico de origem do edifício.

Na zona envolvente está presente o Aqueduto da água de Prata, construído entre 1531 e 1537 pelo arquiteto Francisco de Arruda com uma extensão de 9km, elemento histórico que marca mais o ambiente oferecido aos clientes.

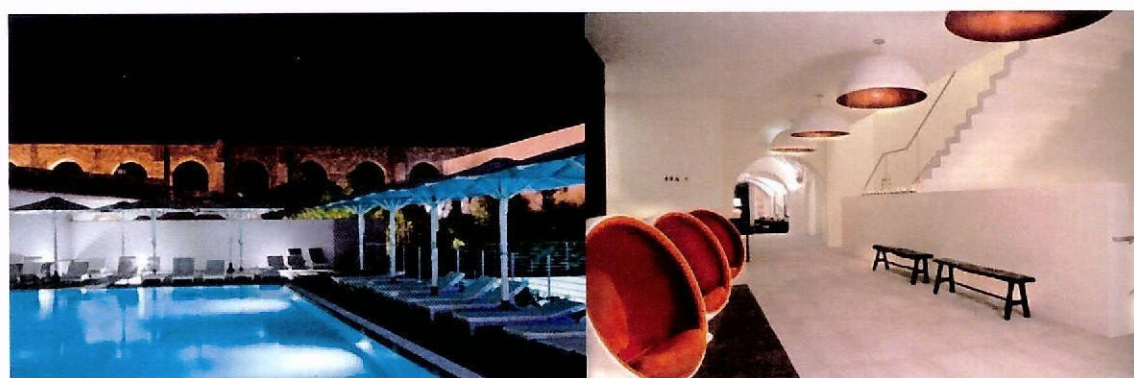


Figura 16 - Exterior do hotel com vista para o aqueduto e hall de entrada. Fonte da imagem: www.mardearhotels.com

Trata-se de mais uma intervenção em espaços antigos situados em centro históricos, que ditam um estilo e história perdido no tempo. A sua funcionalidade espacial alterou-se, sendo agora um hotel que responde a necessidades diferentes da sociedade atual. É o resultado de uma boa intervenção, mantendo todos os elementos característicos da fachada, bem como outros

¹¹ Segundo informações descritas no website do espaço sobre a construção original. - www.mardearhotels.com

pormenores construtivos do edifício. Trata-se de uma junção de uma estrutura antiga com uma adaptação moderna, completada com pormenores de mobiliário e materiais que enriquecem os distintos espaços.



Figura 17 - Recepção e sala de refeições com as abobadas estruturais mantidas. Fonte da imagem: www.mardearhotels.com

As salas de reuniões encontram-se no Palácio e restante conjunto patrimonial, complementado pelas alas do antigo Colégio de São Manços, entre as quais, a antiga capela e zonas contíguas, conferindo-lhe condições especiais para eventos. Na parte do restaurante podemos visualizar as abobadas do antigo ambiente que agora foi recriado.



Figura 18 - Quarto tipo suite e zona de refeições onde existe a adega. Fonte da imagem: www.mardearhotels.com

A estrutura do edifício permitiu a recriação de espaços divergentes destinados a várias atividades: restaurante, adega, vários tipos de quartos, spa, zone exterior com piscina, ginásio, etc. Todos definidos por tonalidades neutras com apontamentos de cor, sendo tudo pensado ao pormenor para que no seu interior fosse perceptível o espaço com história em que estavam inseridos, bem como a própria cidade.

7. A cidade e a zona histórica de Castelo Branco

Castelo Branco, das suas origens pouco se sabe, contudo lendas marcam a existência desta região desde o Paleolítico, comprovadas pelas escavações arqueológicas levadas a cabo em

terreno era de cariz rural, onde predominavam zonas de cultivo. Já a parte sudoeste da encosta havia sido ocupada primeiramente, pois teria melhor exposição solar, e melhor proteção aos ventos, sendo considerada mais acidentada do que a face nordeste. Do outro lado da encosta denotava-se um urbanismo mais rudimentar. A, então, Rua dos Mercadores iniciava-se na porta de cima, perdendo cota de forma a contornar a alcáçova. Com a acentuada inflexão, é prolongada pela Rua do Aressário, que vai descendo na encosta procurando a forma menos abrupta de abordar a pendente do terreno. A denominação toponímica é aqui relevante. Na planta da cidade é visível o surgimento dos arruamentos através de um movimento expansivo perpendicular às curvas de nível em anéis concêntricos.

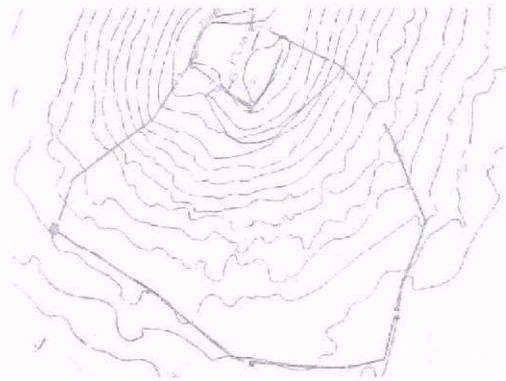


Figura 20 - Planta de curvas de nível da zona histórica. Fonte da imagem: *Casa Quinhentista de Castelo Branco*. Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ª Edição. Março 2009. Castelo Branco

6.1.1 Modelo Dionísio

É no reinado de D.Dinis que surge o modelo Dionísio que consiste em promover um conjunto de arruamentos retos de maior declive, e paralelos entre si. Este esquema sintetiza algumas ligações de união das portas das muralhas.

Este modelo permitia uma circulação melhor e mais rápida entre as portas da muralha, permitindo uma maior fluidez em vários tipos de situações.



Figura 21 - Planta com modelo Dionísio das ruas. Fonte da imagem: *Casa Quinhentista de Castelo Branco*. Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ª Edição. Março 2009. Castelo Branco

6.1.2. Traçado Viário

O traçado Viário é um traçado com influência de Vitruvius, para o planeamento dos arruamentos no centro histórico. Este modelo detém uma flexibilidade e uma margem de manobra, pois permite adaptar-se às variações do terreno, definindo uma ortogonalidade da malha usada, mais precisamente nas ruas D'Ega, Rua dos Oleiros e Ruas dos Peleteiros. Estas são paralelas e perpendiculares à Rua dos Mercadores.



Figura 22 - Traçado Viário definido nas ruas. Fonte da imagem: *Casa Quinhentista de Castelo Branco*. Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ª Edição. Março 2009. Castelo Branco

6.2. Análise da evolução urbana

Com base nos estudos existentes, Castelo Branco desenvolveu-se segundo o modelo dionísio de rua direita, sendo a travessa uma configuração determinante para o desenvolvimento urbano. No entanto, questiona-se a ligação entre a implementação do sistema viário e os ensinamentos vitruvianos para o desenho da cidade.

O vento é o fator proeminente para a definição do traçado da cidade, mais precisamente para desenho das vias (depois da configuração das muralhas). É com base na metodologia de Vitruvius, descrita num dos seus *livros de Arquitetura*, que nasce o traçado da cidade:

“Circundado o recinto, seguir-se-ão as divisões das áreas dentro das muralhas e as orientações das praças nas ruas. Serão o facto, traçados como devem ser se habilmente se afastarem das ruas ventos que, se forem frios, prejudicam, se quentes, corrompem se húmidos, são nocivos”¹³

Os ventos que se abatem sobre o território Albicastrense, provêm de orientações cardiais das vias lançadas com o modelo de *rua travessa dionisino*, ou seja, a orientação das ruas principais é perpendicular à do vento dominante (sentido nor-nordeste), estando assim afastadas da força nociva dos ventos, conforme a exigência de Vitruvius. Desta forma os ventos canalizam e distribuem-se pelas vielas, as vias travessas, que têm essa direção. O desfaseamento entre elas parece ser uma tentativa de *enfraquecer* a força do vento e evitar corredores. No entanto pouco se sabe acerca da distribuição desta relação ventos/ corredores, pois a documentação é escassa, mas pressupõe-se hipoteticamente que o desfaseamento das ruas, poderia ter surgido na vontade de tornar menos regular a malha urbana, interrompendo a continuidade das vias, ou seria uma tentativa de seguir as curvas de nível ou a acentuar as oscilações do terreno.

O declive do terreno é tido em conta para o desenvolvimento da malha urbana, e é sob a análise topográfica que recai o movimento expansivo da encosta.

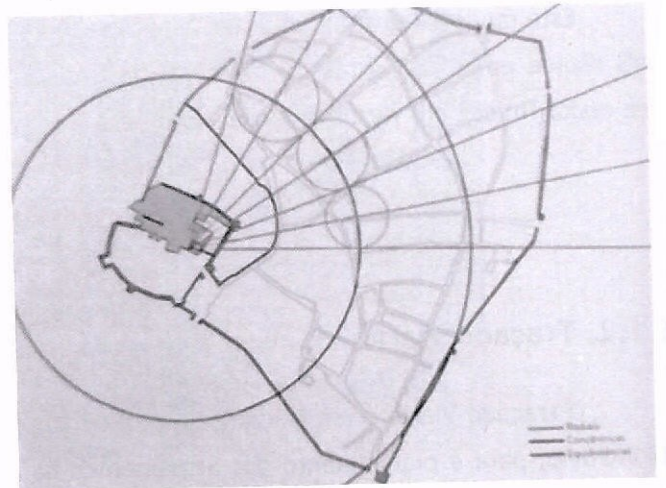


Figura 23 - Planta de desenvolvimento da malha do centro histórico, apresentando a forma de uma mão aberta. Fonte da imagem: *Casa Quinhentista de Castelo Branco*. Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ª Edição. Marco 2009. Castelo Branco

Atendendo a outra análise, a associação dos topos foi indicada por três circunferências que se referenciam nas esquinas a nascente das travessas, num desenho adaptativo às condições

¹³ VITRÚVIO: I livro, capítulo VI, in Vitruvius: Tratado de Arquitectura, trad. M. Justino Maciel, Instituto Superior Técnico IST Press, Lisboa, pp. 48-51

topográficas: a norte está a maior dimensão, que vai diminuindo para a transição da menor escala sul.

Importa clarificar que a circunferência pretende evidenciar apenas a equidistância entre os pontos indicados e salientar que os eixos que partem dos pontos indicados coincidem com as ruas direitas, sendo elas perpendiculares às curvas de nível. Também duas circunferências concêntricas neste ponto aproximam-se consideravelmente da travessa da Rua Nova, cimeira, e das ruas da Misericórdia e do Arco do Bispo.

Com as vias e travessas determinadas, facilmente se começa a definir os quarteirões tendo por base uma sequência proporcional segundo matrizes abstratas e geométricas. O quadrado e o retângulo (raiz de dois e de três) são utilizados como configuração do traçado urbano, de modo a facilitar a definição do perímetro de quarteirão (O desfasamento é conseguido pela alternância entre o quadrado que define o poente). A importância do delineamento do quarteirão vem salientar a descontinuidade dos arruamentos perpendiculares (coincidem com as curvas de nível), valorizando certas artérias em prol de outras sem que a largura seja fator a ser alterado. Contudo, o mais importante é a definição do traçado geométrico, que sustenta esta morfologia urbana, tentando identificar alguma regularidade métrica.

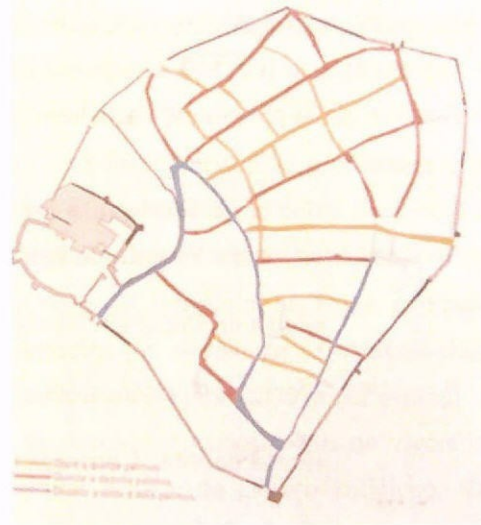


Figura 24 - Planta de ruas com maior importância e menor importância. Fonte da imagem: *Casa Quinhentista de Castelo Branco*. Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ª Edição. Março 2009. Castelo Branco

A largura das ruas parece estar diretamente relacionada com a posição que ocupa na malha da cidade:

- **As ruas de maior importância (ruas em azul e vermelho)** são eixos que assumem funções de exceção: anel de fecho junto à muralha (santa Maria); anel que abraça a Alcáçova (mercado) e a rua que corta a encosta unindo as duas já referidas (arressário).

- **Entre as ruas de menor importância (ruas laranja)**, parece haver uma associação hierárquica. As ruas que descem a encosta sucedem-se de forma alternada, sendo as mais estreitas da mesma dimensão das linhas paralelas às curvas de nível: as ruas-travessas.

Torna-se clara distinção dada às ruas que conduzem às portas da muralha. Os quarteirões chegam dois a dois à rua do Arressário, tendo a eixo a rua de medida média menor. O esquema hierárquico confirma o desenvolvimento métrico dos quarteirões sobre eixos alternados, de

forma a favorecer a adaptação topográfica. As medidas usadas eram expressas em braças (ordem das dezenas de palmo - medidas que se aproximam na nossa ordem de grandeza).

6.3 Análise comparativa da planta antiga/atuall

Atualmente o centro histórico de Castelo Branco mantém muitas características desenvolvidas ao longo da história, desde os arruamentos, praças, pormenores de arquitetura presentes nas casas quatrocentista, quinhentista e seiscentistas, contudo muitas marcas apagaram-se com o tempo.

A muralha sendo o elemento predominante que acolhe todo a zona histórica de Castelo Branco, nalguns troços desapareceu e noutros encontra-se camuflada nas habitações. A autarquia de Castelo Branco tem trabalhado para encontrar e recuperar estas partes da muralha. As portas da muralha ainda prevalecem atualmente, nomeadamente:

- Porta de Santiago, a norte pela Calçada da Alegria e dando acesso aos caminhos de Cafede e São Vicente da Beira;
- Porta do Ouro, em frente à Capela de São Brás, junto à alcáçova;
- Porta da Traição, a São Gens;
- Porta da Vila, à entrada da Rua dos Ferreiros;
- Porta do Esteval, em local indefinido, entre as portas de Santiago e da Traição;
- Porta de Santarém, a ponte, em frente à igreja de Santa Maria, fazendo a ligação aos caminhos de Sarzedas;
- Porta do Espírito Santo, dando entrada para a rua de Santa Maria, dos caminhos de Açafa e do Alentejo.



Figura 25 - Comparação da planta antiga e atual da zona histórica de Castelo Branco. Fonte da imagem: *Casa Quinhentista de Castelo Branco*. Castelo Branco, Edição Câmara

O urbanismo pouco se alterou, algumas casas ainda guardam a sua fisionomia quatrocentista/ quinhentista e seiscentista. O conjunto de portas e janelas em granito desses períodos tende a desaparecer pois a população tenta esconder o antigo, o que está em desuso.

Ainda prevalecem as portas duplas, uma larga e outra estreita (do cavalo e do cavaleiro; ou da loja ou oficina da família) típicas da arquitetura beirã em arco adintelado, com simples molduras chanfradas, e as janelas com o mesmo tipo de moldura, distribuídas harmoniosamente nas fachadas. Algumas destas portas receberam no lintel reto decoração variada, de feição manuelina na sua maioria, podendo ir desde uma simples cruz, passando pelo ondulado de arco em Querena Quinhentista aos enrolamentos: pinhas, bolos, alcachovas, elementos geométricos mais ou menos elaborados, mas denunciando um trabalho popular.

As ruas são calçadas de uma pedra dura e miúda denominada de *gorão* que incomoda bastante quem pisa. As ruas dispõem-se perpendicular e paralelamente à alcáçova do lado este da colina e acompanham, mais junto ao vale, as variações do terreno.

A organização do espaço era feita de acordo com as ocupações profissionais e propriedades privadas, pelo que se desprende da toponímica atual. Na Rua da torre do Relógio, por exemplo, uma casa seiscentista mostra-nos uma janela com decoração tipicamente "manuelina". Percebe-se a existência de 2 tipos de construção: uma de **carácter popular** (relacionada com a simples repetição de modelos), outra **erudita** (os elementos são trabalhadas dando origem a novas composições, permitindo a penetração de novas estéticas e arquiteturas).

No percurso pedestre, ao centro histórico, ainda se percebem vários locais de vivência privada, nomeadamente: A casa, o quintal; Vivência Coletiva; o local de Espaço Religioso. Na Praça Velha, atual Praça de Camões não existem vestígios anteriores ao século XVI. Pouco resta dos edifícios do paço do concelho e cadeia, que seria uma obra dos finais do século XV/inícios do século XVI. Nesta praça encontram-se já algumas intervenções contemporâneas.



Figura 26 - Imagem da atual Praça de Camões, antiga Praça Velha. Fonte da imagem: Fotografia pessoal

8. Habitações centro histórico

O castelo construiu, não só as bases de um sistema defensivo, como também fatores de confiança na estabilização desejada da população. Foi natural, portanto, a tendência para construir casas junto deles ou, de preferência, no interior da cintura de muralhas. A satisfação de tais propósitos impunha, porém, à estruturação das casas certos condicionamentos: localização em sítios altos, alcantilados, de acesso fatigante, que obrigavam os construtores dos edifícios a uma complicada ginástica construtiva e de ocupação, cujos resultados - casas amontoadas, ruas íngremes e tortuosas, quintais diminutos ou inexistentes, etc.

As habitações situadas no centro histórico apresentam fisionomias muito características, sendo definidas por uma arquitetura típica da zona da Beira Baixa. Estas, podem ser descritas, pelas palavras de Leonel Azevedo, como um estilo “Manuelino pobre” ou “Manuelino popular”, devido a uma arquitetura de pobres recursos, com dimensões reduzidas e materiais e técnicas construtivas simples. Os únicos elementos de destaque destas casas são, pois, o trabalho de cantaria e os lintéis de portados.

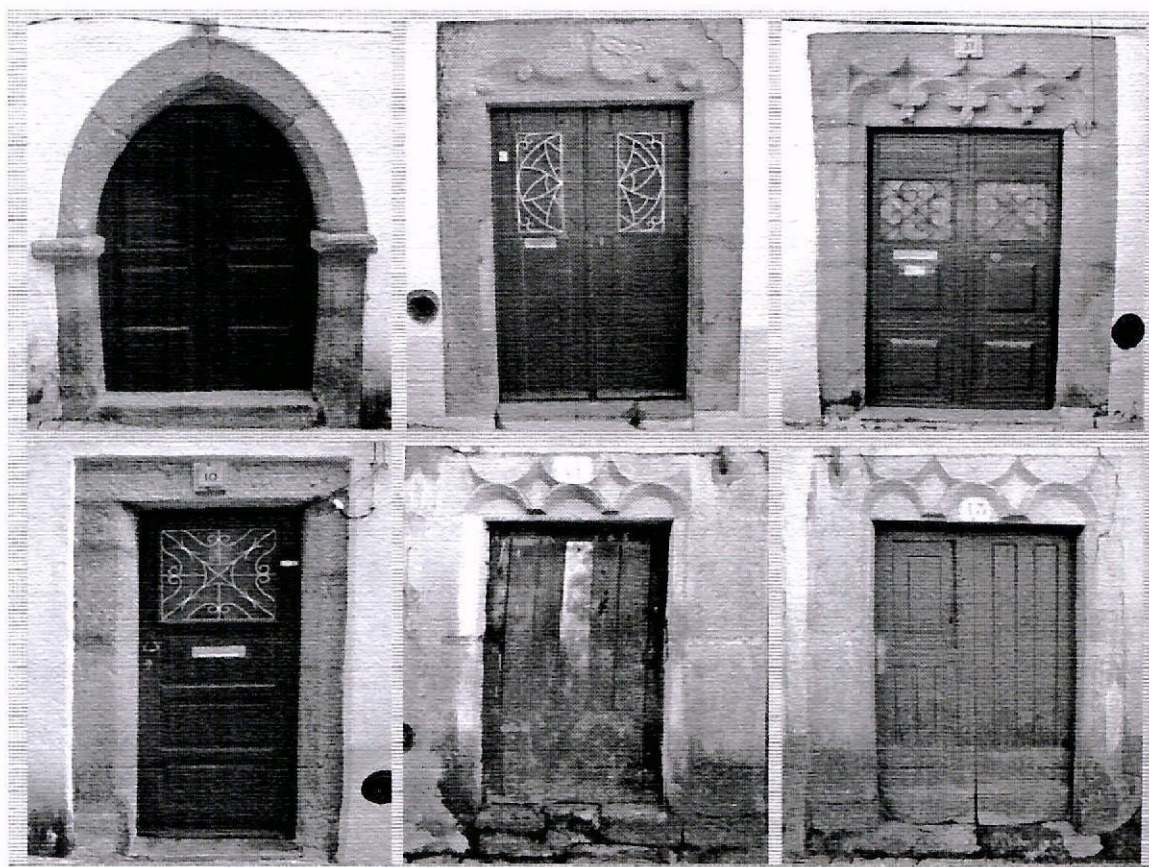


Figura 27 - Alguns exemplos de portados Quinhentistas existentes na zona histórica. Fonte da imagem: Fotografia pessoal

Estas casas correntes medievais são definidoras da imagem da cidade antiga e são reflexos autênticos das necessidades e atividades sociais e profissionais do homem da época, como se verifica, por exemplo, através da organização dos lotes. O lote medieval era, normalmente, retangular, estreito e alongado. As edificações ocupavam o lote na totalidade da

sua largura, e parcialmente o seu comprimento, sendo o fundo do lote destinado a um pequeno quintal ou logradouro.

No que diz respeito à estrutura, a casa corrente de Castelo Branco tem, na maioria dos casos, dois pisos, justificados pelo sistema construtivo adotado e pela considerável densidade populacional. As habitações térreas são, portanto, escassas; os casos de casas com três pisos podem ser resultado de um acréscimo posterior.

Através da fachada, era possível ter conhecimento do ofício praticado pelo proprietário da casa ou o seu poder económico, pois, os lintéis das portas e janelas são decorados com motivos em alto e baixo-relevo, como tesouras que indicavam a casa de um peleteiro (tratador de peles) ou motivos manuelinos, ricamente trabalhados que indicavam que ali morava alguém de um estatuto socioeconómico elevado.

Por vezes, é possível observar dependendo da inclinação solar, na ombreira da porta, uma cruz latina escavada na pedra que simbolizava a conversão dos judeus ao cristianismo.

De grande relevância na fachada destas casas, surge ainda o beiral, sempre bastante saliente em relação ao plano da fachada com o objetivo de a proteger, devido à fragilidade dos materiais que a compõem.



Figura 28 - Imagem de fachadas de habitações situadas na zona histórica. Fonte da imagem: Fotografia pessoal

8.1 Estudo das habitações

Apesar destas características gerais, comuns à maior parte das casas medievais de Castelo Branco, estas podem ser diferenciadas pela sua tipologia. Nos estudos já existentes acerca desta matéria é feita a distinção de seis tipologias:

• **Casa térrea** - habitação com apenas uma divisão, sendo possível fazer desta várias utilizações. São casas que carecem de uma definição de especialização e carecem, igualmente, de privacidade.

• **Casa térrea com duas divisões**

Casa dianteira - era um espaço aberto para a rua e, portanto de maior socialização;

Casa de dentro - compartimento com acesso ao quintal, essencialmente destinado ao repouso familiar. Em alguns casos, a área residencial adquire novamente o carácter unicelular; a outra divisão, ocupada com oficina ou espaço de armazenamento.

• **Casa de sótão e sobrado, com uma divisão por piso** - esta tipologia tem uma funcionalidade idêntica à do 2º tipo, mas num sentido vertical, onde existe um sótão ou uma loja como local de trabalho ou de armazém.

Segundo algumas necessidades e disponibilidades económicas eram, por vezes, acrescentadas divisões às casas, dando origem, então, a outras tipologias:

• **Casa de dois ou mais pisos, com duas ou mais divisões por piso** - Há uma maior diferenciação das áreas interiores, feita por divisões em materiais como a taipa, o tabique, a "tavoado" ou os panos de armar. A cozinha situa-se, normalmente, no último piso para uma melhor extração de fumos e também pelo receio do fogo e dos cheiros.

• **Casas sobradadas armadas sobre arcos ou esteiros** - comuns em áreas mais centrais e comerciais.

• **Casa térrea com pátio dianteiro cercado por muros** - esta é uma tipologia muito pouco representativa da época medieval no nosso país.



Figura 29 - Entrada das habitações que apresentam diferentes tipos de portas. Fonte da imagem: Fotografia pessoal

No caso de Castelo Branco, a tipologia mais característica é a apresentada com dois ou mais pisos. No entanto, em zonas próximas da alcáçova, onde a topografia é bastante acentuada, vão aparecendo tipologias adaptadas, como é o caso de algumas com quintal à cota baixa e

comunicam com a rua à cota alta. Assim, apesar de através do alçado parecerem casas térreas, têm um funcionamento interior em dois pisos. Encontram-se exemplos deste tipo sobretudo na Rua dos Mercadores. Aqui encontram-se, ainda, soluções semelhantes mas em que o desnível do terreno não corresponde exatamente a um piso, correspondendo o nível da rua a uma cota intermédia entre o piso térreo e o sobrado.

A porta (ou portada) é, normalmente, a única abertura existente no piso inferior, repetindo-se, por vezes, de modo a permitir acessos diferenciados ao piso térreo e ao sobrado.

No que diz respeito às janelas, existiam em número muito reduzido e limitavam-se, sobretudo, ao piso superior a fim de controlar a temperatura interior, proteger contra as intempéries, e por motivos higiénicos e de segurança; a escassez de janelas no piso inferior deve-se, maioritariamente, à necessidade de privacidade, pois na rua aconteciam inúmeras atividades quotidianas de trabalho e lazer e, na época medieval, a utilização de vidraças para proteção de janelas era inexistente, sendo estas protegidas, apenas, por portadas de madeira.

O local mais frequentado deste tipo de habitações era a cozinha, no lado oposto ou em outro piso encontrava-se a sala. Entre ambas situavam-se muitas das vezes, duas pequenas divisões, de reduzidas dimensões, muito comuns nesta região: as alcovas.

Cozinha: Era o local central da vida quotidiana, onde os habitantes cozinhavam, comiam e se reuniam depois do trabalho, principalmente no inverno por ser o compartimento mais quente devido a lareira ou forno de pão. Na ausência de chaminé, o fumo do braseiro escapava entre as poucas telhas levantadas para o efeito, tornando assim as paredes bastante escuras. O mobiliário mais comum era o escano (banco comprido de encosto com mesa articulada), a parragueira (ou poial, banco comprido de pedra), e a mesa, entre outros complementos típicos.

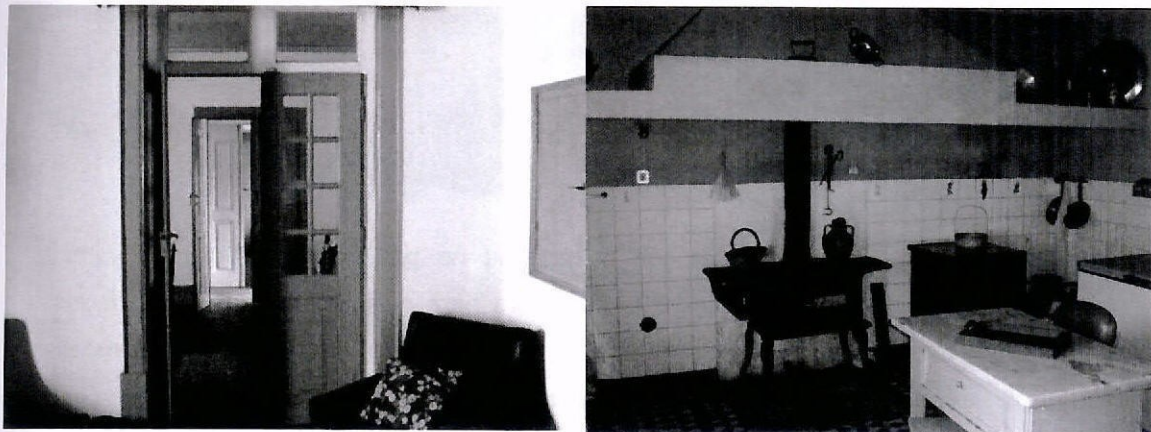


Figura 30 - Exemplo de interiores de casas. Sala e cozinha. Fonte da imagem: Fotografia pessoal

Sala: Apesar de pouco utilizada, é o local da casa mais solene, pois ai se comia em dia festivos ou de visitas. É o compartimento onde existe maior número de janelas, existindo nelas os típicos pequenos bancos de pedra embutidos - conversadeiras ou namoradeiras. É neste local onde a preocupação decorativa é mais notória, apesar da simplicidade, é nesta área onde se encontra o melhor mobiliário (arcas, comodas, armários embutidos, etc.)

Alcova (quarto): Geralmente de dimensões reduzidas, este apenas possuía o espaço destinado a albergar a cama, encontrando-se orientada para a sala. O equipamento usual era a cama (madeira ou ferro), por vezes uma mala da roupa (arca) e um espelho. Excecionalmente poderia existir uma máquina de cozer, um lavatório de ferro (ou bacia) e uma mesinha de cabeceira.



Figura 31 - Exemplo de interiores de casas. Quarto e sala com elemento namoradeira. Fonte da imagem: Fotografia pessoal

Casa de banho: Na habitação térrea, não havia a existência de casas de banho. As pessoas deslocavam-se ao quintal, às terras, ou as cortes. Mais tarde foram introduzidas retretes de madeira ou pequenos nichos embutidos no chão. Nos edifícios de dois pisos, de maiores dimensões, a retrete foi integrada posteriormente. Na maior parte dos casos, era uma adaptação de uma das alcovas ou proveniente de parte da varanda, fechada para o efeito. O seu pavimento era coberto de palha, de forma a reaproveitar todos os desperdícios, que serviam de adubo para a agricultura. Também era usado o típico caleiro¹⁴, por onde eram atirados restos de comida para alimentar os animais, mas que também servia de sanita.

Adega: Podia-se encontrar anexada a casa ou no piso inferior. Sempre em parte soterrada, de forma a conservar melhor a temperatura para o vinho. Piso de terra batida, e paredes grossas. Os poucos orifícios permitiam alguma ventilação. As reduzidas dimensões de algumas adegas, ditavam que o vinho era para consumo próprio e não para venda.

8.2 Aspetos de ordem construtiva

Os materiais que compunham estas habitações resumiam-se à pedra nas paredes exteriores, e à madeira nos vigamentos e compartimentos interiores. A utilização da pedra em detrimento de materiais mais frágeis deve-se à busca de uma maior robustez, longevidade e

¹⁴ Caleiro era um cano primitivamente aberto num tronco de carvalho e hoje feito de pedra ou tabuas, que vai dar a pia dos porcos, por onde se lhes deita a comida.

eficácia face aos agentes atmosféricos, no entanto, são edificações precárias de conforto muito reduzido.

Paredes: As mais comuns possuíam uma espessura entre 50 a 60 cm, geralmente em alvenaria não rebocada, e de pedra de granito ou de xisto. Esta alvenaria era constituída por pedra ordinária, irregular assente em argamassa. Para evitar o desconforto provocado pelo vento, enchia-se por vezes os vazios da alvenaria com saibro (argila arenosa). Hoje em dia são utilizadas argamassas de cimento, sendo as juntas pintadas de branco. As paredes no seu interior, muitas eram também rebocadas com argamassa de cal e em seguida caiadas.

As divisórias interiores, devido ao seu peso, eram quase sempre em tabique, que são obtidas pela pregagem de um fasquiado sobre tábuas colocadas ao alto, sendo o conjunto revestido em ambas as faces, com reboco de argamassa de cal. Pela sua grande importância, os tabiques são aliás, um exemplo muito particular de paredes divisórias que, generalizando-se um pouco por todo o País. A sua espessura era aproximadamente de 10 cm.

Coberturas: De pouca inclinação, encontram-se apoiadas numa estrutura de madeira. Esta era constituída pelo pau de fileira e por terças ou madres longitudinais encastradas nas paredes laterais e apoiadas a meio vão por uma asna pequena com pendural. Os telhados mais antigos, eram em telha de meia-cana. Quando restaurados, eram por vezes substituídos por telha marselha, canudo ou aba. A telha era apoiada em ripas de madeira pregadas ao varedo (ou barrotes)

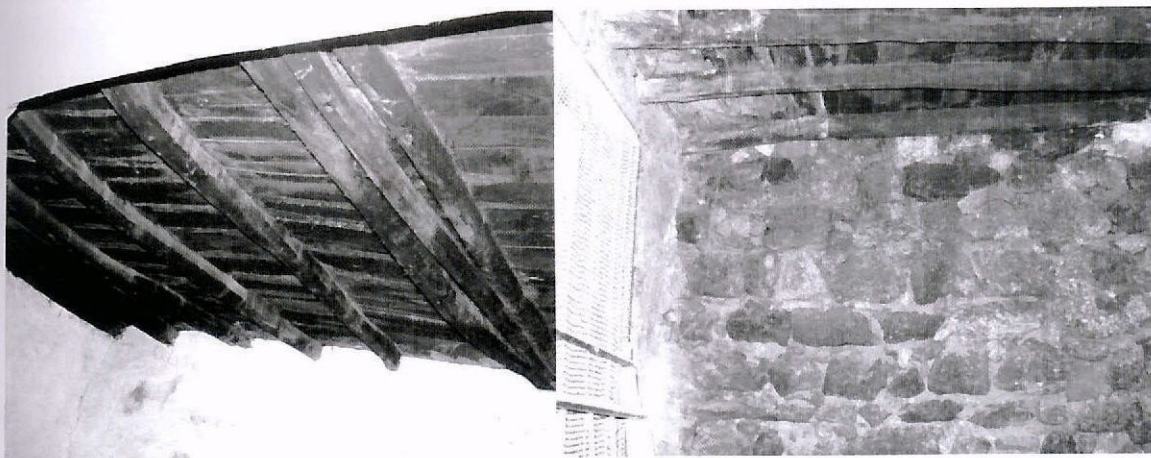


Figura 32 - Pormenores de parede de pedra e estrutura de teto em madeira. Fonte da imagem: Fotografia pessoal

Pavimentos: Se houvesse poucos recursos, o piso térreo era de terra batida ou em soalho, o que mantinha a habitação mais quente. Caso contrário, o pavimento do piso térreo apresentava-se em lages de pedra. O piso superior era constituído por vigamentos de madeira e pelo soalho. O assentamento do vigamento nas paredes-mestras poderia ser de três formas: por encastramento direto, apoiado em cachorros, ou apoiado no ressalto dos muros, o que obrigava à construção no piso inferior de um muro de maior espessura.

9. Projetos desenvolvidos no âmbito de estágio

Durante a permanência de estágio no Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco, executou-se diferentes trabalhos na área do design de interiores, gráfico e arquitetura. Em parceria com profissionais de outra área, desenvolveu-se vários projetos a ser executados destinados ao Município, desde ficheiros tridimensionais a levantamentos técnicos, bem como desenvolvimento gráfico de apresentações e brochuras informativas. Estes trabalhos foram desenvolvidos de forma individual e em grupo, usando a prática de trabalho em equipa tratando-se de uma mais-valia para a formação. Para além destes projetos aqui apresentados, executou-se também o projeto final de uma Habitação na zona histórica de forma individual que é apresentado posteriormente.

9.1 Passadiço do Jardim do Paço

“ O seu conjunto, com a casa quinhentista encostada aos arcos que ligavam o jardim à antiga Horta do Paço, na continuação de uma casa brasonada, forma um verdadeiro protótipo do abundante Património Cultural que a cidade encerra.”¹⁵

Criado em pleno século XVIII pelo bispo da Guarda João de Mendonça (1711-1736), junto ao seu palácio, o jardim do paço Episcopal apresenta-se até aos dias de hoje como um dos mais originais exemplares do barroco em Portugal. Em especial no que respeita à estatuária: aos aspetos simbólicos e à disposição dos seus elementos em percursos temáticos. Mais tarde, já no fim do séc. XVIII, o segundo bispo da Diocese de Castelo Branco, *D. Vicente Ferrer da Rochafez* executou obras de algum relevo no mesmo. Em 1911, o Jardim passa para as mãos da Câmara Municipal por arrendamento e em 1919 adquiri-o a título definitivo.

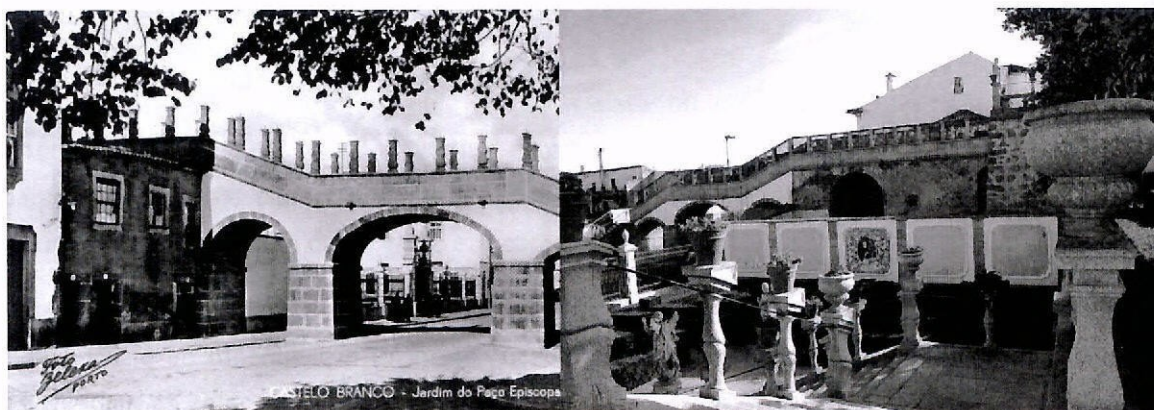


Figura 33 - Fotografia antiga e atual do Passadiço do Jardim do Paço. Fonte da imagem: www.albicastelhano.blogspot.pt/2010/08/postais.html e fotografia pessoal.

Desenrolado em forma retangular, é dominado por balcões e varandas com guardas de ferro e balaústres de cantaria. Dispõe de cinco lagos, com bordos trabalhados, nos quais estão

¹⁵ António Pires Nunes, *As mais belas cidades de Portugal*, pág. 114, volume 1

montados jogos de água. No patamar intermédio da Escadaria dos Reis acham-se repuxos e jogos de água surpreendentes. Por entre canteiros de buxo de fino recorte, erguem-se simbólicas estátuas de granito, em que se destacam os Novíssimos do Homem, Quatro Virtudes Cardeais, as Três Virtudes Teologais, os Signos do Zodíaco, as Partes do Mundo, as Quatro Estações do Ano, o Fogo e a Caça. Dispostos à maneira de escadório, acham-se representados os Apóstolos e os Reis de Portugal até D. José I. No patim superior, encontram-se estátuas alusivas ao Antigo Testamento e à simbologia da água como elemento purificador. O Jardim Alagado, tanque floreado de curvas bem delineadas e canteiros de flores, tem ao centro um repuxo de cantaria por três golfinhos entrelaçados e encimados por uma coroa. A estranheza da iconografia do conjunto escultórico resulta do facto de haver uma aliança singular entre o universo religioso e universo panteísta.

É no contexto e origem do jardim do paço, que se ergue o passadiço. Este elemento assegurava ao Bispo a ligação física, mas recatada, entre o olival, o Jardim do Paço, a horta ajardinada e o Bosque. Todo o passadiço sobre os arcos está guarnecido de parapeitos erçados de plintos de cantaria lavrada. Para além dele alongam-se os gradeamentos dos dois jardins (do Paço e antiga horta, agora jardim da cidade) que possuem elegantes e majestosos portões alinhados um com o outro.



Figura 34 - Fotografia do aspeto geral Jardim do Paço. Fonte da imagem: www.albicastelhano.blogspot.pt/2010/08/postais.html e fotografia pessoal.

É neste contexto histórico que se inseriu um novo trabalho a ser desenvolvido, estabelecendo assim uma pausa no projeto de habitação. Este consistiu no levantamento dimensional de um monumento histórico da cidade: Passadiço do Jardim do Paço. O processo foi executado em parceria com a Arquiteta Raquel Lourenço, responsável pelo desenho técnico do mesmo. O objetivo deste levantamento foi o desenvolvimento tridimensional de forma individual para apresentação de uma nova proposta de intervenção.

Ao longo da semana foram desenvolvidos todos os elementos e pormenores do monumento que, numa fase seguinte, constituíram a proposta apresentada. A parte dos renders finais foi realizada na segunda semana recorrendo ao programa 3D Sketchup e seu aplicativo V-ray para a renderização. O programa auxiliar para a fotomontagem foi o Photoshop para uma maior veracidade dos renders.

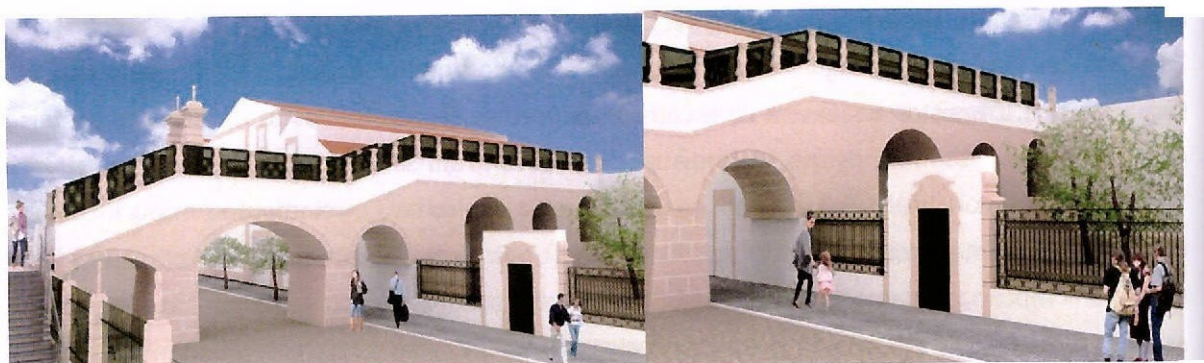


Figura 35 - Renders finais da nova proposta de intervenção no Passadiço.

Por se tratar de um projeto importante e rigoroso, este foi sofrendo algumas alterações técnicas que foram executadas no ficheiro tridimensional prolongando, assim, o tempo previsto para a execução final do mesmo. Findado o projeto, os renders finais foram devidamente entregues como complemento visual do projeto técnico. Em anexo segue o artigo publicado no Jornal Reconquista sobre as intervenções por parte da Câmara Municipal na zona histórica de Castelo Branco, onde consta o trabalho desenvolvido.

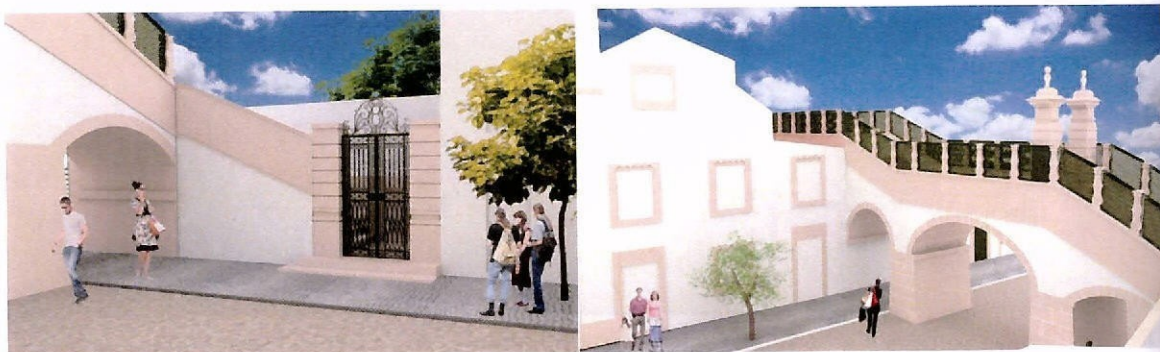


Figura 36 - Renders finais da nova proposta de intervenção no Passadiço.

Foi também elaborado como complemento ao projeto de intervenção já entregue, um pequeno vídeo de apresentação do passadiço e da zona da muralha. Este foi desenvolvido recorrendo a imagens já existentes constituindo assim uma pequena montagem em movimento do espaço.

Obras já foram lançadas a concurso

Zona histórica devolve muralha ao povo

A Câmara de Castelo Branco vai iniciar um ambicioso plano de restauro e requalificação da zona histórica da cidade. No total são seis zonas a intervir. O investimento é de 600 mil euros e os trabalhos estarão prontos até ao final do ano.

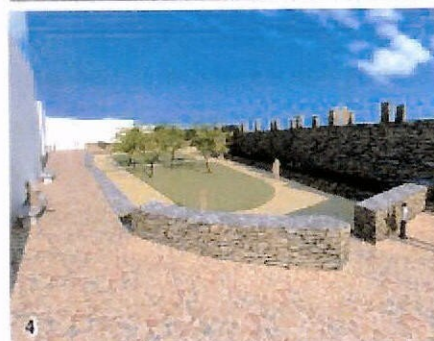
Seis áreas da zona histórica de Castelo Branco vão ser requalificadas e restauradas. Muitas delas encontram-se hoje escondidas dos albacastrenses. O projeto de restauro e requalificação da 2ª Cintura de Muralha e do Passadizo do Jardim do Paço, elaborado pelos serviços da autarquia, está concluído e as obras já foram lançadas a concurso, devendo estar concluídas até ao final do ano.

No total são seis zonas a intervir, a saber: Passeio da muralha na antiga rua do Saco, tramo de muralha no logradouro da CME, tramo de muralha na rua das Orlas, porta da vila, porta de Santiago e Passadizo do Jardim do Paço Episcopal. O presidente da Câmara, Joaquim Morão revela que "estas intervenções vão permitir requalificar e restaurar muito património, sendo que alguns não tem estado à vista dos albacastrenses e passará a estar. Com este tipo de intervenções, ficaremos com uma zona antiga de excelente qualidade e como um pólo importante de atração turística".

Joaquim Morão recorda que a autarquia tem vindo a fazer uma forte requalificação da zona antiga da cidade, valorizando tudo aquilo que pode ser uma mais valia em termos de património e de turismo.

De acordo com o projeto será feito o restauro e requalificação de treços da 2ª cintura de muralha e de dois torresões, devolvendo à cidade o património, atualmente escondido e em processo de degradação.

Uma das intervenções importantes será feita no passeio da muralha na antiga



1 - Requalificação do passadizo do Jardim do Paço; 2, 4 e 5 - A rua do Saco vai ficar como nova e aberta ao público; 3 - Por trás deste imóvel está ainda hoje escondida a rua do Saco

Rua do Saco que foi encerrada ao público nos finais do século XIX e que agora será reaberta. Uma artéria, localizada na Rua Mouzinho Magro (mas encerrada com um portão) e cujo percurso nas encaminha para onde hoje está localizado o Bar Património. Para esta zona está prevista a requalificação e restauro da muralha no interior dos logradouros

entre a ruas de Santa Maria, Tenente Valadim e Mouzinho Magro. Aqui serão intervenções dos mil 242 metros quadrados, sendo também requalificada toda a área envolvente, surgindo uma zona nobre de lazer.

O passadizo do Jardim do Paço Episcopal é outro dos espaços a requalificar, recolocando nessa estrutura as duas colunas originais,

que em 1912 foram utilizadas para o portão lateral na Rua Bartolomeu da Costa. A intervenção passa por recolocar as colunas no local original, em cima do passadizo. Ao nível desse passadizo será ainda colocado gradeamento em sete zonas onde este já não existe.

No entanto, nesta intervenção será montado o portão construído em 1912,

sendo restaurado o portão e sendo construídas novas colunas com um desenho mais simples.

Além dessa área, os arcos situados dentro do logradouro do Jardim do Paço também serão requalificados e reforçados na sua fachada. Já o muro do logradouro do Jardim do Paço, que contém os quatro arcos do passadizo, será demolido na parte

superior, onde assentará um gradeamento semelhante ao existente. Assim, será necessário construir uma nova meia coluna e dois pináculos em granito com a mesma estereotomia da existente no outro lado do jardim, proporcionando maior visibilidade e valorização a todo o conjunto.

Um outra zona de intervenções será feita numa parte da muralha com cerca de 70 metros de extensão e 185m² de área de implantação. Grande parte do tramo de muralha está localizado no logradouro da Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco (CIEJ), inicia-se na Rua do Mercado, contornando a Rua da Caleja Nova e terminando na Rua dos Chões. Este tramo de muralha encontra-se numa zona de encosta, sendo bem visível de qualquer ponto da cidade, devendo ser também iluminada.

Neste projeto está também prevista a intervenção no interior de alguns imóveis. Assim, na rua das Orlas será requalificado um edifício, que no seu interior tem parte da muralha da cidade. O edifício em causa abriga a muralha como alçado tardoz, sendo esta visível ao nível do rés-do-chão e do primeiro piso. Este imóvel tem as suas traseiras voltadas para a zona envolvente à Praça Postiguinto de Valadães.

O terreno localizado na convergência entre a Rua dos Ferreiros, a Rua de D'Água e Rua das Orlas também será requalificado. Nesse espaço pode-se observar uma lápide, quase adormecida (as diferenças são ao nível da escrita e não do conteúdo) a outras duas existentes na zona histórica de Castelo Branco, mandadas fazer por D. João IV para publicitar o louvor à Nossa Senhora da Conceição. As outras duas lápides encontram-se: uma no início da Rua de Santa Maria do lado do Espírito Santo e a outra na fachada da antiga Bomus municipais. Dada a importância histórica da referida lápide esta será restaurada e limpa. A intervenção prevê ainda limpeza e remoção de todas as argamassas existentes pertencentes à habitação adjacente ao pano de muralha.

Também a zona da Porta de S. Tiago será restaurada. Assim, no nº 1 do Largo Fernando Sanches a muralha será colocada à vista.

João Carraga

Figura 37 - Página do jornal "Reconquista" de 9 de Fevereiro de 2012, onde são apresentadas as intervenções.

9.2 Igreja da Graça

Castelo Branco trata-se de uma cidade histórica com vários monumentos que ditam uma narrativa. Estes elementos possuem características tendo em conta a sua tipologia e época de edificação. A **igreja da Graça**, situada no Largo da Misericórdia em Castelo Branco, foi em tempos conhecida como o Convento da Graça. Pertenceu aos franciscanos até 1526 e aos Eremitas de Santo Agostinho até 1834. No final do século XVII e início do século XVIII fez-se a reconstrução do Convento. Da traça primitiva sobrevive apenas o portal de granito da fachada principal, estilo manuelino em arco de volta perfeita e larga moldura superior que honra um discreto brasão dos donatários. Com exceção deste portal, todo o convento é de traços setecentistas.

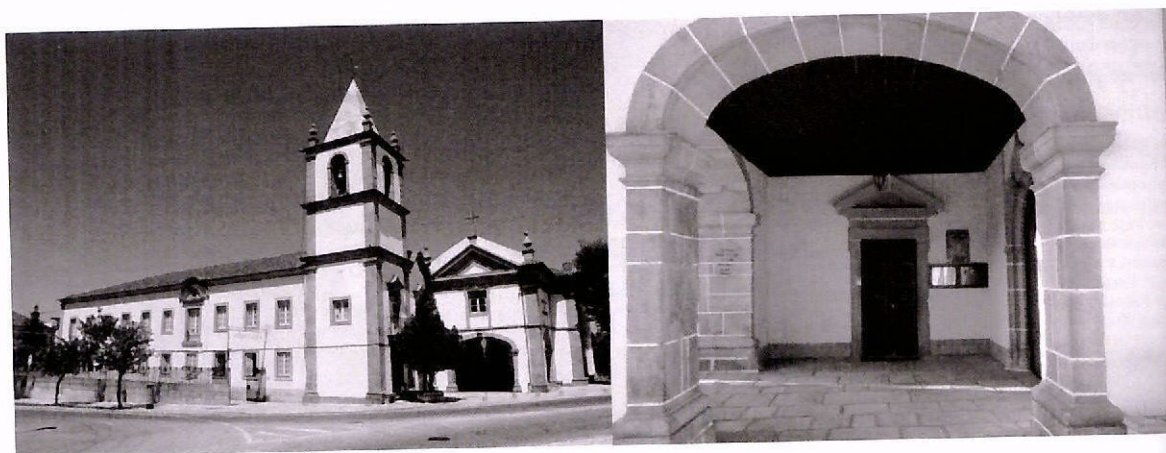


Figura 38 - Vista geral da Igreja e pormenor do arco estilo manuelino da fachada principal. Fonte da imagem: Fotografia pessoal.

No presente, este edifício funciona como Santa Casa da Misericórdia e Jardim-de-infância, contento ainda, um pequeno Museu da Misericórdia, mantendo alguns traços característicos da época de construção. É no âmbito da restauração e conservação do espaço, que o Gabinete vai elaborar o projeto de reabilitação na área da igreja. O espaço, ao longo do tempo, foi sofrendo algumas infiltrações e a presença de humidade é notável nas superfícies, tendo assim, degradado os materiais e componentes do mesmo. Como tal, é necessário fazer um levantamento do existente, bem como as condições em que se encontram, para proceder a sua restituição.

O levantamento técnico e fotográfico do espaço é o primeiro passo num projeto deste tipo, e em parceria com o Arquiteto José Paulo Leite, iniciou-se as medições gerais ao espaço e a todos os seus complementos. Trata-se de uma tarefa complexa, visto que não existe nenhum levantamento do espaço, sendo assim necessário começar do ponto zero constituindo aos poucos a planta geral.

Por se tratar de um trabalho minucioso, requereu alguns dias de deslocação ao local e trabalho no gabinete, de maneira a agrupar todas as medidas e elementos corretamente.

9.3. Cidade quinhentista

Como novo trabalho a desenvolver em equipa foi proposto a criação de um desdobrável para a Cidade Quinhentista. Este consiste num guia turístico sobre a zona histórica e toda a informação fundamental para o seu reconhecimento. A execução do mesmo consiste no tratamento de informação, desenvolvimento gráfico, bem como, o tratamento da planta existente.

Dentro da cerca medieval da cidade, mantem-se um traçado urbano de ruas estreitas que seguem uma orientação radial a descer acentuados declives desde o topo do castelo, até uma longa transversal que cruza a Praça velha e, não dando continuidade a todas as ladeiras, permite três vias de saída da cerca. Nesta zona entre muralhas, encontra-se uma mistura de arquiteturas oitocentistas, neoclássicas, barrocas, medievais. A cidade possui ainda uma riqueza numa diversidade de portais, lintéis e marcas cruciformes.

9.3.1. Judaísmo em Castelo Branco

No decurso do século XIII, Castelo Branco, desenrolava a vida social intramuros, e teve um considerável desenvolvimento em 1285, quando D. Dinis visita a vila, em companhia da Rainha Santa Isabel, e percebe que as muralhas constituíam um obstáculo à sua expansão. A obra de alargamento será concretizada já no reinado seguinte, ordenada por D. Afonso IV em 1343¹⁶.

A expansão e desenvolvimento da vila são reconhecidos por D. Manuel I que, em 1510, a visita, e lhe concede um novo foral. Em 1535, já no reinado de D. João III, é-lhe atribuído o título de Vila Notável. Foi nesta altura que se registou também um consistente aumento populacional. Com efeito, entre 1496 e 1527, Crescem mais de 60 por cento os principais núcleos habitacionais [de toda a Beira Interior], com destaque para a Guarda, Castelo Branco e Covilhã.

Tal aumento de população fica a dever-se, sobretudo, à fixação de judeus sefarditas fugidos de Espanha, expulsos pelos Reis Católicos. A atividade comercial da comuna judaica consolida uma base económica que vai permitir, mesmo após o decreto de expulsão dos judeus do País, em 1496, um grande volume de construção. Registada esta passagem pela cidade, estes possuíam símbolos/marcas próprias que continham significados próprios na religião. Existem assim as marcas de simbologia religiosa judaica e cristã que distribuem-se em cinco grupos principais: as marcas **mezuzot**, as **cruzes cristãs** (ou marcas cruciformes), as **abreviaturas católicas**, as **marcas longitudinais** e as gravações de **menorá**.

De símbolo cristão, a **cruz cristã** é a marca que mais se pode encontrar na cidade de Castelo Branco¹⁷, nas suas diversas representações, é, antes de mais, um sinal de afirmação de fé no seio da própria comunidade religiosa, utilizado para louvar a Deus ou como elemento de efeito protetor. A entrada em cena da Inquisição e perseguição dos judeus originou vários tipos

¹⁶ Informações retiradas do website da Camara Municipal de Castelo Branco, sobre a história e fundação da cidade.

¹⁷ Dados adquiridos através do Gabinete de Reabilitação Socio Habitacional do Centro Histórico e da devesa de Castelo Branco, por o responsável José Afonso.

de situações, de onde resultou a expulsão de uns, a auto-expartição de outros ou, na maioria dos casos, a conversão forçada, dando origem aos denominados cristãos-novos. A conversão ao cristianismo não só não significava o reconhecimento pleno dos direitos cívicos dos conversos, como também instalaria um sentimento discriminatório no seio de uma sociedade dominada por cristãos-velhos, onde a superstição e o preconceito se aliavam à inveja e à cupidez perante o sucesso e bem-estar alheios. As denúncias ao Santo Ofício por heresia, fundadas ou infundadas, converteram-se num expediente vulgar a que recorriam autoridades, vizinhos e até familiares movidos por obscuros desígnios ou simplesmente pelo medo.

É neste contexto, que surgem a gravação de cruzes nas ombreiras das habitações. Podem ser interpretadas como uma forma de reafirmação pública da aceitação da fé e das práticas religiosas cristãs por parte de indivíduos que na altura se sentiam perseguidos e inseguros devido à sua condição de judeus, tivessem ou não renegado a fé mosaica, e nesse caso, também revelava-se como sinal de medo. A cruz também terá sido utilizada para purificar um espaço considerado herético, como por exemplo uma casa que anteriormente tivesse sido utilizada por judeus



Figura 39 - Marcas cruciformes existentes na zona histórica de Castelo Branco. Fonte da imagem: www.albicastelhano.blogspot.pt/2010/08/postais.html e fotografia pessoal.

A cruz algumas vezes consistia em dois traços cruzados, mas em muitas apresentava-se esquematicamente assente sobre um suporte assente sobre um suporte que umas vezes é um triângulo, semelhante à cruz do santo ofício, e outras sobre um traço curvo, estilizando um candelabro invertido, chamadas «cruzes de converso» ou «cruzes de sobremesa».

Para um judeu o símbolo religioso fundamental é o candelabro de sete braços, a menorá, e é representada de forma esquemática como uma linha vertical assente sobre um triângulo ou sobre um traço curvo e cruzada por três linhas curvas apontadas para cima. Ao fazer-se cristão, substituiu automática este símbolo apagando quatro braços endireitando os restantes transversais, transformando-a em cruz que assenta sobre uma base como a menorá. Uma espécie de candelabro de três braços.



Figura 40 - Mezuzah na Rua D' Ega em Portado do Séc. XV. Fonte da imagem: www.albicastelhano.blogspot.pt/2010/08/postais.html e fotografia pessoal.

Outro elemento que caracterizava as casas judias era o **mezuzah**, símbolo da fé judaica merecedor de grande respeito. Trata-se de uma caixa tubular de madeira, vidro ou metal,

contendo um pequeno de pergaminho, no qual em 22 linhas estão escritas passagens bíblicas. Era colocada aproximadamente á altura do ombro de uma pessoa adulta, no plano interior da porta, na parte mais externa do umbral e em posição oblíqua, com a parte superior apontada para o interior do aposento ou em posição quase reta de preferência do lado direito, da porta de entrada da casa. Mas nunca deveria ser colocada na entrada de casas de banho e em espaços com uma área inferior a 1,8 metros quadrados. O ritual era beijá-la quando se saía ou entrava em casa, tocando-a com as pontas do dedos e em seguida tocando os lábios.

A **Menorá** relaciona-se também com a simbologia judaica sendo um dos principais e mais divulgados. É representado através de um candelabro de sete braços, e originalmente era um objeto de ouro, feito por Moisés para ser colocado dentro do Santo Lugar . Atualmente, a Menorá constitui um símbolo do Estado de Israel, juntamente com a Estrela de Davi. Em Castelo Branco apenas existe um exemplar desta marca, situada na Rua D'Éga n.º 10 apresentando-se já danificada.



Figura 41 - Menorá danificada situada na Rua D'Éga nº10. Fonte da imagem: www.albicastelhano.blogspot.pt/2010/08/postais.html e fotografia pessoal.

A zona histórica de Castelo Branco é sem dúvida rica em arquitetura tradicional representada através das várias tipologias de casas apresentadas. Um dos elementos caracterizantes são os **lintéis** que assentam nas ombreiras e constituem o acabamento da parte superior de portas e janelas. Existem vários desenhos e inscrições dignas de apreciação, em alguns casos comunicavam aos visitantes a família moradora ou então o ofício praticado (caso fosse um espaço comercial).



Figura 42 - Exemplos de Lintéis em habitações na zona histórica. Fonte da imagem: www.albicastelhano.blogspot.pt/2010/08/postais.html e fotografia pessoal.

9.3.2. Mapa Quinhentista

O produto final deste trabalho foi um desdobrável com o mapa da zona histórica, contendo toda a informação e localização relativamente as marcas existentes nas habitações. Os dados utilizados e confirmados para o desenvolvimento deste trabalho foram:

Total de portados Quinhentistas- 283

Exteriores - 250 | Interiores - 33

Total de janelas Quinhentistas - 110

Símbolos religiosos

Judaicos Menorah - 1 | Menorah “Dissimulada” -
ca.3 | Mesusah - 1

Cristãos Novos Marcas cruciformes - 63



Figura 43 - Maquete da zona histórica onde estão representadas todas as habitações quinhentistas, existente e feito no Gabinete de Reabilitação Socio Habitacional do Centro Histórico e da devesa de Castelo Branco

NOTA: Valores da atualização a 11.10.2011 do inventário de portados e janelas quinhentistas e marcas religiosas existentes em Castelo Branco.¹⁸

No desdobrável desenvolvido em equipa, era importante representar a localização das habitações que apresentavam marcas, lintéis ou outro tipo de simbolismo. Como tal, foi desenvolvido uma legenda através de silhuetas agrupadas das marcas para uma melhor localização por parte dos turistas. Também para uma melhor orientação, localizou-se no mapa os edifícios de maior destaque na cidade através do desenho dos mesmos (Camara Municipal, Sé, Passadiço, Castelo, Praça de Camões, Igreja da Graça, etc.)

As tonalidades utilizadas vão em conta às épocas remotas, apresentando um padrão de papel antigo e tons mais neutros e característicos. A parte informativa foi colocada numa parte inferior, onde foi colocado também o desenho das marcas cruciformes existentes. Este trabalho não foi finalizado pela equipa, devido a inexistência de tempo e conhecimentos na área de Design Gráfico, como tal foi entregue a empresas especializadas que desenvolveram outros modelos tendo este como ponto de partida.



Figura 44 - Desdobrável desenvolvido para a cidade quinhentista de Castelo Branco.

¹⁸ Dados obtidos na base de dados do Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco.

10. Design de Equipamento

Ao longo dos tempos e conforme a região e cultura, a função e principalmente a importância dos móveis foi mudando. Durante muito tempo os móveis precisavam ser transportados com frequência devido aos costumes das antigas civilizações e até mesmo das ricas cortes europeias que mudavam de palácios constantemente. Por isso a mobília passou a ser chamada de “móvel”, devido á sua característica “portátil” inicial. O “móvel” ou outro tipo de equipamento, pode ser analisado e construído tendo em conta diversos fatores, no entanto, pode-se verificar a sua evolução em diferentes períodos da história:

Funcionalidade: Primitivamente restringia-se às suas funções práticas, bancos e cadeiras para se sentar; mesas e estantes para apoiar utensílios e objetos; cama para dormir; armário para guardar coisas, etc. Eram objetos de auxílio, recorrendo a formas simples e sem ornamentos. O que interessava era a sua função, de modo a satisfazer as necessidades da época.

Status: Posteriormente a sua simples funcionalidade foi interrompida adicionando um status na sociedade. Tornaram indicadores de posição social. A classe que ocupa alta posição na hierárquica social enfatiza seu papel particular pelos móveis dos ambientes onde vive, tornando assim o mobiliário um pouco restringido a outro tipo de classes.

Tecnologia: A tecnologia evoluiu e surgiram novas técnicas e matérias para fabricação dos móveis. Os últimos sessenta anos evoluíram mais tecnologicamente do que os seis séculos anteriores. Novas formas e materiais ditaram modas e novas tipologias, alterando velozmente o mobiliário existente.

Ambição: o quarto aspeto de observação do mobiliário fundamenta-se na maneira como os móveis são utilizados e organizados do espaço. Os móveis podem ser utilizados apenas numa função prática, ou então na sua vertente decorativa ou podem aliar a função decorativa e prática, sendo este ultimo o mais utilizado atualmente.

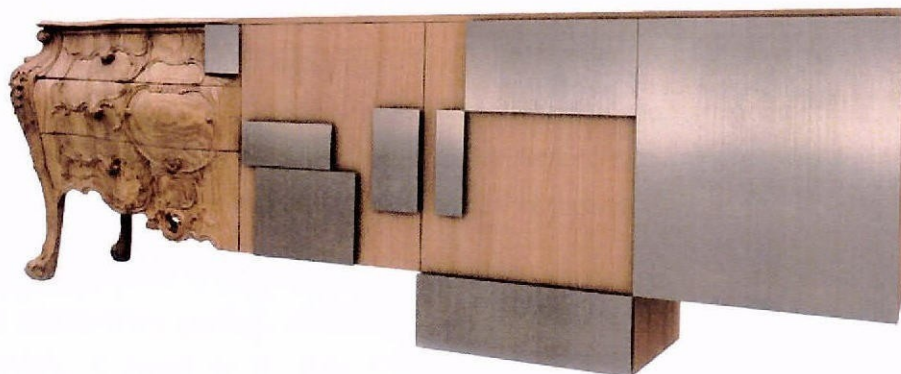


Figura 45 - Cômoda criada por Ferruccio Laviani para a Montepoleone que mostra, no sentido horizontal a evolução do mobiliário. Fonte da imagem: www.mujdum.cz/rubriky/interier/designer-ferruccio-laviani-vzdy-nadprumerny_1291.html

A evolução do mobiliário foi-se dando paralelamente a própria evolução do conceito de mobiliário tendo em conta os valores e cultura da sociedade, bem como as suas necessidades no tempo. Uma peça que se utilizava há épocas remotas, possivelmente hoje não teria qualquer utilidade no nosso quotidiano. Em cada época um aspeto foi valorizado de acordo com o que era importante para as pessoas naquele momento da história. Atualmente vive-se um momento em que todos os aspetos têm igual importância, onde o mercado de móveis oferece opções para todas as necessidades existentes ou não.

10.1 Evolução do mobiliário

A madeira é até aos dias de hoje o material mais empregado na fabricação de móveis. No Egito, há 5000 anos, artesões usavam técnicas muito sofisticadas que mesmo com o progresso tecnológico poucas foram as mudanças no trabalho da madeira¹⁹. Os enxós, serras, formões, martelos, verrumas e plainas utilizados pelos antigos egípcios continuam a existir com as mesmas formas e funcionalidades atualmente.

As peças do mobiliário primitivo eram talhadas num só bloco de madeira, desse modo o ofício de carpinteiro derivou do de entalhador. Com o tempo o carpinteiro deixou de executar todas as técnicas no fabrico do mobiliário e uma variante da sua arte passou a ser praticada pelo torneiro. A principal ocupação do torneiro passou a ser o fabrico de cadeiras e foi então que se deu o primeiro passo no sentido da técnica das juntas, uma vez que os pés e as costas da cadeira tinham de ser fixados no assento. A técnica de unir as partes de uma peça de madeira por meio de juntas derivou originalmente da carpintaria, onde era usada para forrar salas com madeira para decoração e ao mesmo tempo conservava o calor. Como as tábuas unidas com prego não ficavam com folga necessária para suportar a dilatação e a contração da madeira provocada pelas mudanças de temperatura e umidade, criou-se um sistema de molduras encaixadas, as peças de madeira são unidas por meio de juntas de espiga e encaixe. Aos poucos o carpinteiro se dedica exclusivamente à construção de casas e os móveis ficam a cargo do marceneiro. Aliado a esta evolução de profissão, as peças foram melhoradas e personalizadas, deixando o seu aspeto simples de origem.

¹⁹ Informação recolhida do artigo "Um pouco de história", do website www.omovel.com.br.

10.1.1 Mobiliário português

Em fins do século XIII e começo do XIV, alguns móveis apresentavam características góticas, a estrutura vertical e arcos em ogiva. A exemplo da arquitetura, a influência vinda do exterior foi observada na entalhação e no ornamento.

A arte da marcenaria começou a desenvolver-se a partir do século XVI, recebendo influências Italianas que fabricavam móveis em Goa, Lisboa e Málaga, sofrendo assim influência da Renascença italiana, como do estilo hispano-mourisco, aparecendo os móveis da Espanha e dos Países Baixos. Portugal também produziu, muito raramente, interessantes móveis com azulejos, elemento característico do País.

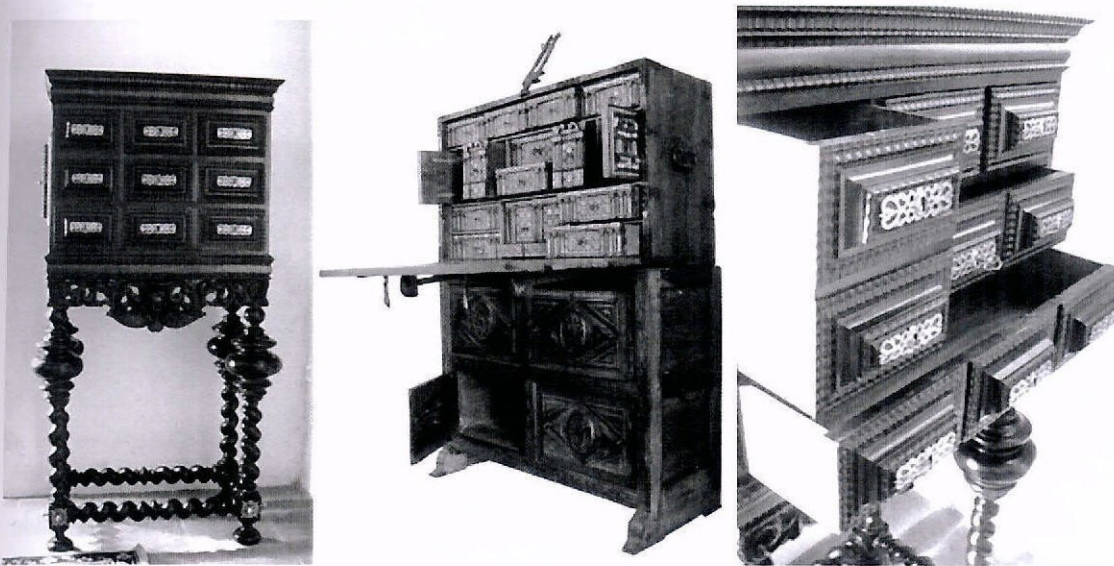


Figura 46 - Exemplo de contadores portugueses em madeira escura. Fonte da imagem: www.velhariasdoluis.blogspot.pt/2011_11_01_archive.html

Por exemplo, os contadores portugueses, embora tenham adotado a moda dos torneados holandeses, distinguem-se dos contadores europeus, em primeiro lugar porque não tem portas e depois porque são sempre feitos em madeira escura, o pau-santo, que vinha do Brasil.

O mobiliário português não possuía o luxo dos móveis renascentistas, com incrustações de marfim, tartaruga ou madrepérola, sendo as madeiras do Brasil as mais empregadas, jacarandá, pau-santo ou ébano. Os mais importantes móveis deste período foram as camas de bilro, os contadores com gavetas decoradas com metal cinzelado, armários trabalhados em "almofadas" ou com losangos entalhados com motivos Renascença, as cadeiras forradas com couro preso por tachas e arcas semelhantes às italianas e espanholas.

O século XVIII marcou a época de ouro do mobiliário português, a indústria de móveis desenvolveu-se bastante em Lamego, estendendo-se depois por toda a região de Trás-os-Montes, Beira Alta e Douro. A época de D. João V foi um período de fausto e grandeza artística, recebendo influência francesa das cortes de Luís XIV e Luís XV. Entretanto, adquiriu um caráter próprio, sendo a madeira usada sempre de qualidade. O mobiliário D. João V foi influenciado principalmente pelo estilo Luís XV. O mobiliário da época de D. Maria I seguiu as linhas do móvel Luís XVI e Diretório, além de outras influências.

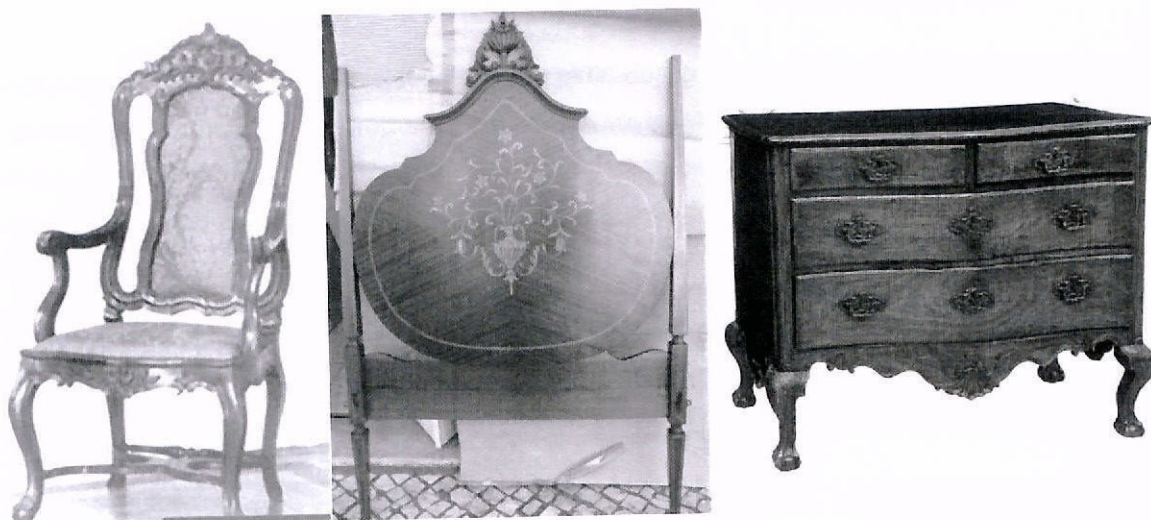


Figura 47 - Peças de mobiliário português com alguma influência de outros países. Fonte da imagem: www.naveliteratura.blogspot.pt/2010/09/o-barroco.html e fotografia pessoal.

A exemplo de outros países, o mobiliário do século XIX não tinha a beleza dos móveis dos séculos anteriores. Abandonando o caráter nacional, passam os portugueses a copiarem o mobiliário Império Francês, sem nenhuma originalidade. O único móvel importante desta época é a mesinha pés-de-galo com marfim no estilo indo-português.

10.2 Banqueta/Banco

Um banco é a forma mais antiga dentro da categoria de mobiliário, com a funcionalidade de assento. É constituído em madeira, baixo e pequeno sobre uma base de três a quatro pernas, sem braços nem espaldar com assento apenas para uma pessoa. Como tal, foi durante muitos séculos o objeto de assentos padrão para a maioria das pessoas, sendo a cadeira, que possuía apoio para as costas, reservado apenas para as pessoas mais importantes. A origem destes bancos ainda não é conhecida ao certo, e embora sejam conhecidos por serem as primeiras peças de mobiliário a aparecer em madeira, suspeita-se que terão tido origem nos Romanos sendo depois acarretados para a Europa.



Figura 48 - Algumas tipologias de banquetas desenvolvidas. Fontes das imagens: classicwoodcarverscurioshoo.com/african-stools.html e www.zoom.com.br/bancos-banquetas/preto

No início eram suportados por três pernas abertas com a base assente sobre elas. Posteriormente surgiu a banqueta estilo cavalete em miniatura, tendo dois lados sólidos e dobrando-se para fácil transporte. Neste tipo de banco existia uma mistura de materiais para além da madeira base. Este pequeno objeto, conforme de quem era a posse, possuía geralmente perfis elegantes e curvos, muitas vezes esculpidas e devidamente trabalhadas, bem como um assento estofado, dada a importância da pessoa (é de salientar a sua origem sendo nos Romanos). Numa fase posterior, e mais comum, os bancos constituíram-se por quatro pernas, sendo na maioria ligeiramente inclinadas para uma maior estabilidade, sendo unidas na parte inferior.

Era uma solução muito habitual sobretudo em casas de campo, e também em vivendas rurais. Tratava-se de peças muito simples, de elaboração rápida e que ofereciam resultados adequados quanto a resistência, adaptação e escassa ocupação do espaço.



Figura 49 - Algumas tipologias de banquetas resultado de reinterpretações das antigas. Fontes das imagens: www.lifespacejourney.com/seating.html, www.designboom.com/design/drill-design-paper-wood-stool, e www.dezeen.com/2010/03/30/offset-by-giorgio-biscaro-design-studio/

A partir do séc. XVIII, com o surgimento da cadeira, esta peça de mobiliário deixou de ter tanto uso, tendo as pessoas optado pela novidade de um banco com costas. Até a atualidade já foram reinventados de várias formas e feitos, com diferentes utilidades e deixando o passado para trás. Atualmente assiste-se a uma reinterpretação de peças com história como é o caso da banqueta. Através de novos materiais, formas e funcionalidades, esta pequena peça de mobiliário vai continuar com a sua funcionalidade inicial, no entanto com outra aparência. Neste projeto, tendo em conta a tipologia da habitação, esta peça foi desenvolvida com uma nova interpretação seguindo o conceito do novo projeto habitacional.

10.3. Móvel apoio

O móvel de apoio é uma tipologia de equipamento que até a atualidade apresenta diversas formas e tamanhos, adquirindo funcionalidades distintas. Outrora era apenas utilizado como elemento para colocar decoração, em seguida e com a evolução dos tempos foi-se juntando a funcionalidade tendo em conta o espaço a que se destinada, hoje em dia apresenta-se de diversas formas: minimalista, com variada arrumação, pequeno, decorativo, cores, materiais, etc. É verificada uma reinterpretação da tipologia que existiu em tempos, onde este se apresentava com traços fortes e trabalhados, agregando a funcionalidade essencial para as necessidades atuais dos utilizadores: arrumação, fácil limpeza, leveza, entre outros. Neste

projeto, tendo em conta a tipologia da habitação, esta peça foi desenvolvida com uma nova interpretação seguindo o conceito do novo projeto habitacional.



Figura 50 - Algumas tipologias de móveis de apoio com diferentes funções, tamanho e acabamentos. Fontes das imagens: www.decoracaoeartes.blogs.sapo.pt/ e www.lucattiartes.com/classicos.

10.4. Mesa de reunião

A mesa trata-se de uma peça de mobiliário reconhecida por todos, geralmente elaborada em madeira ou outro tipo de material. É um elemento indispensável ou insubstituível numa casa, e tem múltiplas funções na vida privada, social e, até mesmo, religiosa.

Existe diversas tipologias de mesas, sendo a sua função adequada ao espaço em que se inserem. A forma mais comum é retangular, mas a utilização e a conversão às variadas situações faz com que a mesa assumam diversas formas.



Figura 51 - Tipos de mesas com funções diferentes e de épocas distintas. Fontes de imagens: www.vanguardgaragedoor.com/cream-kitchen/, www.lucattiartes.com/classicose, www.betterlivingthroughdesign.com/tag/trestle

No século XIX, os móveis, que anteriormente eram encostados a parede, começaram a ser colocados na parte central dos ambientes, que era vazia. A utilização das mesas, assim, teve uma modificação. A forma tradicional passou a ser substituída, levando a uma maior diversidade de formas e materiais, caminhando junto à descoberta de novas tecnologias.

Uma das tipologias de mesa tendo em conta a sua função, são as mesas de reunião. As suas características variam dependendo o caso, no entanto no geral apresentam-se com grandes dimensões, de forma circular ou retangular. Relacionado com este tipo de mobiliário, existe a hierarquia de quem se senta nela, normalmente associam o “chefe” a quem se senta no topo, o que não se passa nas mesas de forma oval. Com o avanço das tecnologias, esta tipologia de mesas foi evoluindo, arrecadando novas funções e formas, bem como novos tipos de materiais. É neste contexto que juntamente com o projeto habitacional, e por este conter uma sala de reuniões, foi desenvolvida uma mesa de reuniões que alia o minimalismo a funcionalidade sem esquecer as linhas que ditam uma história.

«Temos pois de elaborar um plano que obedeça às seguintes condições: constituir a habitação que maiores vantagens ofereça aos moradores, segundo seus hábitos e ocupações prediletas; realizar o equilíbrio entre as possíveis comodidades da casa e a mais corrente forma de construção para bem da estática e da rigorosa economia; adaptar a casa ao local atendendo à orientação, ao acesso, às vistas, etc; manter a possibilidade de exteriores agradáveis; não exceda a verba orçamental concedida, etc.»

Raul Lino, *Casas Portuguesas*
Lisboa, 1922. p.12

11. Caso de estudo - Habitação na Rua do Arressário nº 34 e na Travessa da Rua Nova nº 7/9

O espaço de intervenção proposto encontra-se situado em Castelo Branco na Rua do Arressário nº 34 e na Travessa da Rua Nova nº 7/9. Trata-se de uma habitação unifamiliar com elementos característicos que a datam para o Século XVI. Esta apresenta-se distribuída por dois pisos com entradas distintas (acesso por duas ruas), no entanto possui acesso interior entre eles, bem como uma área exterior.



Figura 52 - Fachada da habitação na Travessa da Rua Nova nº7/9 e Rua do Arressário nº34. Fonte das imagens: Fotografia pessoal.

11.1. Enquadramento na zona histórica

Esta habitação, conforme podemos visualizar no mapa como ponto preto, situa-se no meio do centro histórico da cidade de Castelo Branco, tendo como ponto de referência o Museu do Cargaleiro ou então a atual Praça de Camões. Os acessos á habitação por meio de transporte iniciam-se pela porta de Santa Maria, ou Rua de Santa Maria, partindo pela Rua de Chões e cortando para a Rua do Arressário onde se localiza a entrada principal para a habitação. Trata-se de ruas demasiado estreitas e de difícil circulação com automoveis, sendo mais fácil o acesso a pé. A sua localização privilegiada permite aos seus ocupantes uma vista única sobre a cidade, e do lado oposto para o Castelo que se encontra no topo da colina. A rua onde se situa, segundo o modelo Dionísio já referido neste trabalho, apresenta um



Figura 53 - Excerto de planta da zona histórica com localização da habitação. Fonte da imagem: Arquivo do Gabinete.

maior declive juntamente com a paralela Rua de Santa Maria com acesso ao antigo mercado. Este tipo de Rua apresentava uma maior importância pois facultavam um acesso mais rápido e facilitado ao castelo e às portas principais da muralha, apresentando um maior tráfego em tempos remotos. Presentemente apresenta uma boa localização e de acesso rápido a vários pontos históricos da cidade (a pé), bem como espaços atuais de interesse e necessidade (cafés, supermercados, farmácias, estacionamento, etc) sem esquecer da regalia para os seus ocupantes de ter tipo de vida divergente do habitual numa habitação com história.

11.2. Levantamento do espaço

No piso inferior, com acesso através da Travessa, encontra-se uma área com três divisórias distintas, bem como uma escadaria de ligação com o piso superior. Por ser um espaço submerso e sem iluminação natural, prevê-se que se destinasse ao armazenamento de alimentos, animais ou, possivelmente, comércio. As paredes estruturais apresentam-se em alvenaria de pedra com profundidade entre 40-70 cm, e as paredes interiores em tabique, tipo de estruturação característica que apresenta um papel importante no travamento geral das estruturas. No centro do primeiro espaço existe um pilar estrutural em pedra. Nesta área encontra-se também uma tulha, situada na parte inferior das escadas de acesso ao piso superior, elemento característico que possuiu em tempos uma função particular. Relativamente a cobertura, esta é constituída por vigamentos em madeira e recoberta com soalho também de madeira. O soalho apresenta-se deteriorado devido ao tempo e ao material proveniente das infiltrações ou, então, também devido as atividades exercidas no espaço. O pavimento encontrado é em cimento, mas apresenta-se todo rachado, carecendo de uma intervenção obrigatória.

No piso superior existe entrada através das duas ruas e da escadaria principal. Esta começa e acaba em dois halls distintos, não dando acesso direto à habitação e é constituída por madeira, tanto na estrutura como no revestimento, que se apresenta danificada, no momento. Este piso teve uma intervenção do projeto “Porta aberta”, que não respeitou as características históricas da casa, e construiu um espaço na zona exterior, que alberga a cozinha e casa de banho. Esta intervenção foi, provavelmente, devido a habitação não possuir as condições habitacionais necessárias, no entanto foi um mau projeto.

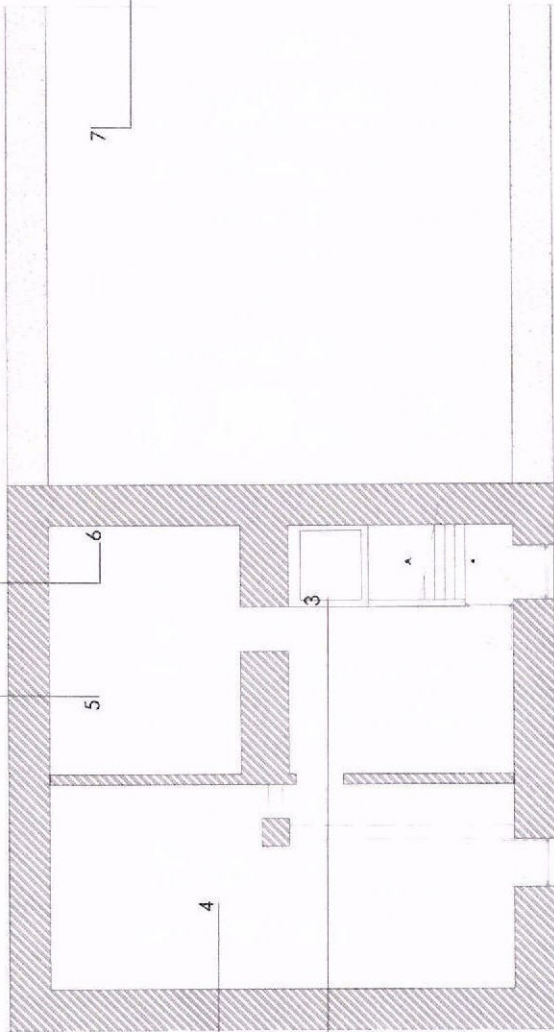
Neste espaço superior encontram-se, para além do anexo já referido, quatro áreas que, possivelmente acolhem, diferentes funções: quartos, sala de estar/jantar. O soalho encontrado, bem como a cobertura são uma continuidade do visualizado no piso inferior: vigamentos em madeira, recoberta com soalho também de madeira, no entanto, neste piso encontram-se pintados com tons de verdes e brancos. É nesta parte superior da casa, que se encontram os

5) Pormenor da cobertura constituída por vigamentos em madeira, recoberta com soalho.



6) Parede estrutural em alvenaria de pedra existente naquele espaço.

4) Pilar estrutural em pedra existente ao centro do espaço, bem como as vigas em madeira.



3) Tulha situada na parte inferior das escadas.

Piso inferior
Travessa da Rua Nova nº 7/19 N



1) Fachada da habitação na Travessa da Rua Nova nº 7/19

2) Pormenores do puxador existente na única porta exterior de madeira.



7) Muro existente no espaço exterior da habitação.

Figura 54 - Levantamento fotográfico e de áreas do espaço - Piso 0. Fonte das imagens: Fotografia pessoal.

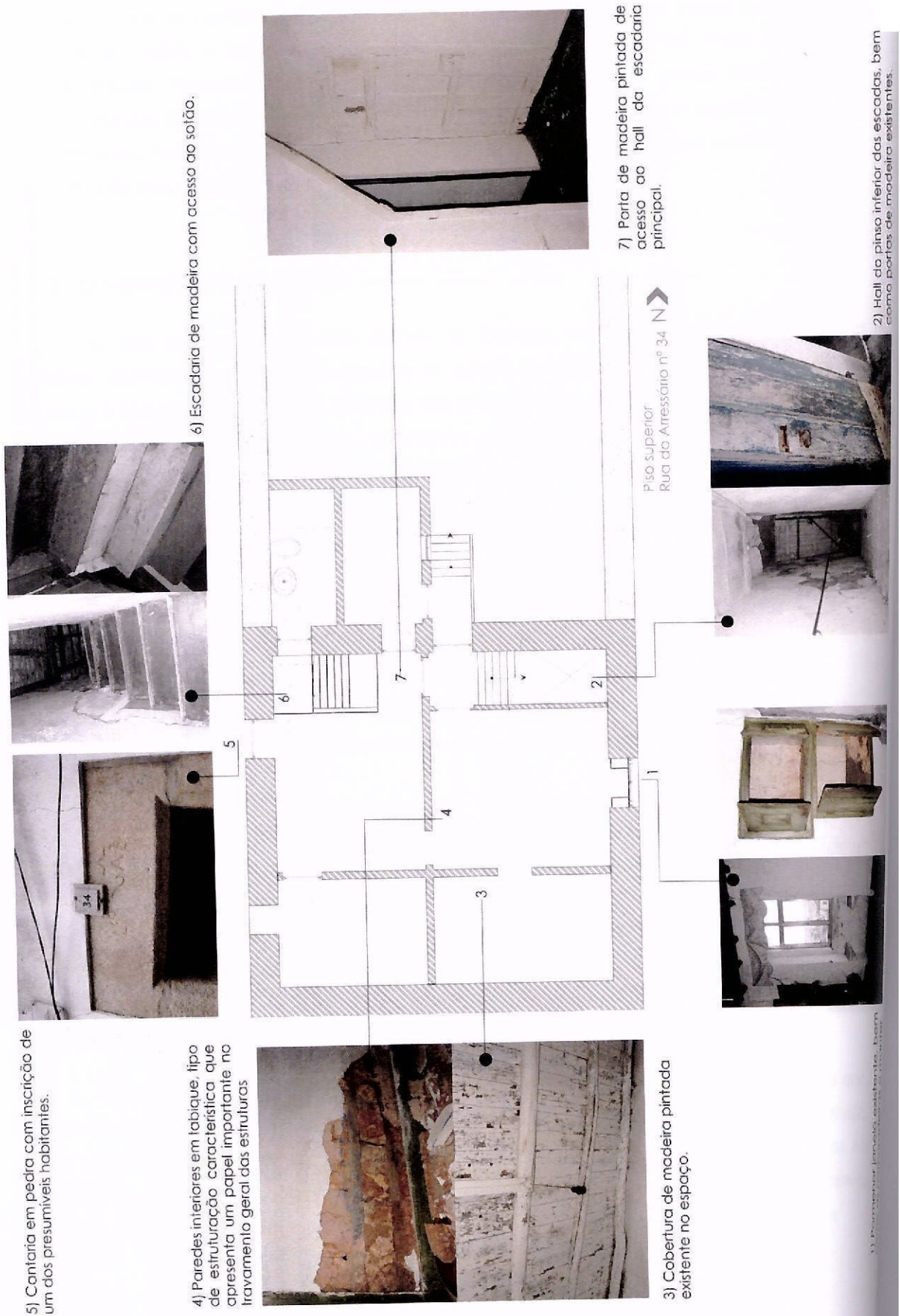


Figura 55 - Levantamento fotográfico e de áreas do espaço - Piso 1. Fonte das imagens: Fotografia pessoal.

materiais mais danificados, principalmente o pavimento, que ameaça desabar devido a deterioração da madeira. Dois dos espaços contêm iluminação natural proveniente de duas janelas, tendo um elemento característico a manter: as namoradeiras. Existe, ainda, outra escadaria, mas esta é de acesso ao sótão, igualmente em madeira.

Toda a habitação apresenta portas interiores de madeira, que já foram alvo de intervenção relativamente à pintura. Trata-se de elementos que possuem características e elementos históricos, por isso é importante mantê-los no espaço.

Em relação às portas exteriores e janelas, existe uma mistura de elementos provenientes das más intervenções feitas no passado (portas em ferro, alumínio, etc.), como tal só existe uma porta original de madeira no piso inferior, com acesso a escadaria principal.

Quanto ao exterior, a fachada é constituída por alvenaria de pedra rebocada de cor branca, em que algumas paredes estruturais apresentam uma forte inclinação. O muro envolvente da zona exterior é também edificado por esse material. A cobertura apresenta-se em vigamento de madeira revestida pela característica telha de canal. As cantarias são constituídas por pedra e determinam um fator identificativo a manter, principalmente a da porta de acesso para a Rua do Arressário, que apresenta a inscrição de um dos presumíveis habitantes.

11.2.1. Fases de levantamento

Reconhecimento da habitação: Nesta primeira fase de conhecimento fez-se o levantamento fotográfico do espaço, bem como, a avaliação do estado em que se encontrava a habitação. Foram avaliados os materiais, o espaço residencial, elementos construtivos, localização, história, etc. Tendo em conta que se tratava do primeiro impacto com o local, é muito importante avaliar até os mais pequenos pormenores, daí o levantamento fotográfico ser tão relevante.

Levantamento técnico visual: Feita a análise, partiu-se para a elaboração do desenho técnico do mesmo, começando por realizar um pequeno exercício de observação: edificar o espaço, através de desenho técnico em Autocad, sem possuir nenhuma medida. Com este exercício pretende-se recorrer à memória visual/fotográfica, elaborando o espaço de modo a que a próxima fase de levantamento seja facilitada, pois já existe um desenho base.

Levantamento rigoroso das fachadas: Tendo já um desenho técnico base (apesar de não rigoroso), é mais fácil executar o levantamento rigoroso, pois já existe um desenho guia para a colocação das medidas. Assim sendo fez-se o levantamento real no local, recorrendo a métodos e auxiliares de medição, possibilitando a realização correta do desenho técnico. Para executar esta tarefa foi necessária a deslocação ao local, em diferentes dias, de modo a averiguar corretamente as medidas. Simultaneamente realizou-se o desenho técnico rigoroso em Autocad conforme representado em anexo.



Figura 56 - Levantamento de Fachada Travessa da Rua Nova nº 7 e 9

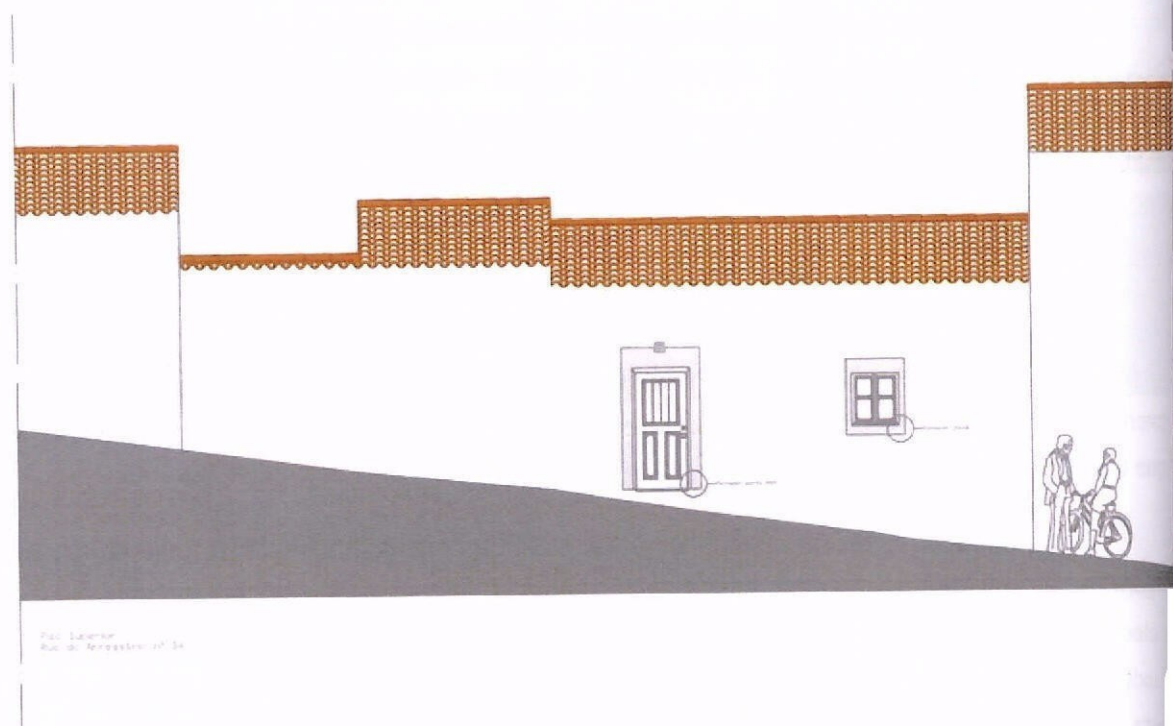


Figura 57 - Levantamento de Fachada Rua do Arressário nº 34

Levantamento rigoroso piso 0: Com os alçados elaborados, seguiu-se para o interior da habitação, iniciando-se, assim, a medição de todos os elementos existentes. O método utilizado para as medições foi a triangulação, para um correto levantamento, tendo em conta o espaço irregular. A principal dificuldade encontrada foi obter as medidas exatas, devido ao estado de degradação das paredes, pavimentos, etc. A degradação, causada pelo tempo, foi danificando e alterando a forma das paredes e outros elementos. Esta realidade dificulta a aquisição das medidas certas, havendo discórdia entre várias dimensões, tanto no interior, como na sua relação com o exterior.

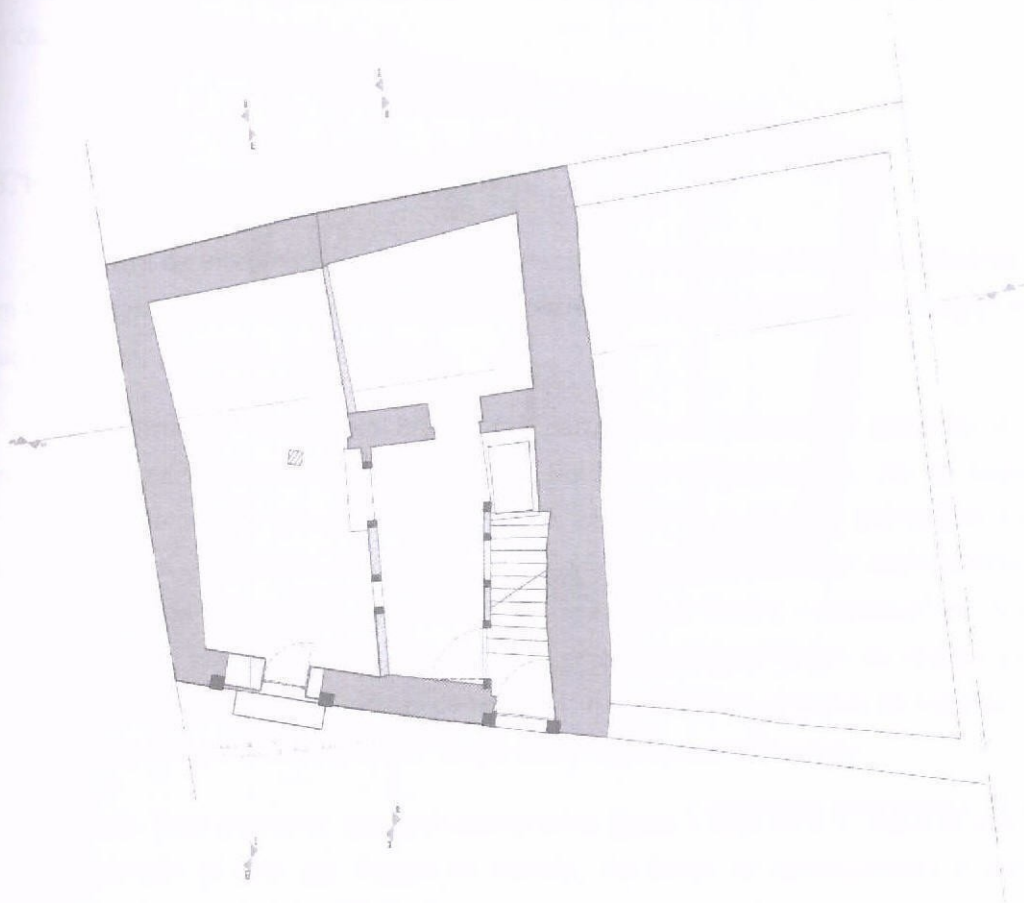


Figura 58 - Levantamento rigoroso piso 0.

Levantamento rigoroso piso 1: Situado na Rua do Arressário nº 34, o piso 1 apresenta maior dificuldade na medição dos espaços. Apesar de ter as mesmas dimensões que o piso 0, é distribuído por diversas divisões, através de várias portas de madeira. Os métodos de medições utilizados foram os mesmos que no piso inferior, sendo cada divisão medida individualmente. As principais dificuldades encontradas relacionaram-se com a conciliação das distintas áreas devido à espessura das paredes, a inserção do espaço dentro das paredes estruturais obtidas no piso 0 e a conciliação dos dois pisos.

Por ser um espaço mais complexo que o anterior, é o que requer mais atenção e dificuldade de execução no que diz respeito ao desenho técnico. Com as plantas de ambos os pisos concluídas, seguiu-se para a sua comparação dimensional, sobrepondo-as. Desta maneira, conclui-se que a parede estrutural entre os pisos apresenta divergências. Tal ocorrência é habitual neste tipo de habitações antigas, no entanto, em alguns casos é mais acentuada. Neste caso é notável a inclinação das paredes-mestras exteriores, que se justifica pela degradação que sofreram ao longo do tempo e, ao mesmo tempo, da tipologia de construção.

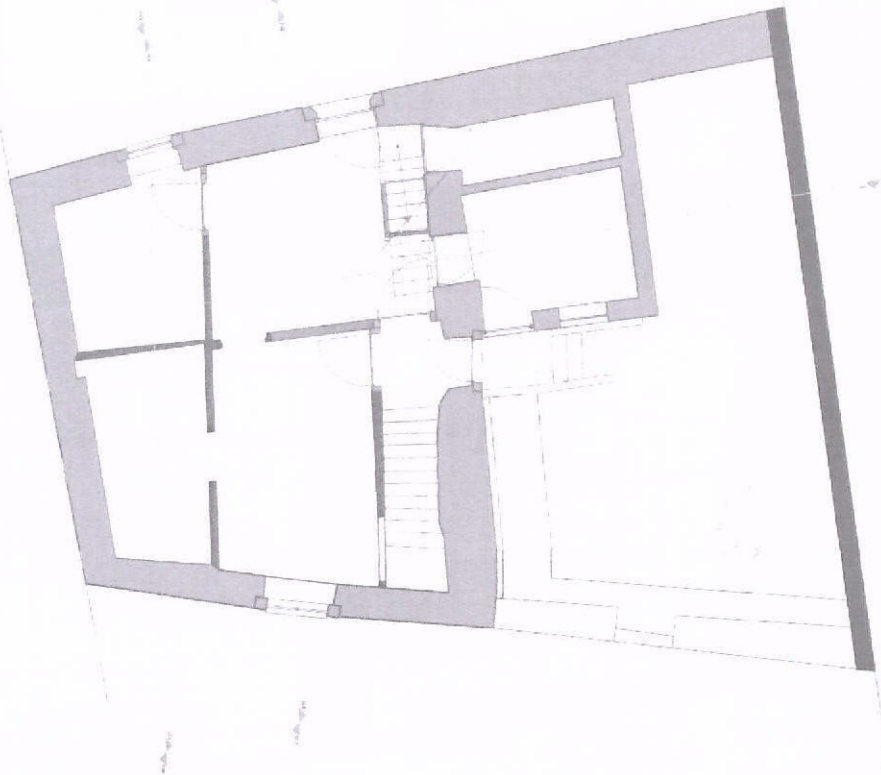


Figura 59 - Levantamento rigoroso piso 1.

Levantamento rigoroso espaço exterior: A habitação possui uma área exterior, onde se chega através de umas escadas existentes no piso 1. Na área exterior da habitação existe um pequeno jardim/quintal com vista panorâmica para a cidade. Para o medir não houve tantas dificuldades, pois é uma área ampla, apesar de se encontrarem algumas dificuldades no acesso devido as condições de abandono existentes. O seu alinhamento com a planta foi, também, uma dificuldade devido a inclinação das paredes exteriores da habitação.

11.3. Pesquisa para definição de tipologia do espaço

Esta pesquisa seguiu os seguintes parâmetros: tipo de turismo aplicado e em falta naquela zona; possíveis tipologias aplicáveis ao espaço; novos materiais e funcionalidades; intervenção patrimonial; necessidades do espaço e da zona histórica; intervenções já existentes.

etc. Esta investigação tem como objetivo juntar inúmeros parâmetros a solucionar, tendo em conta as necessidades, bem como o valor patrimonial com as capacidades do design de interiores.

Devido à localização da habitação no centro histórico de Castelo Branco, existem diversas tipologias que podem ser aplicadas. Tendo em conta a zona onde está inserida, e os difíceis acessos, a tipologia comercial seria uma das opções viáveis e com sucesso devido aos moradores existentes nos arredores (na maioria idosos e com capacidade reduzida de deslocação) e aos turistas (inexistência de espaços comerciais). Outra tipologia aplicável seria uma habitação de Turismo cultural (tendo em conta a sua localização), possibilitando, assim, que os visitantes da cidade ficassem alojados numa habitação típica e com narração, na zona histórica.

11.3.1 Definição de conceito e tipologia

A proposta de intervenção no espaço habitacional contempla distintos parâmetros que se devem ter em conta. O primeiro de todos é a definição da tipologia a desenvolver, assim como, a resolução de uma, ou várias, problemáticas.

A zona histórica de Castelo Branco faz parte de um importante percurso histórico, tratando-se de uma zona protegida devido à sua história e características, daí ser importante rever todos os elementos que a contemplam. Os moradores e as suas habitações são dois importantes fatores de análise, assim sendo, é preciso conhecer e analisar corretamente estes fatores para uma boa intervenção. Quando se percorre a zona “entre - muralhas” da cidade, as habitações com que nos deparamos apresentam elementos característicos da região: portados quinhentistas, paredes em pedra, portas de madeira, ruas estreitas, extratos da muralha, etc. É neste contexto que se devem desenvolver todos os novos projetos lá inseridos.

O turismo é um elemento que está diretamente ligado a esta zona e, todos os dias, novos visitantes percorrem as ruas que findam no castelo, em busca de conhecimento e elementos visuais que narrem a história da cidade. Tendo em conta este encadeamento de ideias, chega-se à proposta de intervenção no espaço habitacional.

Não querendo abdicar de um espaço habitacional, o objetivo é a sua reformulação, tornando-o um local de turismo cultural e conservando os seus elementos históricos.

Quando a Câmara Municipal, ou outro elemento de autoridade da cidade, recebe a visita de convidados importantes, estes acabam por ser hospedados em Hotéis. Esta realidade faz com que não tenham a oportunidade de conhecer e sentir aquilo que a cidade tem para oferecer, porque os hotéis são espaços impessoais.

Com efeito, pretende-se desenvolver um espaço habitacional, inserido na tipologia de turismo cultural, que sirva de albergue para estas pessoas e que narre a história da zona em que se insere.

Tipo: Turismo Cultural

Tipologia do espaço: Espaço turístico habitacional destinado a albergar convidados do município.

Conceito: Conservação do espaço existente dando-lhe uma nova interpretação histórica recorrendo a novos materiais e funcionalidades e aplicando as práticas de design.

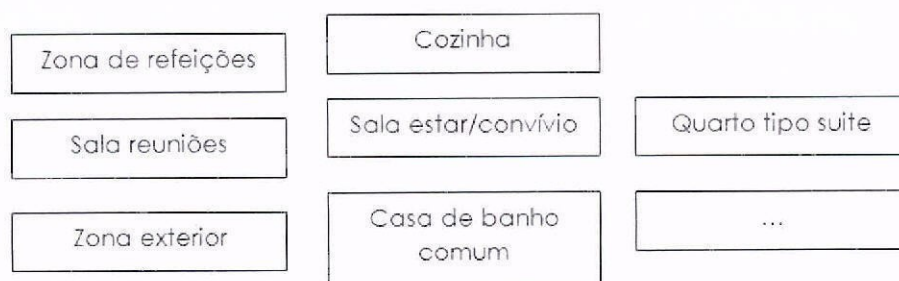
Nesta fase de conceção é importante a elaboração de um painel de inspiração onde as ideias base estejam representadas visualmente. Assim, torna-se mais fácil o desenvolvimento de ideias, pois existe um conceito base que guia a parte criativa do projeto.

Problemática a deliberar: A reduzida existência de iluminação natural, bem como, a má distribuição das áreas e o não aproveitamento do espaço.

Para prosseguir com a proposta é necessário estabelecer diversos parâmetros, tais como: tipo de utilizadores, funcionalidades do espaço e elementos a manter.

Tipo de utilizadores: Conforme já referido, o futuro espaço irá ser utilizado por convidados da Autarquia. Trata-se de utilizadores com algum tipo de requisitos tanto funcionais, como materiais. O tipo de estadia na habitação é mínimo, como tal algumas necessidades reduzem-se comparativamente com outras tipologias de habitação.

Funcionalidades do espaço: Tendo em conta a tipologia do espaço, estabeleceram-se algumas áreas base a desenvolver:



Existem dois tipos de zonas: privadas e comuns. As privadas são constituídas pelo quarto de cada utilizador, como acontece em todos os hotéis, sendo do tipo suite. As zonas comuns são as habituais neste tipo de espaços, sendo provável numa fase posterior acrescentar outras áreas

não previstas. É de salientar que o espaço da cozinha, tendo em conta estes utilizadores, será, possivelmente, utilizado apenas de modo auxiliar.

Elementos a manter: Todos os elementos estruturais são para manter, bem como algumas portas de madeira. Será, também, conservada a tulha em pedra, no piso inferior.

Materiais a utilizar: Quando se trabalha na componente histórica, e com edifícios deste carácter, deve-se considerar os materiais a conservar e os novos a ser aplicados. É, também, necessário comparar-se com o existente e verificar quais os melhores materiais a aplicar no projeto. Tratando-se de uma habitação histórica, existem dois tipos de materiais existentes a manter/conservar: madeira e pedra.

11.3.2 Painel de conceito

No painel de inspiração são representadas tonalidades mais claras e alguns apontamentos de cor, conjugados com a textura da madeira. A pedra existente no espaço é algo a manter e a valorizar, dando-lhe especial destaque por se tratar de um elemento típico construtivo, assim como, pormenores que necessitam de restauro para continuar a sua essência na casa (exemplo do batente da porta de entrada). A madeira é um material presente em toda a habitação, esta encontra-se em degradação, ou seja, a sua substituição é necessária. No entanto, esta substituição é relevante tendo em conta a problemática da iluminação.

O conceito de conservação é praticado através da construção, mas é através das aptidões do Design de interiores que a habitação terá uma nova interpretação dando-lhe através da cor o destaque necessário. Assim, não esquecendo a história do local e a finalidade de que os utilizadores deste espaço se sintam em Castelo Branco, a inclusão de elementos referentes aos



Figura 60 - Painel de conceito da Habitação.

bordados tradicionais é uma escolha conceitual a inserir.

Estabelecido o conceito e a proposta de intervenção, segue-se a fase de pesquisa de materiais, legislação e estipulação do espaço através das plantas existentes. Os esboços sobre os desenhos técnicos do espaço são o primeiro passo no desenvolvimento do projeto, permitindo assim, distribuir os diferentes espaços necessários de várias maneiras, oferecendo distintas soluções.

11.4. Legislação aplicável - Turismo

Até a uns anos atrás, o movimento de turistas em Portugal era bastante modesto. Todavia, a partir de então registou-se um aumento muito significativo, a ponto de o turismo assumir hoje uma importância económica extraordinária em Portugal, incluindo-o no conjunto dos quinze mais importantes destinos turísticos do mundo.

O elevado número de turistas em Portugal deve-se, essencialmente a: à grande diversidade e beleza paisagística; à amenidade do clima; à qualidade e genuidade dos atrativos humanos (carácter hospitaleiro do povo português); à existência de infra-estruturas hoteleiras de qualidade/prestígio e com baixos custos; **à existência de um património arquitetónico, artístico, histórico e cultural rico e diversificado** e ao facto de Portugal ser um destino seguro para aqueles que o visitam.

Apesar da maioria dos turistas que visitam Portugal procure as zonas da costa com praia, tem-se assistido, nos últimos anos, a um esforço de diversificação e qualificação de novos produtos turísticos, nomeadamente: o turismo termal; o turismo rural; o turismo ativo, o turismo de negócios e de congressos, entre outros.

Apesar de se encontrar débil em numerosos campos, Portugal tem um forte potencial em duas áreas onde a tradição, a criatividade e os recursos naturais fornecem todas as mais-valias para a criação de zonas de mercado capazes de dinamizarem a economia e de atraírem novos visitantes e novos investimentos, privados, públicos, nacionais e estrangeiros: Turismo e Cultura. Estes elementos eram, e são, fatores de atracção, a que se deve adicionar elementos tão importantes como a qualidade, o “life-style”, a modernidade e a inovação.

Mas Portugal tem mais do que isto: tem uma oferta turística diversificada bem como um património histórico/arquitetónico importantíssimo; tem aldeias (muitas) completamente recuperadas onde não existe sequer uma pensão ou até um café; tem uma expressão musical única - o fado e a música pop, folk ou folclórica; tem a gastronomia, entre outras coisas que o tornam exclusivo. Tem assim para oferecer a quem nos visita e um forte trabalho a fazer para se dar a conhecer como espaço único.

Na área do turismo Portugal tem tudo o necessário para fomentar interesse público para quem o visita, e até mesmo para quem é Português e desconhece aquilo que existe no seu próprio estado. É neste contexto que se insere a recuperação de centros históricos como é o caso

de Castelo Branco, e é nestas áreas que a criatividade deve intervir de modo a criar dinamismo e destaque a espaços com história que se arruinaram com o tempo.

Existem vários tipos de turismo, no entanto, tendo em conta a contextualização histórica da habitação, o turismo cultural é o adaptável neste caso. Caracteriza-se por uma estadia alongada e um contato mais íntimo com a cidade/aldeia, dando ao seu visitante um conhecimento mais aprofundado da localização em que se insere.

A **Carta Internacional do Turismo Cultural - Gestão do Turismo nos sítios com significado Patrimonial**²⁰ (colocada em anexo), descreve os objetivos deste tipo de intervenção, sendo alguns princípios estabelecidos importantes de salientar aqui:

• **Princípio 1** - *“Como o turismo doméstico e internacional estão entre os principais veículos das trocas culturais, a conservação deve proporcionar oportunidades responsáveis e bem geridas para os membros da comunidade residente e para os visitantes experimentarem e compreenderem em primeira mão o património e a cultura dessa comunidade.”*

• (...)

• **Princípio 3** - *“A conservação e o Planeamento do Turismo para os sítios Património deve garantir que a experiência do visitante valha a pena, seja satisfatória e agradável.”*

• (...)

• **Princípio 5** - *“As atividades do turismo e a conservação devem beneficiar a comunidade residente.”*

• (...)

É neste encadeamento de princípios que se deve formar a base de um projeto de intervenção, sob o objetivo de proteger e respeitar os espaços, dinamizando-os e inserindo novos conceitos de habitação e reformulação de espaços. Para este tipo de espaços existem diversas legislações a aplicar, sendo as mais importantes analisadas e colocadas em anexo.

11.5 Relação do espaço com o conceito de Design de Interiores

No campo da reabilitação, todos os cuidados são necessários para a realização de um correto e bom projeto, principalmente quando consta incluir nele as práticas do Design de Interiores. Quando se trabalha em espaços históricos como esta habitação, e outras, os elementos característicos têm que ser mantidos para que o espaço não perca o seu carácter, bem como toda a sua estrutura original pela qual são identificadas estas tipologias. O papel do designer de interiores, é dentro do âmbito da reabilitação e da área consagrada, integrar uma nova reinterpretação do espaço de acordo com as necessidades da atualidade, e transmitir a

²⁰ Adotada pelo ICOMOS na 12ª Assembleia Geral no México, em 1999.

ideia base do conceito estipulado. Neste caso trata-se das origens da cidade de Castelo Branco, bem como a típica habitação quinhentista e os arruamentos que o centro histórico apresenta. O conceito de Design de interiores relaciona-se com as reinterpretações que o profissional cumpre no espaço tendo em conta fatores como as necessidades, problemáticas, utilizadores, conceito, localização, materiais, etc., são todos elementos que corretamente analisados e relacionados originam um projeto coerente.

11.6 Esboços e conceções de percurso

Nos primeiros esboços a correta distribuição dos espaços é elementar, como tal, é necessário recorrer a diversas soluções possíveis tendo em conta os compartimentos da habitação. Num primeiro esboço o objetivo é conceber no primeiro piso três quartos tipo suite, sala, casa de banho comum e cozinha, recorrendo às áreas existentes no exterior e sótão. O piso 0 irá ser destinado à sala de reuniões e a uma pequena adega, por se tratar de uma área mais reservada. Para o desenvolvimento das áreas, a constante consulta dos desenhos técnicos existentes é fundamental para o bem gerir dos espaços.

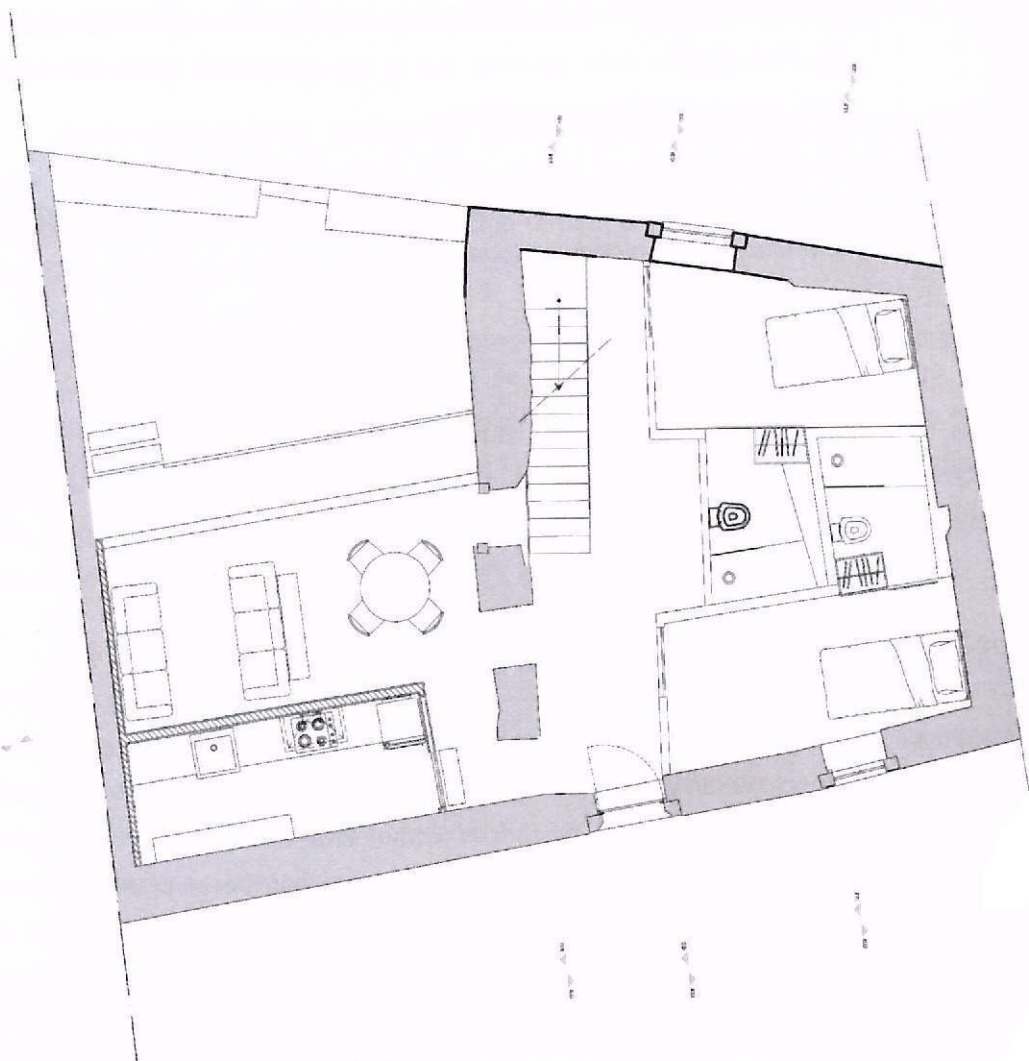


Figura 61 - Esboço planta inicial do piso 1.

Numa fase posterior e apresentada no projeto final, devido a escassez do espaço reformulou-se as áreas já estipuladas, alterando o objetivo base do primeiro piso de três quartos para dois apenas, permitindo assim uma área maior e mais confortável para os futuros utilizadores. A escadaria que liga os dois pisos foi assentada no centro da casa, permitindo uma melhor manipulação dos espaços. No piso inferior, e para oferecer uma maior qualidade e satisfação aos visitantes da habitação, foi criada uma casa de banho de serviço, anulando a necessidade de aceder ao piso superior para a sua utilização, bem como uma pequena kitchen/bar auxiliar a sala de reuniões.

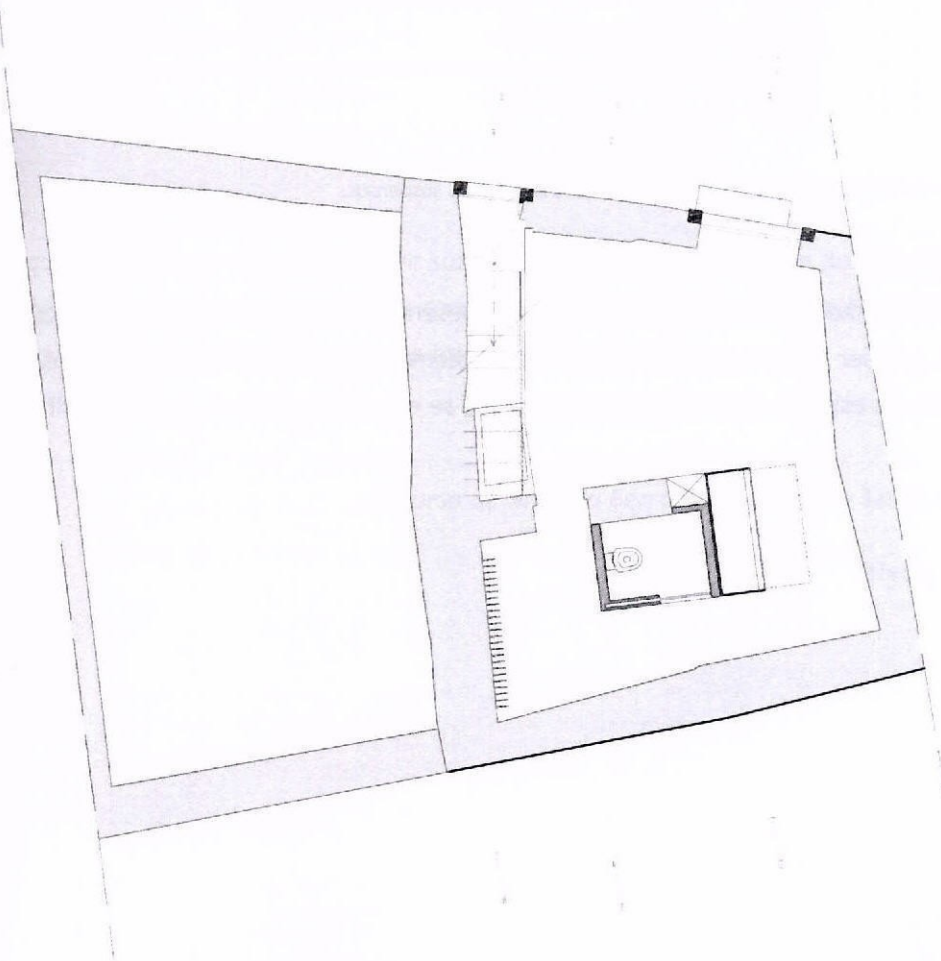


Figura 62 - Esboço planta inicial do piso 0.

Nesta fase de intervenção é fundamental o desenvolvimento de várias propostas no mesmo espaço para averiguar qual melhor se adapta à tipologia estabelecida. Um dos conceitos iniciais era a colocação dos compartimentos numa área suspensa, como se fossem caixas agregadas a casa, contudo e devido a questões técnicas de estrutura a ideia foi largada.

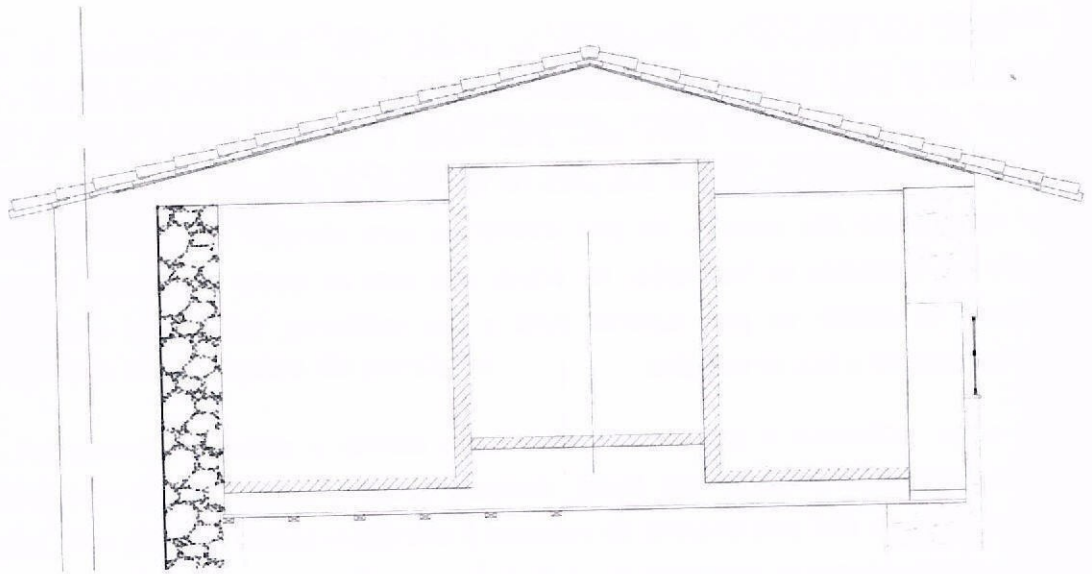


Figura 63 - Corte esboço com ideia inicial de compartimentos suspensos.

Assim como esta ideia, outras foram desenvolvidas e com diferentes conceitos que acabaram por ser desaproveitados devido a problemas técnicos construtivos ou de outra ordem referencial. Os esboços desenvolvidos encontram-se em anexo no final deste trabalho.

...para que os seus hóspedes, ainda que sozinhos, se encontrem sempre acompanhados por certas coisas simples, que os situem constantemente na região onde se encontram e não lhes quebrem a continuidade entre o interior e o exterior...»

Discurso de António Ferro na Pousada de Santa Luzia

Elvas, 1942

12. Projeto final

O projeto final aqui apresentado é o produto final resultante da frequência de estágio no Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco. Trata-se de uma habitação quinhentista situada no centro histórico da cidade, destinada a hospedar convidados do Município. A sua tipologia divide-se em dois pisos com diferentes áreas interligadas entre si com um conceito eminente e presente em todas elas. Também como produto final é apresentado três peças de mobiliário desenvolvidas para o espaço: mesa de reuniões, banqueta e móvel de apoio.

Trata-se de um projeto em que as ruas invadem a habitação de forma minimalista através de pormenores construtivos e elementos caracterizantes, para que os seus usuários tenham a perceção da zona em que se encontram que se identifica por a sua malha de arruamentos.

12.1 Importância da tipologia na zona histórica

Quando se fala da zona histórica da cidade, fala-se de um espaço com difíceis acessos que foi desprezado com o tempo pelos moradores devido a vários fatores e necessidades atuais. Apesar de se tratar duma bonita zona da cidade, e de atrair muitos turistas, carece de novas implementações e intervenções naquilo que ainda existe, que são maioritariamente habitações, arruamentos e largos. Quando se desenvolve um projeto de intervenção como este, deve-se considerar quais são as importâncias que o novo espaço traz para a zona. Estes são:

- Divulgação da iniciativa para o Município, de intervenções em espaços com história e a sua recuperação;
- Exemplo de reabilitação e intervenção do Design de Interiores;
- Criação de um diferente tipo de espaço de alojamento;
- Espaço que pode ser adaptado a futuras utilizações (arrendamento por exemplo);
- Dinamismo pra a zona e para os moradores;

12.2 Pontos de interesse

Conforme referido num ponto anterior, a habitação situa-se no meio do centro histórico da cidade de Castelo Branco, tendo como ponto de referência o Museu do Cargaleiro ou então a atual Praça de Camões. Devido a sua localização histórica, existem vários pontos de interessa para quem visita a cidade pela primeira vez.

- **Museu do Cargaleiro** - Trata-se de um espaço cultural municipal, cujo objetivo central é a divulgação, estudo e conservação das peças que integram o acervo da Coleção de Arte da Fundação Manuel Cargaleiro.

Constituído por dois edifícios contíguos - o Solar dos Cavaleiros, um palacete construído no séc.XVIII, e um edifício contemporâneo - o Museu Cargaleiro situa-se no coração da Zona Histórica da cidade, nas imediações da Praça de Camões, popularmente conhecida como Praça Velha;

- **Jardim do Paço Episcopal** - Este jardim revela-se como um dos mais originais exemplares do barroco em Portugal. Em especial no que respeita à estatuária: aos aspetos simbólicos e à disposição dos seus elementos em percursos temáticos. De forma retangular, é dominado por balcões e varandas com guardas de ferro e balaústres de cantaria. Dispõe de cinco lagos, com bordos trabalhados, nos quais estão montados jogos de água;

- **Igreja de São Miguel, Sé de Castelo Branco** - Originalmente de traçado medieval, foi construída e sofrendo alterações ao longo de vários séculos, sendo hoje maioritariamente visível os elementos da arquitetura barroca e rococó. A fachada principal é dominada por três portais no nível térreo (laterais com frontão triangular e central mais elevado com frontão curvo interrompido), duas janelas a ladear um nicho com uma estátua de São Miguel no nível intermédio, óculo circular no nível superior, e duas torres sineiras laterais. No interior, a nave longitudinal apresenta seis altares laterais em talha dourada. A igreja foi classificada pelo IPPAR como Imóvel de Interesse Público em 1978;

- **Miradouro de S.Gens e Castelo** - Inaugurado em 1941, a proporcionar uma bela vista panorâmica sobre a zona histórica da cidade. Situado perto do castelo, percorre-se uma longa subida para o alcançar, mas o esforço é recompensado pela bela paisagem que dali se avista. Os bancos de jardim e os muitos recantos à sombra convidam ao merecido descanso;

- **Docas** - Zona agradável para um passeio de família possui um espaço amplo sem obstáculos e sem viaturas motorizadas. Possui vários cafés com esplanadas, bares, pubs e um restaurante. Possui uma zona verde e um pequeno espelho de água e também algumas lojas. Trata-se de ponto de encontro preferencial para os albacastrenses, durante todo o dia e noite. Nas proximidades existem também a biblioteca municipal e o teatro municipal;

Existem muitos mais pontos de interesse nas redondezas da habitação, devido a sua boa localização, facilmente se chega e encontra sítios de interesse e precisão.

12.3 Objetivos do espaço

Tratando-se de um espaço habitacional, os objetivos são de forma geral os mesmos que uma habitação comum. Esta tem apenas a particularidade de ser temporária para os seus utilizadores. O objetivo principal é a harmonia e funcionalidade do mesmo, não esquecendo o carácter ornamental. Por ser um espaço diferente implantado na zona histórica da cidade, contém o carácter cultural que é necessário para identificar e caracterizar a habitação e a cidade.

12.4 Programa habitacional

A sua tipologia divide-se em dois pisos com diferentes áreas interligadas entre si com um conceito eminente e presente em todas elas:

No **piso 0**, a sua entrada efetua-se através da Travessa da Rua Nova nº7/9, e nele encontra-se a sala de reuniões dos convidados do Município, uma pequena kitchenette/Bar de apoio com os equipamentos necessários, uma casa de banho de serviço e uma pequena adega.

No **piso 1**, e com ligação ao piso 0 através da escadaria, a sua entrada é efetuada pela Rua do Arressário nº34 sendo esta a porta principal. Este piso caracteriza-se por ser o mais privado para os utilizadores. Nele encontra-se dois quarto tipo suite, cada um com a sua respetiva casa de banho, um hall de entrada, uma sala de estar/jantar com vista para a cidade e ligação com o jardim exterior e por fim uma cozinha.

Temos assim:

- 2 Quarto tipo suite (casa de banho, armário embutido e quarto);
- Cozinha;
- Sala de estar/jantar;
- Jardim exterior com vista sobre a cidade;
- Sala de reuniões;
- Kitchnet/bar de apoio a sala de reuniões;
- Casa de Banho de serviço;
- Adega;

12.5 Exterior da Habitação

Conforme antes indicado, a habitação encontra-se localizada entre duas ruas e duas outras habitações, possuindo assim duas fachadas e duas entradas. Na imagem abaixo apresentada pode-se visualizar a antiga fachada e a nova proposta de intervenção para o seu exterior. As tonalidades de branco e azul salientam-se na pintura e nas cantarias, bem como os elementos característicos em pedra em volta das mesmas. A madeira toma algum destaque ao longo do interior da habitação, sendo visível através do prolongamento efetuado na zona do jardim exterior. Esta fachada tem principal destaque devido as tonalidades divergentes apresentadas, salientando-se das outras que se encontram atualmente sombrias.

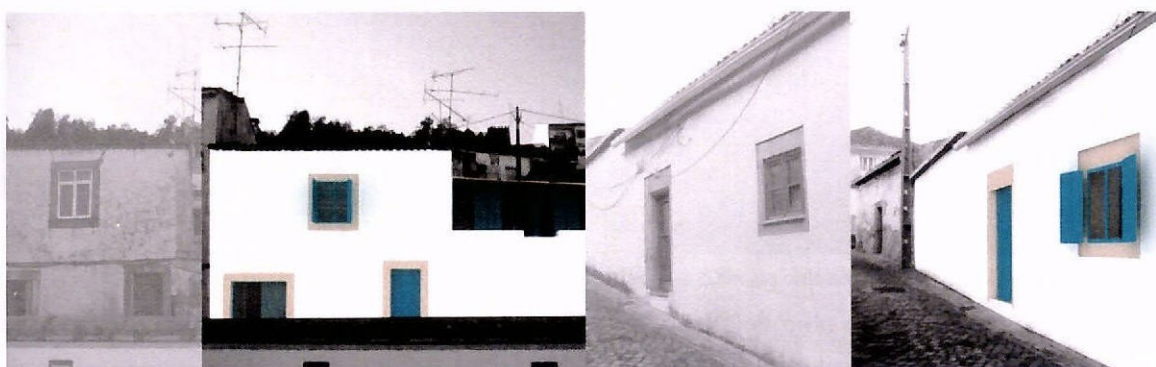


Figura 64 - Proposta de exterior da habitação.

12.6 Interior

É no interior da habitação que se encontra o centro do conceito estabelecido. Assiste-se a um prolongar dos arruamentos do exterior para o interior através dos materiais e das linhas traçadas pelos compartimentos. A textura da calçada portuguesa, juntamente com a madeira clara, delimita os espaços criando ambientes distintos. O azul é uma presença forte e de destaque nas paredes e nos apontamentos. Trata-se de uma cor com carácter nobre presente em tempos remotos na zona histórica e em bandeiras, bem como nos tradicionais bordados de Castelo Branco. Transmite serenidade, frescura e nobreza, características que se reúnem com os restantes elementos e que junto definem esta habitação. O Pantone utilizado ao longo do projecto a nível de interiores e equipamento foi: Pantone 3145C (Pantone Pro.Blue 66.7; Pantone Green 30.3; Pantone Black 3.0)

12.6.1 Piso 0

No piso térreo da habitação, e logo á entrada, encontra-se a sala de reuniões. Este espaço pode albergar reuniões do município ou de outro tipo. A mesa de reuniões é um elemento forte que se destaca devido á sua cor e dimensões. A escadaria para o piso superior encontra-se ao meio juntamente a uma parede mestre. A sua estrutura de madeira bruta remete aos tempos antigos bem como o mobiliário colocado. A madeira e a pedra são dois dos materiais utilizados ao longo da habitação. Por apresentarem tonalidades claras, permitem uma boa reflexão da luz para o espaço.



Figura 65 - Sala de reuniões situada no piso 0.

Como elemento central encontra-se um módulo azul que alberga dois compartimentos: kitchenette e casa de banho de serviço. Serve como apoio a sala de reuniões possuindo equipamentos para os utentes não terem que se deslocar ao piso superior: máquina de café, mini-figorífico, lavatório, micro-ondas, etc. A casa de banho foi colocada com o mesmo propósito. Esta tem um elemento particular de quando não é necessária, se poder fechar através de uma cortina, método que antigamente se usava para substituir as portas devido a falta de dinheiro e espaço.



Figura 66 - Kitchenette e casa de banho situadas no piso 0.

Também no piso 0 se encontra uma pequena adega, onde os utentes podem levar os seus convidados. O vinho da região é uma ótima escolha para saborear em momentos de convívio, juntamente com um queijo e enchidos da serra. As garrafas são colocadas sobre elementos de ferro metálicos embutidos na parede de pedra, dando a ilusão de estas se encontrarem suspensas.



Figura 67 - Vista para a adega e para a casa de banho situadas no piso 0.

Na casa de banho é de salientar a mistura de azulejos tradicionais colocada, também vista em muitas habitações antigas, que devido a falta de dinheiro de outrora, misturavam restos de azulejos existentes e de vários tamanhos formando um padrão multicolorido.

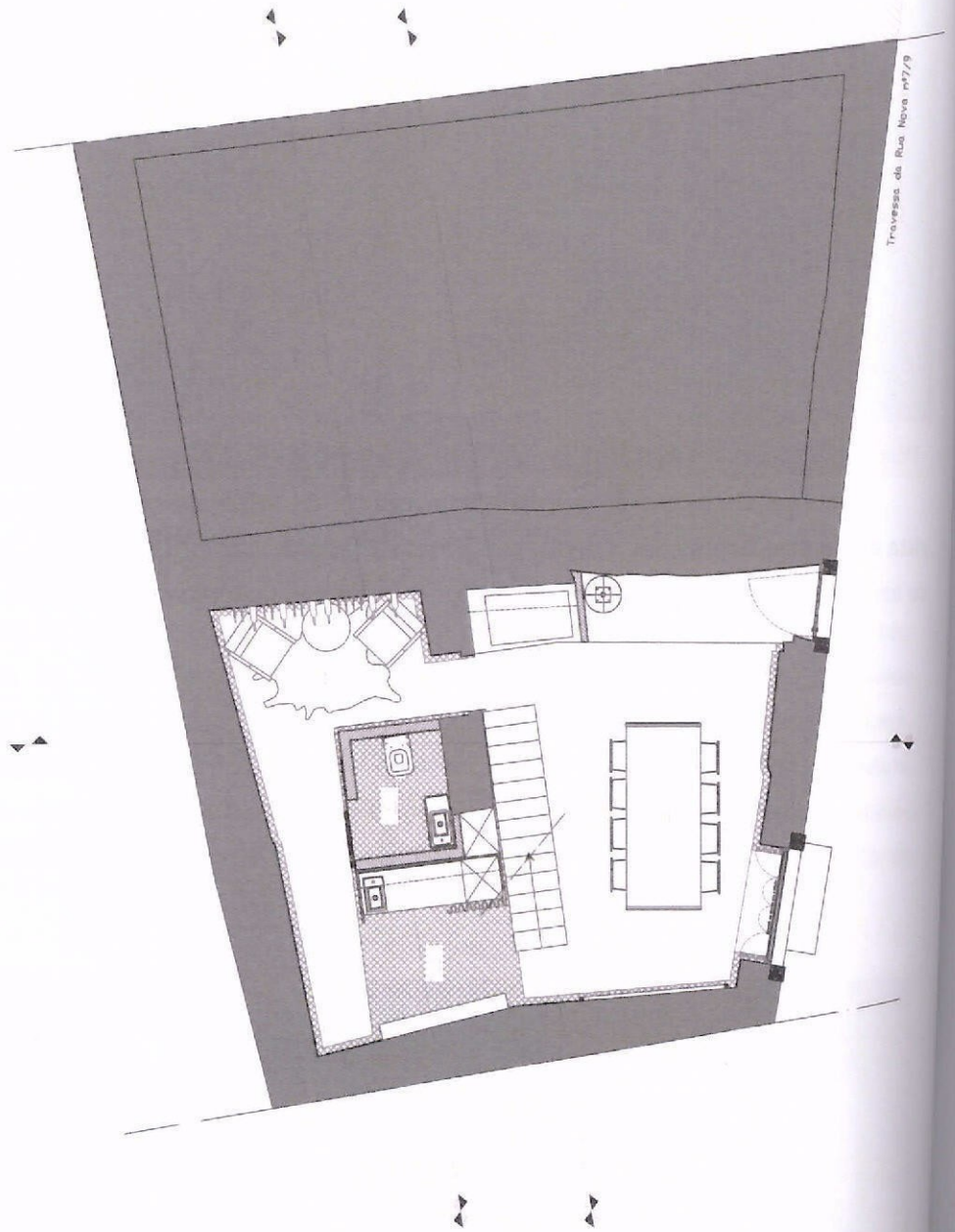


Figura 68 - Planta de intervenção proposta, piso 0.

12.6.2 Piso 1

Este piso caracteriza-se por ser o mais íntimo para os utilizadores. É nele onde se encontram os quartos, e as zonas de descanso como a sala e o jardim. Tal como o piso 0, a madeira e a pedra são dois dos materiais utilizados que permitem uma boa reflexão da luz para o espaço. Os compartimentos são definidos por blocos azuis com uma cota de 10cm em relação ao piso base, e de formas diagonais (inspiradas na malha de urbanização da zona histórica) que representam as habitações, sendo o seu rodapé formado por uma imitação de calçada portuguesa que remete ao ambiente exterior das ruas.

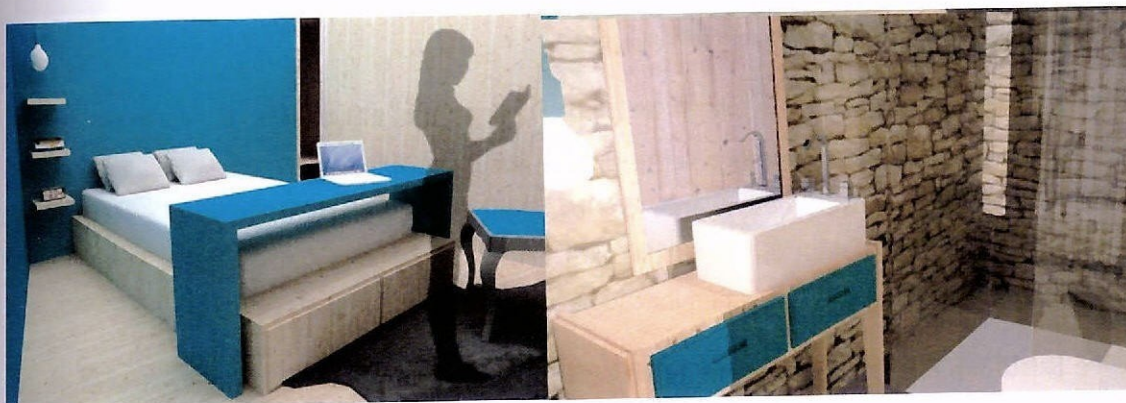


Figura 69 - Vista de um dos quartos e casa de banho, piso 1.

Os quartos apresentam-se sobre forma de openspace, não havendo uma porta que divida o quarto da casa de banho, apenas uma parede. A cama apresenta-se como forma de caixa, onde existe uma mesa que se move e funciona como elemento auxiliar para quem esta na cama, ou então, como secretária quando colocada aos pés da mesma.

Os quartos foram colocados nesta disposição na casa, para aproveitar as únicas janelas existentes e fornecedoras de luz natural. Um dos elementos caracterizantes e que une estes espaços é o pequeno armário embutido na parede de duas faces que funciona duplamente para os dois quartos, não havendo passagem direta entre eles. Também neste armário as portas foram substituídas, dando lugar a uma cortina.

Num dos quartos, com vista colocada sobre a cidade, foram mantidos os elementos em pedra tradicionais de janela utilizados nesta zona: as namoradeiras. As casas de banho são constituídas por um chuveiro, sanita e lavatório sobre o móvel de apoio também desenvolvido para este projeto.



Figura 70 - Vista de um dos quartos e casa de banho, piso 1.

A sala de jantar/estar juntamente com a cozinha foram áreas desenvolvidas fora das paredes estruturais aproveitando a área do logradouro. Por se tratar de uma zona exterior extensa e sem aproveitamento, foi usada para criar mais espaço interior para a habitação, tornando-a mais ampla e com mais iluminação natural através das janelas criadas.

Existe um elemento de ligação entre a zona de estar e a zona da cozinha, através de um nicho que funciona como mesa para ambos os lados. O objetivo foi o aproveitamento de espaço e a entrada de iluminação natural para a área da cozinha.



Figura 71 - Vista para a sala de estar/jantar com ligação para a cozinha, piso 1.

As tonalidades presentes mantêm-se, juntando-se o cinzento colocado nos equipamentos e decoração, com a sua conectividade neutra e moderada sobre o ambiente juntamente com os materiais. Alguns elementos decorativos salientam-se, desde o mobiliário, a iluminação, pratos tradicionais, telefones antigos, etc.

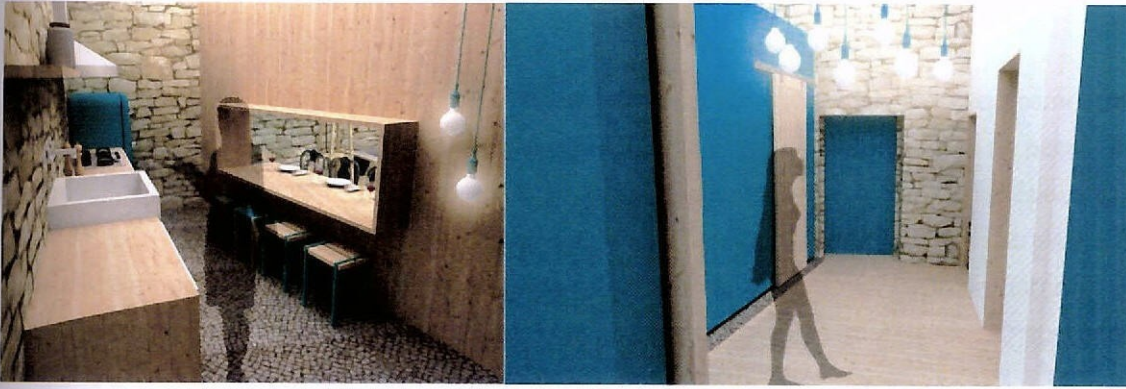


Figura 72 - Vista para do interior da cozinha e do hall de entrada, piso 1.

Na cozinha a mistura de materiais destaca-se desde a parede até ao pavimento. É constituída por uma bancada única funcional com os equipamentos necessários. Para esta zona da habitação, foram desenvolvidas as típicas banquetas de madeira, que antigamente eram efetuadas com restos de madeira e utilizados maioritariamente para as zonas de refeição e para estar junto da lareira.

Por toda a habitação um dos elementos mais presentes, para além dos materiais, são as lâmpadas de iluminação básica. Estas remetem para a imortal iluminação utilizada desde os tempos passados até á atualidade. As portas interiores são todas em madeira, e de correr á face da parede sobre uma calha em ferro. O modelo das portas é resultado de uma reprodução das portas encontradas no local no piso 1 na fase de levantamento do espaço.



Figura 73 - Planta de intervenção proposta, piso 1.

12.7 Equipamento

Para além do projeto habitacional, foram também desenvolvidos três equipamentos distintos que se inserem ao longo dos compartimentos. Trata-se de reinterpretações de peças de mobiliário com história nas habitações, neste caso as habitações da zona histórica e a época em que se inserem, e que ao longo do tempo, foram perdendo a forma original através de reinterpretações adaptadas. Neste caso, as linhas minimalistas foram escolhidas conjuntamente com os materiais característicos e as linhas que nos remetem para o passado. O material selecionado para o seu desenvolvimento foi a madeira de pinho.

Móvel de apoio com duas gavetas para arrumação inspirado nos aparadores antigos de madeira. Constituído por cinco peças que encaixam entre si, a sua utilização pode ser diversa inserindo-se nos diversos compartimentos de uma habitação.



Figura 74 - Móvel de apoio desenvolvido para a habitação.

Banqueta inspirada nos bancos tradicionais de madeira, constituída por quatro peças que encaixam entre si de forma fácil e prática. A sua utilização remete aos espaços de refeições, podendo ser utilizada como apoio em outros espaços descartando a função de assento.



Figura 75 - Banqueta desenvolvida para a habitação.

Por fim, a **mesa de reuniões** com sistema de arrumação oculto através de três gavetas laterais e dois tampos superiores que permitem guardar materiais de escritório entre outros. A sua lotação é de oito pessoas, sendo as suas laterais desenvolvidas estrategicamente de modo a eliminar supostas hierarquias. Com linhas minimalistas e conservadoras, estes equipamentos foram desenhados para uma habitação histórica onde as memórias do tempo se fundem com a atualidade.



Figura 76 - Mesa de reuniões desenvolvida para a habitação.

13. Conclusão

Cada vez mais é importante evitar o abandono e envelhecimento das zonas mais antigas das cidades e vilas, para que estas tornem a ter vida própria e participem na contemporaneidade. Do mesmo modo, é necessária a cooperação de todos e o incentivo por parte de profissionais, sendo estes criativos ou não. É neste contexto que recai o trabalho desenvolvido em estágio no Gabinete de Reabilitação Socio Habitacional do Centro Histórico e da devesa de Castelo Branco.

A reabilitação urbana não consiste só na recuperação e beneficiação interior e exterior de edifícios mas também contribui para a melhoria das condições ambientais, culturais, económicas e sociais das zonas a intervir, neste caso, da cidade de Castelo Branco que possui uma riqueza patrimonial extensa. Trata-se de uma mais-valia a conjugação deste tipo de benefícios com a utilização de profissionais nacionais, criando postos de trabalhos e contribuindo para o sucesso profissional e criativo do nosso território.

O design de interiores é uma área que abrange diversos conhecimentos que permite vários tipos de intervenções. As capacidades são construídas ao longo do tempo com a conquista de saberes, podendo assim estar apto para qualquer tipo de trabalho. Como tal, na área da reabilitação e no âmbito de estágio final de mestrado, surgiu a oportunidade de conjugação da criatividade do design de interiores com a reabilitação dando como resultado um projeto habitacional onde tudo foi pensado e desenvolvido ao pormenor.

O projeto desenvolvido permitiu o conhecimento de diversas etapas e componentes que no meio escolar não é perceptível. Fases importantes como: o levantamento e medição do espaço, reconhecimento da habitação, acompanhamento de obras, contato e reconhecimento de materiais, orçamentação, pormenores técnicos, matéria-prima, entre outros. Por se tratar de uma tipologia de intervenção diferente, a pesquisa teórica e prática de campo foram etapas determinantes para a inserção de um conceito final, permitindo adquirir diferentes perceções.

A pesquisa e aprendizagem sobre a legislação existente e aplicável naquele tipo de projeto e zona, foi um ponto de partida elementar, bem como, a componente histórica presente em todo o percurso, sendo o seu reconhecimento enriquecedor não só a nível cultural, mas também, técnico e contextualizado.

Para além destes componentes de projeto, a experiencia no mundo do trabalho, o contacto com projetos reais, a colaboração em equipa com prazos estipulados, entre outros, ditaram uma experiencia num tipo de trabalhos que enriquece o conhecimento profissional. Apesar de ser um projeto com alguma complexidade tendo em conta os elementos finais a entregar com a exigência já estipulada, este tipo de projeto habitacional foi de dimensões diminutas tendo em conta a duração do estágio, podendo ter sido ajustados prazos e mais acompanhamento permitindo assim maior complexidade e possivelmente outros projetos exigindo mais trabalho e treino. Contudo, os objetivos estabelecidos foram cumpridos de forma

enriquecedora conforme era previsto, tendo em conta tipologia de estágio e a área em que se insere. Tratou-se de um suplemento de um conhecimento e aprendizagem histórico-técnica que positivamente se enquadra e complementa ao design de interiores.

Em suma, o património tem que ser protegido. Cabe as pessoas impedir a sua degradação e ruína e cuidar daquilo que ainda existe nos centros históricos e restantes espaços. Apesar da vida atual impor outras exigências funcionais e estéticas como foi verificado ao longo desta investigação, isso também pode ser conseguido nos edifícios antigos, como foi comprovado no projeto da habitação aqui apresentado.

A recuperação de um edifício requer muita paciência, moderação, vontade e trabalho. Enquanto portugueses e profissionais, é um compromisso que se tem com o nosso País, contribuindo assim para conservação de recursos que constituem a nossa herança construída.

14. Bibliografia

- ALMEIDA, Álvaro Duarte. BELO, Duarte. *Património - Guia/Inventário. Volume V - Castelo Branco*. Circulo de Leitores. 1ª Edição. Setembro 2007. Rio de Mouro: Printer Portuguesa
- ALMEIDA, Álvaro Duarte. BELO, Duarte. SOARES, Júlia Mateus. *Portugal - Atlas do Património*. Circulo de Leitores. 1ª Edição. Setembro 2008. Rio de Mouro: Printer Portuguesa
- BELO, Duarte. *Portugal - Olhares sobre o Património*. Circulo de Leitores. 1ª Edição. Julho 2008. Rio de Mouro: Printer Portuguesa
- CORREIRA, Miguel Brito. LOPES, Flávio. *Património arquitectónico e arqueológico - Cartas, recomendações e convenções internacionais*. Livros Horizonte. 2004. Lisboa
- CRUZ, Pedro Casto; MOURA, Ana Luísa; MOURA, Carlos Machado. *Casa Quinhentista de Castelo Branco*. Castelo Branco, Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, 1ª Edição. Março 2009. Castelo Branco
- CUITO, Aurora. *Pequenos espaços domésticos*. 1ª Edição. 2001. Barcelona: Loft Publications
- ESPERANÇA, Eduardo Jorge. *Património e Comunicação - políticas e práticas culturais*. 1ª Edição. 1997. Lisboa: Veja
- GALHANO, Fernando. OLIVEIRA, Ernesto Veiga. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. 4ª Edição. Fevereiro 2000. Lisboa: Publicações Dom Quixote
- LANZINHA, João Carlos Gonçalves - *Reabilitação de Edifícios, Metodologia de diagnóstico e intervenção*. Nova Europa. 2009. Covilhã.
- LEITE, Ana Cristina. *Cidades e vilas de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1ª Edição. 1991.
- PACHECO, Hélder. *Portugal - Património cultural popular, 1 - Ambiente dos Homens*. 1ª Edição. Lisboa: Areal Editores
- MACHADO, José Luís Pinto. *Habitação Rural - Sugestões para a renovação ou construção - Métodos construtivos e elementos tradicionais*. 3ª Edição. Fevereiro 1987. Lisboa: Livraria popular Francisco Franco
- MUNARI, Bruno. *Das coisas nascem coisas*. 1982. Lisboa: Edições 70
- SAMPAIO, Jorge Pereira. *Casas com Tradição em Portugal*. 1ª Edição. 1998. Lisboa: ESTAR Editora
- TOMÉ, Miguel. *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. 1ª Edição. 2002. Porto. FAUP Publicações
- As mais belas cidades de Portugal*. 1995. Volume I. Editorial Verbo. 1ª Edição. Rio de Mouro
- Arquitetura popular em Portugal*. 1988. AAP - Associação Arquitetos Portugueses. 3ª Edição. Lisboa
- Caminhos do Património. 1929-1999*. DGMN - Direção Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais. 1ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte
- Espacios Reconvertidos*. 2006. 1ª Edição. TASCHEN. Spain: Gráficas Toledo
- Intervenções no Património. 1995-2000, Nova Política*. IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, MC - Ministério da Cultura. 1ª Edição. Setembro 1997. Lisboa
- Marcas Judaicas no urbanismo e na arquitetura de Penamacor*. Laurinda Gil Mendes. Arquivo Municipal. 2011. Camara Municipal de Penamacor.
- O melhor das casas remodeladas*. Casa Claudia - Caras Decoração. 1ª Edição. Outubro 2001. Lisboa: Tipografia Peres
- Piedras com raices - La revista de nuestra arquitectura vernácula. La conservación de la arquitectura tradicional. Numero 10. Verano 2005*
- Piedras com raices - La revista de nuestra arquitectura vernácula. Arquitectura Popular pacense. Numero 24. Invierno 2009*
- Regulamento Geral das Edificações Urbanas*. Novembro 2009. Porto Editora. ISBN 978-972-0-01309-5

15. Webgrafia

- Archdaily** - Análise e recolha de imagens/informação: www.archdaily.com.br/48187/casa-marta-massada-spaceworkers/
- Consultado em Janeiro de 2012
- Blog Albicastelhano** - Recolha de imagens e informação: www.albicastelhano.blogspot.pt - Consultado em Março de 2012
- Blog Castelo Branco Cidade** - Recolha de imagens: www.castelobrancocidade.blogspot.pt - Consultado em Março de 2012
- Câmara Municipal de Castelo Branco** - Recolha de imagens e informação: www.cm-castelobranco.pt - Consultado em Março de 2012
- Casas do Côro** - Análise e recolha de imagens: www.casasdocoro.com.pt - Consultado em Janeiro de 2012
- Catedra-Alberto** - Análise e recolha de documentos e imagens: www.catedra-alberto-benveniste.org - Consultado em Maio de 2012
- Construlink** - Portal da Construção, análise e recolha de dados: www.construlink.com - Consultado em Maio de 2012
- Hotel M'AR de AR AQUEDUTO** - análise e recolha de imagens: www.mardearhotels.com - Consultado em Janeiro de 2012
- ICOMOS**, Comité Científico Internacional para a Análise e Restauro de Estruturas do Património Arquitetónico -
Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitetónico:
www.icomos.fa.utl.pt/ - Consultado em Janeiro de 2012
- IGESPAR**, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico: www.igespar.pt - Consultado em Janeiro de 2012
- Spaceworkers** - Análise e recolha de imagens/informação: www.spaceworkers.pt - Consultado em Janeiro de 2012

16. Definições

Conselho da Europa - Constituído em 1949, por dez países europeus, esta organização tem como objetivo propor a adoção de ações conjuntas em matérias de âmbito social, económico, cultural, científico, jurídico e administrativo, de forma a contribuir para uma união europeia mais estreita, para a defesa da democracia parlamentar e dos direitos do homem e para a melhoria das condições de vida, no respeito pelos valores humanos.

ICOMOS (International Council of Museums) - Organização não-governamental criada em Paris, 1965, que trabalha no âmbito da conservação de monumentos, conjuntos e sítios históricos.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) - Organização com sede em Paris que tem por missão a contribuição para a manutenção da paz e da segurança pela educação, pela ciência e pela cultura, bem como a colaboração entre nações, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.

17. Anexos

Os anexos aqui apresentados, resultam de digitalizações de originais existentes.

17.1 Glossário de termos de Património (compilação de conceitos e definições)

GLOSSÁRIO DE TERMOS
DE
PATRIMÓNIO
(COMPILAÇÃO DE
CONCEITOS E DEFINIÇÕES)

José da Conceição Afonso

A

ADA

ADAPTAÇÃO

(...)

a adaptação será a adequação de um bem a uma nova finalidade sem que a sua significação cultural seja destruída.

«in *Carta de Burra* - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios»

AMB

AMBIÊNCIA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS OU TRADICIONAIS

(...)

b) Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, económicos ou culturais.

«in *19ª Sessão UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*

de 26 de Novembro de 1976
RECOMENDAÇÃO RELATIVA À SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS E SUA FUNÇÃO NA VIDA CONTEMPORÂNEA.»

ANA

ANASTILOSE -

Quando se trata de ruínas, impõe-se uma conservação escrupulosa, com a recolocação nos seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis.

«in *Carta de Atenas* - Outubro de 1931 - Escritório Internacional dos Museus - Sociedade das Nações»

ANASTILOSE -

Todo trabalho de reconstrução deverá, portanto, ser excluído *a priori*, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas.

«in *Carta de Veneza* - de Maio de 1964 - II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - CARTA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E SÍTIOS»

AUTENTICIDADE (Histórica) -

(...)

c) Significa a soma de características substanciais, certificadas dum ponto de vista histórico, do original até ao estado actual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.

«in *CARTA DE CRACÓVIA 2000 - Anexo - Definições*»

AUTENTICIDADE (Histórica e Estética) -

«Veja-se... a forma como os diferentes contextos culturais influenciam as intervenções sobre objectos do mesmo tipo. Tome-se o caso da conservação da pedra segundo as filosofias antagónicas francesa e italiana. Em termos de antecedentes e *praxis* a situação pode ser sintetizada da seguinte forma. França: a pedra utilizada tem, em geral reduzidas características de durabilidade; a *escola* de Viollet-le-Duc marcou a história da conservação nesse país e condiciona a prática e os gostos actuais; consequências: gosto pelo “novo”, traduzido em operações, por vezes sistemáticas, de substituição de elementos pétreos e por operações de limpeza radicais - opção clara pelas questões de autenticidade estética. Itália: pedra de qualidade normal; teorização de Camillo Boito e Cesare Brandi baseada na linha de John Ruskin; consequências: esforços sistemáticos de conservação dos materiais originais e dos traços de passagem do tempo - opção assumida pelas questões de autenticidade histórica.»

«In *Fernando M. A. Henriques - A conservação em Portugal: Balanço e Perspectivas - Monumentos - Revista da DGEMN, n.º 12, 2000*»

B

BENS CULTURAIS

Para efeito desta recomendação, são considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o património cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitectura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimens-tipo da flora e da fauna, as colecções científicas e as colecções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais.

«in *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 13ª Sessão - 19 de Novembro de 1964 - RECOMENDAÇÃO SOBRE MEDIDAS DESTINADAS A PROIBIR E IMPEDIR A EXPORTAÇÃO, A IMPORTAÇÃO E A TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE ILÍCITAS DE BENS CULTURAIS.*»

BENS CULTURAIS

A expressão, bens culturais, engloba não só os sítios e monumentos arquitectónicos, arqueológicos e históricos reconhecidos e protegidos por lei, mas também os vestígios do passado não reconhecidos nem protegidos, assim como os sítios e monumentos recentes de importância artística ou histórica.

«in Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 15^a Sessão - 19 de Novembro de 1968 - RECOMENDAÇÃO SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS AMEAÇADOS PELA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS OU PRIVADAS»

BEM IMÓVEL -

- a) Bens imóveis, como os sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitectónico, religiosos ou seculares, incluídos os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais e os vestígios de civilizações anteriores que possuam valor etnológico. Aplicar-se-á tanto aos imóveis do mesmo carácter que constituam ruínas ao nível do solo como aos vestígios arqueológicos ou históricos descobertos sob a superfície da terra. A expressão *bens culturais* se estende também ao entorno desses bens.

«in Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 15^a Sessão - 19 de Novembro de 1968 - RECOMENDAÇÃO SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS AMEAÇADOS PELA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS OU PRIVADAS»

BEM MÓVEL -

- b) Bens móveis de importância cultural, incluídos os que existem ou tenham sido encontrados dentro dos bens imóveis e os que estão enterrados e possam vir a ser descobertos em sítios arqueológicos ou históricos ou em quaisquer outros lugares.

«in Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 15^a Sessão - 19 de Novembro de 1968 - RECOMENDAÇÃO SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS AMEAÇADOS PELA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS OU PRIVADAS»

BEM -

Artigo 1º - Para os fins das presentes orientações:

- o termo bem designará um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence.

«in Carta de Burra - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios»

C

CAR

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO -

Em síntese, pode definir-se a Carta Municipal do Património, como:

- *Documento-Processo* que visa objectivos estratégicos para a salvaguarda e valorização Património enquanto valor cultural, identitário, recurso económico e social, no âmbito Território Cultural*;
- Instrumento sectorial indispensável ao planeamento integrado, à programação, ao controle e gestão de acções nos domínios do Património e do Território Cultural, às escalas do ordenamento, do urbanismo e da arquitectura;
- Instrumento operativo indispensável para o desenvolvimento sustentável do município, o bem-estar, e a coesão cultural e social da população.

- Instrumento fundamental à hierarquização de prioridades e, logo, ao planeamento e gestão.

Ver: *Território Cultural*

CEN

CENTROS HISTÓRICOS

Para efeito de identificar os centros históricos, tem-se em consideração não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também, de um modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que se tenham transformado ao longo do tempo, se hajam constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou como características urbanísticas ou arquitectónicas particulares.

A sua natureza histórica refere-se ao interesse que tais assentamentos apresentarem como testemunhos de civilizações do passado e como documentos de cultura urbana, inclusive independentemente de seu intrínseco valor artístico ou formal, ou do seu aspecto peculiar enquanto ambiente, que podem enriquecer e ressaltar posteriormente o seu valor, já que não só a arquitectura, mas também a estrutura urbanística, têm por si mesmas um significado e um valor.

«in *Carta do Restauro de 6 de Abril de 1972 - Ministério de Instrução Pública Governo da Itália - Circular n.º 117* »

CON

CONJUNTO HISTÓRICO OU TRADICIONAL -

a) Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo o agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogéneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados na sua integridade.

«in *19ª Sessão UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - 26 de Novembro de 1976 - RECOMENDAÇÃO RELATIVA À SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS E SUA FUNÇÃO NA VIDA CONTEMPORÂNEA.*»

CONJUNTO HISTÓRICO OU TRADICIONAL E DE SALVAGUARDA -

Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo o grupo de construções e de espaços, incluindo os lugares arqueológicos e paleontológicos, que constituem uma fixação humana, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou socio-cultural.

Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os antigos bairros urbanos, as aldeias e os casarios, assim como os conjuntos monumentais homogéneos, entendendo-se que estes últimos deveriam, por regra, ser conservados cuidadosamente, sem alterações.

Entende-se por salvaguarda, a identificação, a protecção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais [...] e do seu tecido social, económico ou cultural.

«In **RECOMENDAÇÃO PARA A SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS E A SUA FUNÇÃO NA VIDA CONTEMPORÂNEA**, aprovada pela UNESCO, em Nairobi, 1976»

CONJUNTOS -

(...)

- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

(...)

«in **CONVENÇÃO SOBRE A PROTECÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL** - Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua décima sétima reunião Paris, 16 de Novembro de 1972»

CONSERVAÇÃO

Artigo 4º - A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente.

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida pelo destino a uma função útil à sociedade; tal finalidade é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Artigo 6º - A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

Artigo 7º- O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, excepto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Artigo 8º - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação.

«in **Carta de Veneza de Maio de 1964 - II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos**
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - CARTA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E SÍTIOS»

CONSERVAÇÃO

Artigo 1º - Para os fins das presentes orientações:

(...)

o termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas.

«in CARTA DE BURRA - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios»

CONSERVAÇÃO

Artigo 2º - O objectivo da conservação é preservar a significação cultural de um bem; ela deve implicar medidas de segurança e manutenção, assim como disposições que prevejam sua futura destinação.

Artigo 3º - A conservação baseia-se no respeito pela substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente.

Artigo 4º - A conservação deve valer-se do conjunto de disciplinas capazes de contribuir para o estudo e a salvaguarda de um bem. As técnicas empregadas devem, em princípio, ser de carácter tradicional, mas pode-se, em determinadas circunstâncias, utilizar técnicas modernas, desde que assentem em bases científicas e em que a sua eficácia seja garantida por uma certa experiência acumulada.

Artigo 5º - Na conservação de qualquer bem deve ser levado em consideração o conjunto de indicadores de sua significação cultural; nenhum deles deve ser revestido de uma importância injustificada em detrimento dos demais.

Artigo 6º - As opções a serem feitas na conservação total ou parcial de um bem deverão ser previamente definidas com base na compreensão de sua significação cultural e de sua condição material.

Artigo 7º - As opções assim efectuadas determinarão as futuras destinações consideradas compatíveis para o bem. As destinações compatíveis são as que implicam a ausência de qualquer modificação, modificações reversíveis em seu conjunto ou, ainda, modificações cujo impacto sobre as partes da substância que apresentam uma significação cultural seja o menor possível.

Artigo 8º - A conservação de um bem exige a manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais, etc. Não deverão ser permitidas qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação susceptíveis de causar prejuízo ao entorno. A introdução de elementos estranhos ao meio circundante, que prejudiquem a apreciação ou fruição do bem, deve ser proibida.

Artigo 9º - Todo edifício ou qualquer outra obra devem ser mantidos em sua localização histórica. O deslocamento de uma edificação ou de qualquer outra obra, integralmente ou em parte, não pode ser admitido, a não ser que essa solução constitua o único meio de assegurar sua sobrevivência.

Artigo 10º - A retirada de um conteúdo ao qual o bem deve uma parte de sua significação cultural não pode ser admitida, a menos que represente o único meio de assegurar a salvaguarda e a segurança desse conteúdo. Nesse caso, ele deverá ser restituído na medida em que novas circunstâncias o permitirem.

«in *CARTA DE BURRA - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*»

CONSERVAÇÃO

(...)

e) é o conjunto de atitudes de uma comunidade dirigidas no sentido de tornar perdurável o património e os seus monumentos. A conservação é feita no respeito pelo significado da identidade do monumento e dos valores que lhe estão associados.

«in *CARTA DE CRACÓVIA 2000 - Anexo - Definições - tradução a partir da versão oficial castelhana, por Elísio Summavielle e José Manuel da Silva Passos*»

CUL

CULTURA TRADICIONAL POPULAR

A. Definición de la cultura tradicional y popular

A tenor de la presente Recomendación:

La cultura tradicional y popular es el conjunto de creaciones que emanan de una comunidad cultural fundadas en la tradición, expresadas por un grupo o por individuos y que reconocidamente responden a las expectativas de la comunidad en cuanto expresión de su identidad cultural y social; las normas y los valores se transmiten oralmente, por imitación o de otras maneras. Sus formas comprenden, entre otras, la lengua, la literatura, la música, la danza, los juegos, la mitología, los ritos, las costumbres, la artesanía, la arquitectura y otras artes.

«in *UNESCO - RECOMENDACIÓN SOBRE LA SALVAGUARDIA DE LA CULTURA TRADICIONAL Y POPULAR - 15 DE NOVIEMBRE DE 1989*

http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13141&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html
- 18.09.2006»

I

IDE

IDENTIDADE

d) É entendida como a referência comum de valores actuais, emanados de uma comunidade, e os valores do passado identificados na autenticidade do monumento.

«in *CARTA DE CRACÓVIA 2000 - Anexo - Definições*»

IDENTIDADE CULTURAL

Concebida, na lapidar definição do antigo Director Geral da UNESCO, Sr. Amadou- Mahtar M'Bow, " como um princípio de afirmação, de criação e de livre determinação, através da qual cada povo exprime a continuidade entre o seu passado, o seu presente e o seu futuro, ao mesmo tempo que se constitui em medida de poder contribuir para enriquecer e fecundar o património comum da Humanidade." »

INF

INFRAESTRUTURA INTERPRETATIVA

Infraestructura Interpretativa: Se refiere a todas las instalaciones de carácter material relacionadas con la interpretación de un lugar con valor histórico patrimonial. Estos equipamientos pueden incluir medios para facilitar el acceso físico, espacios para la recepción de visitantes y actividades educativas, así como servicios y material de apoyo a la interpretación, tanto dentro como fuera del lugar.

«In CARTA DE ENAME
PARA LA INTERPRETACION DE LUGARES PERTENECIENTES AL PATRIMONIO CULTURAL
<http://www.icomos.org.mx/interpretacion.php> - 19.09.2006»

INT

INTERPRETAÇÃO

Interpretación es aquella explicación o presentación pública, cuidadosamente planeada, que aborda el completo significado de un lugar con patrimonio cultural, tanto tangible como intangible. Los apoyos multimedia para su interpretación pueden abarcar desde carteles con textos explicativos hasta profesionales que actúen como guías e intérpretes culturales, e incluso sofisticadas aplicaciones de la realidad virtual; pero, sea cual fuere el medio específicamente seleccionado, deberá proporcionar una información sobre el lugar que no resultaría disponible de otro modo. La interpretación debe extenderse, de forma combinada, al tratamiento dado al componente material del lugar, así como a su uso y a las actividades relacionadas con el mismo, con información explicativa sobre las tareas de investigación y las colecciones.

«In CARTA DE ENAME
PARA LA INTERPRETACION DE LUGARES PERTENECIENTES AL PATRIMONIO CULTURAL
<http://www.icomos.org.mx/interpretacion.php> - 19.09.2006»

L

LUG

LUGARES NOTÁVEIS

(...)

lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

(...)

«in **CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL** -
Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua décima sétima reunião Paris, 16 de Novembro de 1972;»

M

MAN

MANUTENÇÃO -

Artigo 1º - Para os fins das presentes orientações:

(...)

- o termo manutenção designará a protecção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundido com o termo reparação. A reparação implica a restauração e a reconstrução, e assim será considerada.

«in *Carta de Burra - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*»

MON

MONUMENTO

(...)

- b) é uma identidade identificada pelo seu valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspectos relevantes que guardam uma relação com actos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos.

«in *CARTA DE CRACÓVIA 2000 - Anexo - Definições*»

MONUMENTO HISTÓRICO

(...)

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

«in *Carta de Veneza de Maio de 1964 - II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - *CARTA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E SÍTIOS*»

MONUMENTO

A ideia do espaço é inseparável do conceito do monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve estender-se ao contexto urbano, ao ambiente natural que o moldura e aos bens culturais que encerra. Mas pode existir uma zona, recinto ou sítio de carácter monumental, sem que nenhum dos elementos que o constitui, isoladamente considerados, mereça essa designação.

Os lugares pitorescos e outras belezas naturais, objecto de defesa e protecção por parte do Estado, não são propriamente monumentos nacionais. A marca histórica ou artística do homem é essencial para imprimir a uma paisagem ou a um recinto determinado essa categoria específica.

Qualquer que seja o valor intrínseco de um bem ou as circunstâncias que concorram para constituir a sua importância e significação histórica ou artística, ele não se constituirá em um monumento a não ser que haja uma expressa declaração do Estado nesse sentido. A declaração de monumento nacional implica a sua identificação e registo oficiais. A partir desse momento o bem em questão estará submetido ao regime de excepção assinalado pela lei.

Todo monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social. Cabe ao Estado fazer com que ela prevaleça e determinar, nos diferentes casos, a medida em que a

referida função social é compatível com a propriedade privada e com o interesse dos particulares.

«in *Normas de Quito* - Novembro/Dezembro de 1967 - REUNIÃO SOBRE CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MONUMENTOS E LUGARES DE INTERESSE HISTÓRICO E ARTÍSTICO. - O.E.A.- Organização dos Estados Americanos»

MONUMENTOS -

Artigo 1º - Para os fins da presente convenção serão considerados como património cultural:

- os monumentos: obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

«in *Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* - Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua décima sétima reunião Paris, 16 de Novembro de 1972;»

P

PAT

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO EUROPEU -

Onze anos depois da reunião de Veneza, a Europa exprimiu as suas preocupações sobre estas matérias na **Carta Europeia do Património Arquitectónico** que, logo no seu primeiro capítulo, esclarece que o património arquitectónico europeu é formado, não só pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos de construções das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem.

PATRIMÓNIO

- a) é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a especificação do património é, assim, um processo relacionado com a selecção de valores.

«in *CARTA DE CRACÓVIA 2000* - Anexo - Definições»

PATRIMÓNIO CULTURAL

Artigo 1º - Para os fins da presente convenção serão considerados como património cultural:

- os monumentos: obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

«in *Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* - Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO na décima sétima reunião de Paris, 16 de Novembro de 1972;»

PATRIMÓNIO NATURAL

Artigo 2º - Para os fins da presente convenção serão considerados como património natural:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.
- os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

«in *Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* - Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO na décima sétima reunião de Paris, 16 de Novembro de 1972;»

PES

PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS

Para efeito da presente recomendação entende-se por pesquisas arqueológicas todas as investigações destinadas à descoberta de objectos de carácter arqueológico, quer tais investigações impliquem numa escavação do solo ou numa exploração sistemática da sua superfície ou sejam realizadas sobre o leito ou no subsolo das águas interiores ou territoriais de um Estado Membro.

«in *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* - 9ª Sessão de 5 de Dezembro de 1956 UNESCO - Nova Delhi »

PRE

PRESERVAÇÃO -

Artigo 1º - Para os fins das presentes orientações:

(...)

- a preservação será a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada.

«in *Carta de Burra* - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios»

PRESERVAÇÃO -

Artigo 12º - A preservação limita-se à protecção, à manutenção e à eventual estabilização da substância existente. Não poderão ser admitidas técnicas de estabilização que destruam a significação cultural do bem.

«in Carta de Burra - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios»

PRESERVAÇÃO -

(...) em matéria de preservação de bens culturais, a garantia mais segura é constituída pelo respeito e pela vinculo que a própria população experimenta em relação a esses bens e que os Estados Membros poderiam contribuir para fortalecer tais sentimentos através de medidas adequadas,”

«in Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - 15ª Sessão - 19 de Novembro de 1968 - RECOMENDAÇÃO SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS AMEAÇADOS PELA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS OU PRIVADAS»

PRO

PROJECTO DE RESTAURO -

Ver: *Restauro (Projecto de...)*

R

REA

REABILITAÇÃO URBANA DE EDIFÍCIO -

Para além duma intervenção essencialmente de *conservação/restauro* sobre as suas componentes arquitectónicas e construtivas, devem ser repostas em condições de operacionalidade e boa imagem, as funções e tipos de uso pré-existentes afectas ao espaço desse edifício.

Ver: *Requalificação; Renovação*

REC

RECONSTRUÇÃO -

Artigo 1º - Para os fins das presentes orientações:

(...)

- a reconstrução será o restabelecimento, com o máximo de exactidão, de um estado anterior conhecido; distingue-se pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida, nem com a recriação, nem com a reconstituição hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações. - a adaptação será a adequação de um bem a uma nova finalidade sem que a sua significação cultural seja destruída.

«in Carta de Burra - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios»

RECONSTRUÇÃO -

Artigo 17° - A reconstrução deve ser efectivada quando constituir condição sine qua non de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações, ou quando possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida.

Artigo 18° - A reconstrução deve se limitar à colocação de elementos destinados a completar uma entidade desfalcada e não deve significar a construção da maior parte da substância de um bem.

Artigo 19° - A reconstrução deve-se limitar à reprodução de substâncias cujas características são conhecidas graças aos testemunhos materiais e/ou documentais. As partes reconstruídas devem poder ser distinguidas quando examinadas de perto.

Artigo 20° - A adaptação só pode ser tolerada na medida em que represente o único meio de conservar o bem e não acarrete prejuízo sério a sua significação cultural.

Artigo 21° - As obras de adaptação devem limitar-se no mínimo indispensável ao destino do bem a uma utilização definida de acordo com os termos dos artigos 6 e 7.

Artigo 22° - Os elementos dotados de uma significação cultural que não se possa evitar desmontar durante os trabalhos de adaptação deverão ser conservados em lugar seguro, na previsão de posterior restauração do bem

«in *Carta de Burra - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*»

REN

RENOVAÇÃO URBANA DE EDIFÍCIO -

A intervenção na parte física e arquitectónica do edifício pode ser total ou parcial. O primeiro caso pressupõe a existência de uma demolição total enquanto que no segundo caso, essa demolição refere-se a partes do edifício. As funções e tipos de uso pré-existentes são alteradas no todo ou em parte.

Ver: Reabilitação; Requalificação.

REQ

REQUALIFICAÇÃO URBANA DE EDIFÍCIO -

As intervenções na parte física e arquitectónica vão para além das acções de *conservação/restauro*, conjugando-se e articulando-se estas, em maior ou menor grau, com trabalhos de *renovação/alteração* de partes desse edifício. As funções e tipos de uso pré-existentes afectas ao espaço do edifício poderão ser mantidas no todo ou alteradas em parte.

Ver: Reabilitação; Renovação.

RES

RESTAURO

Artigo 9° - A restauração é uma operação que deve ter carácter excepcional. Tem por objectivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano

das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitectónica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Artigo 10º - Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Artigo 11º - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projecto.

Artigo 12º - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

Artigo 13º - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

«in *Carta de Veneza - de Maio de 1964 - II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - CARTA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E SÍTIOS*»

RESTAURO -

Artigo 1º - Para os fins das presentes orientações:

(...)

- a restauração será o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido.

«in *Carta de Burra - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*»

RESTAURO

Artigo 13º - A restauração só pode ser efectivada se existirem dados suficientes que testemunhem um estado anterior da substância do bem e se o restabelecimento desse estado conduzir a uma valorização da significação cultural do referido bem. Nenhuma empreitada de restauração deve ser empreendida sem a certeza de existirem recursos necessários para isso.

Artigo 14º - A restauração deve servir para mostrar novos aspectos em relação à significação cultural do bem. Ela se baseia no princípio do respeito ao conjunto de testemunhos disponíveis, sejam materiais, documentais ou outros, e deve parar onde começa a hipótese.

Artigo 15º - A restauração pode implicar a reposição de elementos desmembrados ou a retirada de acréscimos, nas condições previstas no artigo 16.

Artigo 16º - As contribuições de todas as épocas deverão ser respeitadas. Quando a substância do bem pertencer a várias épocas diferentes, o resgate de elementos datados de determinada época em detrimento dos de outra só se justifica se a significação cultural do que é retirado for de pouquíssima importância em relação ao elemento a ser valorizado

«in *Carta de Burra - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*»

RESTAURO

(...)

- f) é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, com vista à conservação da sua autenticidade e à sua apropriação pela comunidade.

«in *CARTA DE CRACÓVIA 2000 - Anexo - Definições*»

RESTAURO (PROJECTO DE...)

(...)

- g) o projecto, resultado da escolha de políticas de conservação, é o processo específico pelo qual a conservação do património edificado e da paisagem são executados.

«in *CARTA DE CRACÓVIA 2000 - Anexo - Definições*»

S

SAL

SALVAGUARDA

- c) Entende-se por "salvaguarda" a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno.

«in *19ª Sessão UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura de 26 de Novembro de 1976 RECOMENDAÇÃO RELATIVA À SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS E SUA FUNÇÃO NA VIDA CONTEMPORÂNEA.*»

SALVAGUARDA DA BELEZA E DO CARÁCTER DAS PAISAGENS E SÍTIOS

Entende-se por salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devidos à natureza ou obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos.

«in *Recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura de 12 de Dezembro de 1962*»

SALVAGUARDA

Artigo 4º - Entende-se por salvaguarda qualquer medida de conservação que não implique a intervenção directa sobre a obra; entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objectos definidos nos artigos precedentes.

«in *Carta do Restauro, de 6 de Abril de 1972 - Ministério de Instrução Pública Governo da Itália - Circular n.º 117* »

SIG

SIGNIFICAÇÃO CULTURAL -

Artigo 1º - Para os fins das presentes orientações:

(...)

- o termo significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.

«in *Carta de Burra - Austrália, 1980 ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*»

SÍT

SÍTIO HISTÓRICO URBANO (SHU) -

Entende-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico.

O sítio histórico urbano - SHU - é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.

«in *Carta de Petrópolis - Petrópolis, 1987 - 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos*»

T

TER

TERRITÓRIO CULTURAL -

este conceito, aferido a um projecto de valorização de um dado território, aplicado no sentido físico, **designa um espaço identitário dinâmico de produção e consumo cultural, aberto e habitado, que se manifesta numa dada área geográfica; é composto de monumentos, conjuntos e sítios, que são marcas de uma paisagem antropizada, e por museus, centros de interpretação, itinerários sinalizados,...**

O Território Cultural deve ter uma estrutura organizativa, capaz de liderar um processo de desenvolvimento sustentável, encarregue da gestão de uso do patrimônio em rede e dedicada à aplicação de uma estratégia interpretativa desse território cuja elaboração deve ser o aspecto metodológico central de qualquer projecto de valorização do patrimônio.

O conceito de "Território Cultural" pode ser especialmente atractivo numa proposta que pretenda difundir a ideia de "Marca-Território" em diferentes mercados (cultura, lazer, turismo, gastronomia. ...) ao permitir otimizar o conjunto de serviços e produtos oferecidos pelo território, possibilitar uma maior competitividade dos agentes económicos ligados a estes mercados e priorizar o tipo de investimentos a ser feitos. Para que isso seja possível, devemos caminhar para um modelo de apresentação do território relacionado com uma ideia integral de

paisagem e que em relação a si próprio, conte com os testemunhos originais (tangíveis ou intangíveis), que utilize as construções existentes, isto é, os lugares da memória.

«In A CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO E OS PLANOS DIRECTORES MUNICIPAIS

DE 2.ª GERAÇÃO - SEMINÁRIO - IPPAR e ORDEM DOS ARQUITECTOS / DELEGAÇÃO DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO - Conclusões - 20 e 21.05.2005»

Ver: Carta Municipal do Património

TUR

TURISMO SUSTENTÁVEL -

Por Turismo Sustentável podemos entender aquele que visa satisfazer as necessidades e expectativas dos turistas actuais e das regiões de destino, ao mesmo tempo que potencia estas oportunidades para as gerações vindouras.

Baseia-se essencialmente na gestão dos recursos naturais de modo a satisfazer, simultaneamente, objectivos económicos, sociais e estéticos, ao mesmo tempo que assegura a integridade dos processos ecológicos, a biodiversidade e o funcionamento dos sistemas que suportam a vida e a própria actividade turística.

Implica continuidade e por isso mesmo, utilização optimizada do ambiente e dos seus recursos naturais, maximização dos benefícios económicos, nomeadamente para as comunidades locais. Significa uma gestão eficiente das estruturas necessárias à operacionalização daqueles objectivos e a sua integração em todos os aspectos do desenvolvimento turístico para que se torne efectivamente:

- economicamente viável;
- socialmente responsável;
- ecologicamente seguro.

«in Constança Peneda, Ineti,
<http://www.diarioeconomico.com/edicion/noticia/0,2458,381374,00.html> »

U

URB

URBANISMO (segundo a Carta de Atenas - 1933) -

O urbanismo é a administração dos lugares e dos locais diversos que devem abrigar o desenvolvimento da vida material, sentimental e espiritual em todas as suas manifestações, individuais ou colectivas. Ele envolve tanto as aglomerações urbanas quanto os agrupamentos rurais. O urbanismo não poderia mais estar exclusivamente subordinado às regras de um estetismo gratuito. Por sua essência, ele é de ordem funcional. As três funções fundamentais pela realização das quais o urbanismo deve velar são: 1º habitar; 2º trabalhar; 3º recrear-se.

- Seus objectivos são:
- a) a ocupação do solo;
 - b) a organização da circulação;
 - c) a legislação.

As três funções fundamentais acima indicadas não são favorecidas pelo estado actual das aglomerações. As relações entre os diversos locais que lhes são destinados devem ser recalculadas de maneira a determinar uma justa proporção entre volumes edificados e espaços livres. O problema da circulação e o da densidade devem ser reconsiderados. O parcelamento desordenado do solo, fruto de partilhas, de vendas e da especulação, deve ser substituído por uma economia territorial de reagrupamento. Este reagrupamento, base de todo urbanismo capaz de responder às necessidades presentes, assegurará aos proprietários e à comunidade a justa distribuição das mais-valias resultantes dos trabalhos de interesse comum.

«in *Carta de Atenas* - Novembro de 1933 - Assembleia do CIAM - CIAM - Congresso Internacional de Arquitectura Moderna - 1933 »

URBANISMO (segundo a Nova Carta de Atenas - 1998) -

As visões da Carta de Atenas (1933) assumiram carácter dogmático, influenciando profundamente as nossas cidades. A propósito da cidade funcional como crítica às cidades tradicionais, definia funções básicas: habitar, trabalhar, recrear e circular. Frente à considerada obsolescência do tecido urbano existente, impunha-se uma nova ordem, implicando em termos formais, em um produto homogéneo. Nas últimas décadas emerge a discussão do conceito chamado desenvolvimento sustentável, que objectiva a manutenção da qualidade de vida, assegura o acesso contínuo aos recursos naturais e evita a persistência dos danos ambientais. Sob esse enfoque, a Nova Carta de Atenas (1998), resultado da discussão de onze países da Comunidade Europeia, delinea temas emergentes. O trabalho traz um breve panorama do pensar urbano, apresenta os princípios, o paradigma proposto e delinea considerações Sobre a Nova Carta.

Palavras-chave: Carta de Atenas (1933), Nova Carta de Atenas (1998), cidade sustentável.

«In Milena KANASHIRO - *Da antiga à nova Carta de Atenas - em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade* - pdf -

<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/3079/2460>»

URBANISMO SUSTENTÁVEL -

O urbanismo diz respeito ao padrão e tipo de utilização dos solos em zona urbana. A Comissão chama a atenção para alguns problemas nesta matéria, entre os quais a expansão urbana (expansão das cidades para as zonas rurais circundantes, criando zonas habitacionais de baixa densidade e aumentando os problemas de transporte), o número elevado de terrenos vagos e de propriedades devolutas, as questões ligadas à implantação das infra-estruturas, bem como a necessidade de multiplicar e proteger os espaços verdes.

A fim de permitir um urbanismo sustentável, a futura estratégia incentivaria os Estados-Membros a:

- Velar por que os seus regimes de implantação urbana tenham em conta as questões ambientais.
- Promover a revalorização de terrenos urbanizados mas deixados ao abandono, nomeadamente os terrenos industriais abandonados e as propriedades devolutas.
- Fixar densidades mínimas para as zonas residenciais, a fim de incentivar um aumento da densidade e erradicar o fenómeno de alastramento das cidades (expansão urbana).
- Integrar no processo de planeamento da utilização dos solos as consequências das alterações climáticas para as suas cidades.

«In *Actividades da União Europeia - Comunicação da Comissão, de 11 de Fevereiro de 2004, intitulada: "Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano" [COM(2004) 60 - Jornal Oficial C 98 de 23 de Abril de 2004].*

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l28152.htm> - 12.09.2006»

USO

USO COMPATÍVEL

Artigo 1º - Para os fins das presentes orientações:

(...)

o uso compatível designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo.

«in *Carta de Burra - Austrália, 1980 ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*»

Z

ZON

ZONAMENTO

(...)

O zonamento é a operação feita sobre um plano de cidade com o objectivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo o seu justo lugar. Ele tem por base a discriminação necessária entre as diversas actividades humanas, cada uma das quais reclama o seu espaço particular: locais de habitação, centros industriais ou comerciais, salas ou terrenos destinados ao lazer.

(...)

O zonamento, levando em consideração as funções-chave - habitar, trabalhar, recrear-se - ordenará o território urbano. A circulação, esta quarta função, só deve ter um objectivo, estabelecer uma comunicação proveitosa entre as outras três.

«in *Carta de Atenas de Novembro de 1933 - Assembleia do CIAM*
CIAM - Congresso Internacional de Arquitectura Moderna - 1933 »

José da Conceição Afonso

(Arqt.º)

12.09.2006

17.2 Pesquisa de pormenores técnicos da antiga construção Portuguesa

CONSTRUÇÃO

COBERTURAS

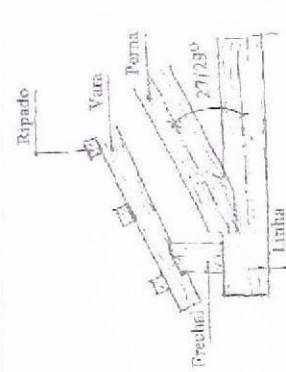
- O "Varede" é composto por uma série de ripas (ou varas), cada uma com a secção de 10 x 6 centímetros, entre si distanciadas por espaços não superiores a 0,45 m.

- Não aplique, como material de cobertura, placas de fibrocimento ou de alumínio por serem frágeis (na textura) e absorverem demasiada calor, se comparadas com a telha.

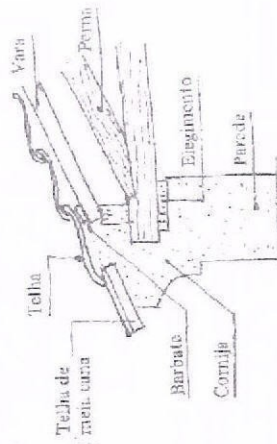
- A inclinação da cobertura depende da natureza dos materiais de revestimento que utilizar. Quanto mais liços forem esses materiais, menor é a inclinação (ou pendente) do telhado.

- No caso de aplicar telha, é o que se aconselha, a inclinação vai de 30 a 50 por cento em relação ao vão a cobrir. Todavia, sugere-se a adopção, como média, de um ângulo de 27 graus a 29 graus.

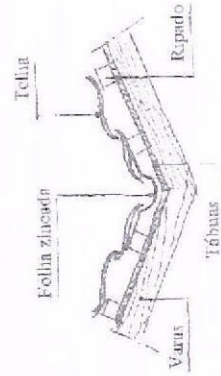
- Pode também encontrar no mercado asus pré-fabricadas em cimento armado, bem como as respectivas madeiras e varede.



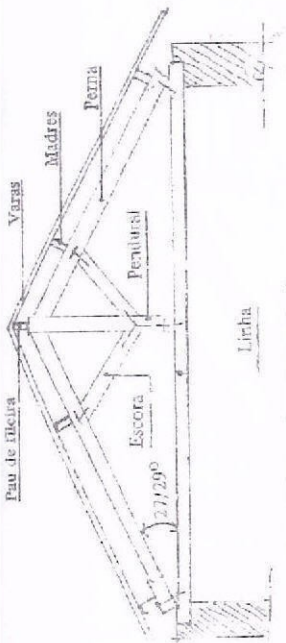
PORMENOR DA LIGAÇÃO DA PERNA À LINHA



PORMENOR DE ASNA SIMPLES NUMA CASA COM CORNIJA



PORMENOR DO LARAZ



ASNA SIMPLES (para vãos de 6 a 9 m.)

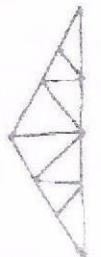
OUTROS TIPOS DE ASNAS DE MADEIRA



MEIA ASNA DE ESCORAS



ASNA DE MANSARDA



ASNA COMPOSTA



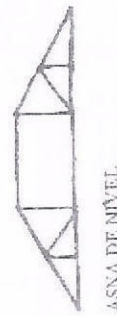
ASNA DE LANTERNIM



ASNA DE TESOURA



ASNA DE ESCORAS



ASNA DE NÍVEL



MEIA ASNA SIMPLES

CONSTRUÇÃO

COBERTURAS

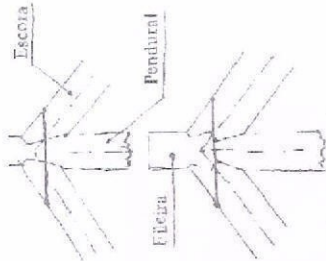
— Os telhados são formados, para além da estrutura de Águas;

— Por "Águas", entende-se a inclinação ou inclinação que uma cobertura possui (Figura 1);

— Na figura 2, apresenta-se uma "Asna Mista" que se constrói para uma adega, lugar ou celeiro com um vão de cerca de 20 metros;

— A figura 3, mostra várias "Sambalgens" utilizadas na construção de asnas;

— Sambalgens que são, afinal, entalhes feitos nas madeiras de modo a encaixarem umas nas outras, em uniões feitas por meio de contrapeados, uniões à meia deita, entalhaduras (ou mortaisas), entalhaduras líguas e uniões à mecha e respiga.



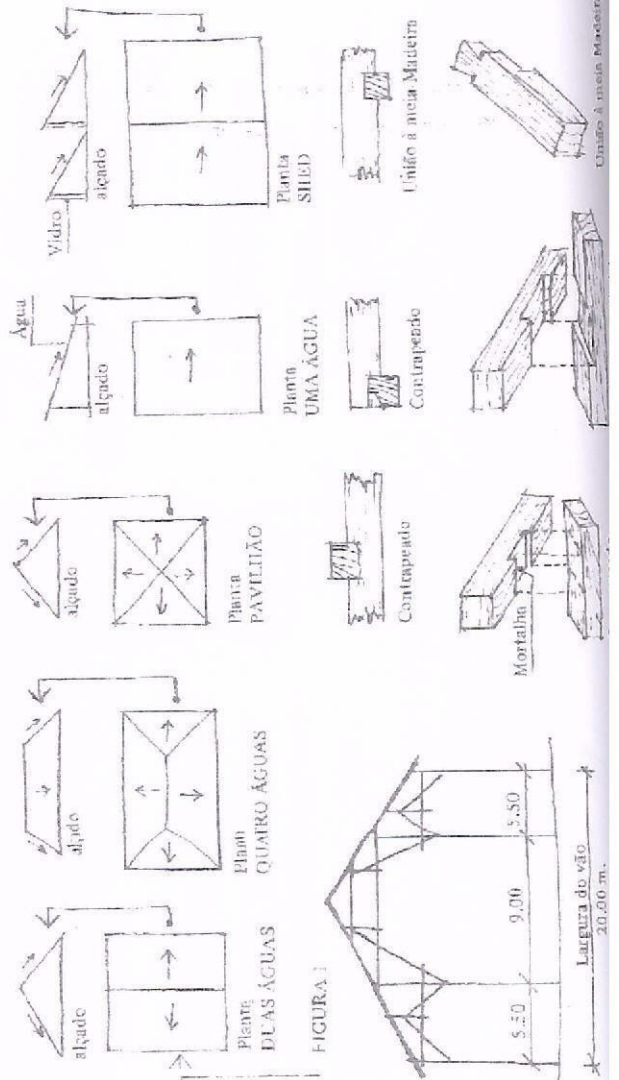
Nós em asnas simples

VÃOS	LINHAS	PERNAS	ESCORAS	PENDURAS	MADRES	VARAS
5	0,12x0,10	0,12x0,10	0,10x0,10	0,10x0,10	0,16x0,10	0,06x0,04
6	0,14x0,10	0,16x0,10	0,12x0,10	0,10x0,10	0,18x0,10	0,06x0,04
7	0,16x0,12	0,16x0,12	0,12x0,12	0,12x0,12	0,18x0,10	0,08x0,06
8	0,16x0,12	0,20x0,12	0,12x0,12	0,12x0,12	0,20x0,10	0,08x0,06

SECÇÃO (em metros) DAS VÁRIAS PEÇAS DE MADEIRA QUE DEVE UTILIZAR NAS ASNAS SIMPLES, SEGUNDO O VÃO QUE ESSAS ASNAS DEVEM VENCER.

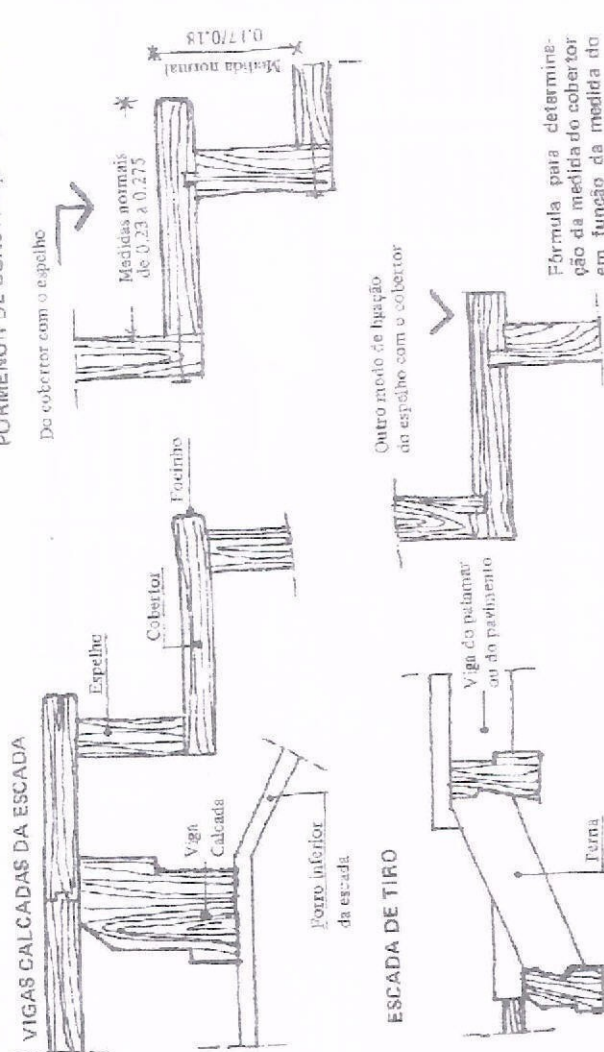
VÃOS	LINHAS	PERNAS	ESCORAS		PENDURAS		TIRANTES		MADRES	VARAS
			A	B	C	D				
9	0,14x0,12	0,16x0,12	0,12x0,12	0,12x0,12	0,12x0,12	12	9	0,18x0,10	0,08x0,06	
10	0,16x0,14	0,16x0,14	0,14x0,14	0,14x0,14	0,14x0,14	12	9	0,18x0,10	0,08x0,06	
11	0,16x0,14	0,18x0,14	0,14x0,14	0,14x0,14	0,14x0,14	15	12	0,20x0,10	0,08x0,06	
12	0,16x0,14	0,22x0,14	0,14x0,14	0,14x0,14	0,14x0,14	15	12	0,20x0,10	0,08x0,06	

SECÇÃO (em metros - excepto os tirantes) DAS PEÇAS DE MADEIRA PARA AS ASNAS MISTAS.



União à meia Madeira

PORMENOR DE CONSTRUÇÃO DE LIGAÇÃO



Fórmula para determinação da medida do cobertor em função da medida do espelho, e vice-versa.

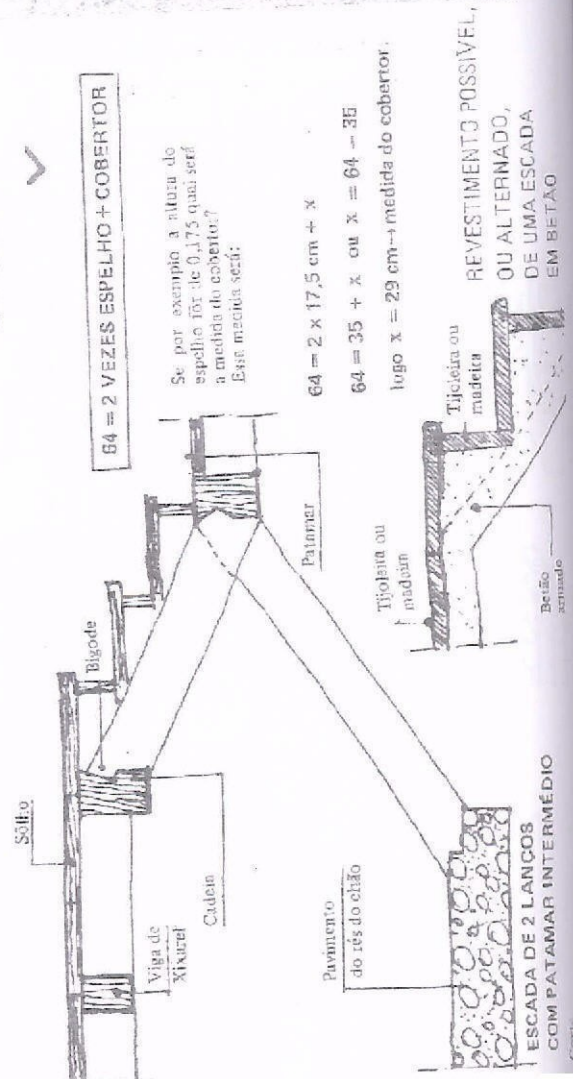
64 = 2 VEZES ESPELHO + COBERTOR

Se por exemplo a altura do espelho for de 0,175 (qual será a medida do cobertor)? Essa medida será:

$64 = 2 \times 17,5 \text{ cm} + x$

$64 = 35 + x$ ou $x = 64 - 35$

logo $x = 29 \text{ cm} \rightarrow$ medida do cobertor.



CONSTRUÇÃO

ESCADAS EM MADEIRA

- Se a sua casa tiver mais do que um andar, você será forçado a construir uma escada;
- Escada que naturalmente pode ser construída em pedra, em betão armado ou em madeira;
- Se construída em madeira, utilize madeira bem seca, resistente e com poucos nós;
- E não esqueça de a preservar com "Cuprinol" ou produto semelhante;
- Ao fazer, apresentem-se algumas sugestões para a construção, caso utilize a madeira:
- Se utilizar o betão armado, revista-o com tijoleira, com madeira ou com outros materiais indicados, incluindo o oleado (pág. 67);
- Quanto ao corrimão, poderá utilizar as sugestões adiante dadas para as varandas e balaustradas (pág. 92 a 96);
- Sobretudo, evite deixar à vista o betão armado;
- Para isso, "Forre" a escada com madeira ou com tijoleira ou aplicando, por exemplo, tijoleira no cobertor e madeira no espelho.

CAIXA PARA O PAVIMENTO

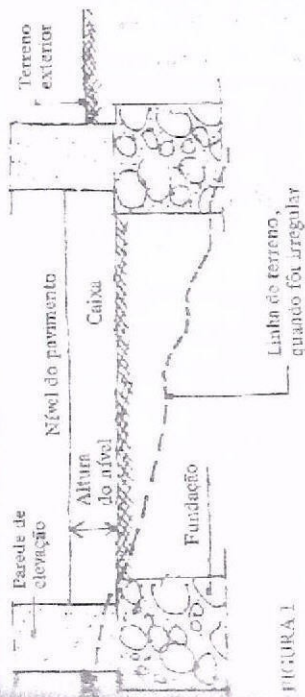


FIGURA 1

O ENCHIMENTO DA CAIXA

Depois de aberta a caixa do pavimento, calque com um maço toda a superfície, molhando-a antes com água. Depois, vá detendo mais terra e calando-a, até atingir o nível desejado. Em seguida, aplique uma camada de "Brita", que é cascalho (pequenas pedras), o qual deve ser lavado antes de espalhado.

Sobre a camada de brita, igualmente bem calcada a mão e nivelada, e que altura não deve ser maior que 7 centímetros, você deve assentar o "fornigão" ou o betão contendo os traços e espessuras convenientes.

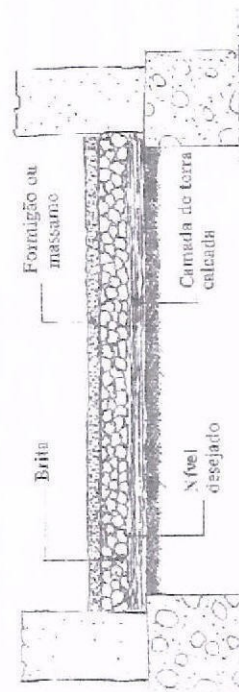


FIGURA 2

A superfície de terreno onde vai executar o seu pavimento tem de estar bem preparada.

Liberte-a de ervas, lixos, entulhos e outras impurezas.

Isto tudo, para se evitarem futuros "Assentamentos", ou sejam fendas, escorregamentos e demais anomalias que tanta vez surgam.

Para além das fundações, é também nos pavimentos que reside o bom equilíbrio e resistência da sua casa.

TRAÇO MAIS VULGAR DO FORMIGÃO:

- cal gorda — 15 partes
- cinza de carvão de pedra — 9 partes
- cacos pisados — 8 partes
- areia ou seibro — 70 partes

E AINDA OUTRO TRAÇO:

- 1 parte de cal gorda (1)
- 2 partes de areia
- 4 partes de cascalho

(1) antes de aplicar a cal, esta deve ser amassada com areia.

CONSTRUÇÃO

PAVIMENTOS

- Os pavimentos de uma casa são aquilo a que vice-normamente chama o chão;

- Apenas se farão referências ao pavimento em resumo -ção do da casa tipo apresentado na folha 49;

- Os pavimentos de uma casa são sempre revestidos de determinado material de acabamento, como seja a tileira, o mosaico, o lajado em pedra, a prancha de madeira, o parquet, o mármore, a alcatifa, o linóleo, etc., etc.;

- Mas antes de aplicar o revestimento, terá de construir a base de apoio do pavimento;

- Para o efeito, terá de proceder, com muito cuidado, à preparação do terreno onde o pavimento vai assentar;

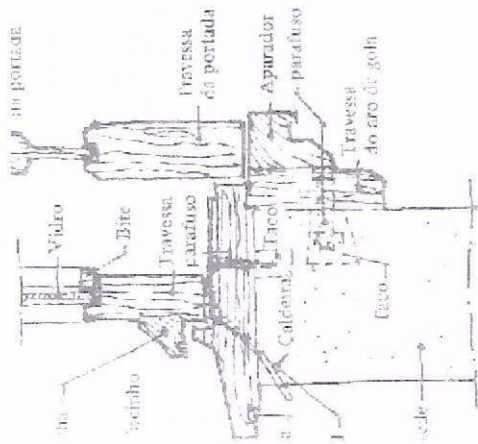
- Portanto, siga as instruções que ao lado se indicam. (figuras 1 e 2).

Para determinar o nível desejado para o pavimento, deverá utilizar o "Escarilhão", que é uma régua de madeira onde marcaré, por intermédio de "Dentes", as diferentes alturas dos materiais que vai utilizar. A "Caixa" de um pavimento é uma escavação feita em toda a sua superfície, assimida, para como o alicerce do pavimento.

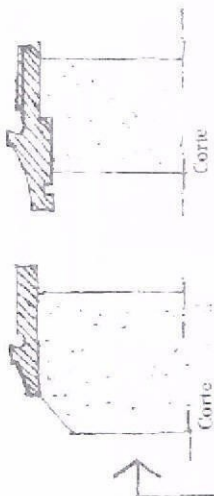
CONSTRUÇÃO

JANELAS

- As "Tábuas de Peito" são peitoris das janelas assim chamadas por serem executadas em madeira;
- No entanto, os peitoris são hoje mais vulgarmente executados em pedra serrada, em mármore (hor), em betão moldado, etc.;
- Há no mercado vários modelos pré-fabricados de peitoris;
- As caixilharias de janela mais usadas são as de abrir, compostas por duas folhas;
- Contudo, embora mais caras, porque de execução difícil, as melhores são as de guilhotina, que correm (uma só folha ou as duas) no sentido vertical;
- Há ainda as chamadas janelas "Basculantes" e também as janelas de correr, estas funcionando num percurso horizontal;
- Nos desenhos ao lado apresentados poderá observar os tipos mais correntes de janelas, bem como pormenores de tábuas de peito.
- Importa referir que a janela basculante deve apenas ser utilizada nas cozinhas, quartos de banho, despensas, etc..



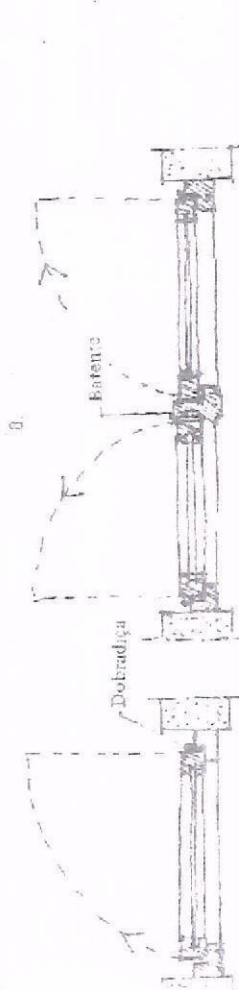
MINOR DA TÁBUA DE PEITO



A gumas manoiras de colocar peitoris, mesmo que não executados em madeira.

• A fixação das tábuas da peito é feita por parafusos que penetram em "Buchas" embutidas na parede.

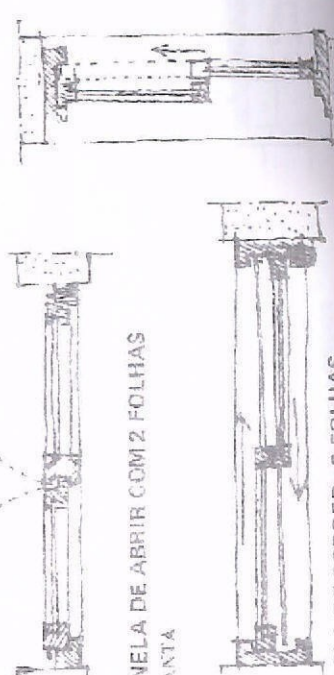
• Quando usar dobradiças interiores, pode utilizar o "Aparador" que as nomeia e remata o arco de go-



JANELAS DE ABRIR DE 2 FOLHAS COM BATEITE FIXO

VELA DE ABRIR - 1 FOLHA

PLANTA



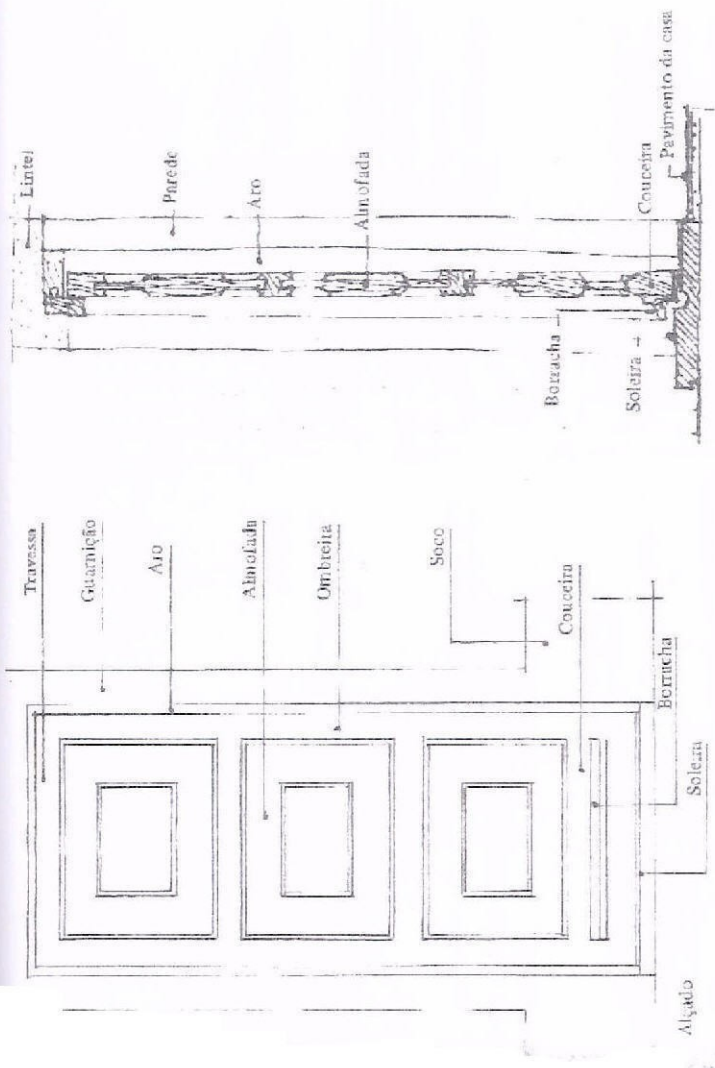
VELA DE ABRIR COM 2 FOLHAS

PLANTA

VELA DE CORRER - 2 FOLHAS

PLANTA

TIPOS DE JANELAS



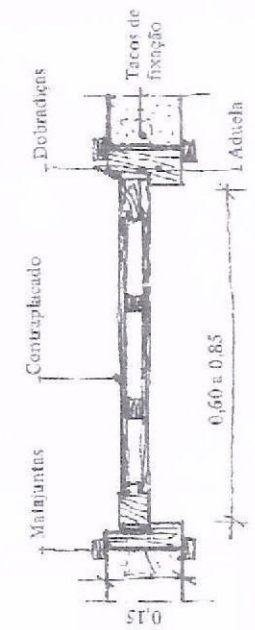
CONSTRUÇÃO

PORTAS

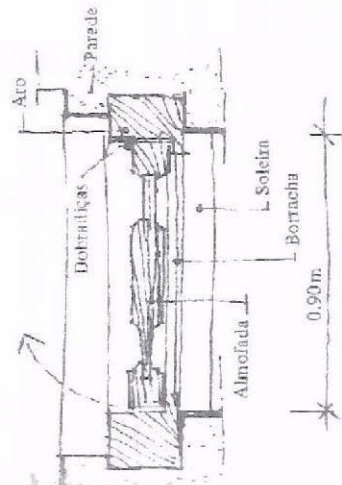
- As portas funcionam tal como os curvilhos (de abrir) de uma janela;
- A altura da porta, como já se referiu atrás, é entre 2,00 e 2,15 metros, sendo variável a sua largura, conforme o compartimento a que se destina;
- Para a despensa, o quarto de banho, a arrecadação, etc., use uma largura de 0,60 a 0,65 metros;
- Claro que também há portas de correr e portas executadas com outro material que não a madeira, como por exemplo, a porta de alumínio anodizado;
- Mas no caso rural, não use estas portas - que são caras - e que não ficam bem, como já se esclareceu, no aspecto tradicional da habitação que se pretende conservar as características rurais;

CORTE DE UMA PORTA EXTERIOR

UMA PORTA EXTERIOR

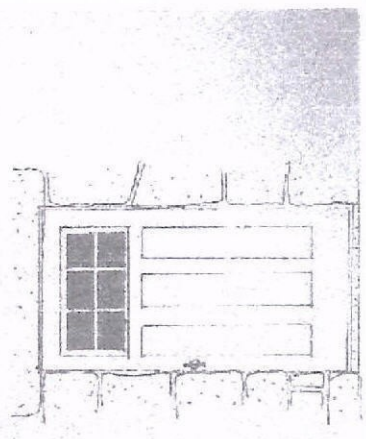


PLANTA DE UMA PORTA INTERIOR



PLANTA DA PORTA EXTERIOR

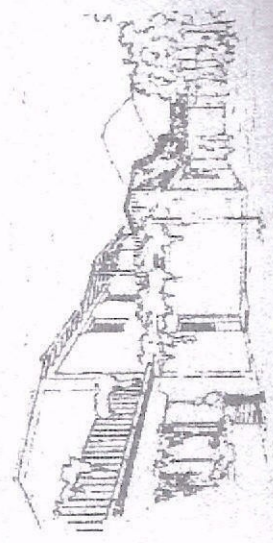
- Utilize, pois, a porta de madeira, como por exemplo do género da que ao lado se apresenta.



CONSTRUÇÃO FUNDAÇÕES

- Chama-se "fundação" de uma construção à parte inferior que penetra no terreno e que suporta toda a carga das paredes e da estrutura;
- São diversos os materiais que pode empregar nas fundações e que condicionam também a sua largura;
- Pode empregar as alvenarias hidráulicas, o betão magro, o betão ciclópico, a pedra ou outro material que ofereça sólidas garantias;
- O perigo de executar fundações com pouca altura, pode provocar a instabilidade ou até o ruir da casa;
- Para o efeito, contribuem as enxurradas, os gelos, as inundações;

E não só isto; fundações de pouca altura, favorecem o constante apertimento de humidade que penetra nessas fundações e que sobe pelas paredes da casa.

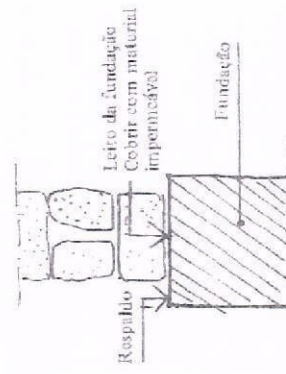


A largura das fundações depende da largura das paredes da casa, largura que será mais cerca de 15 centímetros para cada lado.

Assim, se as paredes exteriores da casa tiverem 0,30m. de largura, a largura das fundações respectivas será de cerca de 0,60m..

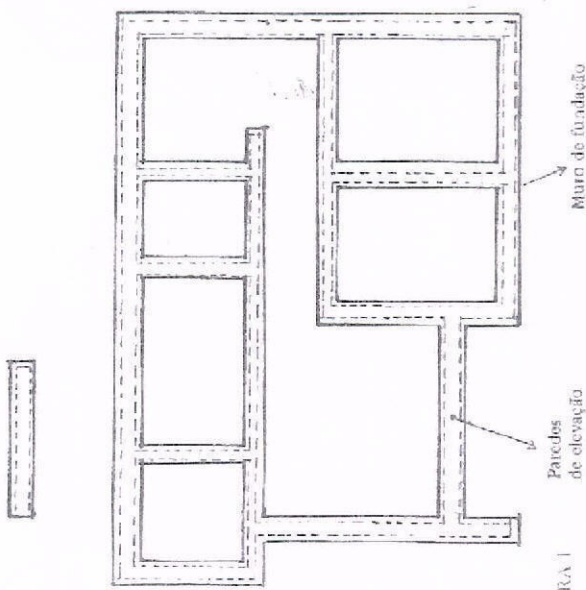
Esses espaços de 0,15 m. para cada lado chamam-se rescaldos.

A altura média das fundações das paredes exteriores é, em regra, de 0,80m. Essa altura está dependente de você encontrar o fixo (ou firme) do terreno.

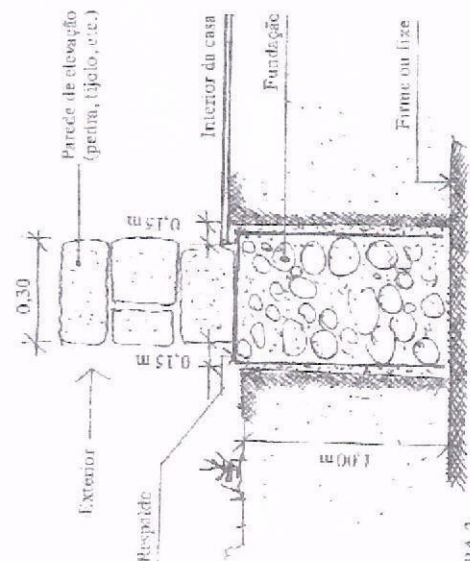


FUNDAÇÃO

Todavia, a altura das fundações das paredes estreitas (tabiques) poderá ser entre 0,30 e 0,40m. e claro que igualmente a largura será menor.



TRAÇADO DAS FUNDAÇÕES - PLANTA



FUNDAÇÃO (Corte)

ACABAMENTOS

REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS

- Também pode revestir o seu pavimento com pranchas de madeira de sôlho, apoiadas em barrotes de madeira dispostos perpendicularmente a essas pranchas (figura 1);
- Os pavimentos revestidos a madeira são, normalmente, utilizados nas salas e quartos e não em outras dependências;
- Para além disso, são aconselháveis nas zonas onde o clima é frio e húmido;
- Ao empregar madeiras, não esqueça, antes da utilização, de preservá-las do apodrecimento, do ataque de fungos e de insectos com "Cuprinol" ou produtos semelhantes, existentes no mercado;
- Qualquer que seja o modo como empregar as pranchas de madeira ou o parquet, recorde-se que muitas formas há de colocá-las, podendo também formar desenhos geométricos agradáveis que a sua imaginação criará.

TÁBUAS DE SÔLHO ASSENTES SOBRE BARROTES

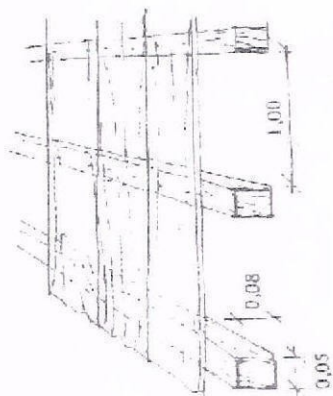
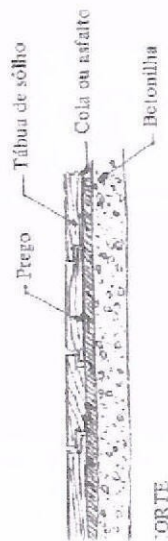


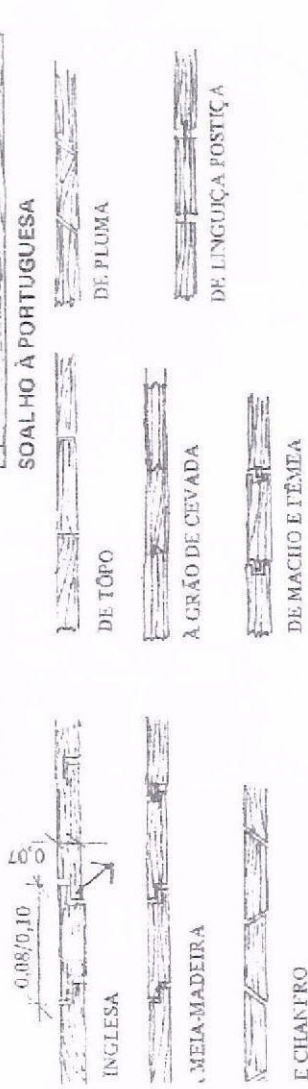
FIGURA 1

TÁBUAS DE SÔLHO ASSENTES DIRECTAMENTE NO PAVIMENTO

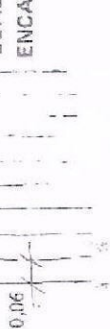


ORTE

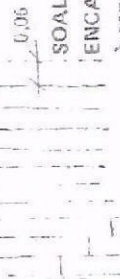
MODOS DE ENCAIXE OU DE LIGAÇÃO DAS TÁBUAS DE SÔLHO



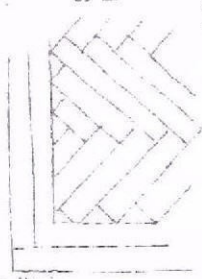
SOALHO À INGLESA ENCABEIRADO



SOALHO À INGLESA ENCABEIRADO À MEIA ESCUADRIA



SOALHO DE ESPINHADO



0.14/0.20

SOALHO À PORTUGUESA



DE PLUMA



DE LINGUIÇA POSTIÇA

FORMENOR DE UM MACHO



A ESPESSURA NORMAL DAS TABUAS É DE 22 MILÍMETROS, SENDO VAR ÀVEL A LARGURA

ACABAMENTOS

RODA-PÉS

— O "Roda-Pé", constitui uma faixa de madeira, de tijolo, de mosaico, etc., que contorna todas as paredes de um determinado compartimento da casa (figuras 1 e 2);

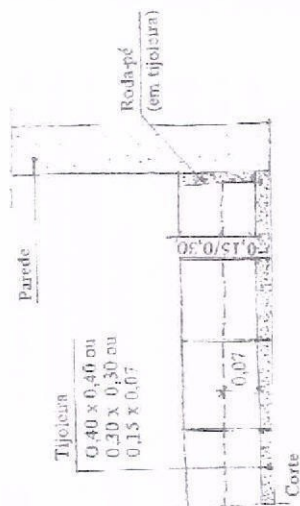
— A altura e a espessura variam conforme as dimensões do material de construção que utilizar como revestimento do pavimento;

— Todavia, a altura do roda-pé em madeira pode variar entre os 10 e os 20 centímetros, conforme seja sim-ples ou emoldurado (figuras 3, 4 e 5);

— O assentamento do roda-pé em madeira é geralmente executado por meio de pregos que vão fixar-se a taca de madeira previamente emboldada na parede (figura 6);

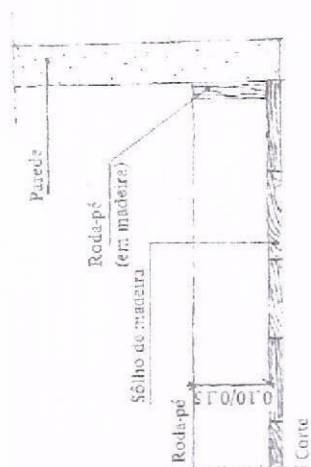
— Mas se a madeira for de boa qualidade, pode usar-se apenas parafusos para a sua fixação;

— O roda-pé com bases só é fixado ao pavimento, fixa-ção esta que se chama "Suiado" quando os detoma-dos "Enchafcos" ficam à vista. Assim, nestes pavim-entos não se colocam as bases.



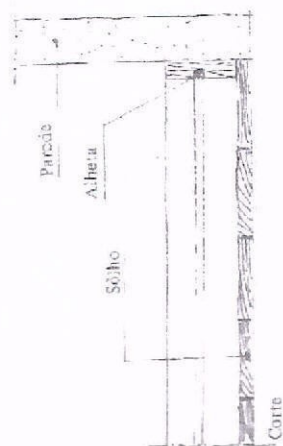
RODA-PÉ SIMPLES (cerâmica)

FIGURA 2



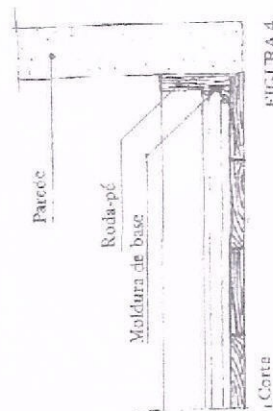
RODA-PÉ SIMPLES (madeira)

FIGURA 1



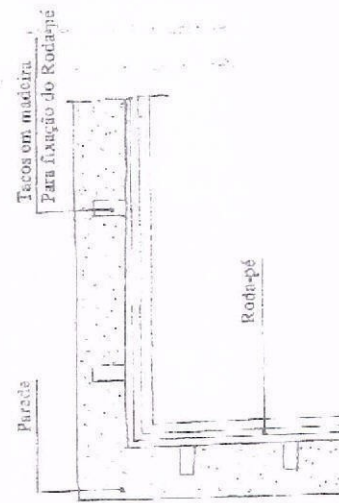
RODA-PÉ COM BASE APARENTE

FIGURA 3



RODA-PÉ COM BASE

FIGURA 4



RODA-PÉ COM BASE E MOLDURA

FIGURA 5

PLANTA DE UM COMPARTIMENTO, MOSTRANDO OS TACOS PARA FIXAÇÃO DO RODA-PÉ

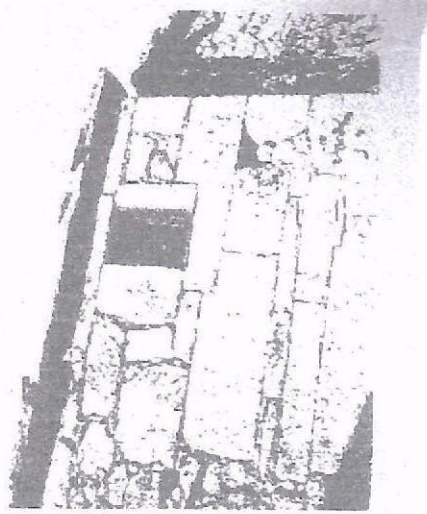
FIGURA 6

ACABAMENTOS

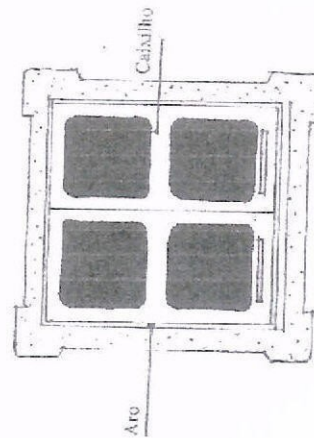
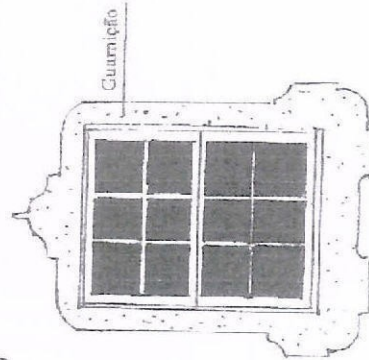
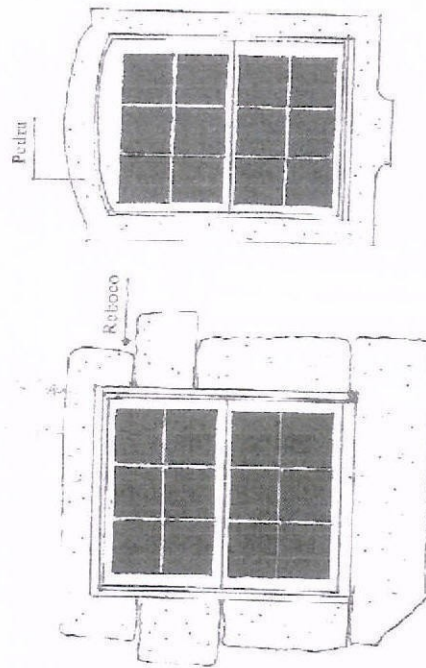
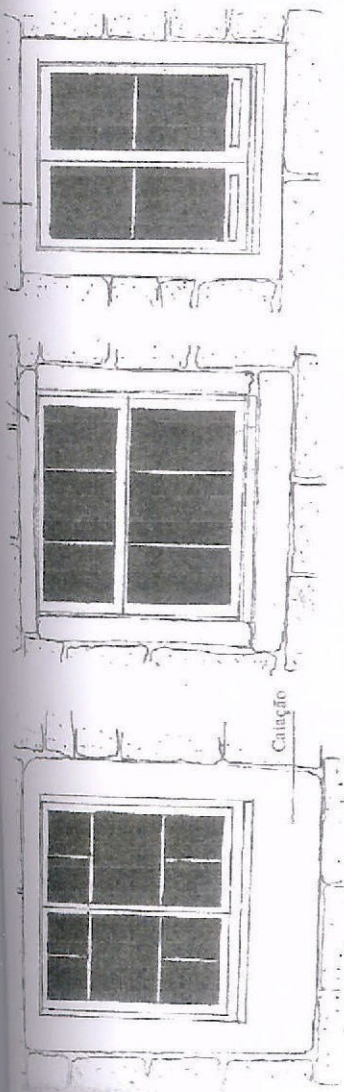
JANELAS

(Minho, Douro, Beiras, Trás-os-Montes)

- Repare em alguns das dezenas de elementos de janelas tradicionais em madeira que a todo o momento você poderá observar nas várias províncias portuguesas;
- Aproveite aí colher ideias para as janelas da sua casa;
- Pinte os arcos das janelas a verde velho e os caixilhos a branco. Ou, se quiser, pinte os arcos a branco e os caixilhos a verde ou a vermelho velho;
- As tábuas de peito, pinte-as da mesma cor dos arcos ou a vermelho escuro;
- Se lhe apetecer, as pedras que envolvem a janela podem ser caiadas, desde que o resto da parede mantenha a pedra à vista.



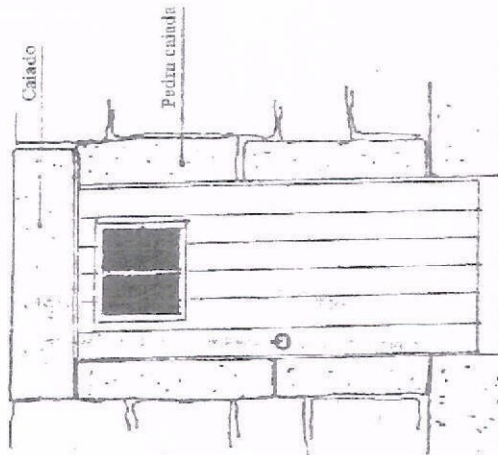
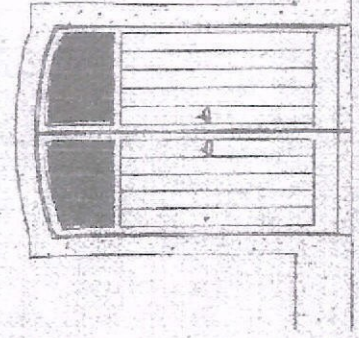
97



ACABAMENTOS

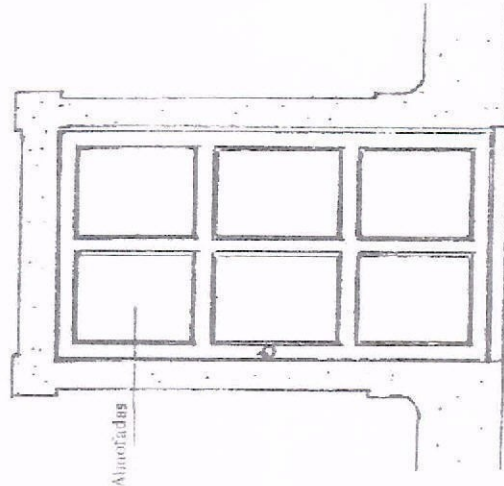
PORTAS (ESTREMADURA)

- Não se esqueça de usar sempre a madeira, pelas razões atrás já explicadas;
- Puxe pelo seu imaginário, com base no que vê à sua volta;
- Mas veja só aquilo que é tradicional e não copie o que é novo e deslegante;
- Os arcos, pintes ou de uma cor e as folhas das portas de outra cor;
- Se tem o gosto e a imaginação de seus pais, procure aconselhar os seus vizinhos, no sentido de que eles, também, preservem os valores tradicionais.

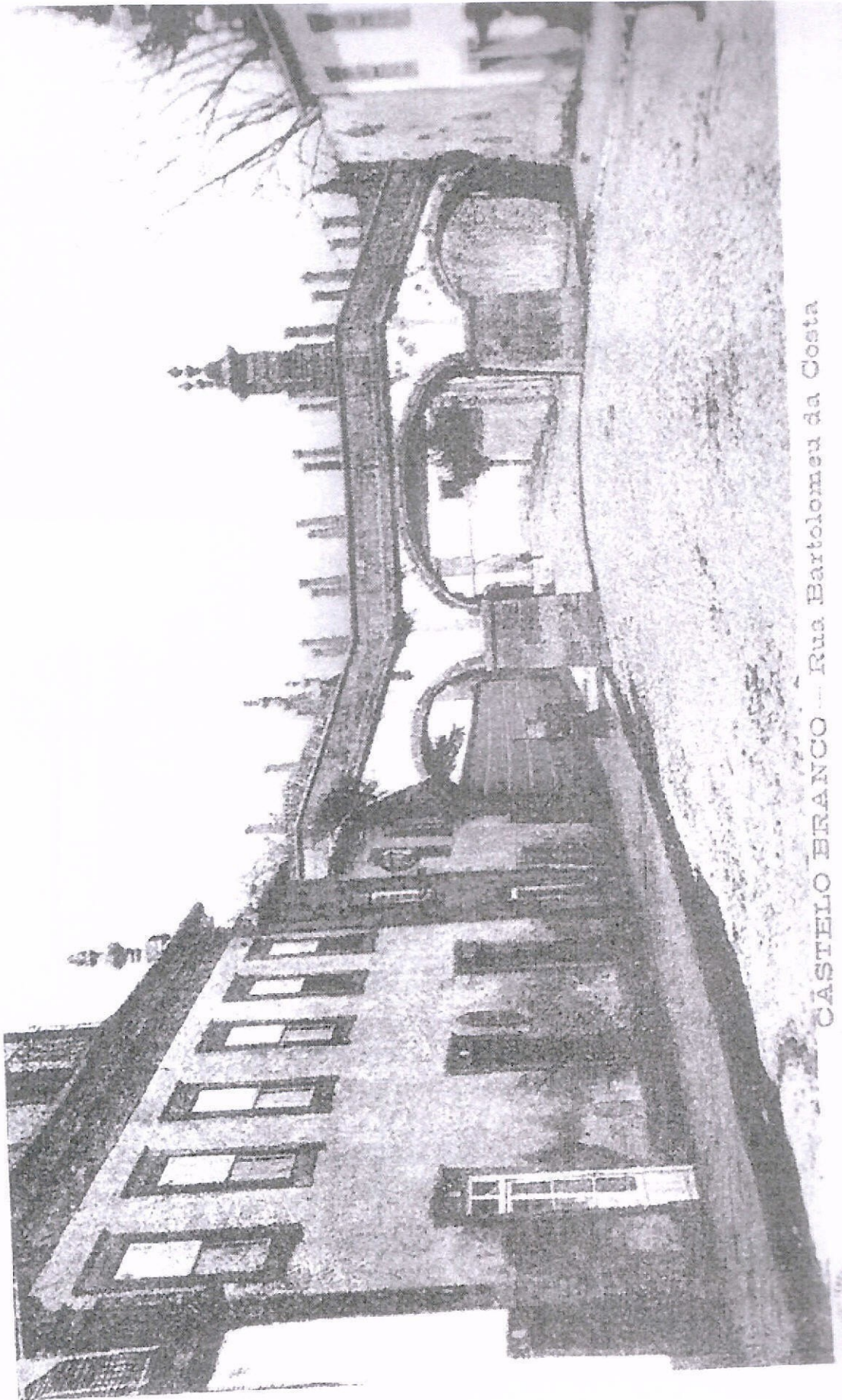


NÃO ESQUEÇA DE USAR TRINCOSES E FECHADURAS TAMBÉM TRADICIONAIS, POIS DE CONTRÁRIO A PORTA FICARÁ INCOMPLETA.

APLIQUE SEMPRE A MADEIRA QUE DEPOIS PINTARÁ COM CORES TRADICIONAIS.



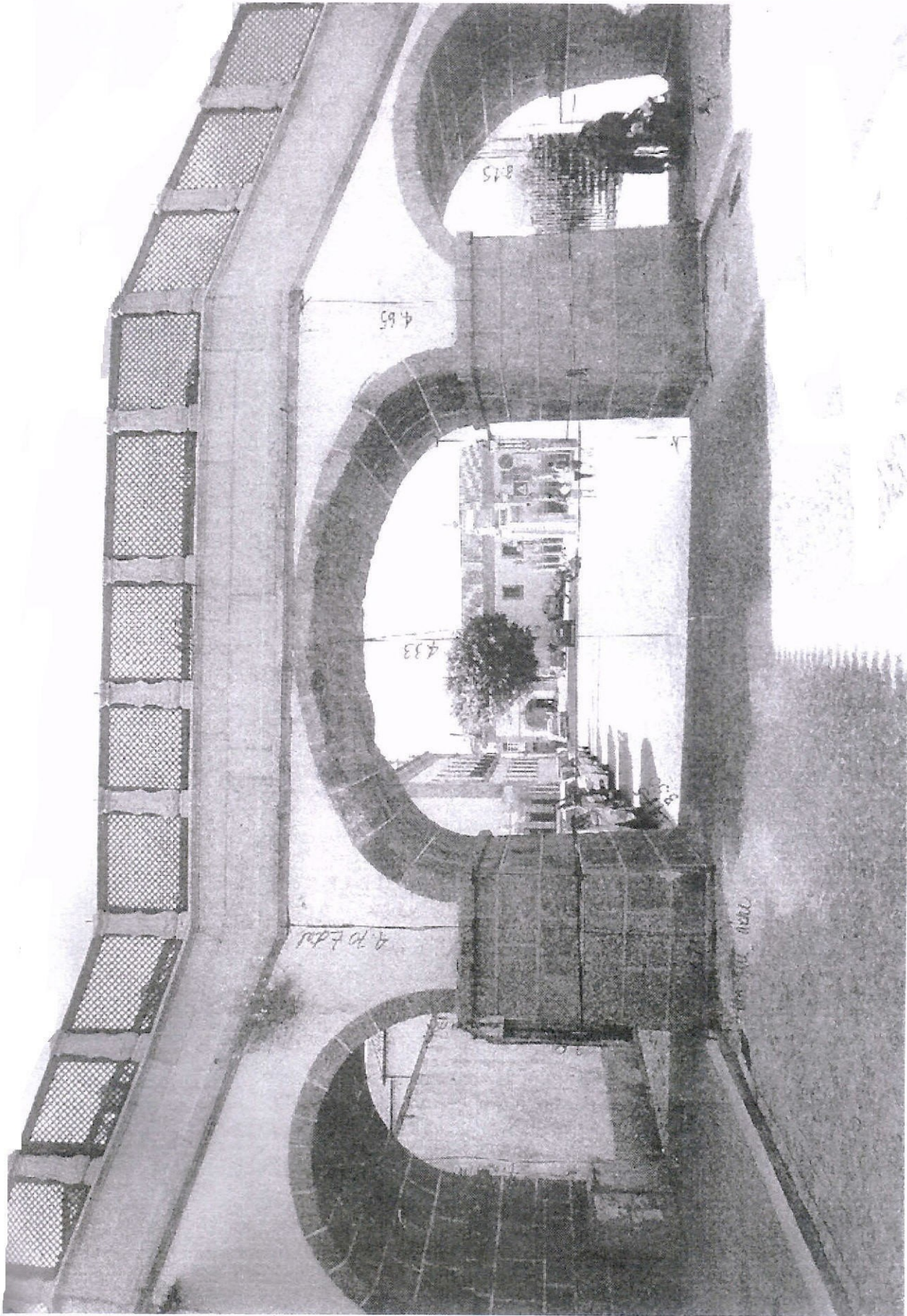
17.3 Trabalhos/esboços desenvolvidos no gabinete



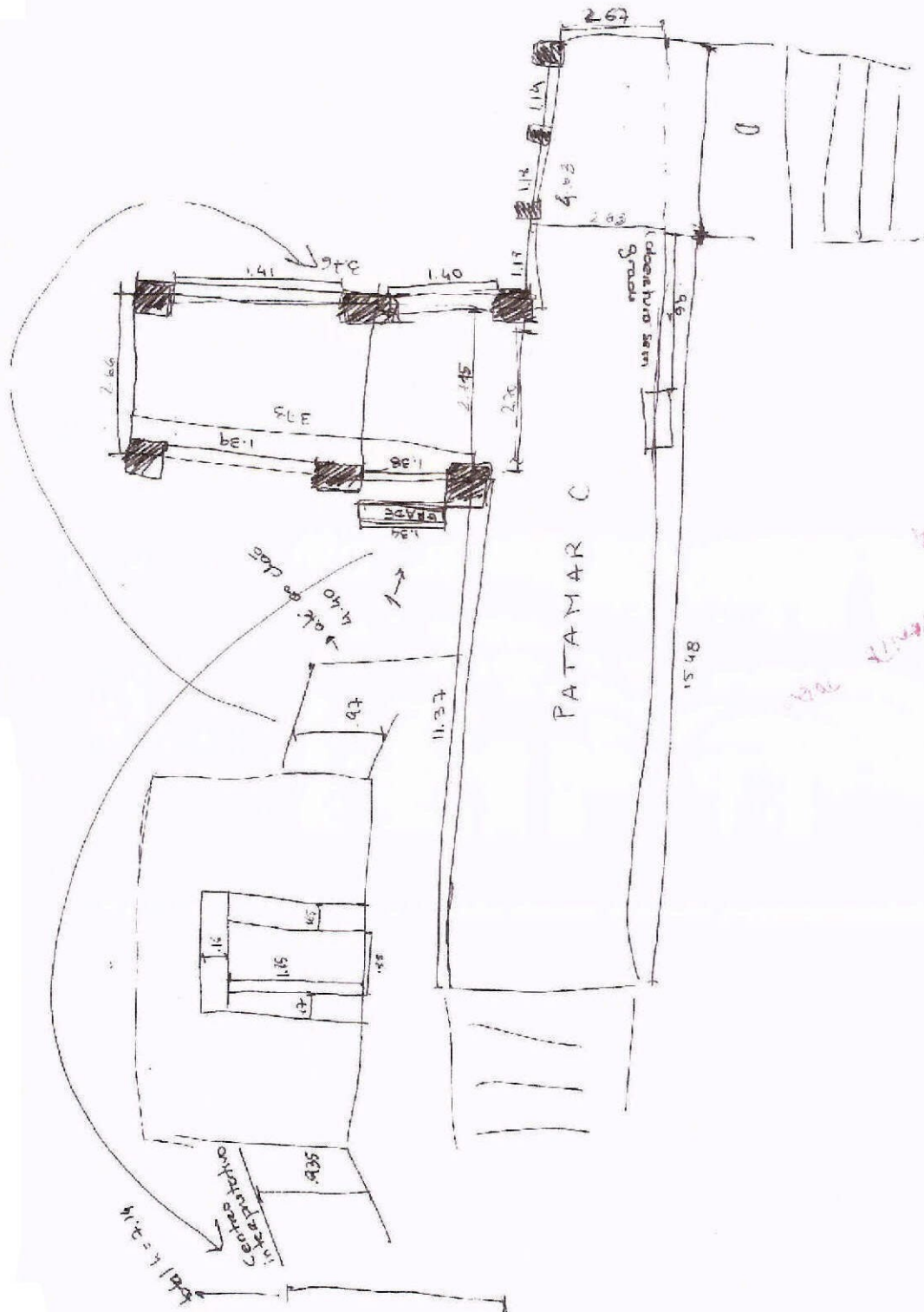
CASTELO BRANCO - Rua Bartolomeu da Costa

EDIÇÃO DA TYP. DE J. L. PELEJÃO

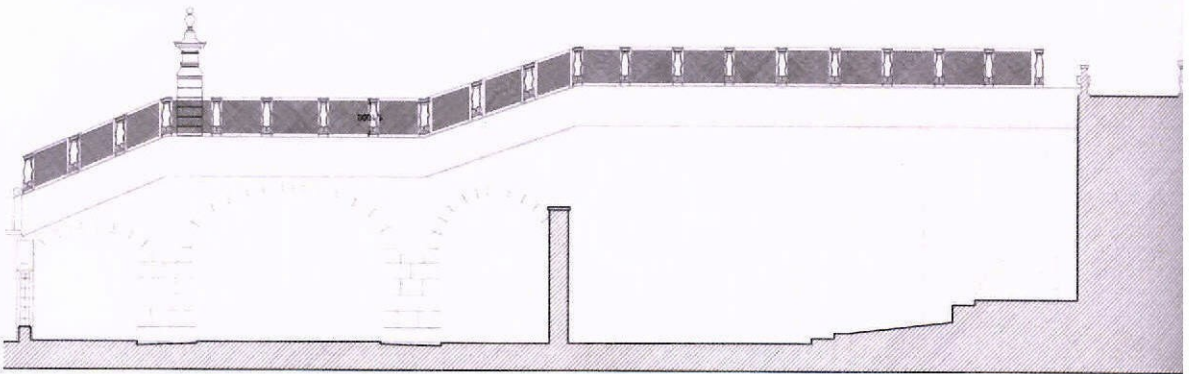




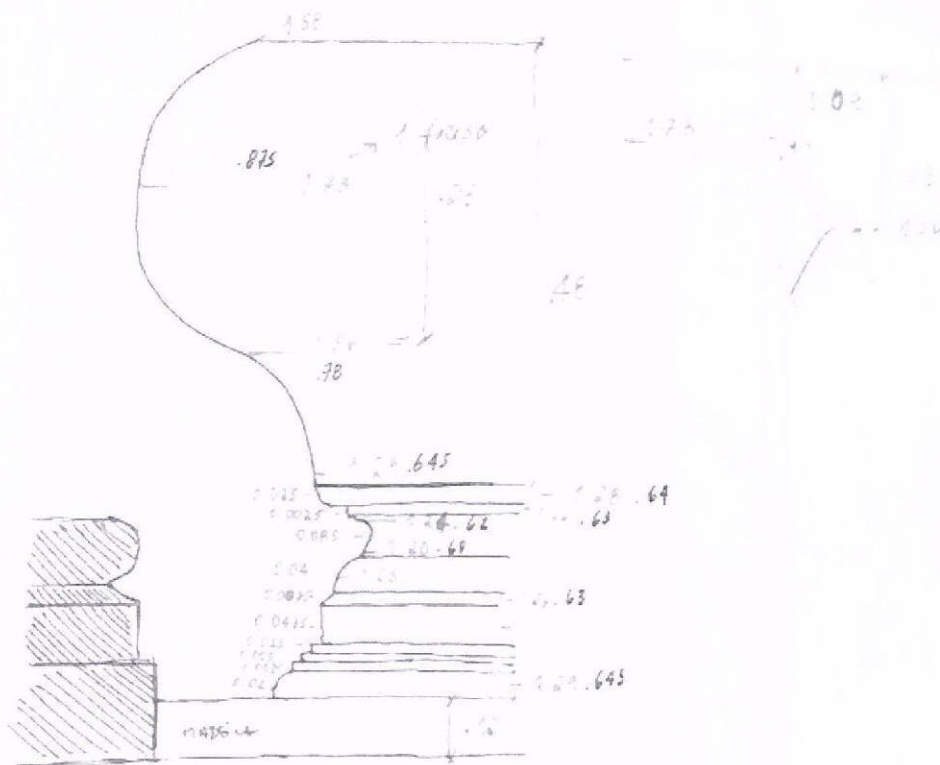


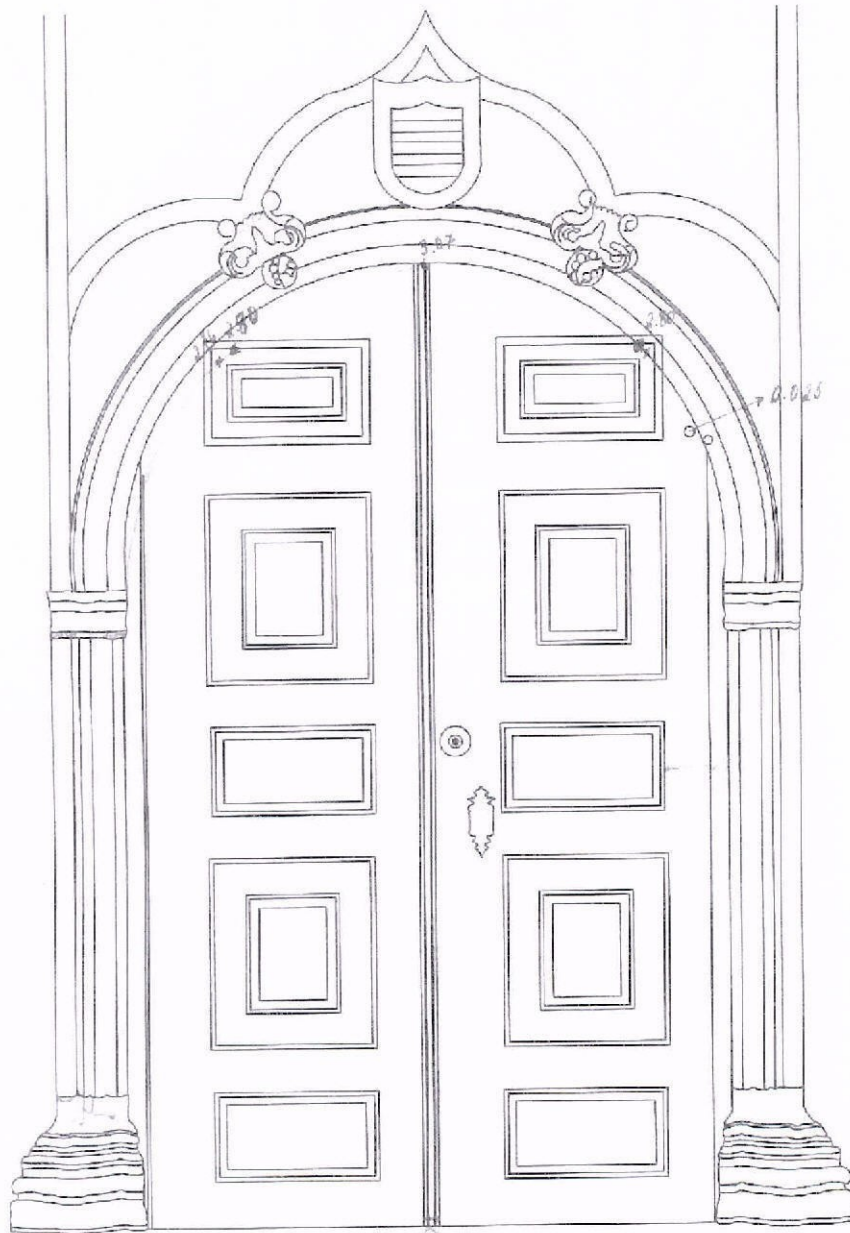


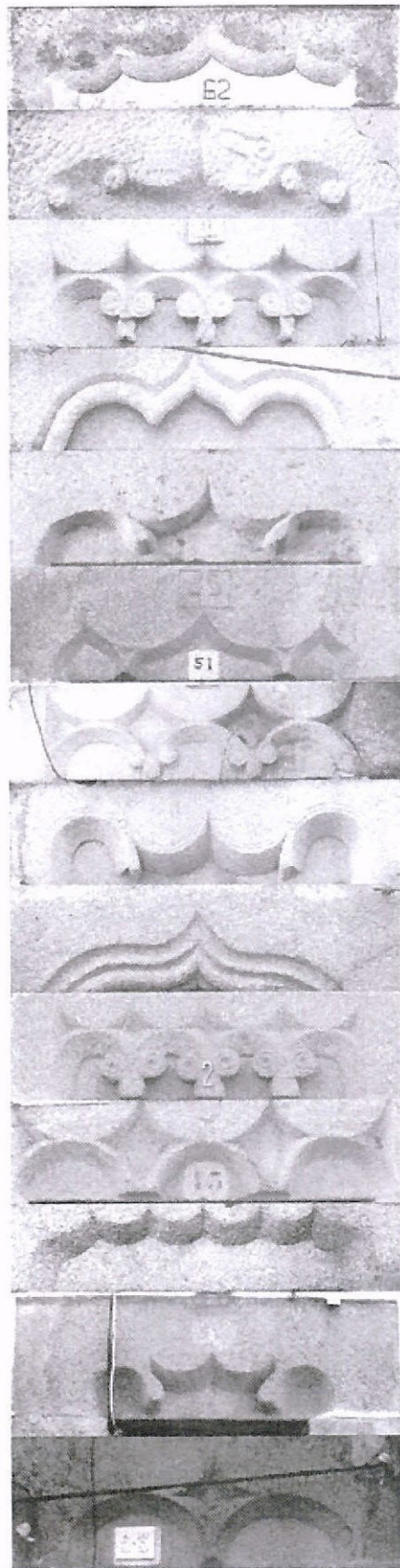
C - 11.37 m de largura de passagem





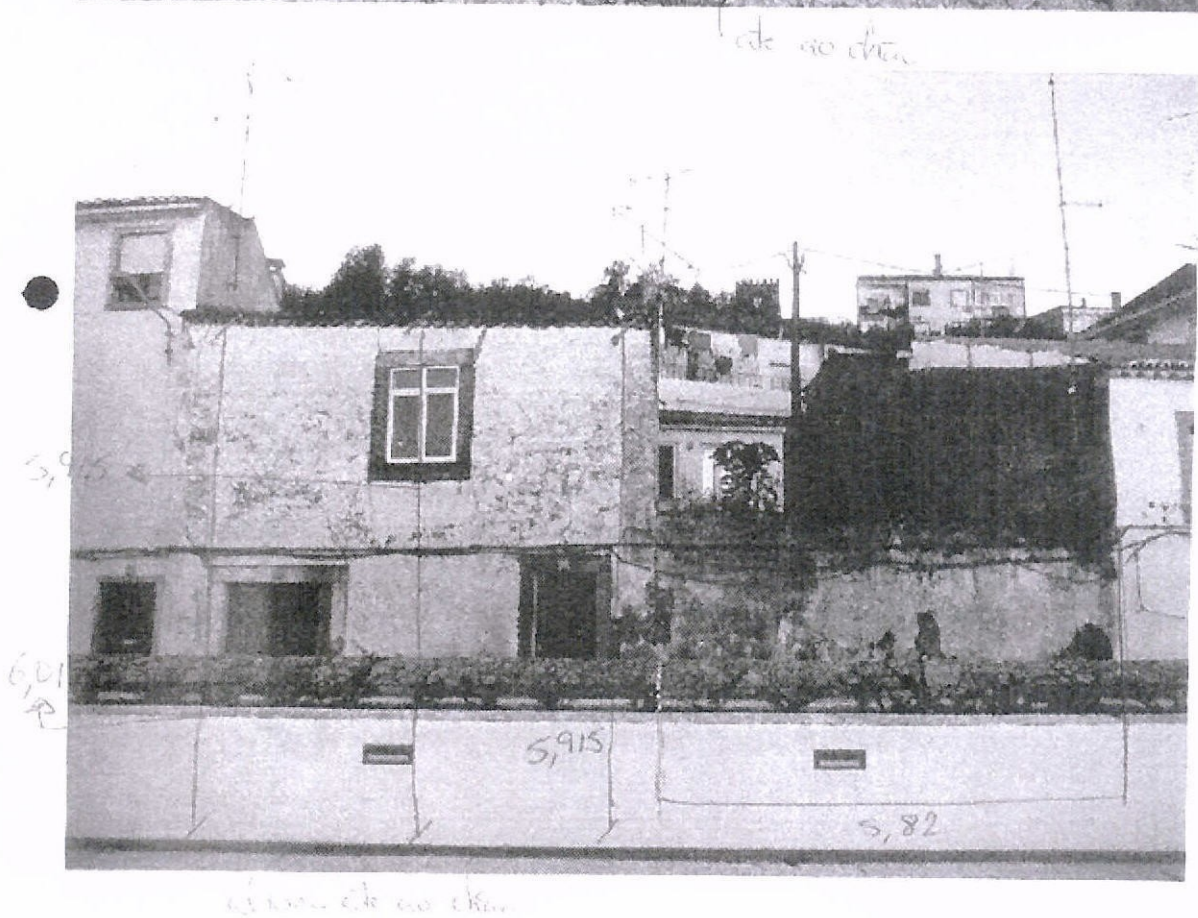


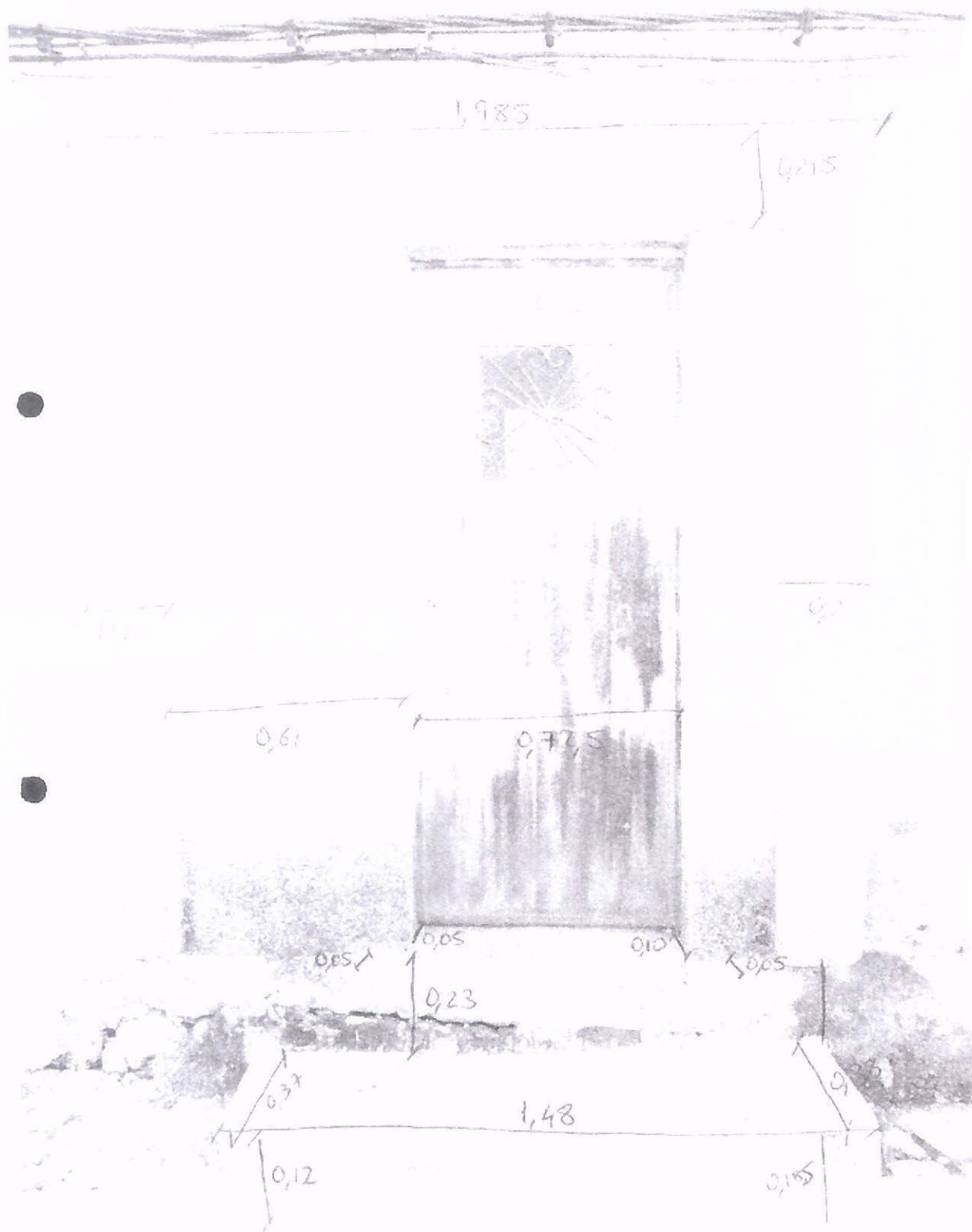


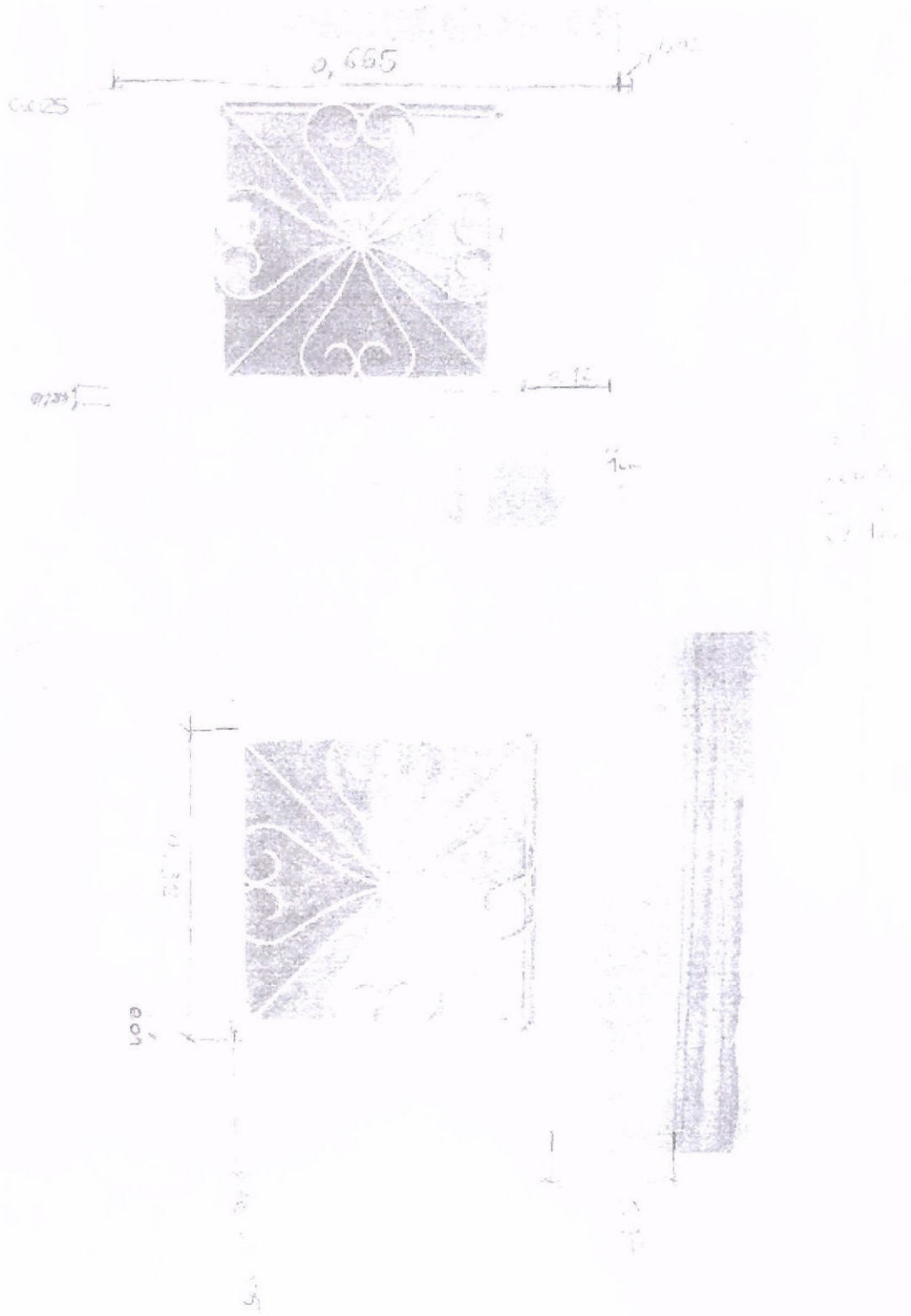


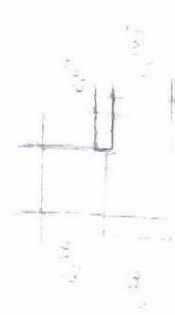
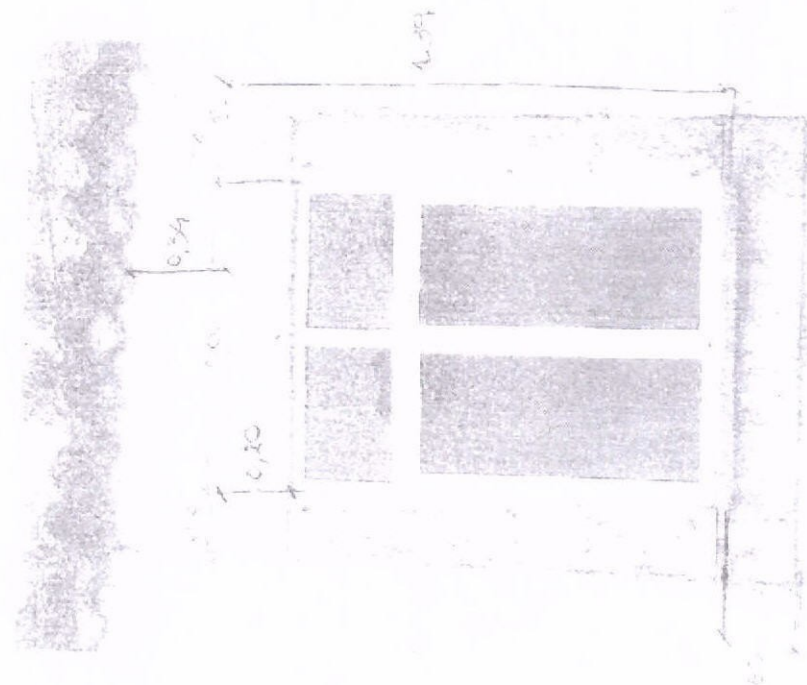


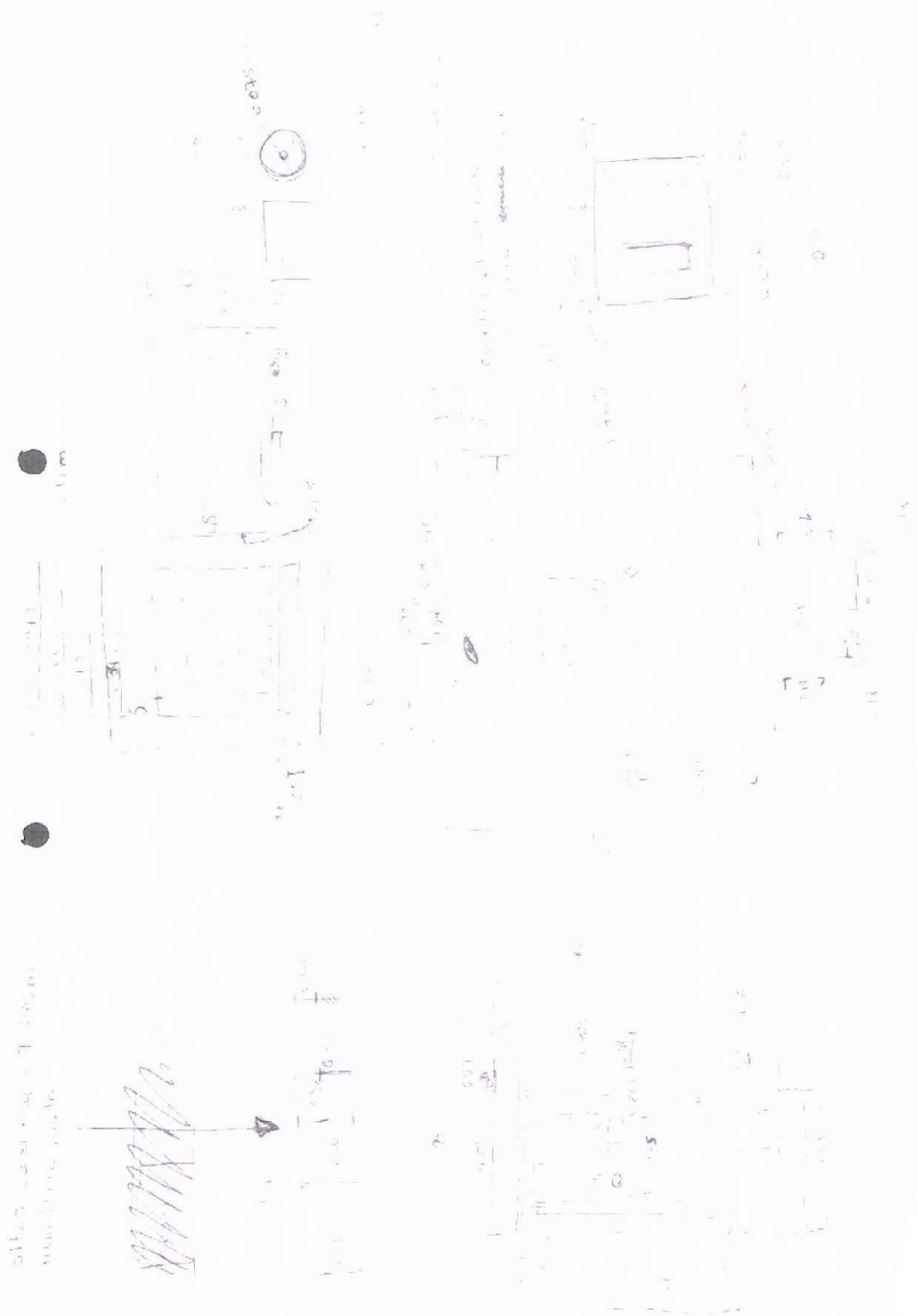
17.4 Esboços de levantamento do espaço

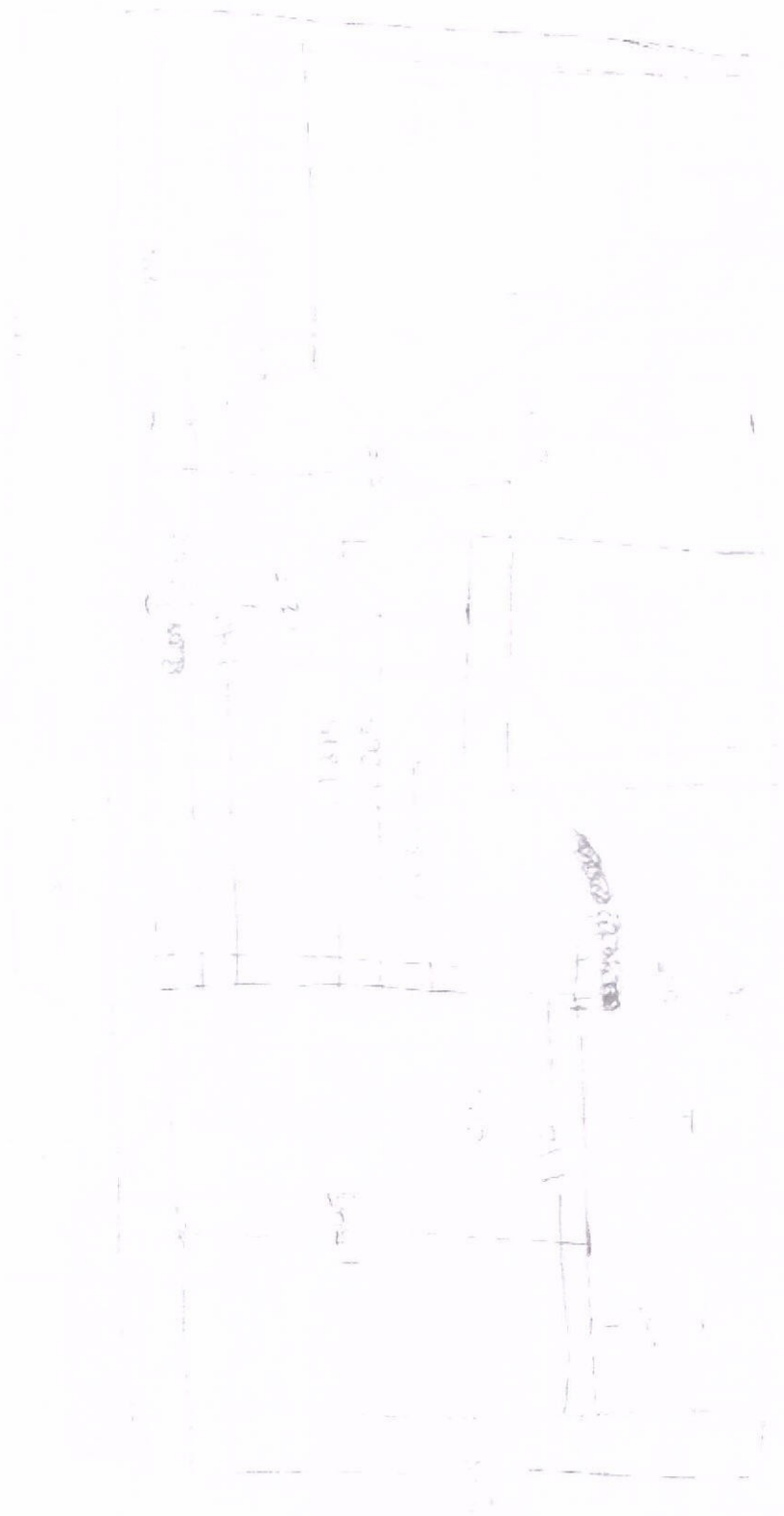


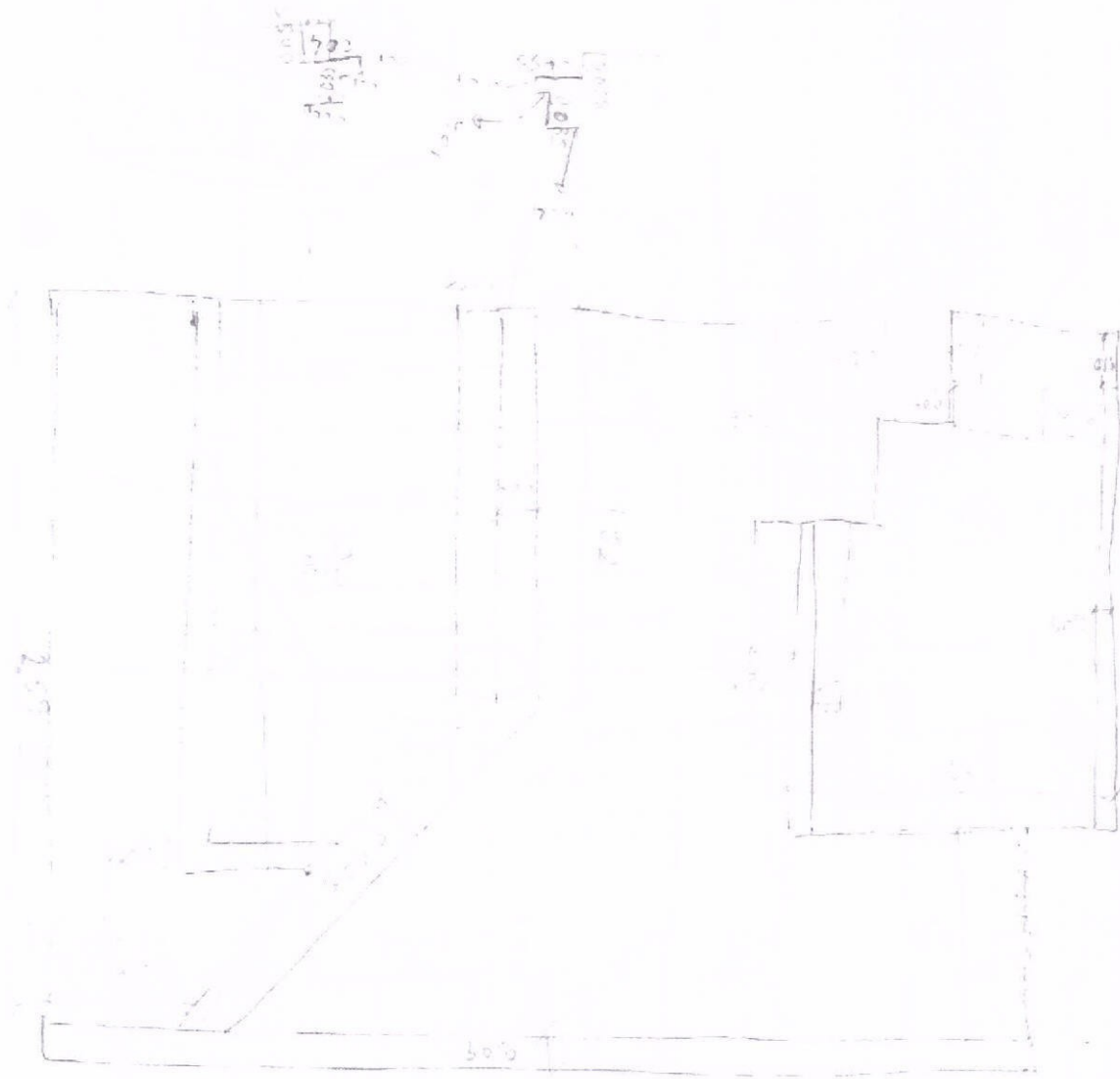




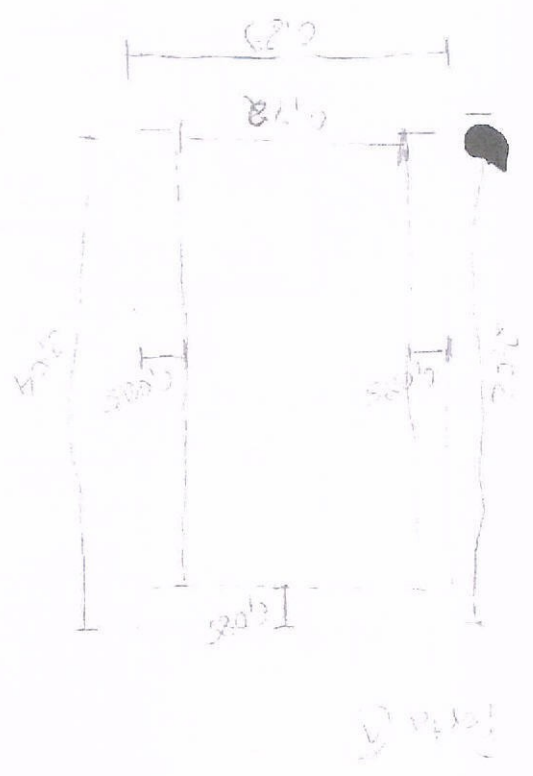
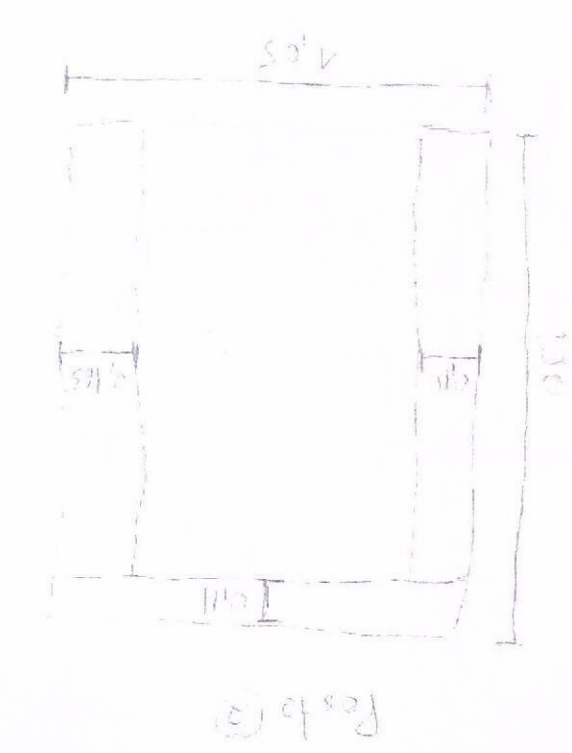
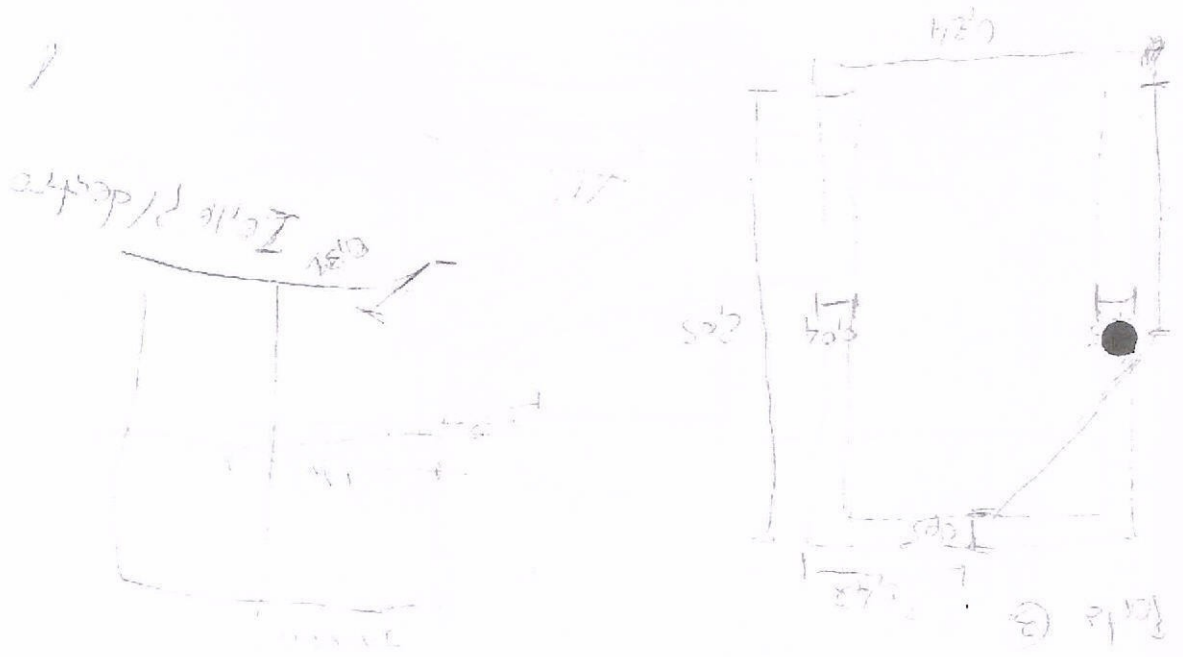




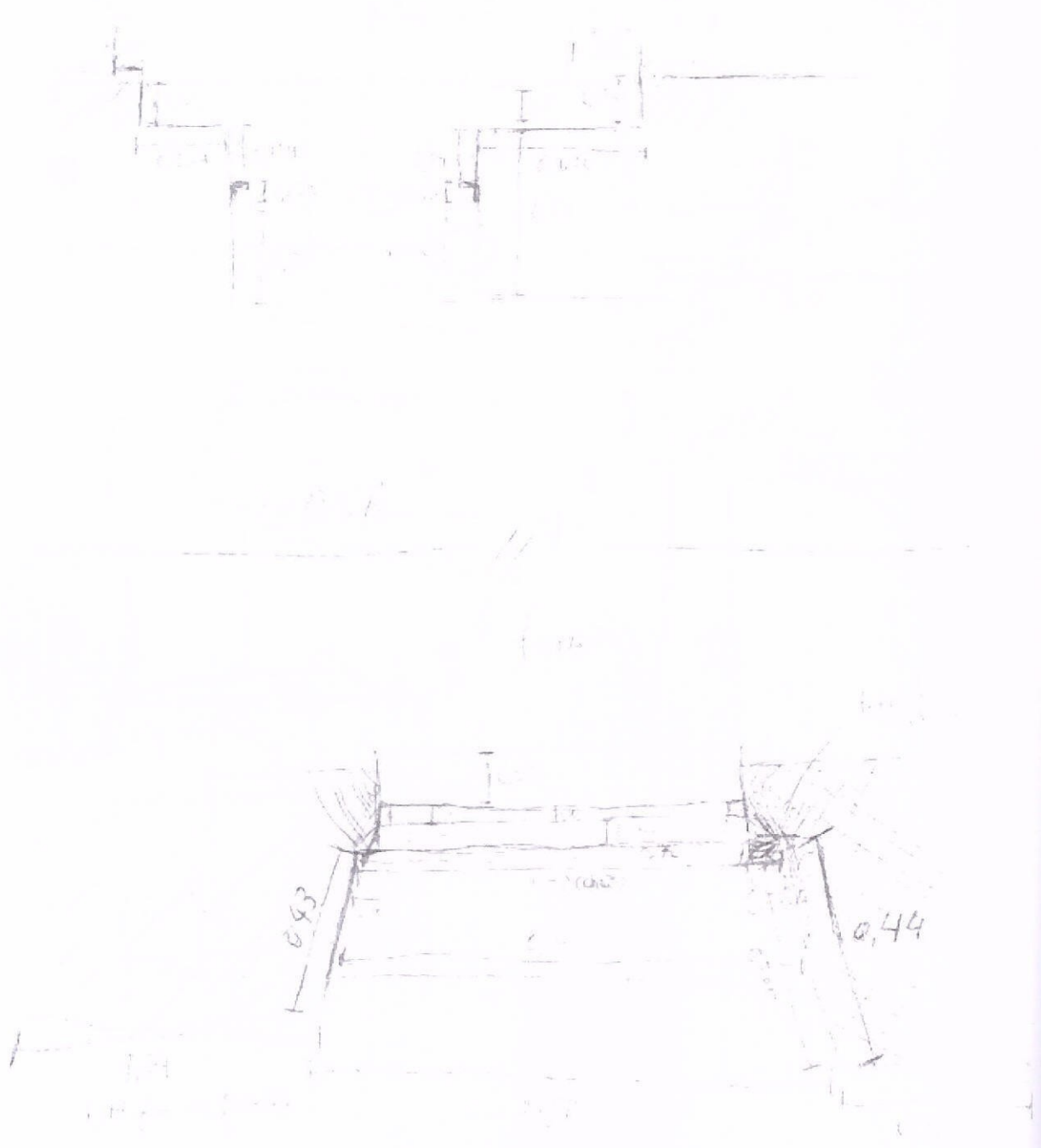


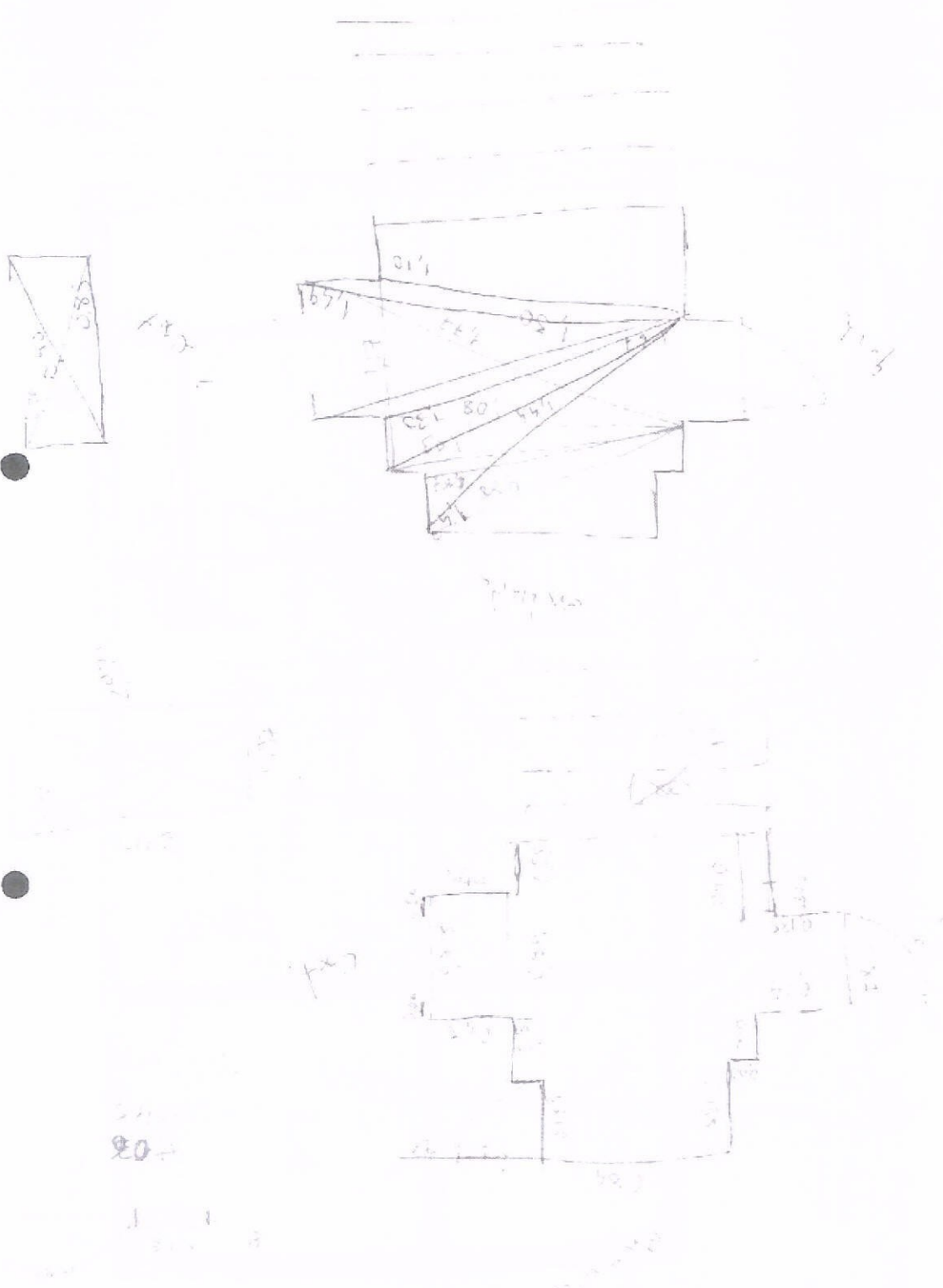


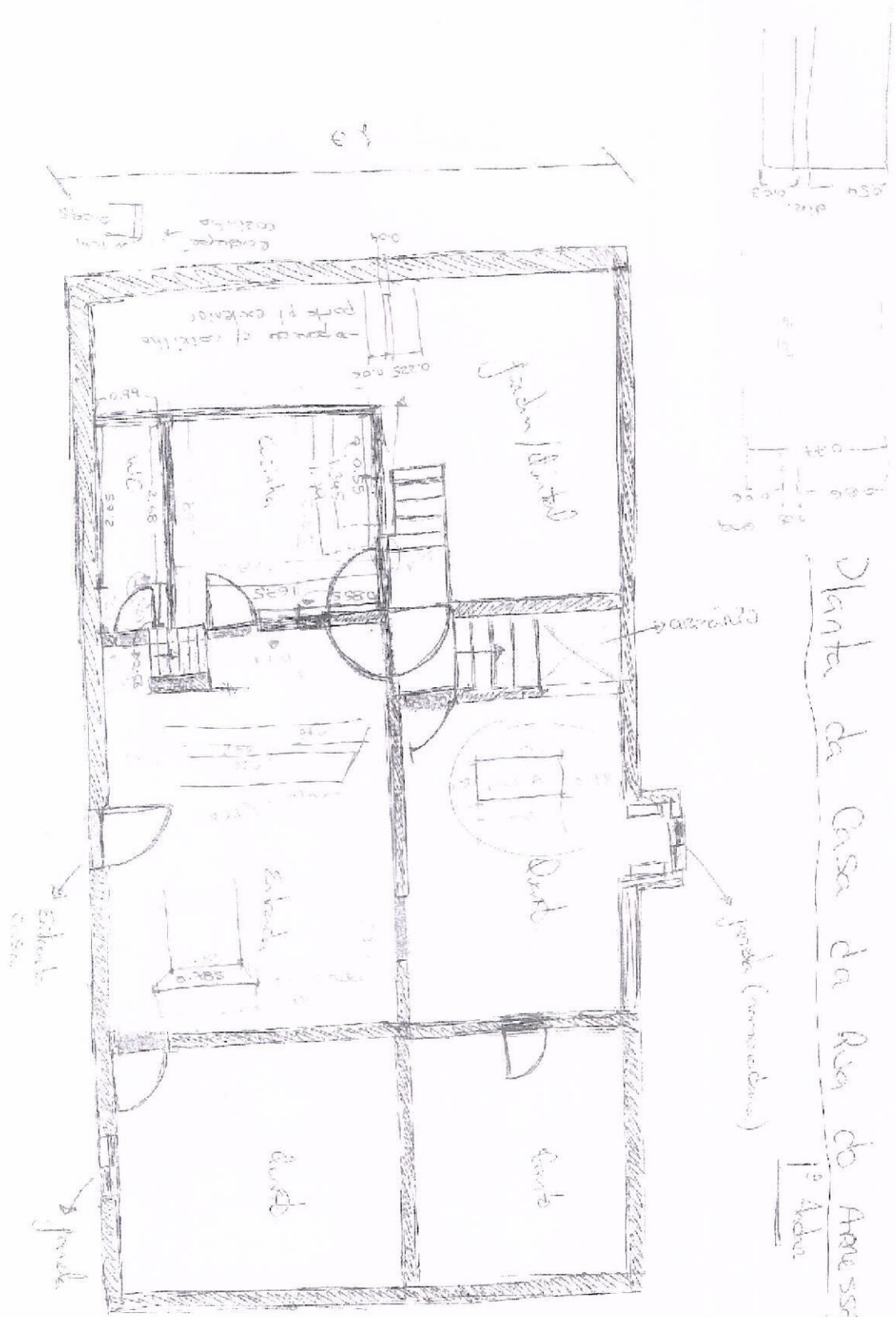
est. de ref.



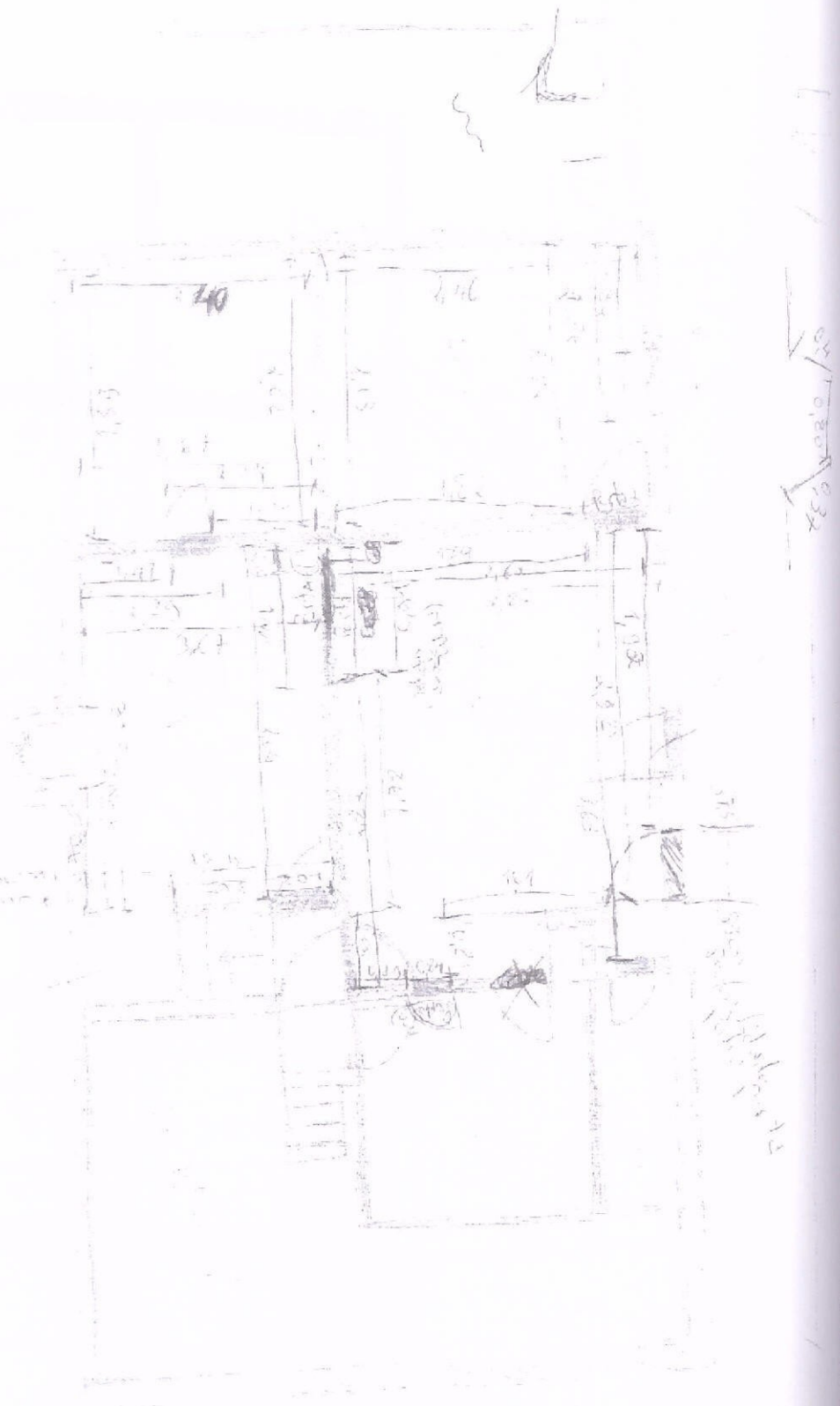
Claydopista 12-11

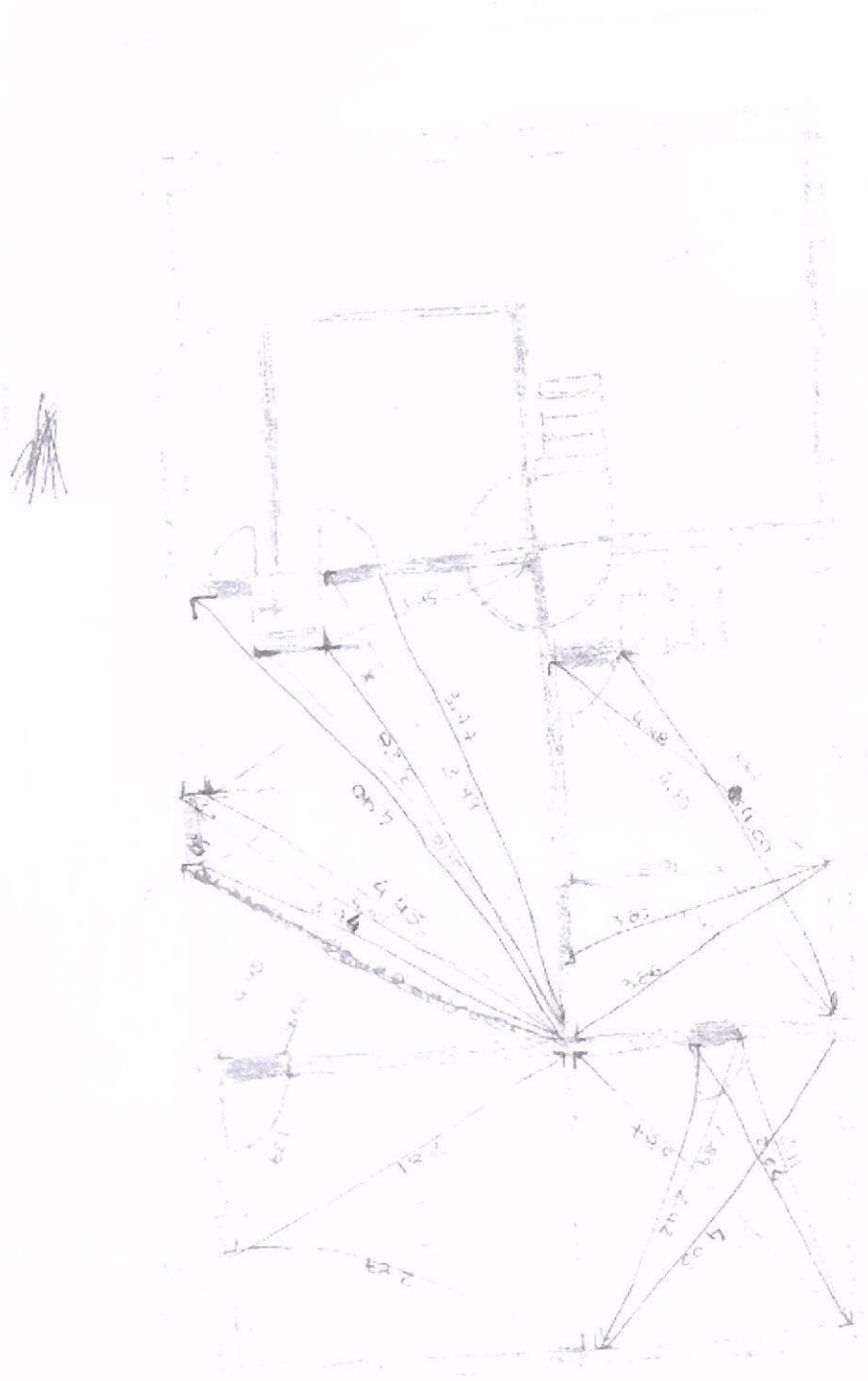


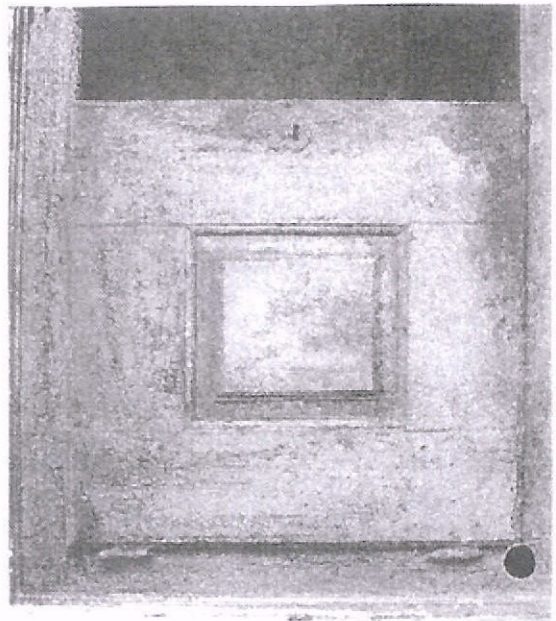


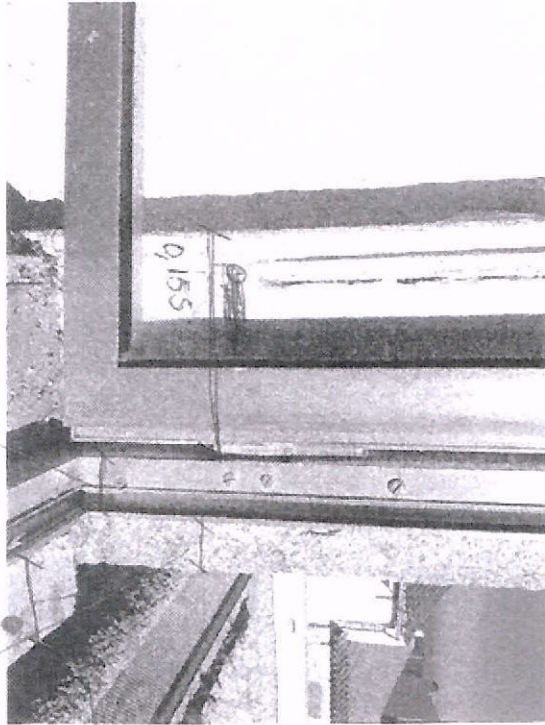
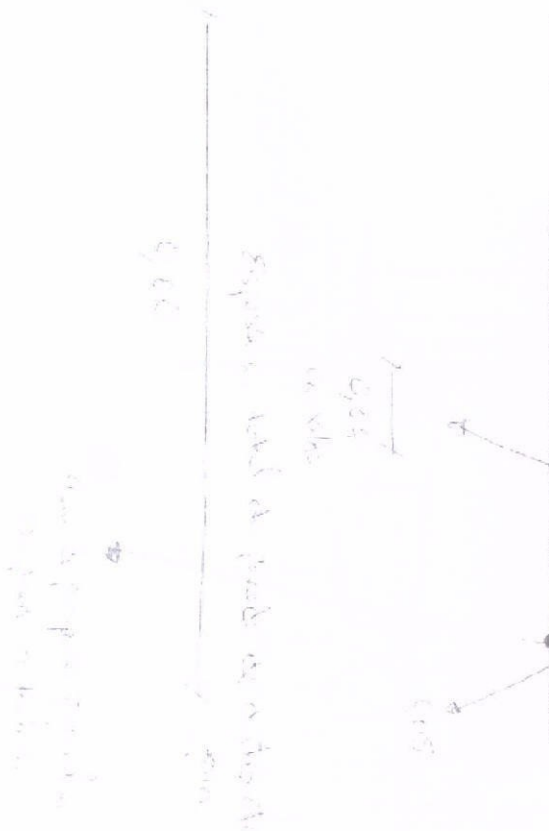
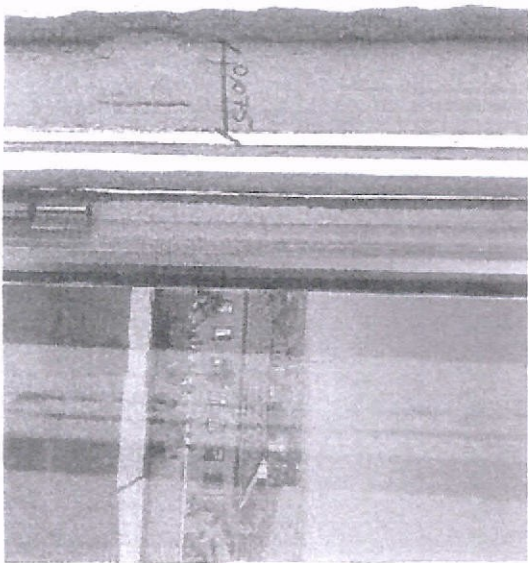


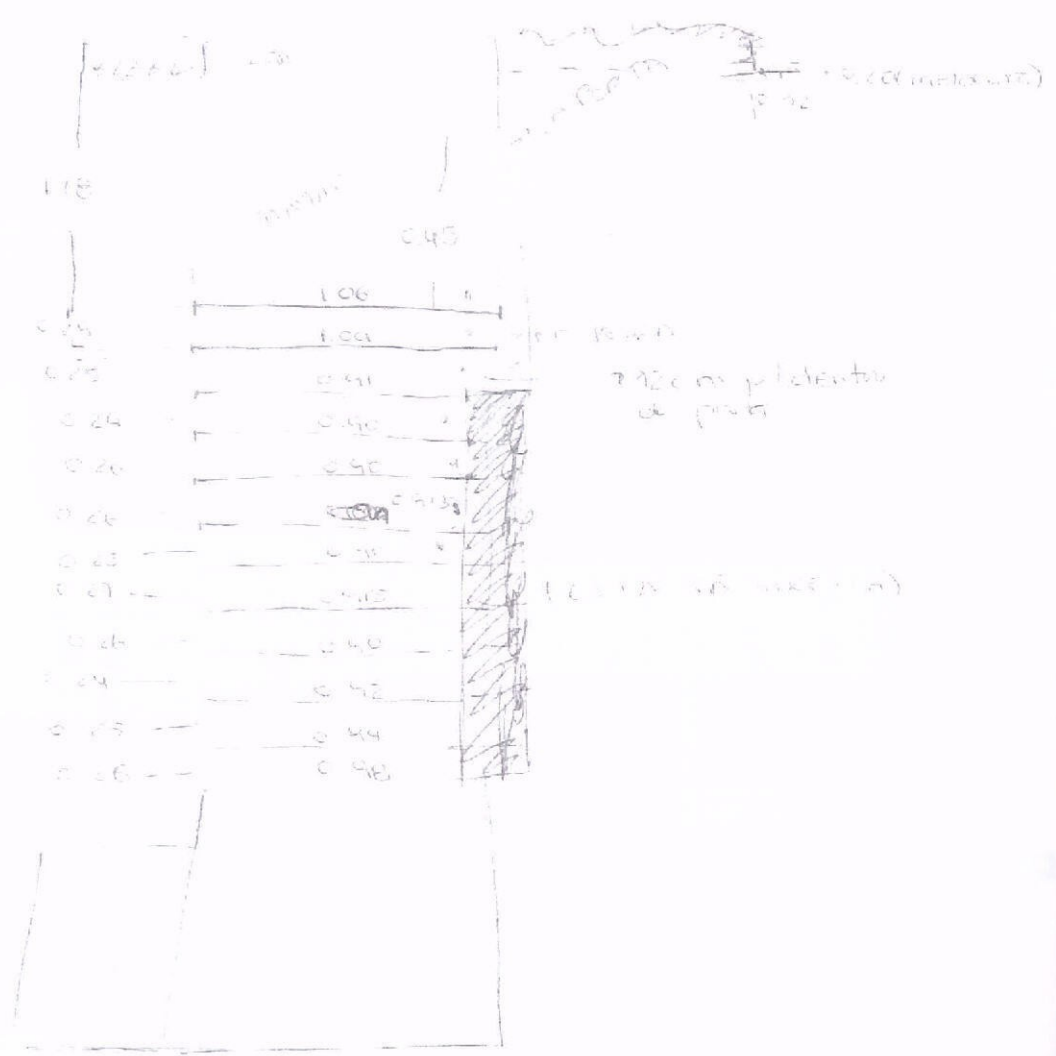
Planta da Casa da Rua do Amarelo 3
1ª Andar

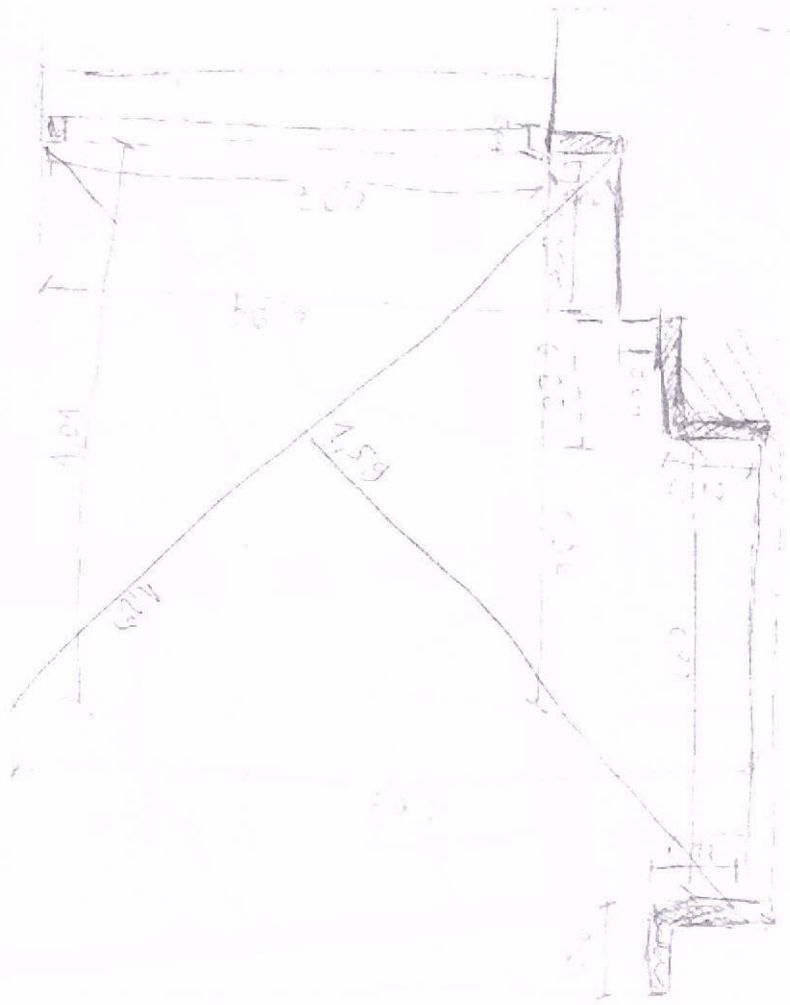




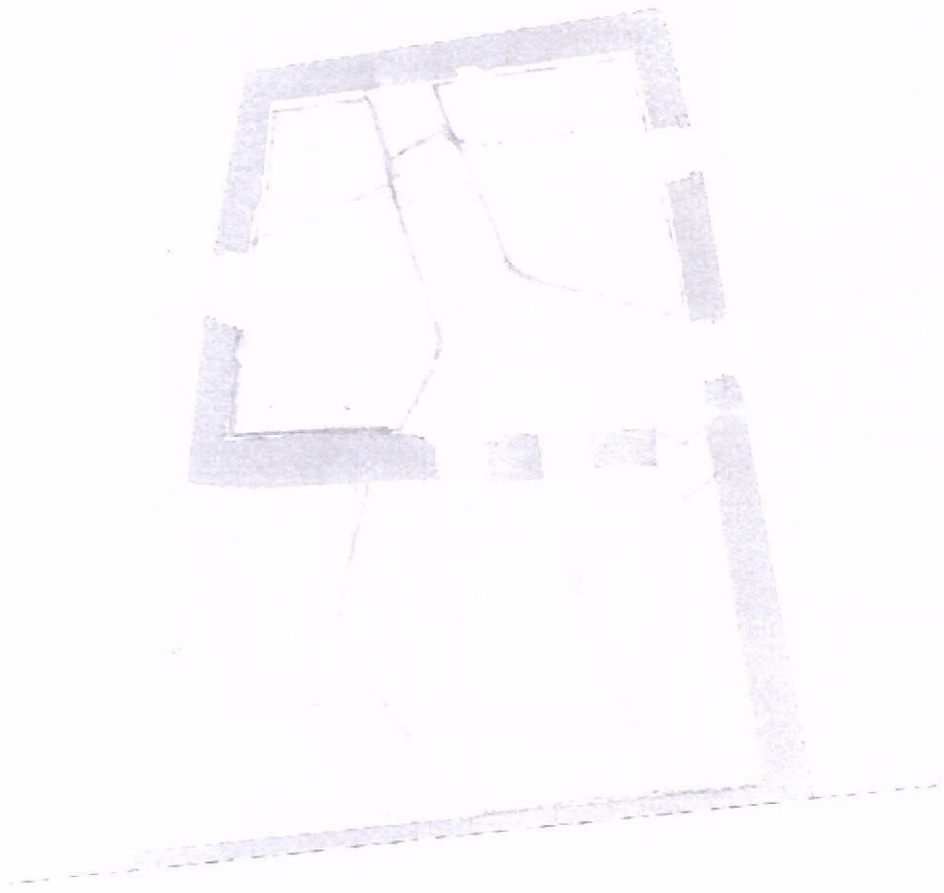




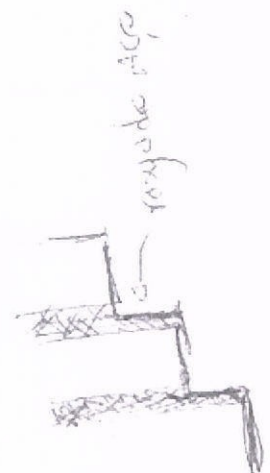
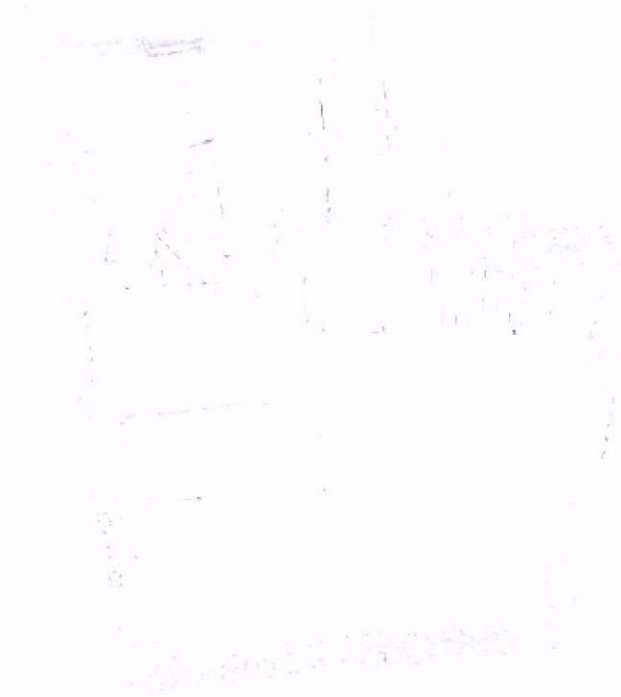
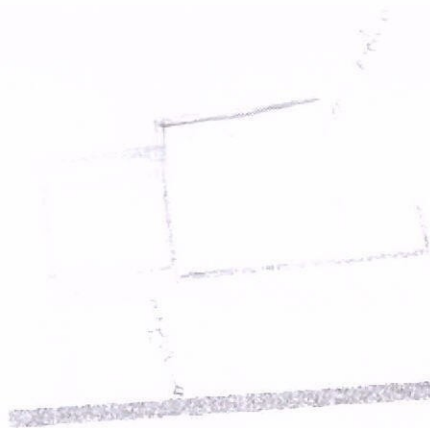




17.5 Esboços/técnicos de percurso da habitação



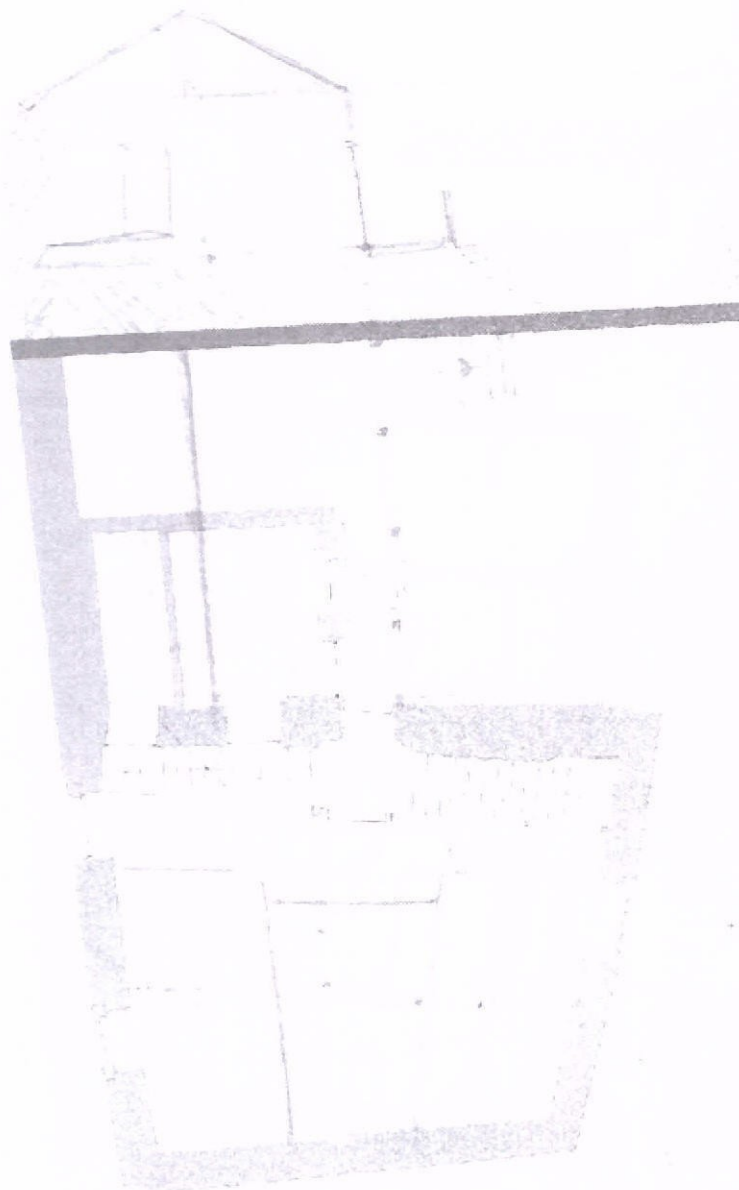


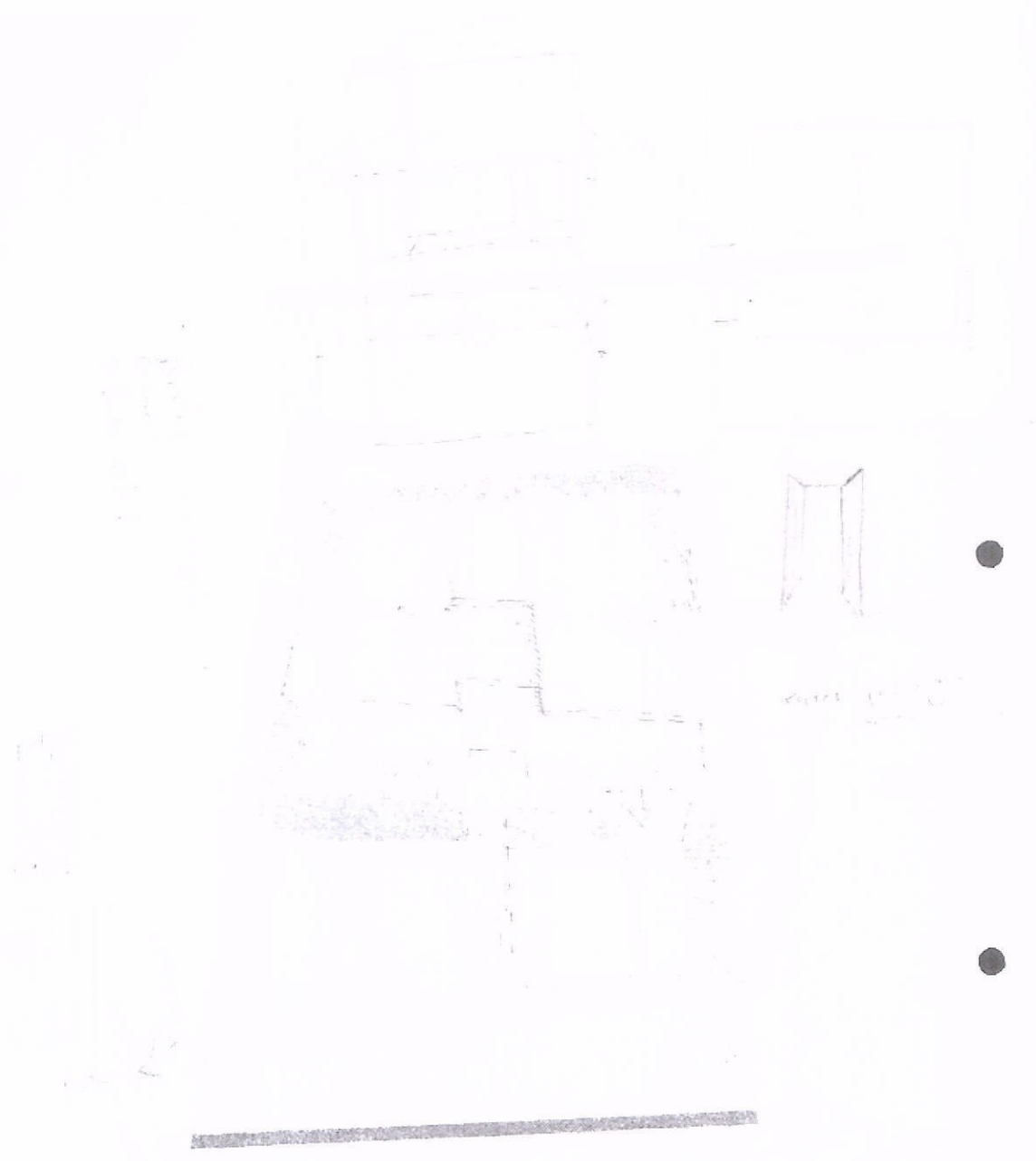


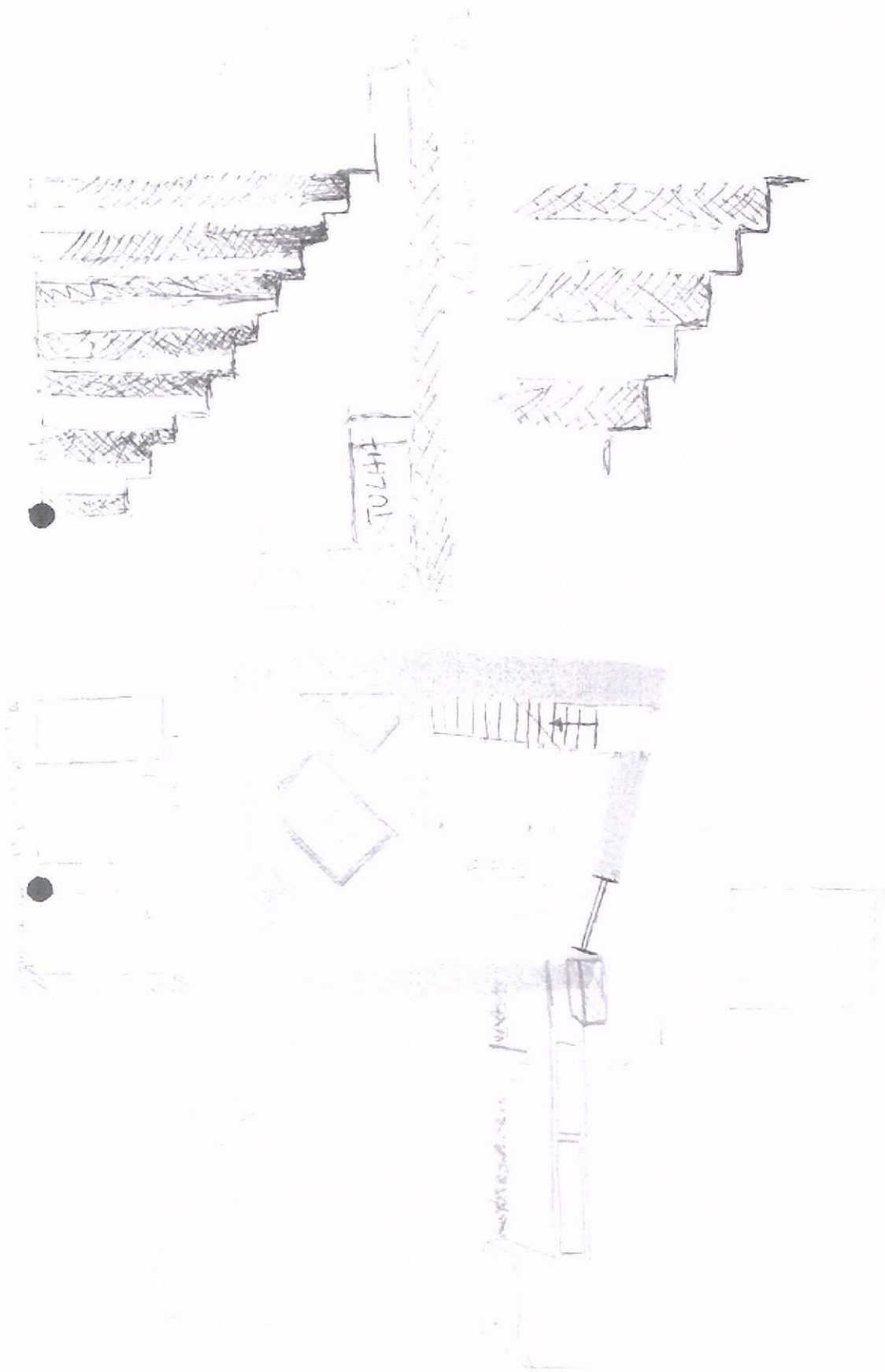
torre de aço

canal de água
sistema de
abastecimento
de água
potável



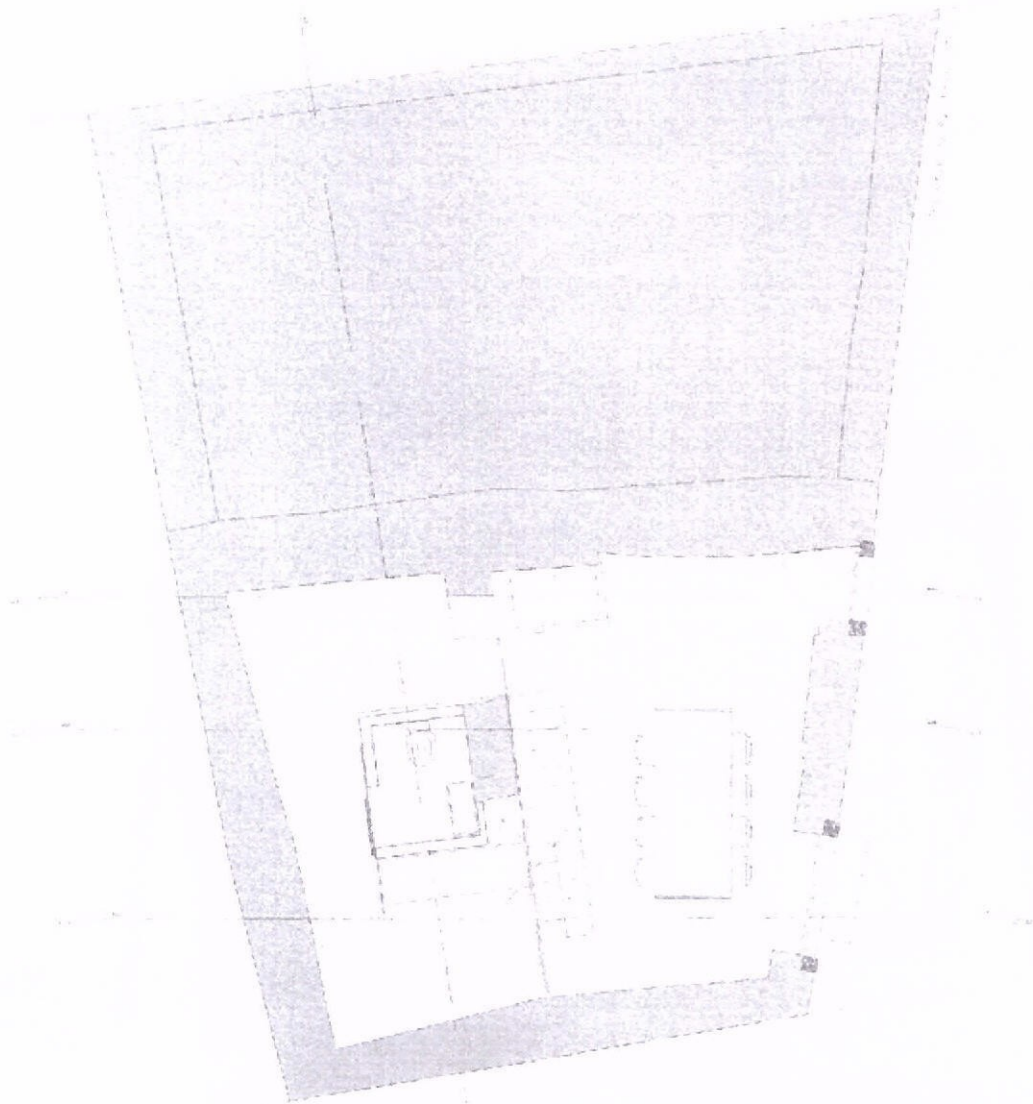






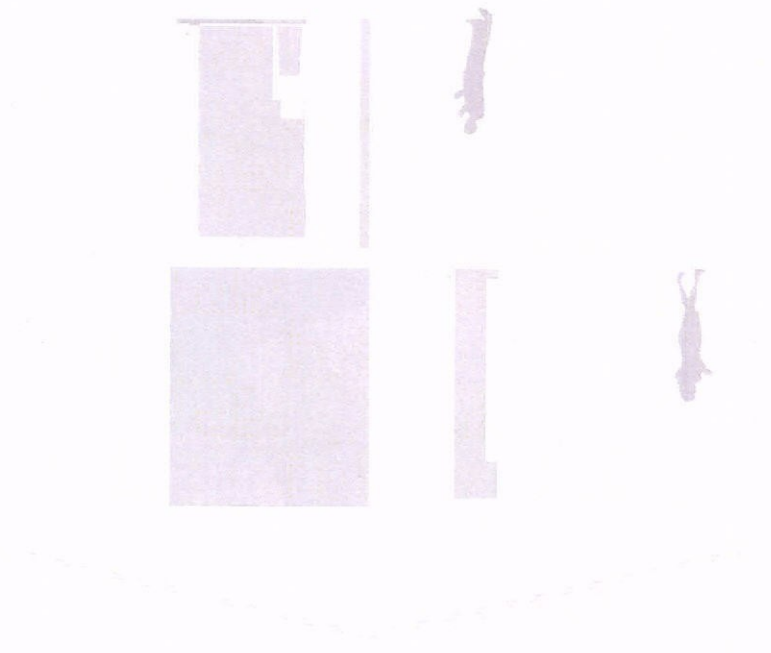
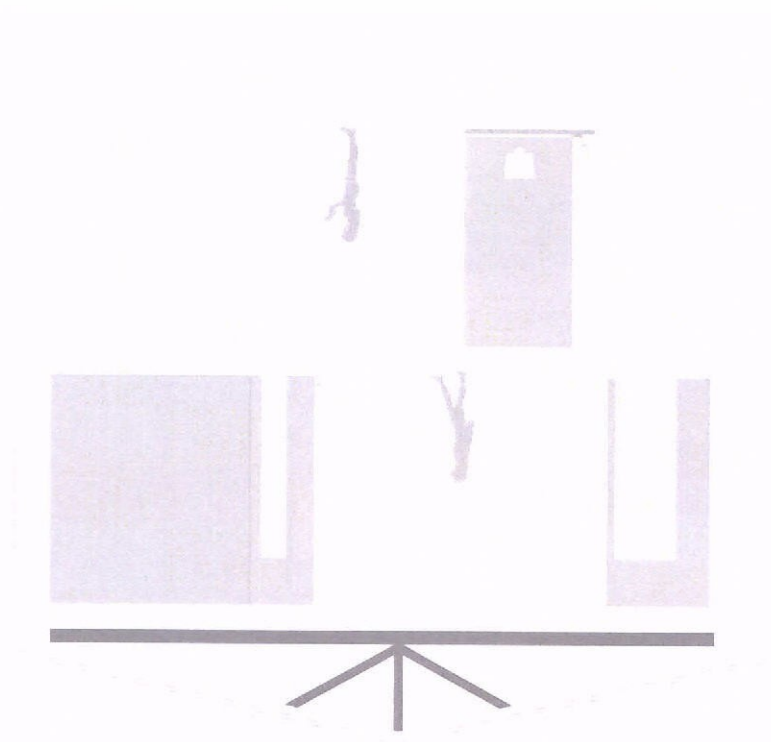


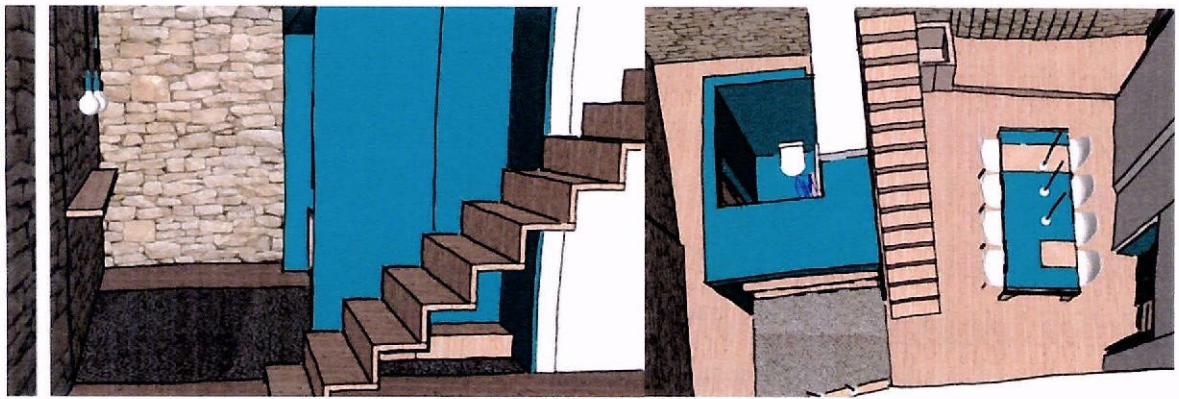
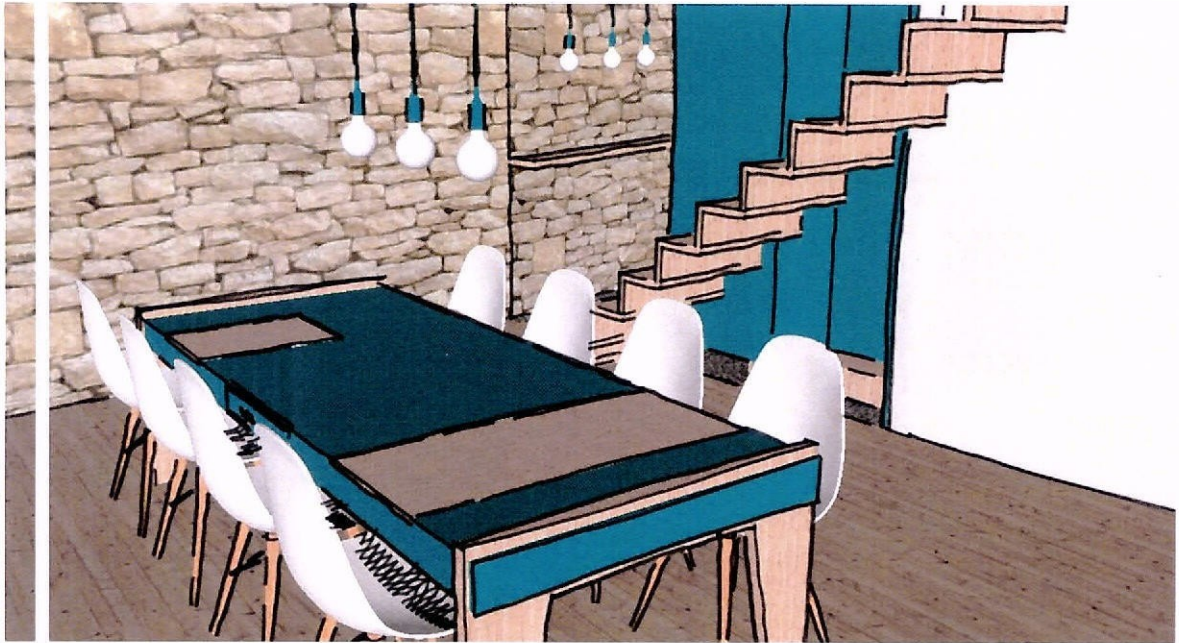


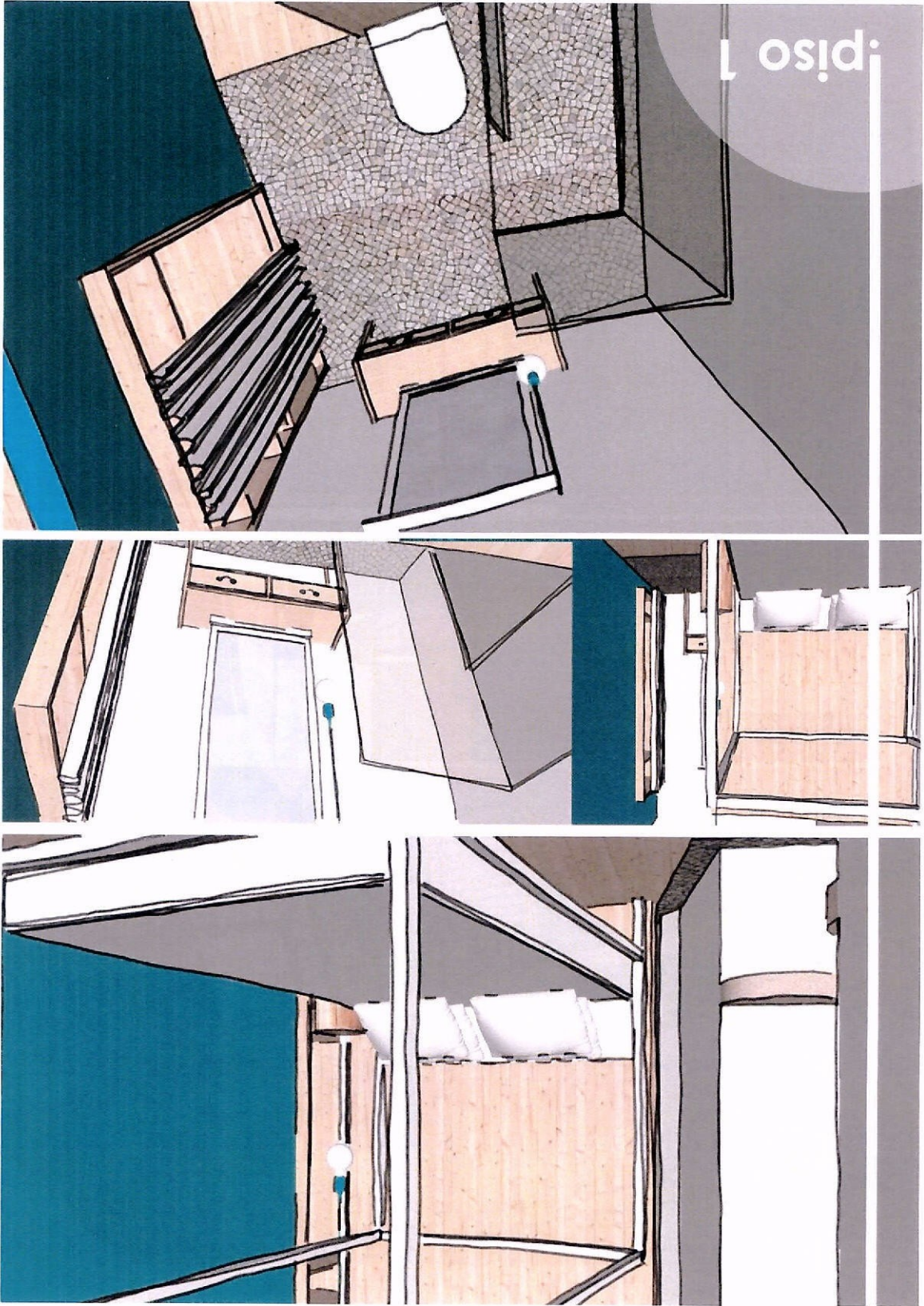


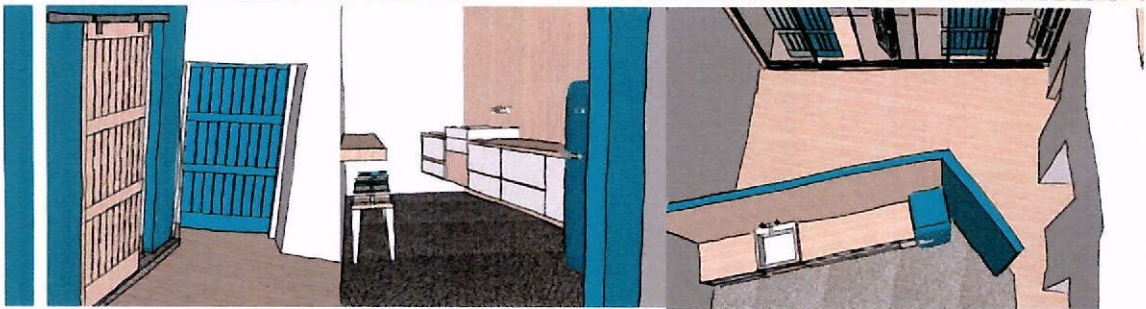
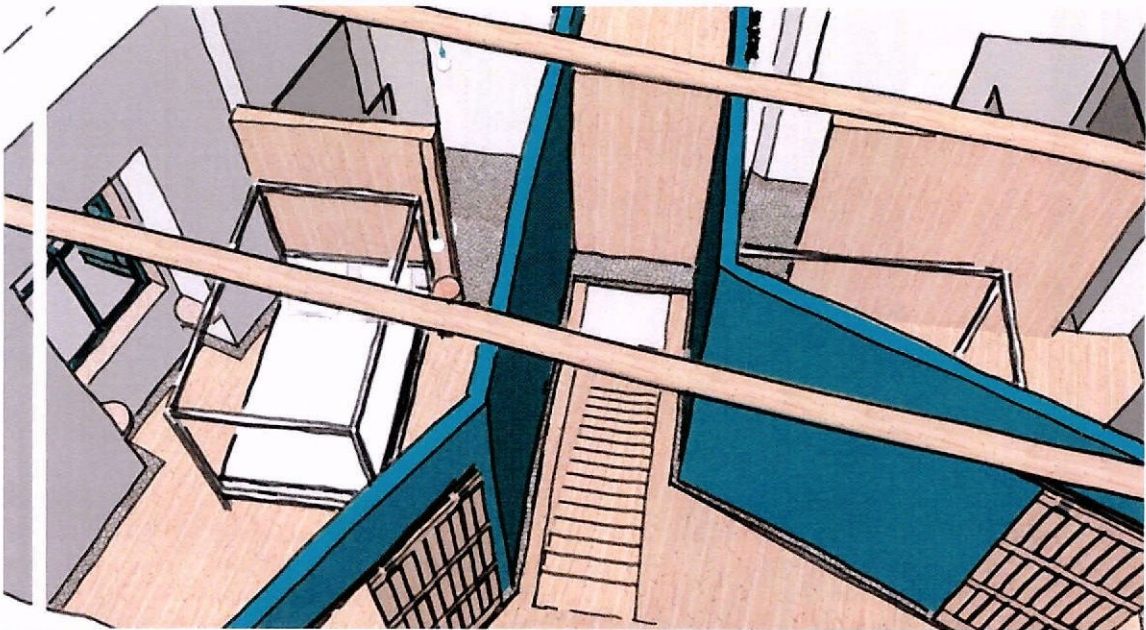












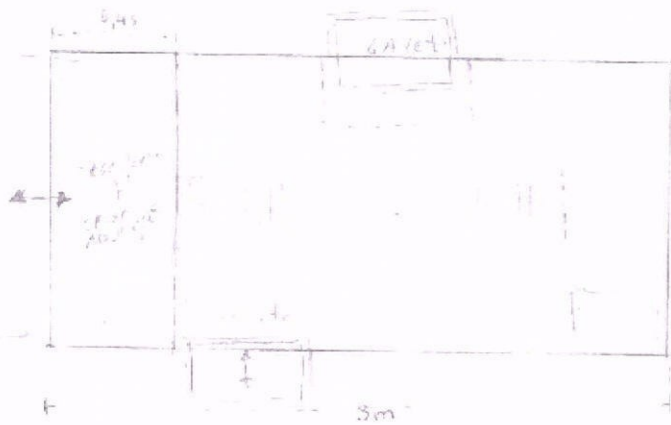
.piso 1

17.6 Esboços/técnicos de percurso dos equipamentos

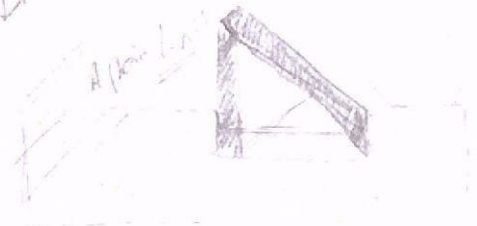
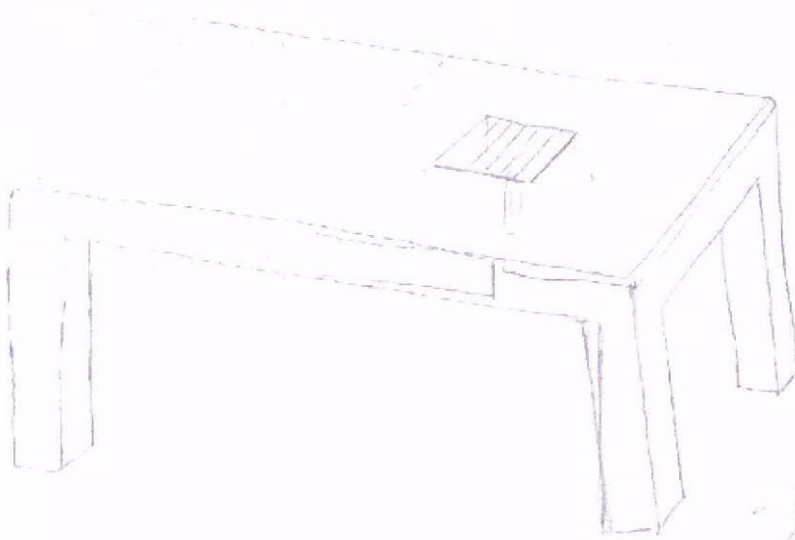
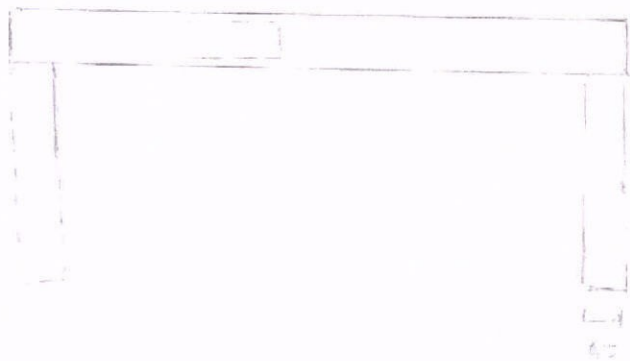
objetivo funcional:

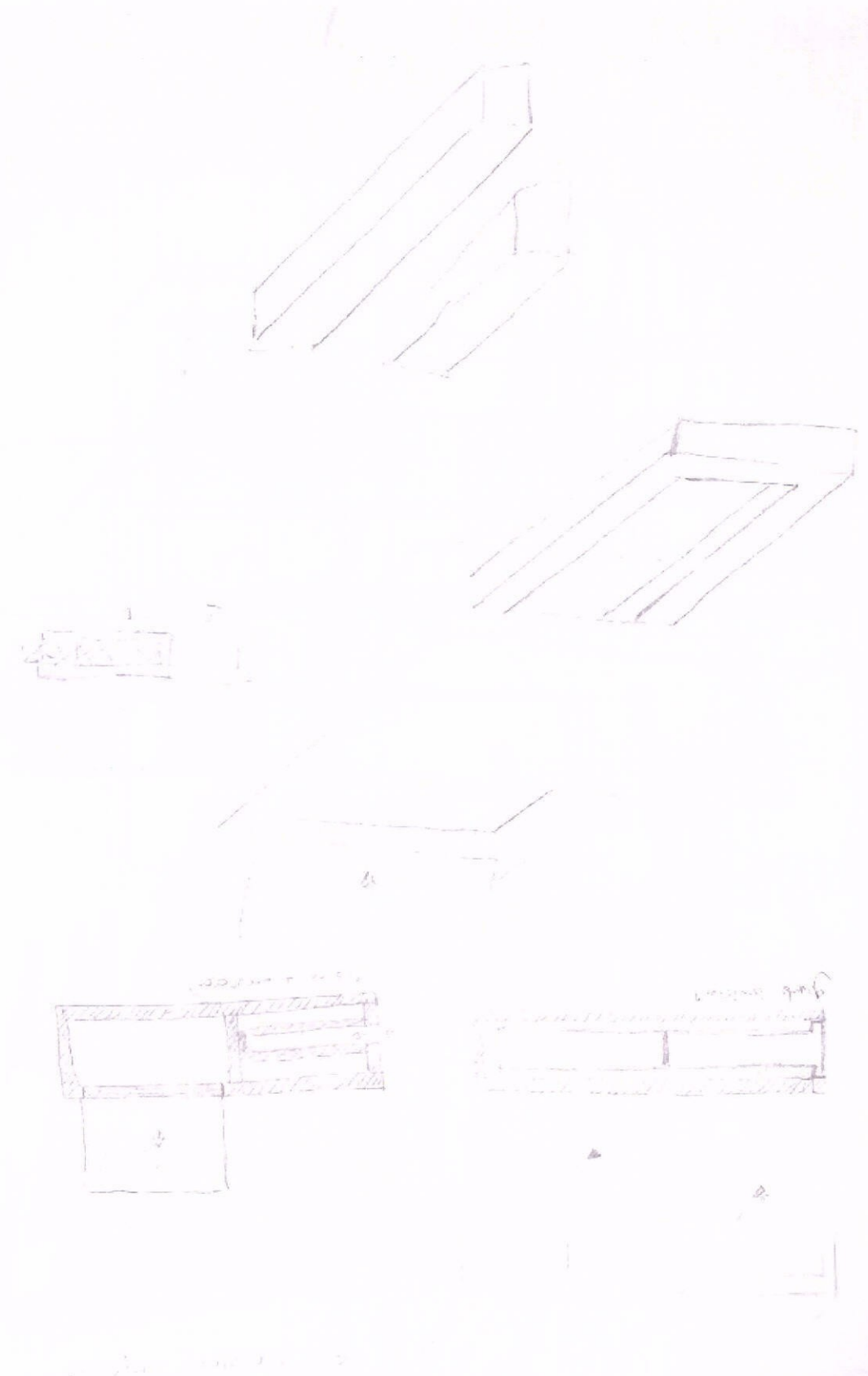
gavetas + penderas lixante + caixa armazenagem + mesa
para livros

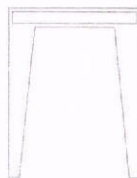
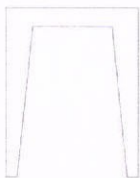
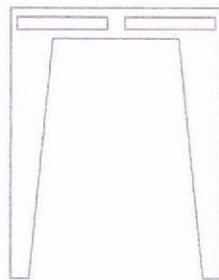
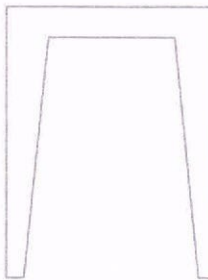
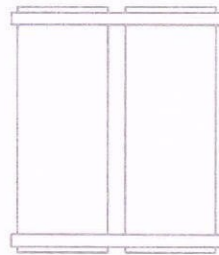
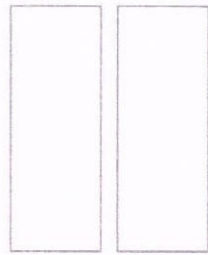
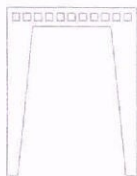
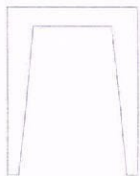
essa gaveta
para...

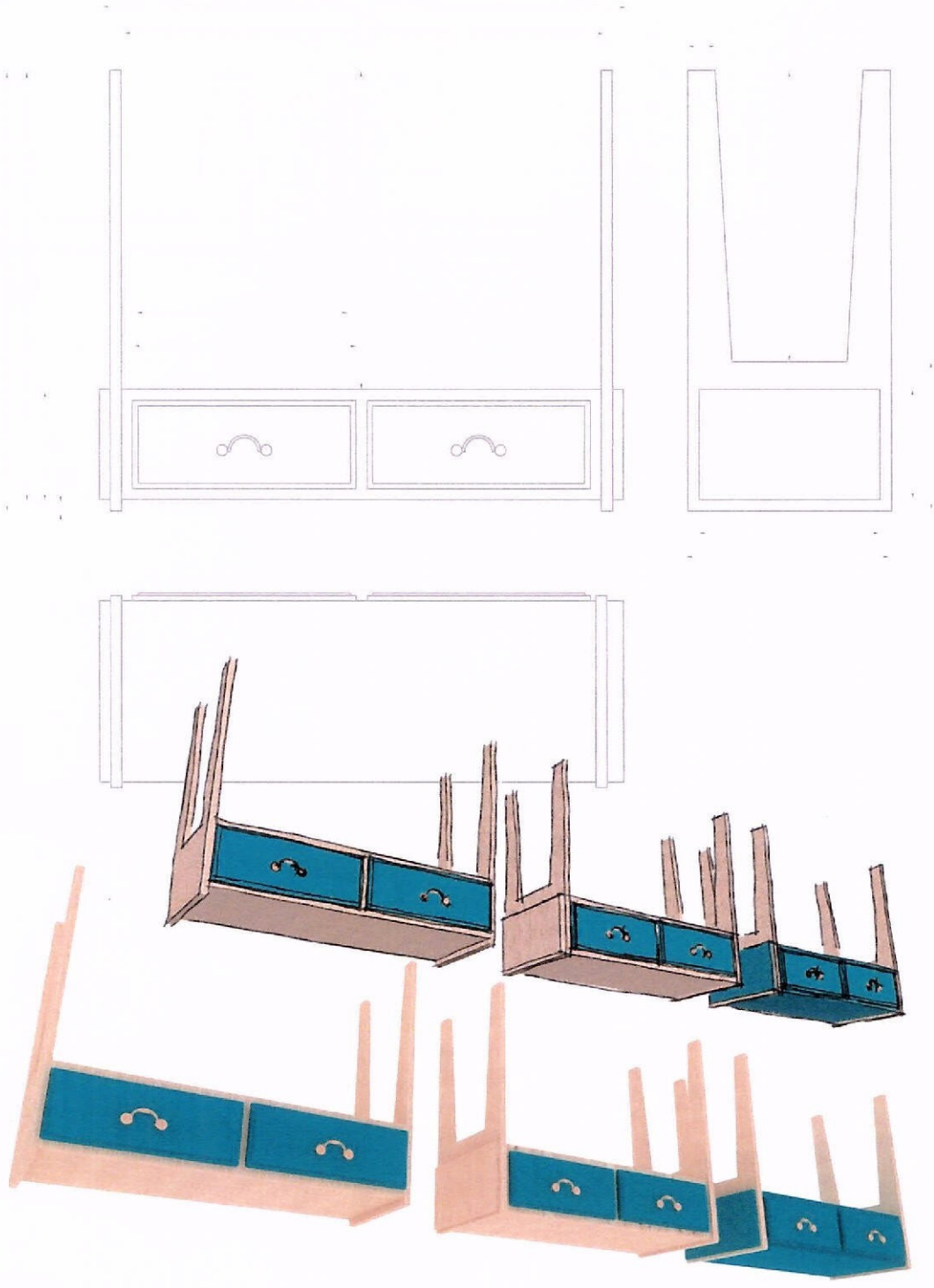


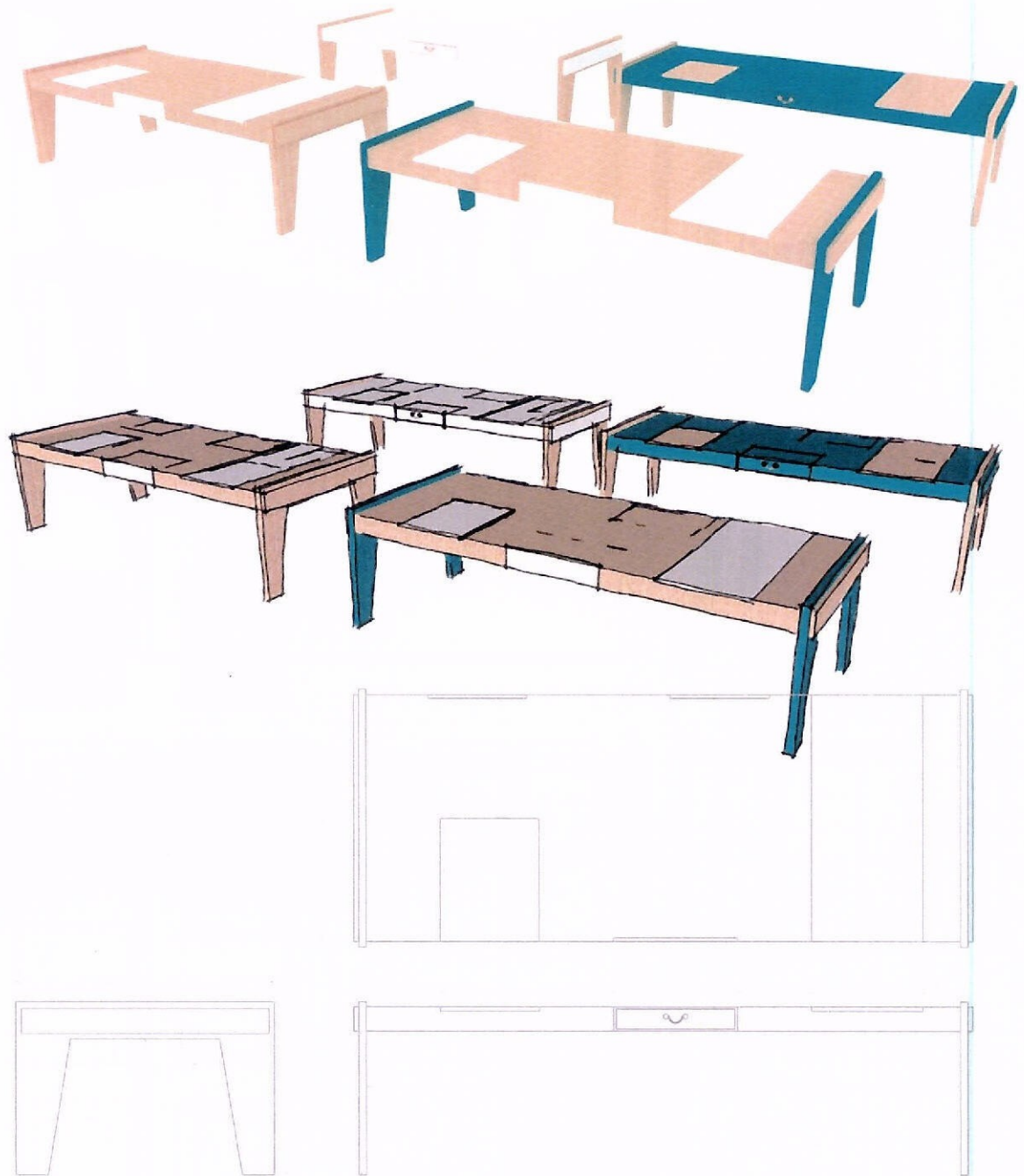
coisas boas
para...











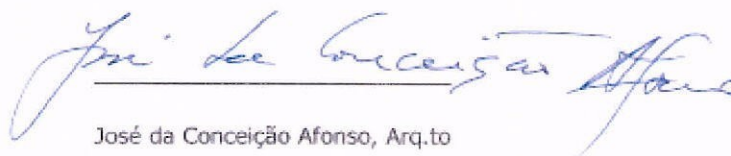
17.7 Declaração do Gabinete de Reabilitação da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco

GABINETE DE REABILITAÇÃO DA ZONA HISTÓRICA
E DA DEVESA DE CASTELO BRANCO

Declaro para os devidos efeitos que Iolanda Ferreira da Conceição aluna com nº 32010278 do Mestrado em Design de Interiores da Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco em parceria com a Faculdade de Belas Artes de Lisboa, realizou o seu estágio curricular neste Gabinete, no ano letivo 2011/12.

Informo que a Mestranda Iolanda Ferreira da Conceição durante o período da realização do seu Estágio desempenhou a sua atividade de forma exemplar, eficiente, e muito criativa, tendo demonstrado total competência profissional, quer no desenvolvimento do trabalho que se propôs realizar no âmbito do Estágio quer no apoio a alguns tarefas desenvolvidas pelo Gabinete. De igual modo destacamos o bom relacionamento interpessoal quer com os colegas quer com os técnicos do gabinete.

O Coordenador do Gabinete



Handwritten signature of José da Conceição Afonso in blue ink, written over a horizontal line.

José da Conceição Afonso, Arq.to